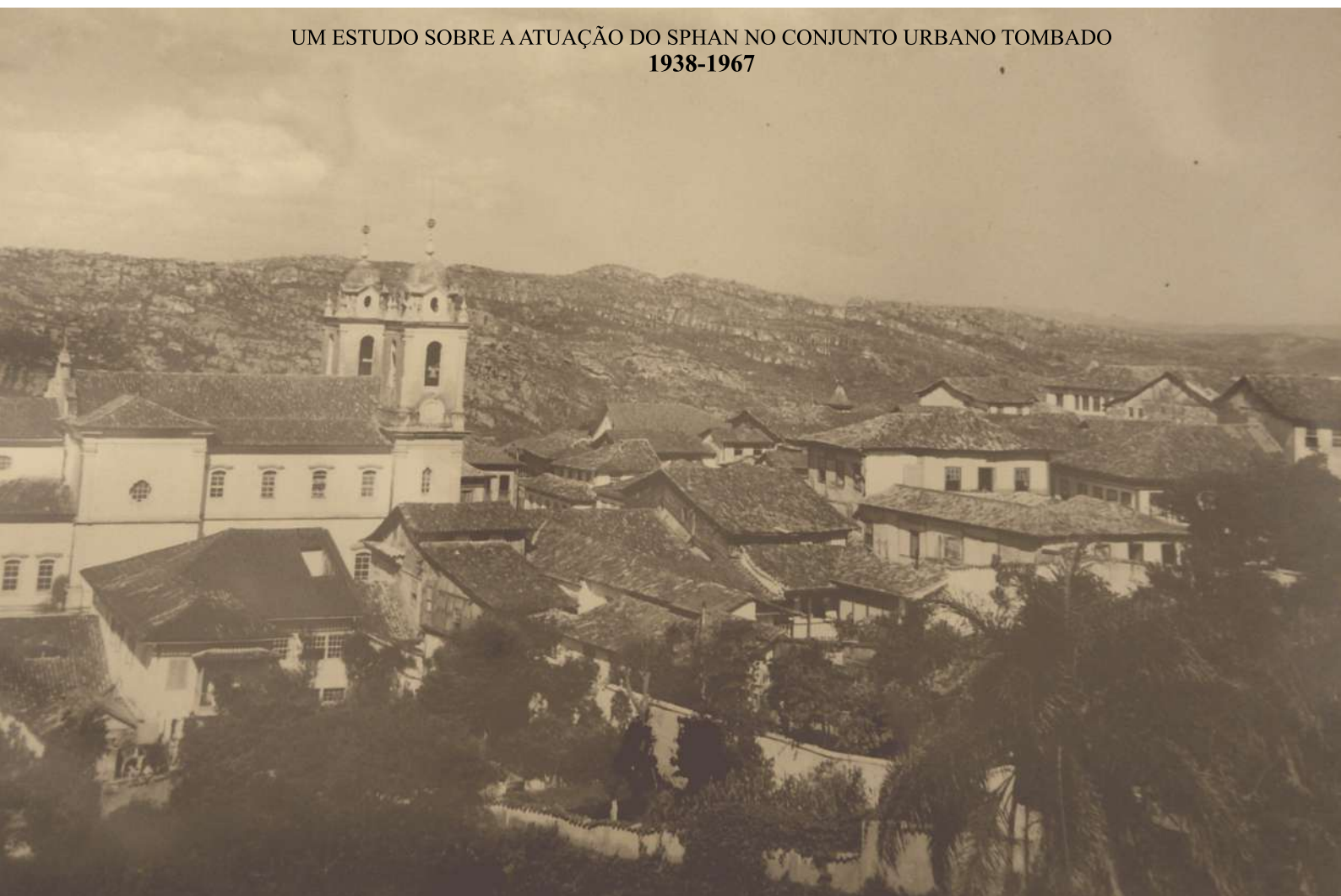


Cristiane Souza Gonçalves

# Experimentações em Diamantina

UM ESTUDO SOBRE A ATUAÇÃO DO SPHAN NO CONJUNTO URBANO TOMBADO  
1938-1967



Tese apresentada à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP para obtenção do título de doutor

Área de concentração: História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo

Orientadora: Profa. Dra. Maria Lucia Bressan Pinheiro

São Paulo, 2010

# **Livros Grátis**

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

**Cristiane Souza Gonçalves**

# Experimentações em Diamantina

UM ESTUDO SOBRE A ATUAÇÃO DO SPHAN NO CONJUNTO URBANO TOMBADO  
1938-1967

Tese apresentada a Faculdade de  
Arquitetura e Urbanismo da USP para  
obtenção do título de doutor.

Área de concentração: História e  
Fundamentos da Arquitetura e do  
Urbanismo

Orientadora: Profa. Dra. Maria Lucia  
Bressan Pinheiro

São Paulo, 2010

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

e-mail: crisgon@usp.br

Gonçalves, Cristiane Souza

G635e Experimentações em Diamantina. Um estudo sobre a atuação do SPHAN no conjunto urbano tombado 1938-1967 / Cristiane Souza Gonçalves. --São Paulo, 2010.  
224 p. : il.

Tese (Doutorado - Área de Concentração: História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo) – FAUUSP.  
Orientadora: Maria Lucia Bressan Pinheiro

1.Patrimônio arquitetônico – Preservação – Restauração – Diamantina I.Título

CDU 72.025.3(815.12)D537

## Dedicatória



**A Chichico Alkmim e a João Brandão Costa  
cujas vivências da cidade se fazem sentir neste trabalho.**

## **Agradecimentos**

### *Em Diamantina*

Aos funcionários do Iphan/Escritório Técnico I, em especial ao arquiteto Junno Da Matta pelas imagens cedidas;

À Denise Alves Ferreira, da Biblioteca Antônio Torres e ao Centro de Memória Fevale pela cessão das fotografias do Acervo Chichico Alkmim;

Aos amigos Carmen, Leonardo e Popó, da Pousada Relíquias do Tempo (onde fui apresentada ao maravilhoso bolo de fubá da dona Zinha e outras delícias!);

À diretora da Escola Estadual Profa. Júlia Kubitschek, Rita Brant, pelo acesso irrestrito aos documentos e às dependências do grupo escolar.

### *Em Belo Horizonte*

Aos funcionários do IPHAN/13ª Superintendência Regional;

Aos arquitetos Rafael Arrelaro e Livia Romanelli D'Assumpção, pela atenção especial em Belo Horizonte.

### *No Rio*

Ao Fabiano e ao Wagner agradeço pela recepção sempre carinhosa, e ao meu irmão, em especial, pelas traduções e pelo auxílio na revisão da tese;

Às minhas queridas amigas-irmãs cariocas, Noemia e Lucinda, pelos conselhos sábios e pelos momentos de descontração;

À Biblioteca Noronha Santos, especialmente a Murilo Lellis que permitiu a pesquisa no horário matutino, período em que o acervo normalmente não estava acessível a pesquisadores;

A todos os funcionários do Arquivo Central do IPHAN – Maria José Silveira Soares, Ivan Carlos de Britto Sardinha, Rachel Hilfred, aos estagiários, Roque César Barbosa e Rudson Monteiro, que gentilmente me auxiliaram na tomada das fotografias de pranchas de projeto – e, em especial, ao chefe do arquivo, Hilário Pereira Filho, que autorizou a reprodução, sem restrições, de toda a documentação encontrada, considerada relevante para o desenvolvimento desta tese;

A toda equipe do IPHAN, Depam e COPEDOC, Adler Fonseca, Annalucia Thompson, Helena Santos, Til Pestana, Lia Motta e, especiais agradecimentos à Adriana Nakamuta por me gentilmente me apresentar a essa turma toda;

Ao arquiteto José Pessoa por me disponibilizar, numa agradável conversa de fim de tarde, décadas de conhecimento acumulado.

*Em São Paulo*

Ao grande amigo Reinaldo e à família Galante pela acolhida durante minha mudança de endereço;

Aos queridos amigos, sempre presentes;

À amiga Simone Neiva pelas dicas acerca dos projetos do arquiteto Oscar Niemeyer;

Às queridas professoras Ana Luiza Martins e Marly Rodrigues por aceitarem o convite para participar da banca de qualificação e por sua contribuição valiosa;

À Fapesp – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – pela bolsa de doutorado concedida;

Ao arquiteto Samuel Kruchin, interlocutor perspicaz e leitor atento – agradeço imensamente não só pelas dicas, críticas, e troca de ideias ao longo de todo o processo do doutorado, mas por todo o aprendizado desde a Especialização até os projetos (as ‘teses’!) que desenvolvemos no escritório;

E, por fim, à professora Maria Lucia Bressan Pinheiro por nossa produção conjunta – uma dissertação, uma tese... – e por nossa convivência que ultrapassa, felizmente, as formalidades da Academia.

## *Resumo*

A pesquisa pretende contribuir para o estudo da trajetória de preservação do patrimônio arquitetônico e urbanístico no país por meio da análise das estratégias de intervenção no conjunto urbano de Diamantina, empreendidas pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), entre 1938 e 1967. Ao avaliarmos o percurso da cidade, nas três décadas seguintes ao seu tombamento, buscamos aprofundar a compreensão dos pressupostos teóricos e das questões pragmáticas enfrentadas na intrincada tarefa à qual se lançou, pioneiramente, o corpo técnico do recém criado órgão federal de preservação. Este resgate se faz, sobretudo, a partir da documentação existente nos arquivos da própria instituição que, compreendida à luz do contexto da época, torna-se instrumento de reflexão acerca da complexa interação entre a população, o poder municipal, a direção central do SPHAN – então representada por Rodrigo Melo Franco de Andrade –, sua regional mineira, coordenada pelo arquiteto Sylvio de Vasconcellos, e o colaborador local, João Brandão Costa. O estudo atento dos procedimentos que foram se constituindo na prática vai, pouco a pouco, reconstruindo um cotidiano no qual o que se revela, nas entrelinhas das diretrizes formuladas para a inserção de novas edificações, para demolições e reconstruções, ou para as restaurações do casario existente, é um propósito maior de redesenho da história de si mesmo, da própria ideia de Brasil.

## *Palavras-chave*

Preservação, patrimônio arquitetônico e urbanístico, restauração, SPHAN, Diamantina (MG).



### *Abstract*

The research assists in an understanding of the Brazilian architectural and urban heritage preservation practices, by analysing the strategies of the federal organ then called the National Historical and Artistic Heritage Service (SPHAN) in the restoration works that were executed in the urban site of Diamantina, between 1938 e 1967. As we follow its path – reviewing the three decades after the city was signed national monument –, we go through a deeper comprehension of its theoretical concepts as well as its pragmatic issues that the staff of SPHAN had to deal with, in the very complex task they faced, pioneeringly. This search is recreated, mainly, by the analyses of the documents found in the archives of the institution. The documentation – seen as a result of its context – becomes, then, an useful instrument of careful examination on the intricate interactions between population, local government, and the main direction of SPHAN – then represented by Rodrigo Melo Franco de Andrade –, its state district, run by the architect Sylvio de Vasconcellos, and the city supporter, João Brandão Costa. The accurate investigation of the procedures that took place shows a panorama of recommendations for new constructions, demolitions and reconstructions, or for restorations of the existent houses that reveal a greater goal of retelling the history of itself, the own idea of Brazil.

### *Palavras-chave*

Preservation, architectural and urban heritage, restoration, SPHAN, Diamantina (MG).

## Sumário

<b>Introdução</b>	<b>12</b>
<b>1. Diamantina: breve relato de sua formação</b>	<b>30</b>
1.1. Arraial do Tijuco: os primórdios do núcleo urbano	32
1.2. Aspectos da configuração urbana a partir dos documentos cartográficos do século 18	40
1.3. Impressões de viajantes: arquitetura e paisagem diamantina do século 19	45
1.4. Século 20: alterações e permanências na estrutura urbana consolidada	55
<b>2. A preservação do patrimônio urbano e arquitetônico na primeira década: Minas é o Brasil</b>	<b>62</b>
2.1. O SPHAN e a <i>fase heróica</i> : em busca da matriz da identidade brasileira	64
2.2. Além do decreto-lei n.25/37: aspectos legais e conceituais da salvaguarda de conjuntos urbanos	72
2.3. Sylvio de Vasconcellos e a estruturação da regional mineira	83
<b>3. A atuação do SPHAN no núcleo tombado (1938-1967)</b>	<b>99</b>
3.1. Formulação das diretrizes para as novas construções	103
3.2. A questão legal e a delimitação da área de tombamento	122
3.3. As restaurações de edificações existentes	130
<b>4. Um capítulo à parte: obras modernas em Diamantina</b>	<b>155</b>
4.1. Nem modernas, nem modernizadas: as soluções “condenáveis”	158
4.2. Obras de Oscar Niemeyer em Diamantina	167
4.2.1. Sede social na Praça de Esportes (1950)	
4.2.2. Hotel Tijuco (1951)	
4.2.3. Escola Júlia Kubitschek (1951)	
4.3. Outros projetos modernos na cidade	183
<b>Considerações Finais:</b>	<b>190</b>
Referências Bibliográficas	207
Anexos	215

## Lista de figuras

- Figura 1: Exploração de diamantes, p.33
- Figura 2: Exploração de diamantes em grupiarias, p. 33
- Figura 3: Vila Rica: esquema da autora baseado em Vasconcellos (1975), p. 38
- Figura 4: Mapa da antiga Vila Rica (ca.1775-1800), p.39
- Figura 5: Esquema dos primitivos caminhos do Arraial do Tijuco, p.39
- Figura 6: Arraial do Tijuco em 1784, p.41
- Figura 7: Detalhe da planta do Arraial do Tijuco, p.42
- Figura 8: Igreja de Santo Antônio [s/ data], p.42
- Figura 9: Igreja de N. S. das Mercês [s/data], p.43
- Figura 10: Igreja do Amparo [s/data], p.43
- Figura 11: Igreja de N. S. do Rosário [s/data], p.43
- Figura 12: Igreja de Santo Antônio, p.43
- Figura 13: Igreja de São Francisco com sua escadaria, p.43
- Figura 14: Detalhe ampliado de planta do Arraial do Tijuco, p.44
- Figura 16: Planta geral do Arraial do Tijuco, p.45
- Figura 17: Rua Direita, fotografada por Augusto Riedel [ca. 1868], p.48
- Figura 18: Área mais afastada da área central, com predominância de casas térreas, p.49
- Figura 19: Exemplos de residências com pedrais, p.51
- Figura 20: Exemplos de residências com pedrais, p.51
- Figura 21: Estampa de número 76 que ilustra o exemplar *Documentário Arquitetônico* de Wash Rodrigues, p.52
- Figura 22: Palácio do Bispo com Igreja do Carmo ao fundo [Augusto Riedel, ca.1868], p.53
- Figura 23: Mercado municipal, p.55?
- Figura 24: Conjunto do seminário e igreja Sagrado Coração de Jesus, p.55
- Figura 25: Antiga igreja de Santo Antônio, p. 57
- Figura 26: Antiga igreja de Santo Antônio, p.57
- Figura 27: Operários na construção do novo templo, p.57
- Figura 28: Nova Sé, p.58
- Figura 29: Nova Sé e inserção na paisagem diamantina, p.58
- Figura 30: Nova Sé e inserção na paisagem diamantina, p. 58
- Figura 31: Panorama da cidade de Diamantina [s/data], p.58
- Figura 32: Operários trabalhando na substituição do calçamento da via em 1948, p.60
- Figura 33: Fábrica de tecidos Antonina Duarte, instalada nos arredores de Diamantina, p.60
- Figura 34: Arquiteto José de Souza Reis em visita a Congonhas do Campo, p.68
- Figura 35: Escadaria da Casa de Câmara e Cadeia de Mariana, com casal de turistas, José Reis, D. Tita, Eric Hess, turista e Vinícius de Moraes, p.68
- Figura 36: Estrutura de casa em pau-a-pique, p.87
- Figura 37: Igreja de São Francisco de Assis, em Ouro Preto, p.88

- Figura 38: Igreja da Pampulha, em Belo Horizonte, p.88
- Figura 39: Esquemas das fachadas segundo as fases da arquitetura civil por Sylvio de Vasconcellos, p.89
- Figura 40: Foto integrante de ficha de inventário produzido durante a campanha “Salvemos Ouro Preto”, apresentando imóvel situado no Alto da Cruz, p.94
- Figura 41: Restaurações de casas do Plano de Obras de 1949/1959, em Ouro Preto. Intervenção na Rua Santa Efigênia, n.67, p.94
- Figura 42: Restaurações de casas do Plano de Obras de 1949/1959, em Ouro Preto. Beco das Galinhas antes da restauração, p.94
- Figura 43: Restaurações de casas do Plano de Obras de 1949/1959, em Ouro Preto. Beco das Galinhas depois da restauração, p.94
- Figura 44: Foto da nova prisão em Diamantina, p.99
- Figura 45: Casa do Contrato com platibanda, p.101
- Figura 46: Casa do Contrato com beiral “reconstituído”, p.101
- Figura 47: Projeto art-déco para nova sede dos Correios e Telégrafos, p. 111
- Figura 48: Projeto elaborado pelo SPHAN para nova sede dos Correios e Telégrafos, p. 111
- Figura 49: Projeto art-déco para nova sede dos Correios e Telégrafos, p. 111
- Figura 50: Projeto elaborado pelo SPHAN para nova sede dos Correios e Telégrafos, p. 111
- Figura 51: Sede dos Correios construída no Largo do Rosário, p. 112
- Figura 52: Sede dos Correios construída no Largo do Rosário, p. 112
- Figura 53: Esquema baseado em desenho do estudo para alargamento da Rua do Bonfim, p.113
- Figura 54: Fotos relativas ao estudo para alargamento da Rua do Bonfim, p.114
- Figura 55: Fotos relativas ao estudo para alargamento da Rua do Bonfim, p.114
- Figura 56: Fotos relativas ao estudo para alargamento da Rua do Bonfim, p.114
- Figura 57: Fachada de residência a ser construída na Rua do Bonfim, p.117
- Figura 58: Pavimento térreo de residência a ser construída na Rua do Bonfim, p.117
- Figura 59: Pavimento superior de residência a ser construída na Rua do Bonfim, p.117
- Figura 60: Fachada de residência a ser construída na Rua do Cruzeiro, p.118
- Figura 61: Planta de residência a ser construída na Rua do Cruzeiro, p.118
- Figura 62: Parecer de Alcides da Rocha Miranda, p.118
- Figura 63: Fachada com alterações propostas pela Seção Técnica, p.119
- Figura 64: Projeto de residência a ser construída no Largo Dom Bosco, p.121
- Figura 65: Telegrama de João Brandão Costa, p.121
- Figura 66: Perspectiva de residência a ser construída no Largo Dom Bosco, p.121
- Figura 67: Foto aérea de Assis Horta [s/data], p.127
- Figura 68: Foto aérea de Assis Horta [s/data], p.127
- Figura 69: Foto aérea de Assis Horta com área assinalada em vermelho, p.128
- Figura 70: Planta com delimitação da área tombada, p.128
- Figura 71: Fotos do imóvel à Rua da Caridade, p.132
- Figura 72: Croquis da solução da varanda lateral elaborada pela Seção Técnica, p.132

- Figura 73: Fotografia de imóvel à Rua do Rosário com Beco da Cadeia, p.135
- Figura 74: Proposta de JR para intervenção no imóvel à Rua do Rosário, p.136
- Figura 75: Solução alternativa de JR, p.136
- Figura 76: Despacho expedido por João Brandão Costa, p.138
- Figura 77: Despacho expedido por Sylvio de Vasconcellos, p.138
- Figura 78: Fotografia de casa à Rua do Bonfim, p.140
- Figura 79: Fachada encaminhada com pedido para instalação de portas em aço em edificação comercial, p.140
- Figura 80: Fotografia do imóvel evidenciando a execução, p.140
- Figura 81: Residência com varanda lateral, p.142
- Figura 82: Casa no Beco dos Coqueiros, p.142
- Figura 83: Desenho com pedido de ampliação de imóvel à Rua do Fogo, p.143
- Figura 84: Fotografia do imóvel à Rua do Fogo, p.143
- Figura 85: Restaurações em imóveis particulares, p.146
- Figura 86: Restaurações em imóveis particulares, p.146
- Figura 87: Restaurações em imóveis particulares, p.146
- Figura 88: Intervenção no antigo Cine Trianon: aspecto anterior à obra, p.148
- Figura 89: Intervenção no antigo Cine Trianon: projeto, p.148
- Figura 90: Intervenção no antigo Cine Trianon, p.148
- Figura 91: Intervenção no antigo Cine Trianon, p.148
- Figura 92: Sobrado à Rua Direita: imagem de A. Riedel, p.150
- Figura 93: Sobrado à Rua Direita: antes da intervenção, p.150
- Figura 94: Sobrado à Rua Direita: durante a execução dos serviços, p.150
- Figura 95: Boletim de obra na igreja N. S. da Luz, em 1951, p.152
- Figura 96: Igreja N. S. da Luz: obras em andamento, p.152
- Figura 97: Igreja N. S. da Luz: obra concluída, p.152
- Figura 98: Edifício construído em São João del Rey, p.153
- Figura 99: Igrejas de São Francisco de Assis e Nossa Senhora do Carmo em Mariana, p.153
- Figura 100: Cobertura do ginásio em Mariana, finalmente demolido, p.153
- Figura 101: Rua do Rosário, em 1966, p.157
- Figura 102: Beco do Alecrim, s/data, p.157
- Figura 103: Reconstrução de fachada com cimento e tijolos à Rua Silvério Lessa, p.157
- Figura 104: Troca do piso da Praça Monsenhor Neves, s/data, p.157
- Figura 105: Fachada e trecho da varanda em planta do projeto moderno à Rua do Bonfim, p.159
- Figura 106: Provável variação do mesmo projeto, p.159
- Figura 107: Exemplo de projeto de residência a ser construída à Praça D. Joaquim, p.160
- Figura 108: Projeto substitutivo para nova construção em lote situado à Rua Romana, p.161
- Figura 109: Prancha de projeto para nova construção à Travessa da Caridade, p.163
- Figura 110: Projeto substitutivo construído, p.164
- Figura 111: Fotos de residência contígua ao terreno, p.164

- Figura 112: Foto atual da residência à rua Travessa da Caridade, p.165
- Figura 113: Casa da esquina com a Rua da Glória: vista geral, p.165
- Figura 114: Casa da esquina com a Rua da Glória: detalhes, p.165
- Figura 115: Casa da esquina com a Rua da Glória: detalhes, p.165
- Figura 116: Casa da esquina com a Rua da Glória: detalhes, p.165
- Figura 117: Prancha de projeto residencial a construir, p.166
- Figura 118: Prancha de projeto residencial a construir, p.167
- Figura 119: Mapa de Diamantina com a delimitação do sítio histórico tombado pelo IPHAN, p.169
- Figura 120: Vista do Hotel Tijuco em 1956, a partir da praça do mercado, p.170
- Figura 121: Vista do Hotel Tijuco em 1956, a partir da Rua Direita, p.171
- Figura 122: Croquis do arquiteto, p.172
- Figura 123: Planta do térreo, p.172
- Figura 124: Planta do pavimento superior, p.172
- Figura 125: Croquis mostrando corte transversal, p.173
- Figura 126: Vista geral frontal do Hotel Tijuco, p.173
- Figura 127: Sequência de pilares, p.174
- Figura 128: Detalhe do piso “pé-de-moleque”, p.174
- Figura 129: Vista de fundos, p.174
- Figura 130: Escola Júlia Kubitschek: foto da obra concluída, p.175
- Figura 131: Escola Júlia Kubitschek: foto da obra concluída, p.175
- Figura 132: Escola Júlia Kubitschek: foto da obra concluída, p.175
- Figura 133: Planta do térreo, p.176
- Figura 134: Planta do superior, p.176
- Figura 135: Corte transversal, p.176
- Figura 136: Perspectiva, p.176
- Figura 137: Vista da circulação com elemento vazado parcialmente obstruído, p.177
- Figura 138: Pannel de Portinari, p.177
- Figura 139: Vista superior, com paisagem de Diamantina ao fundo, p.177
- Figura 140: Sede social do clube de esportes: vistas da maquete do projeto original, p.178
- Figura 141: Sede social do clube de esportes: vistas da maquete do projeto original, p.178
- Figura 142: Croquis de Niemeyer decompondo o projeto em seus elementos estruturais básicos, p. 179
- Figura 143: Pavimento térreo, p.180
- Figura 144: Pavimento superior, p.180
- Figura 145: Sede social a partir da quadra interna, p.182
- Figura 146: Detalhes da estrutura, p.182
- Figura 147: Detalhes do fechamento em alvenaria, p.182
- Figura 148: Vista a partir do acesso, p.182
- Figura 149: Prédio da antiga Faculdade de Odontologia, p.185
- Figura 150: Projeto para o Posto de Puericultura: estudo de José Reis, p.187

Figura 151: Projeto para o Posto de Puericultura: adaptação de JR sobre a base construída, p.187

Figura 152: Projeto para o Posto de Puericultura baseado na representação tradicional, p.188

## Abreviaturas e siglas

AAL	Alceu Amoroso Lima
JK	Juscelino Kubitschek
JR	José de Souza Reis
LC	Lucio Costa
RMFA	Rodrigo Melo Franco de Andrade
SV	Sylvio Carvalho de Vasconcellos
ACI/RJ	Arquivo Central do IPHAN/Seção Rio de Janeiro
ACI/RJ-SI	Arquivo Central do IPHAN/Seção Rio de Janeiro – Série Inventário
ACI/RJ-SO	Arquivo Central do IPHAN/Seção Rio de Janeiro – Série Obras
ACI/RJ-SP	Arquivo Central do IPHAN/Seção Rio de Janeiro – Série Personalidades
ACI/RJ-SR	Arquivo Central do IPHAN/Seção Rio de Janeiro – Série Representantes
AET-I/Diamantina/MG	Arquivo do Escritório Técnico I/Diamantina – Minas Gerais
ANS	Arquivo Noronha Santos
CDI/13ªSR-IPHAN/MG	Centro de Documentação de Informação da 13ª Superintendência Regional – IPHAN/ Minas Gerais
CIAM	Congresso Internacional de Arquitetura Moderna
DCR	Divisão de Conservação e Restauro
DET	Departamento de Estudos e Tombamento da DPHAN
DPHAN	Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
SPAN	Serviço do Patrimônio Artístico Nacional
SPHAN	Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional



## Introdução

Se a discussão acerca do patrimônio arquitetônico e de como nele intervir começou a ganhar contornos de disciplina autônoma a partir do século 19, a questão do patrimônio urbano – e as considerações em torno da constituição de uma metodologia de análise e de intervenção, visando sua preservação – demandou mais tempo até se tornar objeto de formulações teóricas específicas. Como aponta Françoise Choay, a “*cidade histórica*”<sup>1</sup> teve que esperar vários séculos – desde o surgimento da figura do monumento histórico – para ser pensada como um “*objeto de conservação por inteiro, e não redutível à soma de seus monumentos*” (2001, p.177-178). Para ilustrar, cita o exemplo de Paris e das reformas empreendidas por Haussmann<sup>2</sup>, onde foram poupados monumentos de forma isolada, não havendo preocupação em relação à conservação da malha urbana que os abrigava:

Destruíu, [...], em nome da higiene, do trânsito e até da estética, partes inteiras da malha urbana de Paris. Mas também aí ele era homem de seu tempo: a maioria daqueles que à época defendiam, na França, os monumentos do passado com a maior convicção e energia concordavam também sobre a necessidade de uma modernização radical das cidades antigas e de sua malha urbana. Assim, Guilhermy publica, em 1855, um *Itinéraire archéologique de Paris*, no qual faz um inventário minucioso de todos os monumentos individuais que considera ameaçados pelos novos tempos, sem se preocupar minimamente com os conjuntos e a malha urbana em si. Théophile Gautier, que no mesmo ano prefacia o livro de E. Fournier sobre a velha Paris, não pode se impedir de saudar o desaparecimento dessa *Paris demolida* como um progresso: “A Paris moderna seria impossível na Paris de outrora (...). A civilização abre largas avenidas no negro labirinto das ruelas, das encruzilhadas, das ruas sem saída da cidade velha; ela derruba as casas como o pioneiro da América derrubava as árvores (...). As muralhas apodrecidas desmoronam para fazer surgir de seus escombros habitações dignas do homem, nas quais a saúde entra com o ar e o pensamento sereno com a luz do Sol”. Para Haussmann, assim como para Gautier e para o conjunto das boas almas francesas da época, a cidade não existe como objeto patrimonial autônomo. Os velhos quarteirões, ele só os vê como obstáculos à salubridade, ao trânsito, à contemplação dos monumentos do passado, que é preciso desobstruir (CHOAY, 2001, p. 176).

Segundo Choay, se é inegável que a maioria dos românticos franceses era contra as ações de demolição e via com nostalgia o desaparecimento de trechos inteiros das antigas cidades, ainda

---

<sup>1</sup> Os termos “*cidade histórica*” e “*centro histórico*” já tiveram sua adequação questionada por alguns teóricos, como Giulio Carlo Argan. Segundo o autor, o “*conceito de ‘centro histórico’ pode ter uma utilidade pragmática, mas é um falso conceito. Por que algumas partes da cidade deveriam ser ‘históricas’ e outras ‘não-históricas’? A cidade é, in toto, uma construção histórica*” (ARGAN, 1993, p. 260). O raciocínio coerente de Argan não o impede, no entanto, de utilizar a expressão “*centro histórico*” no título de um de seus artigos (“A Policy for the Preservation of Historic Centers”, publicado pela *National Trust for Historic Preservation*). Estas denominações acabaram tendo ampla difusão, sendo utilizadas, inclusive, nos documentos normativos tais como a Carta de Washington, de 1986, e a Carta de Petrópolis, de 1987. Nesta, a explicação introdutória indica que o termo “*sítio histórico urbano deve ser entendido em seu sentido operacional de ‘área crítica’, e não por oposição a espaços não-históricos da cidade, já que toda cidade é um organismo histórico*” (IPHAN, 2000, p. 285).

<sup>2</sup> Georges-Eugène Haussmann foi prefeito de Paris de 1852 a 1870, durante o império de Napoleão III, empreendendo significativas alterações no tecido urbano existente da cidade.

assim, não havia uma noção de que se tratava de um patrimônio específico – o urbano – que deveria ser conservado, do mesmo modo que os monumentos históricos. Victor Hugo, em seu célebre texto “Guerre aux démolisseurs” – cuja primeira parte fora escrita ainda em 1825 –, reclama a atenção da “nova França ao socorro da antiga” e alerta para os riscos que correm “os admiráveis monumentos da Idade Média, em que se imprimiu a velha glória nacional, aos quais estão ligadas concomitantemente a memória dos reis e a tradição do povo”<sup>3</sup>. O escritor, no entanto, não critica, em seus artigos, a transformação geral da malha urbana tradicional e, sim, a demolição de alguns de seus monumentos, chegando até a propor desvios nas vias projetadas, a fim de salvar as edificações mais significativas (CHOAY, 2001, p.176). A própria Comissão dos Monumentos Históricos, criada em 1837, na França, como o nome já indica, tinha o objetivo de identificar e restaurar os monumentos franceses, não incorporando, ao menos neste primeiro momento, a discussão sobre a preservação de seus entornos imediatos ou dos contextos urbanos mais amplos nos quais estavam inseridos.

Enquanto isto, na “*velha Paris*”, intensas alterações na malha urbana se processavam, e Haussmann abria 95 quilômetros de novas ruas em pleno núcleo medieval, fazendo desaparecer 50 quilômetros de vias antigas (BENEVOLO, 2007, p.589). Alguns monumentos foram preservados e incorporados ao cenário da nova cidade, junto com as amplas avenidas e áreas públicas desenhadas para abrigar uma população que praticamente duplicou no período das reformas, compreendido entre 1851 e 1870, passando de 1.200.000 para dois milhões de habitantes.

Curiosamente, a ameaça de perda frente às profundas transformações observadas nos tecidos tradicionais acabou motivando as primeiras reflexões mais detidas sobre as cidades e sobre o valor dos contextos urbanos antigos. Isto se deu, pela primeira vez, segundo Choay, na Inglaterra, com os escritos de John Ruskin:

Para ele, é sacrilégio tocar nas cidades da era pré-industrial; nós devemos continuar a habitá-las, e habitá-las como no passado. Elas são as garantias de nossa identidade, pessoal, local, nacional, humana. Ele se recusa a compactuar com a transformação do espaço urbano que está em vias de se realizar, [...]. Querendo viver a cidade histórica no presente, Ruskin na verdade a encerra no passado e perde de vista a cidade historial, a que está engajada no devir da historicidade (CHOAY, op.cit., p. 181).

Mas se, na ideia central do pensamento ruskiniano, a preocupação com a preservação da cidade tradicional adquiria um caráter reverencial e de intocabilidade, a partir dos estudos de

---

<sup>3</sup> Cf. KÜHL, 1998, p.187.

morfologia urbana desenvolvidos pelo arquiteto e historiador Camillo Sitte<sup>4</sup>, na passagem dos séculos 19 ao 20, estas estruturas, sem deixar de corresponder a um objeto pertencente ao passado, são, no entanto, passíveis de análise e de busca por um repertório formal que, antes de servir como cópia, constituirão instrumento para o desenvolvimento de novos estudos urbanísticos. O olhar para a cidade pré-industrial passa, então, a vir acompanhado por uma reflexão específica e atenta, inserida em uma perspectiva histórica.

Porém, se foi por contraste que a cidade antiga se tornou objeto de investigação, “*contrapor as cidades do passado à cidade do presente*” não significou necessariamente “*querer conservar as primeiras*” (CHOAY, 2001, p.179). Foi somente com Gustavo Giovannoni que, segundo Choay, a antiga malha urbana deixou de representar objeto exclusivo de conhecimento histórico e estético, configurando-se em elemento possuidor de valor de uso e, portanto, um tecido vivo a ser incorporado à contemporaneidade através de um planejamento integrado. A doutrina formulada por Giovannoni<sup>5</sup> constituiu a base do documento elaborado em 1932, conhecido como Carta de Restauro Italiana, que, pela primeira vez, iria por em pauta e definir parâmetros para a conservação do patrimônio urbano.<sup>6</sup>

...

No Brasil, apenas um ano depois, o decreto n. 22.928 declarava a cidade de Ouro Preto monumento nacional e, cinco anos mais tarde, em 1937, era criado o órgão federal de preservação. Como se pode perceber, a estruturação das diretrizes legais e dos procedimentos de trabalho – incluindo a constituição das equipes técnicas e o início dos tombamentos de bens arquitetônicos isolados, de conjuntos arquitetônicos e de núcleos urbanos tradicionais, identificados pelo SPHAN<sup>7</sup>

<sup>4</sup> Em 1889, Camillo Sitte publicou o livro “*A Construção das Cidades Segundo seus Princípios Artísticos*” onde elabora uma análise detalhada das estruturas urbanas históricas e de seus aspectos formais – extraindo elementos tais como assimetria, relação entre cheios e vazios – a qual iria contrapor à cidade “moderna”.

<sup>5</sup> Autores como Françoise Choay (2001, p. 200-201) e Beatriz M. Kühl (1998, p. 198) chamam a atenção para a influência dos postulados de Camillo Boito na doutrina de Gustavo Giovannoni. Conceitos como respeito ao documento e distinguibilidade dos novos elementos foram, então, transpostos da escala do edifício para a escala urbana. A modalidade proposta por G. Giovannoni ficou conhecida como “restauro científico”, principalmente pelo rigor nos critérios de documentação do existente e na leitura das novas inserções. Giovannoni não se limitou a ser um teórico, tendo sido responsável por diversos estudos de planos diretores em bairros de Roma, além da reabilitação de Bergamo Alta. Cf. Choay (2001, p. 202).

<sup>6</sup> No documento conhecido como Carta de Atenas, de 1931, as recomendações giravam em torno do monumento arquitetônico isolado, e o patrimônio urbano comparece apenas na forma de pano de fundo do bem a ser preservado. Cf. IPHAN (2000, p. 14); Kühl (1998, p.198).

<sup>7</sup> A instituição foi criada sob a denominação SPHAN, no entanto, em 1946, o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional foi transformado em Diretoria (DPHAN) passando, em 1970, a ser Instituto, então sob a sigla IPHAN. De 1990 até 1994, passou a ser denominado Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural (IBPC), quando,

– ocorre paralelamente ao surgimento da normatização e ao fomento das discussões teóricas, no plano mundial.

Fica claro, então, o pouco tempo transcorrido para um efetivo amadurecimento da conceituação teórica relativa ao tema e para uma reflexão acerca das especificidades do caso brasileiro frente ao panorama internacional que, somados à falta de referências anteriores, na experiência do SPHAN, iria gerar certo descompasso entre o discurso e o pragmatismo de sua atuação, entre o tamanho da tarefa a enfrentar e a dimensão de suas equipes, entre a noção da responsabilidade assumida perante a nação, no resgate de sua própria identidade, e a ausência de estratégias e planos de intervenção nos chamados “sítios históricos” rigorosa e integralmente desenvolvidos, preliminarmente ao início das ações.

Este descompasso é identificado pelo arquiteto Lucio Costa que, na década de 1940, já chamava a atenção para a necessidade de proceder ao levantamento das informações técnicas relevantes acerca das edificações tombadas, sem as quais

... os estudos tentados serão sempre tateantes e de proveito precário, porque sujeitos a desmentidos mais ou menos prontos e chocantes ou mesmo à completa revisão; e as obras de restauração empreendidas correrão sempre o risco de mutilar determinadas características originais ainda preservadas, devido a erros de interpretação. Comprometendo-se assim, sem remédio, a integridade e autenticidade da obra primitiva, com evidente prejuízo da autoridade e da confiança que os empreendimentos da DPHAN devem inspirar e merecer.

A importância dessa tarefa fundamental é de tal ordem, que não me vexaria de recomendar a paralisação *quase* completa das obras em andamento e o cancelamento de novos serviços [...], a fim de que as verbas da dotação anual da DPHAN fossem integralmente aplicadas [...] nessa empresa de colheita e compilação maciça de informações, por se constituir em fundamento sobre o qual deverão assentar todas as iniciativas da Repartição (COSTA, Lucio. “Um guia para a defesa do patrimônio”, 1949. In: *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 1º de março de 1992, n. 139, p. 4-5)

Uma primeira aproximação do tema parece mesmo indicar que os primeiros esforços para preservação dos conjuntos urbanos tombados não partiram de um plano global, gerenciador da macro-configuração dos núcleos, e, nem tampouco, de um levantamento sistemático dos bens que, integrados, compunham a configuração do patrimônio urbano brasileiro então protegido. Com o foco voltado para as expressões arquitetônicas e artísticas “excepcionais” – sobretudo aquelas produzidas nos primeiros séculos da colonização portuguesa e para os remanescentes identificados como mais “homogêneos” –, o SPHAN concentraria seus estudos e voltaria seu olhar inicial, sobretudo, para as cidades mineiras.

Tomando como parâmetro o caso emblemático de Ouro Preto – objeto de um estudo

---

novamente, voltou à sigla IPHAN, como Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, designação vigente até os dias de hoje. Apesar das diferentes denominações, ao longo do período abordado, manteremos o termo SPHAN no decorrer do texto.

pormenorizado<sup>8</sup>, realizado pela arquiteta Lia Motta na década de 80 –, encontramos um dos primeiros documentos elucidativos da questão: a carta de Lucio Costa dirigida a Rodrigo Melo Franco de Andrade, a propósito da construção do Grande Hotel de Ouro Preto. Escrita em 1939, ou seja, pouco tempo depois da criação do órgão, seu texto é revelador, segundo Motta, do “*pensamento inicial da instituição, indicando os conceitos, as concessões e a ingenuidade no trato do conjunto tombado*” (1987, p. 109). Sem deixar de demonstrar repúdio à ideia de “*reprodução do estilo das casas de Ouro Preto*” nas novas construções, o arquiteto defendia, sem meias palavras, a adoção de um repertório moderno que

... conservando integralmente o partido adotado e respeitando a verdade construtiva atual e os princípios da boa arquitetura, se ajustasse melhor ao quadro e, sem pretender de forma alguma reproduzir as velhas construções nem se confundir com elas, acentuasse menos ao vivo contraste entre passado e presente, procurando, [...], aparecer o menos possível, [...], para que Ouro Preto continue à vontade, sozinho lá no seu canto, a reviver a própria história. L.” (MOTTA, 1987, p.110)

Se o conceito exposto por Lucio Costa indicava um caminho relativamente claro para que as “*supostamente poucas edificações novas no conjunto*” fossem executadas “*de forma a diluir-se no contexto antigo ou ser contemporâneas (modernistas), desde que de boa arquitetura*” (MOTTA, 1987, p. 110); na prática, as intenções iniciais do então SPHAN foram abalroadas por uma tanto intensa quanto inesperada aceleração do processo de crescimento da cidade, somada a uma “*produção social do espaço arquitetônico de expressão não necessariamente correspondente ao gosto da intelectualidade que conduzia o Patrimônio*” (Ibid., p. 111).

Ainda segundo Lia Motta, as consequências desta atuação podem ser verificadas em três escalas: na descaracterização urbanística e paisagística, na falsificação do conjunto e na produção de uma arquitetura “híbrida”. Chamando a atenção para a “*insistência no controle de cada caso, sem um dimensionamento global do problema*” a partir do qual poderiam ser estabelecidas “*normas e prioridades sobre onde despender maiores esforços, evitando ao menos as ocupações desfavoráveis em áreas de maior importância*” (MOTTA, 1987, p.115), a autora afirma que as primeiras ações do órgão foram pontuais, reflexo de uma visão de cidade entendida sob o prisma dos critérios estilísticos – concepção que perduraria por várias décadas, mesmo após as reformulações do conceito de preservação dos centros históricos, buscando inseri-los em uma

---

<sup>8</sup> A arquiteta Lia Motta foi coordenadora do Setor de Inventário de Bens Imóveis da Coordenadoria de Registro e Documentação da SPHAN/Pró-Memória. Seu artigo se baseou em pesquisa realizada na então Diretoria de Tombamento e Conservação, dirigida por Augusto Carlos da Silva Telles, e contou com a participação de equipe multidisciplinar composta por arquitetos e historiadores. A historiadora Maria Tarcila Guedes, que participou dos trabalhos, publicou recentemente outro estudo sobre a experiência do SPHAN e sua atuação em Ouro Preto. Cf. Guedes (2000).

perspectiva documental (MOTTA, 1987, p.108).

No entanto, a riqueza da experiência do SPHAN reside, justamente, no confronto entre estes múltiplos aspectos: de um lado, os contornos conceituais elaborados pelo grupo de arquitetos e intelectuais “modernistas”; e, de outro, os conflitos decorrentes da dinâmica de preservação exposta aos seus diversos agentes, somados à urgência de um pragmatismo inerente ao conjunto de atividades do recém criado órgão de preservação federal.

Em outras palavras, parece que as estratégias de atuação formuladas pelo SPHAN, na prática, tiveram que enfrentar a “cidade real”, com sua população e suas demandas, com seus poderes locais e suas estratégias políticas, muitas vezes, contrárias às proposições iniciais articuladas pela instituição, sofrendo contínuo rearranjo e trazendo, no bojo das expectativas antevistas, também imprevisíveis resultados.

...

Centrar nosso olhar, mais uma vez, para a atuação do SPHAN se justifica não somente pelo papel desempenhado pelo órgão que reuniu, em seu quadro inicial de colaboradores, figuras fundamentais no processo de fortalecimento da ideia de preservação do patrimônio cultural do país – tais como Mário de Andrade, Rodrigo Melo Franco e Lucio Costa –, mas também pelas lacunas ainda existentes no âmbito das investigações sistemáticas acerca dos procedimentos então formulados visando à proteção dos núcleos urbanos tombados.

Não obstante a experiência acumulada em mais de setenta anos e a ampliação dos debates teóricos, a questão da preservação do patrimônio arquitetônico e urbanístico cresce em complexidade. São patentes as dificuldades em promover o diálogo entre as estruturas tradicionais e as camadas mais recentes dos tecidos urbanos. Parece, então, prudente concluir que a necessidade de estabelecer parâmetros para as ações de proteção ao patrimônio, integrando preservação e planejamento, é ainda atual e urgente, o que revalida a importância de fomentar discussões neste campo.

Esta pesquisa pretende contribuir para o estudo da trajetória de preservação do patrimônio arquitetônico e urbanístico no país, através da análise das estratégias de intervenção no conjunto urbano de Diamantina, empreendidas pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) entre 1938 e 1967 – período compreendido entre o tombamento da cidade e o fim da diretoria de Rodrigo Melo Franco de Andrade. Ao percorrermos a trajetória do conjunto urbano, nas três décadas seguintes ao seu tombamento, buscamos aprofundar a compreensão dos pressupostos

teóricos e das questões pragmáticas enfrentadas na complexa tarefa à qual se lançou, pioneiramente, o corpo técnico do recém criado SPHAN.

Este resgate se faz, sobretudo, a partir da documentação existente nos arquivos da própria instituição que, compreendida à luz do contexto da época, torna-se instrumento de reflexão acerca da complexa interação entre a população, o poder municipal, a direção central do SPHAN – então representada por Rodrigo Melo Franco de Andrade –, sua regional mineira, coordenada pelo arquiteto Sylvio de Vasconcellos, e o colaborador local, o advogado João Brandão Costa. O estudo atento dos procedimentos que foram se constituindo na prática vai, pouco a pouco, reconstruindo um cotidiano onde o que se revela, nas entrelinhas das diretrizes formuladas para a inserção de novas edificações, para demolições e reconstruções, ou para as restaurações do casario existente, é um propósito maior de redesenho da história de si mesmo, da própria ideia de Brasil.

Sendo o órgão federal de preservação – atual IPHAN – uma das mais antigas instituições da América Latina e tendo realizado os primeiros tombamentos de núcleos urbanos já em 1938<sup>9</sup>, investigar a experiência do órgão significa, então, percorrer sua trajetória em território nacional, reconhecendo entre os erros e os acertos, a importância fundamental de sua ação – muitas vezes, em circunstâncias longe de ideais – na salvaguarda e defesa do patrimônio arquitetônico, urbanístico e cultural brasileiro. Esta reavaliação rigorosa se faz necessária, pois trará subsídios para uma segura reestruturação do órgão e para o preenchimento de lacunas, dentro de sua metodologia de atuação, vislumbradas desde seu processo inicial e que chegam, certamente, até os dias atuais onde se verifica uma ampliação daquilo que é considerado patrimônio em contraponto ao reduzido número de seu quadro administrativo e técnico.

Por fim, o objetivo final deste estudo será o de identificar as principais problemáticas enfrentadas pelo órgão federal de preservação, em sua trajetória, contribuindo, assim, na construção de caminhos possíveis para uma preservação mais ampla, integral e legítima, do rico patrimônio arquitetônico e urbanístico brasileiro, e contribuindo para reabilitar a instituição a uma inserção na dinâmica contemporânea, dentro do quadro sócio, político e cultural do país, deste novo século.

---

<sup>9</sup> Entre os 235 tombamentos que foram feitos no ano de 1938, são inscritas, nos Livros do Tombo das Belas Artes, seis cidades de Minas Gerais: Ouro Preto, Diamantina, Mariana, Tiradentes, São João del Rei e Serro. Cf. Sant’Anna (1995, p. 127).

## RECÔNDIDAS PISTAS: UM PERCURSO RETROSPECTIVO EM BUSCA DOS FATOS

A abordagem metodológica desta pesquisa se ampara em dois instrumentos fundamentais, que se alternaram ao longo do trabalho, quais sejam: *exame teórico* e *investigação empírica*.

Do ponto de vista do exame teórico, procedemos a uma revisão das teorias da restauração e reabilitação urbanística e dos conceitos presentes na legislação pertinente – incluindo as cartas internacionais e nacionais de restauro –, a fim de consolidar os fundamentos teóricos da pesquisa e de identificar e construir os conceitos e argumentos para a análise da atuação do SPHAN. Além disso, aprofundamos o estudo acerca do processo de criação do Serviço do Patrimônio Histórico<sup>10</sup> e Artístico Nacional e do instrumento do tombamento, tendo então como foco a questão do patrimônio urbano. Como referenciais teóricos, destacaríamos as leituras de autores do campo da preservação e da teoria da restauração como Françoise Choay (2001), Beatriz Kühl (1998), e os escritos de Viollet-le-Duc, John Ruskin, Gustavo Giovannoni, além das teses sobre o patrimônio cultural brasileiro e a criação do SPHAN de Márcia Chuva (1998), e Maria Cecília Londres Fonseca (2005), e da dissertação de mestrado de Márcia Sant’Anna (1995). Para a fundamentação específica à elaboração dos capítulos, podemos citar: para o desenvolvimento do primeiro, sobre a formação urbana de Diamantina, destaca-se a contribuição fundamental dos estudos de Sylvio de Vasconcellos (1975), e das historiadoras Til Pestana (2001; 2002) e Júnia Furtado (2008; 2009); em seguida, valemo-nos, além das já citadas pesquisas sobre o SPHAN, das publicações de Lauro Cavalcanti (1996), Lia Motta e Juliana Sorgine (2008) e Mariza Santos (1996).

Com relação à investigação empírica – base fundamental para as análises conduzidas ao longo do terceiro e quarto capítulos –, há que se ressaltar que uma das especificidades de nosso estudo reside no fato de que as pesquisas documentais têm um papel fundamental no processo de produção do conhecimento. Nos trabalhos até então realizados sobre a experiência do SPHAN e o patrimônio cultural brasileiro, de um modo geral, a função desempenhada pelas fontes primárias ficava em segundo plano em relação à análise gerada pelo material bibliográfico. No caso da tese aqui apresentada, a análise dos dados concretos, observáveis e apreensíveis a partir da documentação existente nos arquivos do IPHAN – registros de obras, fotografias, peças gráficas (levantamentos cadastrais, estudos, perspectivas), depoimentos e, sobretudo, a correspondência entre a instância local, a regional e a diretoria do então denominado SPHAN – constitui peça chave do percurso retrospectivo em busca da reconstituição do contexto em que se deram as ações

---

<sup>10</sup> Tema abordado em nossa dissertação de mestrado intitulada *Metodologia para a restauração arquitetônica: a experiência do SPHAN em São Paulo, 1937-1975*, e realizada neste mesmo programa de pós-graduação.



estudadas e dos fatos, de uma história ainda sem registro bibliográfico e que deveria ser fundada em uma base documental concreta e segura.

Imbuídos deste intuito, demos início a uma laboriosa jornada de pesquisa documental junto ao acervo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), com a consulta ao então denominado Arquivo Noronha Santos (ANS), atual Arquivo Central do IPHAN/RJ (ACI/RJ). Realizada em duas etapas – uma primeira, cumprida no período de 27 de novembro a 03 de dezembro de 2007, e uma segunda, entre os dias 7 e 11 de abril de 2008 –, a pesquisa objetivava apreender uma visão geral preliminar do material existente<sup>11</sup> para, em seguida, empreender uma complementação dos documentos então vislumbrados.

Os registros documentais pesquisados e transcritos resultaram em extenso relatório que serviu de fonte de consulta permanente durante o desenvolvimento da tese. Relativamente ao acervo iconográfico, foram constatadas, a partir das informações cadastrais, mais de 2.000 *imagens* relativas à cidade de Diamantina, das quais selecionamos, aproximadamente, 356 fotografias para análise mais detida<sup>12</sup>.

Demos sequência à pesquisa documental, com a visita ao Centro de Documentação e Informação (CDI) da 13ª Superintendência Regional/IPHAN-MG, na cidade de Belo Horizonte, e aos arquivos do Escritório Técnico I e da Biblioteca Antônio Torres, ambos em Diamantina, no período de 23 de abril a 08 de maio de 2008. Nestes arquivos, o acesso à documentação e a permissão para reprodução das imagens – embora em menor número e em diferentes condições de acondicionamento<sup>13</sup> – foi ampla. A transcrição dos registros escritos foi realizada no sentido de complementar as informações já obtidas junto ao ACI/RJ.

No período de 26 de abril a 23 de maio de 2009 realizamos uma terceira etapa de pesquisa no ACI/RJ, com a qual contamos com o auxílio valioso da historiadora Adriana Nakamuta, através da qual entramos em contato com a arquiteta Lia Motta, Coordenadora-Geral de Pesquisa,

---

<sup>11</sup> Foram consultadas as pastas gerais relativas ao centro histórico de Diamantina, o Processo de Tombamento e a iconografia digitalizada disponível no banco de dados de imagens, acessível aos pesquisadores no próprio arquivo. O material textual considerado relevante foi transcrito e apenas uma pequena parte da iconografia consultada foi disponibilizada em CD-rom, em março de 2008, em virtude da grande demanda acumulada, após período de greve do IPHAN, no ano anterior.

<sup>12</sup> Apesar de, inicialmente, termos encontrado dificuldades para reprodução de um número maior que 10 imagens – regra então vigente no ANS/RJ –, conforme veremos, no decorrer da pesquisa, obtivemos autorização para reproduzirmos tantos registros visuais quantos fossem considerados necessários ao desenvolvimento dessa tese.

<sup>13</sup> O prédio da CDI/13ª-SR-IPHAN/MG estava passando por reformas internas e pintura que incluíam a sala do arquivo – o que talvez possa ter prejudicado o acesso a alguns documentos, tendo em vista o reduzido número de fotografias fornecidas. No caso do AET-I/Diamantina/MG, tivemos acesso irrestrito a toda documentação, inclusive iconográfica. No entanto, vale ressaltar o significativo número de registros – iconográficos, inclusive – que ainda não passaram por processo de identificação e catalogação, e as condições de armazenamento das pranchas de projeto – gerando dobras e ondulações que dificultaram bons resultados de reprodução. Isto é especialmente nítido no Capítulo 4.

Documentação e Referência (COPEDOC), e com o atual chefe do ACI/RJ, o historiador Hilário Figueiredo Pereira Filho. Na nova etapa de pesquisa foram reproduzidos importantes documentos – então conhecidos, porém ainda não localizados<sup>14</sup> –, por meio de fotografia digital, proporcionando o acesso a um número muito maior de documentação. Foram, então, fotografados digitalmente os registros iconográficos da *Série Inventário*, os documentos cartográficos das entradas *Arquitetura e Urbanismo*, e os diversos despachos da *Série Obras*<sup>15</sup>.

Uma última etapa de pesquisa transcorreu durante os dias 13 a 18 de setembro de 2009 com o objetivo de detalhar a consulta às pastas de obras, especialmente em busca de pedidos para novas construções em Diamantina, bem como de proceder à última revisão bibliográfica na Biblioteca Noronha Santos, em busca de títulos suscitados nas conversas com os técnicos da instituição.

Se nos preocupava, inicialmente, a carência de fontes iconográficas e de registros de obras para reconstituirmos, ainda que em fragmentos, a rica experiência do SPHAN em Diamantina; nos estágios finais da pesquisa empírica os dados primários tornaram-se, ao contrário, demasiadamente abundantes. A dificuldade tornou-se, então, identificar, entre os diversos casos apresentados, aqueles que se mostravam mais completos – do ponto de vista dos registros gráficos arquivados e das sequências de ofícios, entre perguntas e respostas encaminhadas – e mais significativos, no que tange às questões conceituais por eles lançadas. Tentamos, entre os despachos encontrados, selecionar os que mais se mostrariam adequados por reunirem, em um único pedido, inúmeras e complexas indagações, e, sempre que possível, procuramos identificar, entre estes, os que apresentavam o desfecho às situações colocadas.

É importante ressaltar, no entanto, a dificuldade de localização, no quadro atual da cidade de Diamantina, destas referências – apesar da maioria dos pedidos de intervenção analisados estarem acompanhados de fotografias do estado de conservação do imóvel –, o que se deve à enorme transformação verificada nas unidades arquitetônicas do momento da intervenção até os dias de hoje.

...

Complementarmente à realização das pesquisas empíricas, foram realizadas as visitas

---

<sup>14</sup> Referimo-nos às pastas existentes na *Série Obras*, relativas, sobretudo, aos despachos emitidos pelos proprietários, e arquivadas no ACI/RJ sob a denominação dos logradouros – por exemplo, Pasta Rua do Amparo, Pasta Rua do Bonfim, etc.

<sup>15</sup> Toda a documentação consultada nos arquivos do IPHAN encontra-se relacionada junto ao item Referências Bibliográficas, listada em *Fontes e Documentação Consultada*.

técnicas à cidade de Diamantina, fornecendo material visual para análise das soluções adotadas, através da documentação fotográfica do estado atual de conservação do núcleo urbano tombado. No período de consulta aos arquivos mineiros, foi realizado, paralelamente, um registro fotográfico atual nos núcleos urbanos de Ouro Preto, Mariana, Congonhas e Diamantina, e, produzidas cerca de 2.600 imagens. Na cidade de Diamantina, a documentação seguiu um roteiro sistemático, percorrendo, imóvel por imóvel, a quase totalidade das ruas inseridas na área delimitada pelo tombamento federal.

A extensa documentação realizada, além de propiciar uma compreensão mais global do antes desconhecido contexto urbano da cidade, permitiu o cotejamento com a situação das décadas anteriores, apreendida a partir da iconografia resgatada. Vale ainda lembrar que, durante a visita à Diamantina, localizamos o acervo do fotógrafo Chichico Alkmim, responsável por documentar a cidade – a arquitetura, a paisagem e a população diamantinense, através de retratos – nas primeiras décadas do século 20<sup>16</sup>.

Realizamos entrevistas com profissionais ligados à área da preservação e reabilitação do patrimônio urbanístico, para discussão de pontos acerca da atuação do SPHAN, que forneceram informações indispensáveis, não disponíveis em bibliografia específica. Em primeiro lugar, destacaríamos as conversas<sup>17</sup> com a arquiteta Lia Motta, responsável pela Coordenação-Geral de Pesquisa, Documentação e Referência (COPEDOC/IPHAN), com a historiadora do IPHAN/RJ, Annalucia Thompson, com a arquiteta Helena Santos e com o historiador Adler Homero Fonseca de Castro – ambos do Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização (DEPAM/IPHAN). Entrevistamos ainda o arquiteto José Simões de Belmont Pessoa (FAU/UFF), a historiadora da arte Til Costa Pestana (Bens Móveis e Integrados/IPHAN) e a arquiteta Lívia Romanelli D’Assumpção (FEA/FUMEC)<sup>18</sup>.

---

<sup>16</sup> Após contatos realizados com a Fundação Educacional do Vale Jequitinhonha (FEVALE) – responsável pela guarda do acervo doado pela família, através do seu Centro de Documentação –, obtivemos autorização para reprodução de 46 imagens já digitalizadas entre os negativos em vidro deixados pelo fotógrafo. Outras imagens da cidade no período foram obtidas através da publicação intitulada *O olhar eterno de Chichico Alkmim*. Cf. SOUSA, Flander de; ALKMIM, Verônica França (orgs). Belo Horizonte: Editora B, 2005.

<sup>17</sup> Realizadas no período de abril a maio de 2009.

<sup>18</sup> Respectivamente nos dias 21/05, 16/09 e 29/10 de 2009.

## **ESTRUTURAÇÃO DA TESE E TESSITURA DA HIPÓTESE**

Relativamente ao seu corpo central, a tese encontra-se dividida em quatro capítulos. No primeiro deles, apresentamos as características do núcleo urbano diamantino, desde sua origem, passando pelo século 19 e chegando até as primeiras décadas do século 20. Em destaque, apontamos o estudo das normativas reais que regulamentavam o funcionamento do antigo Arraial do Tijuco e a análise da configuração urbanística apreendida a partir dos documentos cartográficos, produzidos na segunda metade do século 18; o resgate das impressões dos viajantes que percorreram e documentaram o local; e o impacto das novas estruturas inseridas no tecido urbano, na passagem do 19 ao século 20, entre as quais ressaltamos a construção da catedral, após a demolição da antiga Matriz de Santo Antônio. Buscamos compreender, sobretudo, o processo de formação da cidade e sua feição no momento que antecede o tombamento federal, ocorrido no final da década de 1930.

No segundo capítulo, por sua vez, introduzimos a discussão sobre os primórdios da atuação do SPHAN em núcleos urbanos tombados, com destaque para os motivos que levaram ao tombamento das cidades mineiras, a partir de 1938. Discutiremos ainda as questões legais e conceituais inerentes à atividade de preservação de conjuntos urbanos, no Brasil, e – do ponto de vista de um breve panorama – a formação e os trabalhos da regional, em Belo Horizonte, sob a coordenação do arquiteto Sylvio de Vasconcellos.

Em seguida, no terceiro capítulo, o foco das análises incide sobre as operações realizadas pelo SPHAN em prol da preservação do núcleo urbano tombado de Diamantina. Entre outros temas, destacamos: os debates em torno da delimitação da área de tombamento e as interações entre o órgão federal de preservação, o poder municipal e a população local; as obras de restauração, executadas pelas primeiras equipes permanentes do escritório técnico local, em monumentos e em imóveis particulares; e a formulação das diretrizes para as novas construções, erigidas no conjunto protegido.

Este percurso tem como meta demonstrar os procedimentos que nortearam a preservação do conjunto urbano de Diamantina, cujos reflexos ainda podem ser observados na cidade atual, inscrita na lista do patrimônio mundial, pela Unesco, em 1999. Descrição especial merece o processo de pesquisa e redação, sobretudo em relação à visualização do perfil da cidade no momento em que aquelas ações tornavam-se realidade. Dito de outro modo, compreender como se encontrava o conjunto urbano – em termos formais e espaciais – no momento de sua inscrição como patrimônio federal e da demarcação da zona tombada era essencial para redigirmos as análises desse capítulo.

Por fim, no quarto e último capítulo, apresentamos os projetos modernos desenvolvidos para o conjunto urbano de Diamantina. Em primeiro lugar, entram em pauta as soluções “condenáveis”, os pedidos indeferidos, e os projetos que, mesmo construídos, foram considerados inadequados por serem expressões “*de arte nova*” cuja “*extravagância das fachadas*” estava em “*desacordo com o espírito discreto e singelo da arquitetura tradicional*” da cidade. Mostramos ainda, entre outros projetos modernos, as obras de Oscar Niemeyer, executadas na década de 1950: a sede social para um clube esportivo, um hotel e uma escola. A partir de um roteiro comum, a análise busca evidenciar os diálogos travados entre cada um dos novos edifícios e o contexto existente.

...

A hipótese lançada está baseada em três argumentos complementares, que não se opõem, ao contrário, se somam para sustentar um princípio comum que balizou as ações e os conceitos relativos à preservação de sítios urbanos, nos primórdios da atuação do SPHAN no Brasil.

O primeiro argumento diz respeito à questão dos *projetos novos inseridos nos centros históricos*. Os arquitetos modernos que integravam a equipe do SPHAN, ao desenhar novos edifícios nos núcleos urbanos tombados, acabaram estabelecendo *procedimentos de projeto* que visavam a compatibilizar a edificação moderna com a arquitetura tradicional. Estes canais de aproximação entre o novo e o existente foram construídos, por exemplo, a partir do uso de materiais similares ou de elementos inspirados na tradição, como as telhas cerâmicas, os azulejos, a pintura a base de cal ou na cor branca, e a madeira pintada nas esquadrias, treliças e guarda-corpos. Se a definição dos materiais construtivos era condicionada pelo meio, em termos volumétricos, à nova arquitetura se permitia maior liberdade; no entanto, a atenção à escala constitui uma das evidências da tentativa de se estabelecer um diálogo com o contexto “histórico”.

Mas a questão não pode ser simplificada – risco factível ao admitir-se o pressuposto de uma coerência absoluta em torno dos projetos aprovados ou elaborados pelo próprio SPHAN. Afinal, a opção pela *criação*, e não pela imitação da arquitetura tradicional, e a afirmação dos pressupostos “modernos” nos novos projetos nem sempre foram unanimidade dentro do corpo técnico do órgão federal de preservação. Fato que pode ser comprovado a partir da análise do caso emblemático da construção do Grande Hotel em Ouro Preto<sup>19</sup>.

---

<sup>19</sup> A discussão detalhada em torno das três diferentes propostas para o Grande Hotel de Ouro Preto pode ser acompanhada em na pesquisa intitulada *Tradição e modernidade em Ouro Preto e Diamantina*, Trabalho Programado

Também é possível afirmar que não havia uma regra ditada ou um padrão a ser seguido, formalizados preliminarmente ao início de sua atuação nos núcleos tombados no Brasil. O estabelecimento dos critérios para inserção de novas edificações em contextos históricos foi um processo construído aos poucos, após o início das atividades, e consolidado em torno de uma conduta firmada, especialmente, a partir do reconhecimento intelectual da figura de Lucio Costa cuja opinião – na ausência de estatutos internos que regulamentassem a atuação inicial do SPHAN – passou a representar a postura oficial da instituição. Vale ainda lembrar que esta defesa – da afirmação do caráter moderno das novas construções – foi incorporada nos projetos de maior porte, porém, contraditoriamente, nas interposições de novas construções em pequena escala, a tentativa de “harmonizar” a arquitetura realizada contemporaneamente com o contexto existente acabou se manifestando através da repetição sistemática (e pouco criativa) de elementos presentes nos exemplares tradicionais.

O segundo tópico do conjunto de ideias aqui esboçado é relativo ao *restauro das edificações existentes nos centros históricos*. No cotidiano das práticas institucionais, é possível notar uma *transformação formal*, progressivamente operada nas edificações dos primeiros núcleos urbanos tombados – entre os quais destacamos a cidade de Diamantina –, e realizada por meio da aplicação de normas genéricas, observadas nas obras de recuperação dos imóveis dos centros históricos. Na medida em que estas cidades foram identificadas como “patrimônio nacional”, estas operações visavam ao reforço do caráter nacional, representado, no caso, pela arquitetura do século 18. Os componentes das alterações, geradas a partir das “restaurações”, também tiveram como base os padrões – *identificados pelos modernos* – da arquitetura tradicional, como, por exemplo, os largos beirais em telha cerâmica, ornamentados com cachorros em madeira, e a retomada das cores brancas nas paredes.

Enfim, observa-se que, ao mesmo tempo em que a seleção do que foi considerado “monumento nacional” passou pelo crivo moderno, também as ações de “preservação” foram influenciadas por seu raciocínio, por sua lógica operativa. Desta forma, os princípios defendidos pelos arquitetos do SPHAN se infiltraram, pouco a pouco, nas ações de restauração realizadas pelo

---

1/FAUUSP, p. 36-53. O projeto finalmente aprovado e construído é de autoria de Oscar Niemeyer que faz concessões ao desenho inicial para incorporar as sugestões de Lucio Costa. Segawa (1999, p. 97) reproduz a justificativa de Niemeyer para a solução final apresentada: “*Plasticamente procuramos uma solução que fosse uma expressão o mais possível pura de arte contemporânea, mas apresentando a necessária ligação com o ambiente local. Os pilotis, a cobertura de telha de canudo, as janelas em série, a silhueta do bloco que predomina a linha horizontal e mesmo a utilização de certos elementos tradicionais, como treliças etc. foram empregados com essa intenção*”.

órgão, podendo ser percebidos nos resultados finais das intervenções – desde as “correções” dos alinhamentos dos vãos e das irregularidades das autênticas fachadas do século 18, até a paulatina remoção de cor e de ornamentação das alvenarias de exemplares do século 19 e 20, e mesmo de remanescentes do século 18 já modificados pelos “novos” padrões arquitetônicos. O objetivo central era “resgatar” uma imagem ideal, correspondente ao período áureo dos núcleos urbanos mineiros, e teria transcorrido segundo um processo de *interpretação* da arquitetura do século 18. Tal conduta interpretativa – intuímos – só deixaria de ser genérica, passando a atender para as especificidades e particularidades de cada um dos núcleos mineiros tombados, após a criação de uma regional do SPHAN, em Minas Gerais, que, sob a coordenação do arquiteto Sylvio de Vasconcellos, teria aprofundado os estudos e os levantamentos dos conjuntos urbanos em questão.

Lógica equivalente à observada no restauro das edificações existentes, foi aplicada no preenchimento das lacunas relativas aos lotes vagos, dentro dos núcleos tombados. Da concepção inicial de Rodrigo Melo Franco de Andrade – esboçada em sua carta resposta ao prefeito municipal de Diamantina, em 1938 –, de defesa de uma postura contrária tanto à mimetização da arquitetura existente quanto ao estabelecimento de um “*modelo padrão a ser obedecido ou aconselhado nas futuras construções*”, gradualmente, assistiu-se à instauração de normas que, aos poucos, foram reduzindo as possibilidades de realização de uma arquitetura que, de caráter contemporâneo, procurasse estabelecer um diálogo coerente com os contextos históricos. Em seu lugar, o simulacro foi adotado como resposta padrão, induzindo a uma reprodução quase indiscriminada de elementos do repertório arquitetônico setecentista, e obtendo-se, desse modo, um amálgama indistinto entre as novas construções e as edificações existentes. Mesmo nos lotes mais afastados do centro histórico tombado, adotar-se-ia esta sistemática que, pouco a pouco, teria contribuído para a propagação, em toda a área urbana, dos tão temidos “fingimentos coloniais”.

Mesmo sendo fruto de um pragmatismo, podemos identificar uma origem conceitual *violletiana* como pano de fundo das restaurações realizadas, reconhecida em pelo menos dois aspectos: o primeiro deles – e que é a ideia central do conceito formulado por Viollet-le-Duc – está representado pela ideia de retomada de um *momento supostamente original* do monumento, de recomposição de sua *unidade estilística*, talvez nunca completamente alcançada e, portanto, de uma unidade *potencial* do edifício. Esta noção, no caso da atuação do SPHAN em Diamantina, não é aplicada a um monumento isolado, mas ao somatório das edificações restauradas. A retomada do “estado original” – no caso, a homogeneidade do conjunto urbano colonial – se faria por meio tanto

da *eliminação* (dos elementos formais característicos do ecletismo), quanto por *acréscimo* (através da repetição das soluções encontradas nos exemplares “autênticos”).

O segundo aspecto, por sua vez, se verifica, justamente, na adoção de um *modelo abstrato* que guiaria as transformações formais propostas durante as intervenções – baseado, em le-Duc, no conhecimento particularizado da arquitetura medieval francesa, em cada uma de suas regiões; e, no caso brasileiro, na interpretação do que seriam os componentes típicos da arquitetura dita “colonial”. No entanto, como já ressaltado, ao contrário de Viollet-le-Duc – que faz uso *intencional* de um modelo, construído a partir do conhecimento da arquitetura e das técnicas construtivas daquele determinado período, como método proposto –, o SPHAN não reproduz o processo com uma intenção explícita, com a consciência de que se utilizava de um conceito *violletiano*, mas o faz conduzido pelo pragmatismo de sua atuação.

No tripé da argumentação formulada, o terceiro aspecto refere-se aos *projetos novos não situados em centros históricos*. Das diversas variações assumidas pelo modernismo – assunto extenso que não pretendemos, aqui, detalhar –, podemos atribuir um fio condutor, comum à parte da produção arquitetônica, especialmente a partir da década de 1930, visível na intenção de se estabelecer um diálogo permanente e profícuo com a tradição. Os painéis azulejados, os elementos vazados e as empenas brancas constituem exemplos desta interlocução com a arquitetura tradicional brasileira.

O arquiteto Lucio Costa – uma das principais vozes do discurso modernista, no Brasil –, em complementação ao texto *Razões da nova arquitetura*, escrito em 1934<sup>20</sup>, afirmou que “*ser moderno é – conhecendo a fundo o passado – ser atual e prospectivo*”, pois “*a arquitetura dita moderna, tanto aqui como alhures, resultou de um processo com raízes profundas, legítimas*”. Não por acaso, a mostra *Brazil Builds*, inaugurada em 1943 no Museum of Modern Art (MoMA), e o livro-catálogo resultante foram divididos em duas partes: a primeira, dedicada à arquitetura tradicional, e, a segunda, à nova arquitetura produzida no Brasil<sup>21</sup>. É desta mesma conexão que trata Lucio Costa no texto *Documentação Necessária*, de 1938, sugerindo o moderno como uma “*evolução natural*” da tradição<sup>22</sup>.

<sup>20</sup> Cf. Costa (1995, p. 116).

<sup>21</sup> Cf. Segawa (1999, p.100-101).

<sup>22</sup> “[...]. Mas, justamente por isto, por ser coisa legítima da terra, tem para nós, arquitetos, uma significação respeitável e digna; enquanto que o ‘pseudomissões, nomando ou colonial’, ao lado, não passa de um arremedo sem compostura.

Aliás, o engenhoso processo de que são feitas – barro armado com madeira – tem qualquer coisa do nosso concreto-armado e, com as devidas cautelas, afastando-se o piso do terreno e caíndo-se convenientemente as paredes, para



O tema dos projetos modernos situados fora dos contextos ditos “históricos”, apesar de fundamental – especialmente por demonstrar o quanto a lógica utilizada pelos arquitetos e intelectuais filiados ao movimento moderno apresenta uma unidade, uma coerência, em certos momentos de sua trajetória –, não será objeto de um capítulo específico por tratar-se de uma matéria complexa que mereceria amplo desenvolvimento; dito de outra forma, preferimos apenas remeter ao tema, visto que é merecedor não menos que uma tese inteira.

---

*evitar-se a umidade e o ‘barbeiro’, [...]. [...]*

*Resultariam, de um exame assim menos apressado, observações curiosas, por isto que em desacordo com certos preconceitos correntes e em apoio das experiências da moderna arquitetura, mostrando, mesmo, como ela também se enquadra dentro da evolução que se estava normalmente processando” (COSTA, 1995, p.459).*

# Diamantina:

BREVE RELATO DE  
SUA FORMAÇÃO



## 1. Diamantina: breve relato de sua formação

O ouro do Serro Frio, descoberto nos fins do século XVII, seduzia, de toda a parte, a ambições de bandeirantes e aventureiros. Um grupo desses, tranquilizado pela visão guiadora do pico de Itambé, afoitou-se a explorar regiões mais apartadas, à cata de local onde a mineração fosse abundante e fácil.

Deparou-lhes o destino o sítio a que aspiravam, na confluência de dois córregos riquíssimos, posteriormente chamados Rio Grande e Piruruca. Como de costume, confiaram ao acaso a escolha do melhor curso d'água. Largada aos ventos, a bandeira voltou-se para a esquerda e os sertanistas subiram o Piruruca. Andando um quarto de légua, chegaram quase às cabeceiras e acamparam.

Com o fim de verificar se o terreno era aurífero, do leito do córrego apanharam o saibro grosso e claro, a que os mineiros chamavam piruruca. E, como o resultado das lavagens foi muito animador, trataram de estabelecer-se.

Também as margens eram ricas, de sorte que, correndo a notícia, afluíram de Conceição e circunvizinhanças novos aventureiros. Em um cômodo que dominava a povoação nascente, levantou-se o pelourinho.

Com pouco, seguindo mais ou menos o mesmo roteiro, nova bandeira chegou. Coube-lhe o outro córrego, a que pôs o nome enfático de Rio Grande. Seguindo por ele acima, fraldejando o morro, deteve-se em vasto tremedal, por sobre o qual serpejava outro córrego, que, nascendo no flanco oriental do morro, ia perder-se no Rio Grande. Deram-lhe o nome de Tijuco<sup>23</sup>, vocábulo indígena que quer dizer lama [...]. Explorado o terreno, encontraram ouro em abundância assombrosa, como nunca aparecera em toda a capitania (MACHADO FILHO, 1980, p.9).<sup>24</sup>

E assim surgia o arraial do Tijuco. Ali, como em outras cidades mineiras formadas em torno da exploração aurífera, a determinação do sítio para o assentamento dos primeiros núcleos de povoação foi consequência direta da proximidade com os locais de mineração<sup>25</sup>; e o traçado da cidade que foi se moldando, ao longo dos séculos seguintes, era antes resultado da somatória desses aglomerados espontâneos que se constituíram próximos aos pequenos cursos d'água e junto às vias e caminhos aos demais povoados do que expressão de um modelo de ocupação pré-estabelecido ou efeito de um plano regulador ordenado e uniforme – como se veria surgir, sobretudo nas vilas fundadas sobre a administração pombalina<sup>26</sup>.

<sup>23</sup> Saint-Hilaire confirma a toponímia: “*Um dos primeiros sítios onde eles fizeram descobertas foi num pequeno regato que corre sobre o monte onde hoje se acha a aldeia. As margens desse regato eram pantanosas e foi isso que fez dar ao lugar o nome de Tijuco, que significa barro, na língua dos índios*” (1974, p.27).

<sup>24</sup> O registro eloquente de Aires da Mata Machado Filho foi originalmente divulgado no número 12 das publicações do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, sob a tutela do Dr. Rodrigo M. F. de Andrade. Anos depois, uma segunda edição foi preparada, seguida de uma terceira, retificada e ampliada com base em conselhos do historiador Salomão de Vasconcellos, segundo nos indica o autor no prólogo da publicação. Cf. Machado Filho (1980, p.5-7).

<sup>25</sup> Reis Filho (1968, p.124-127) lembra que vários eram os aspectos a considerar na escolha dos sítios das povoações, tais como natureza do solo, relevo, fontes de água para o consumo, cursos ou massas de água, etc. Especialmente nas povoações de maior importância, a preocupação com a seleção do local adequado para implantação de novas cidades era bastante grande e compreendia, ainda, a avaliação do clima e do solo. Ressalta o autor que “*nas minas, porém, a localização dos aglomerados junto aos locais de mineração não permitia a escolha de sítios mais convenientes, e Ouro Preto, como São Luiz de Potosí, teria um sítio excepcionalmente acidentado*” (Ibid., p.127).

<sup>26</sup> Para a questão das vilas planejadas do Brasil-Colônia, ver: DELSON, Roberta Marx. *Novas Vilas para o Brasil-Colônia: Planejamento Espacial e Social do Século XVIII*. Brasília: Ed. ALVA-CIORD, 1997. E ainda: ARAUJO, Renata Malcher de. *As Cidades da Amazônia no Século XVIII: Belém, Macapá e Mazagão*. Porto: FAUP publicações.

Mas se o surgimento do pequeno arraial esteve associado à exploração do ouro, a consolidação de sua forma urbana se daria a partir da descoberta do diamante em suas terras<sup>27</sup>. A condição de região de mineração diamantífera e as características administrativas específicas dela decorrentes tiveram forte influência na configuração do núcleo urbano da futura cidade de Diamantina – hoje, um dos testemunhos mais singulares da arquitetura e do urbanismo brasileiro preservados do período, fato que justificou o tombamento de seu conjunto urbano, ainda em 1938, pelo então SPHAN, e sua inclusão na lista do patrimônio mundial junto à Unesco, em 1999. De comum com as cidades mineiras tombadas na década de 1930<sup>28</sup>, o antigo arraial do Tijuco traz, além da proximidade da data de sua fundação e da motivação que lhe deu origem – a descoberta do ouro –, o caráter predominantemente irregular<sup>29</sup> de sua implantação, resultante de um traçado urbano que foi se configurando a partir da polarização dos primeiros povoados que se estabeleceram na região, em contraponto à unidade do conjunto, garantida pela somatória de edificações do seu núcleo central *“preponderantemente dos séculos XVIII e XIX, amoldadas em sucessão contínua e cadenciada, escalonando a topografia irregular”* (PESTANA, 2001, p. 582)<sup>30</sup>. Quando, porém, comparada aos demais núcleos mineiros setecentistas, Diamantina apresenta, de particular, o ritmo e a maneira com que se organizaram as relações hierárquicas administrativas da Coroa portuguesa. Afinal, enquanto as outras logo *“se transformaram de pequenos arraiais em vilas”<sup>31</sup>, com o aglomerado usual da igreja matriz, casa de câmara e cadeia, com o pelourinho nas proximidades [...], Diamantina manteve-se na condição de arraial, subordinada a Vila do Príncipe – Comarca do Serro Frio”* (PESTANA, 2001, p. 579), desde o

<sup>27</sup> Foi nas encostas e nos cursos d'água das serras de Santo Antônio e São Francisco, e em especial no vale no riacho do Tijuco, pequeno afluente do Rio Grande, que se descobriu grande quantidade de ouro, em 1713 – data a partir da qual se fixariam os primeiros povoadores, dando origem ao arraial do Tijuco. Mais tarde, nos primeiros anos da década de 1720, foram encontrados diamantes, mas a Coroa portuguesa só seria informada em 1729, por Dom Lourenço de Almeida, governador das Minas, quando não era mais possível acobertar o precioso achado, segundo Cairo e Pessôa (2007, p. 83). Cf. ainda Pestana (2001, 2002, p. 2); Machado Filho (1980, p.11-13).

<sup>28</sup> Além de Diamantina, Serro, Tiradentes, São João del Rei, Mariana e Ouro Preto foram inscritas, em 1938, no Livro de Tombo das Belas Artes.

<sup>29</sup> *“Com as casas amoldando e determinando o traçado das ruas, foi se estabelecendo espaços sinuosos, com alargamentos e estreitamentos, com as mais tortuosas formas. De fato, configura um espaço urbano com ruas que formam diversos tipos de ângulos e saliências, inclusive com becos estreitíssimos”* (PESTANA, 2001, p. 581).

<sup>30</sup> Segue, ainda, a autora, afirmando: *“Estas edificações, especialmente residenciais, destacam-se pelo seu maior número [...], apresentando a repetição sistemática da mesma tipologia de fachada, que impõe uma cadência rítmica e sequencial na imagem uniforme da cidade”* (Ibid., p. 582).

<sup>31</sup> Segundo Nestor Goulart Reis Filho, os arraiais mineiros correspondentes às atuais Mariana (Vila de Albuquerque), Sabará (Vila Real de Sabará) e Ouro Preto (Vila Rica) teriam se elevado à categoria de vila em 1711; São João Del Rei, em 1713; Serro (Vila do Príncipe) e Caeté (Vila Nova da Rainha do Caeté do Mato Dentro), em 1714; e Tiradentes (São João Del Rei), em 1718. (Apud PESTANA, 2001, p. 579).

início de sua formação, em 1713, até 1831, quando foi elevada à categoria de vila, com a nova denominação de Diamantina<sup>32</sup>.

A seguir, recuperamos a formação do arraial do Tijuco, apresentando as características do núcleo urbano, desde sua origem, passando pelo século 19 e chegando até as primeiras décadas do último século. Em foco, a análise da configuração urbanística apreendida a partir dos documentos cartográficos, produzidos a partir da segunda metade do século 18, tendo como pano de fundo as normativas reais que regulamentavam o funcionamento do antigo povoado; o resgate das impressões dos viajantes que percorreram e documentaram o local, sobretudo ao longo do século seguinte, registrando as particularidades da arquitetura de seu conjunto; e o impacto das novas estruturas inseridas no tecido urbano, na passagem do século 19 ao 20, entre as quais ressaltamos a construção da catedral, após a demolição da antiga matriz de Santo Antônio – fato ocorrido poucos anos antes do tombamento da cidade –, e os novos eixos de expansão da mancha urbana. O objetivo é resgatar, em breve relato, a trajetória da cidade desde o momento de seu surgimento até o instante em que se transforma em “patrimônio nacional” e se iniciam os esforços para sua “proteção”.

### 1.1. DE ARRAIAL À VILA: OS PRIMÓRDIOS DO NÚCLEO URBANO DIAMANTINO

Os primeiros povoadores do antigo arraial fixaram-se a pouca distância do córrego Rio Grande, no leito de um curso d’água ao qual batizaram Tijuco, no ano de 1713. A ocupação deu-se sobre a encosta de uma colina, margeando a Serra dos Cristais, criando para o pequeno núcleo construído, desde o início de sua formação, uma indissociável e imponente moldura natural. O Tijuco manteve-se na condição de arraial por mais de um século; porém, ao contrário do que possa parecer, já havia atingido uma concentração de moradas e de construções religiosas – bem como de riquezas acumuladas pela exploração das pedras preciosas – que justificaria sua ascensão aos níveis hierárquicos subsequentes<sup>33</sup>. O fato chamou a atenção de Saint-Hilaire que registrou, em sua viagem de 1817:

<sup>32</sup> Til Pestana apresenta, em um artigo publicado em 2001, a data de 1832; porém, em um texto publicado em seguida, apresenta a data de 1831, confirmada também por Cairo e Pessoa (2007, p. 84). A vila seria erigida à categoria de cidade, sob a mesma denominação, em 1838, segundo Pestana (2002) e D’Assumpção (1995, p. 87); porém Cairo e Pessoa apresentam a data de 1833.

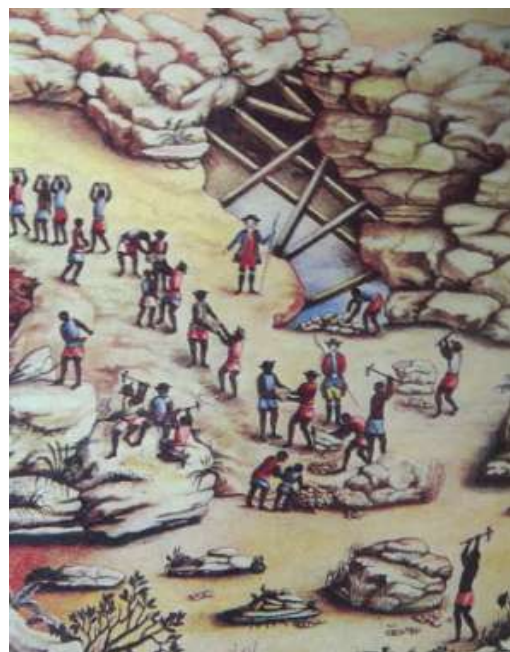
<sup>33</sup> Murillo Marx (1991, p. 12) esclarece: “*Se a aglomeração surgia espontaneamente e, ao longo do tempo, ia galgando diferentes estágios hierárquicos, esse processo ocorria norteado pela Igreja até o momento decisivo da criação do município. Uma concentração de moradas e uma capela, depois capela-curada ou visitada por um padre, quem sabe uma paróquia mais tarde. Um povoado de determinado porte aspiraria constituir uma paróquia ou, denominação que prevaleceu entre nós, uma freguesia. Depois tal freguesia vai almejar a autonomia municipal que, se alcançada, implicará o seu símbolo, o pelourinho, e a sua casa de câmara e cadeia. Símbolo e sede do município que deverão se*

Não se dá ao Tijuco outro nome além de arraial, entretanto a população desta aldeia, já que é assim chamada, eleva-se a cerca de 6.000 almas, e o número de casas é de cerca de 800. Provavelmente, para impedir o clero de assumir grande importância no Distrito dos Diamantes, não se quis mesmo elevar Tijuco à categoria de cabeça de paróquia, e, ao tempo de minha viagem ela não era se não humilde sucursal dependente de Vila do Príncipe (1974, p. 27).

A natureza de sítio de exploração e comercialização de diamantes, ao invés de acelerar o desenvolvimento do arraial, acabou interpondo obstáculos à sua elevação à condição de vila, na medida em que a uma maior autonomia em relação a Portugal poderia corresponder uma menor arrecadação de tributos. Não obstante as dificuldades para extração das pedras preciosas, os diamantes representavam uma compacta forma de riqueza e implicavam em atividades que eram, inicialmente, realizadas por escravos e que podiam ser resumidas na

... retirada do cascalho do leito do rio, depois de desviar as águas para um canal artificial e sua lavagem para procurar os diamantes. As pedras preciosas também podiam ser encontradas nas grupiaras e serras e sua exploração nesses locais era mais fácil. O gorgulho era tirado a seco, conduzido e lavado para encontrar o diamante.

O penoso trabalho era realizado de forma rudimentar contando com simples ferramentas conhecidas como “quicaia” – alavancas, cavadeiras, picaretas, enxadas, carumbés, bateias e peneiras. Somado ao serviço simples também se constituiu um universo particular de moradia, alimentação e vestuário. De fato, foi se estabelecendo uma cultura específica local. Formou-se também um vocabulário próprio, inclusive para especificação dos variados diamantes. A pedra de bom peso, por exemplo, chamava-se de “catatau” ou “buziu” e as pequenas de “finquete”, “fininho”, avoador” (PESTANA, 2002, p. 161-162).



Figuras 1 e 2: Os diamantes eram encontrados mais facilmente no aluvião dos rios. Quando este se esgotava, passava-se à exploração dos depósitos de cascalhos (grupiaras), junto às margens.

Fonte: Furtado (2003).

No plano das aspirações de riqueza, a persistência poderia ser recompensada com a descoberta das pedras em meio aos cascalhos, o que explicaria, segundo Machado Filho (1957, p. 15), “*o arrojo das tentativas, [...] esbanjamentos na efêmera fortuna e o orgulho consolador de que, de uma hora para outra, tudo pode[ria] melhorar*”. Porém, na prática, tornou-se cada vez mais restritiva a atividade em torno da extração e comércio de diamantes e, por consequência, as possibilidades de enriquecimento em função dos achados preciosos. Aos poucos, a Coroa portuguesa foi estabelecendo uma série de medidas visando garantir, primeiro, o recolhimento dos tributos devidos e, em seguida, a exploração direta dos diamantes em território brasileiro. O núcleo diamantino viveu, então, sob a égide de uma organização administrativa peculiar que resultou em uma configuração urbana também particular:

De fato, a mineração de diamante determinou uma ordem administrativa especial para o território, com a Demarcação Diamantina, definida em 1731, que incluía o arraial do Tijuco e outros pequenos povoados<sup>34</sup>. A organização administrativa com representação e atuação local foi estabelecida em 1734, com a criação da Intendência dos Diamantes, situada no Arraial do Tijuco. Dessa maneira, a política administrativa portuguesa estabeleceu os responsáveis diretos pelo cumprimento de suas ordens na área de Demarcação, que eram representados, principalmente, pelo Intendente e o Governador da Capitania. Assim, a Intendência foi atuando, durante longo período, conforme as variadas decisões da Metrópole, sobre a forma de extração e comercialização do diamante. Inicialmente, se utilizou a forma de contrato<sup>35</sup>, determinada em 1739, quando a exploração era monopólio particular. Depois foi instalada a Real Extração do Diamante, estabelecida de 1771 a 1845, com o monopólio régio, definido pelo Regimento Diamantino (PESTANA, 2001, p. 580).

Os estudiosos do período ora apresentam as relações políticas e administrativas de forma a enfatizar os rigores e o autoritarismo a que estaria sujeita a sociedade diamantina, sob as ordens da Coroa portuguesa, especialmente a partir de 1771, ora relativizam essa perspectiva, chamando a atenção para as maneiras encontradas, pelas elites locais, de burlar a Administração colonial<sup>36</sup>. A

<sup>34</sup> Os limites do Distrito eram constantemente alterados para englobar os novos achados de diamantes. A primeira demarcação, segundo Furtado (2008, p. 26), incluía os arraiais e povoados de Gouveia, Milho Verde, São Gonçalo, Chapada, Rio Manso, Picada e Pé-do-Morro.

<sup>35</sup> O Sistema de Contrato foi, segundo Cairo e Pessôa (2007), adotado em função da dificuldade de se adotar o mesmo sistema de cobrança de impostos do ouro – o quinto, no qual a quinta parte das pedras extraídas seria da Coroa –, pois as pedras eram muito diversas entre si e encontravam-se em área específica. Nesse novo sistema de recolhimento do tributo, o contratador “*recebia a concessão da exploração da extração por um período determinado e por determinadas áreas, com um número limitado de escravos (esta era a cláusula menos respeitada), em troca do pagamento de uma taxa fixa. A extração do ouro era proibida*”. (Ibid., p. 83). Ainda segundo os autores, os contratadores eram “*verdadeiros donatários com privilégios imensos, interessados unicamente nos confiscos e na valorização de seus contratos*”. Os contratadores foram apenas seis, durante o período de 1740 a 1771, sendo que o mais notório deles foi o desembargador João Fernandes de Oliveira, por sua longa e estável relação com a escrava Chica da Silva. Para aprofundar o assunto, é imprescindível a leitura de *Chica da Silva e o contratador dos diamantes: o outro lado do mito*, de Júnia Ferreira Furtado, editado pela Companhia das Letras em 2003.

<sup>36</sup> No primeiro grupo estaria a historiografia propagada por meio dos estudos de memorialistas mais conhecidos, como Joaquim Felício dos Santos. Apenas recentemente, pesquisas como a da historiadora Júnia Ferreira Furtado têm apontado novas linhas de interpretação e nuances na já consagrada visão das relações entre as esferas públicas e privadas do distrito diamantino, no Brasil colonial.



opção pela austeridade e intransigência, porém, fica patente na leitura do regimento expedido em 2 de agosto de 1771, quando a Coroa, então sob a administração do Marquês de Pombal, determina o fim do Sistema de Contrato e a criação da Real Extração. O documento demonstra a preocupação de Portugal com a falta de controle crescente sobre a região mineradora em torno do Tijuco e acirra as medidas de punição às violações cometidas, então sob uma nova ordem reguladora própria<sup>37</sup>. Ao mesmo tempo, se por um lado não se pode contestar que esse instrumento representa o autoritarismo e a inflexibilidade que correntemente se associa ao Regimento Diamantino, do ponto de vista legal; por outro, a escassa documentação do período<sup>38</sup> referente à Intendência do Diamante torna muito tênue a linha de separação entre as simples suposições e suas comprovações factíveis. Linhas recentes de interpretações históricas apontam que, de fato, as punições severas foram infligidas mais aos escravos e forros, ou seja, a uma maioria desprotegida da população; permitindo, em contrapartida, que uma rica minoria gozasse das benesses do poder e da riqueza adquiridos<sup>39</sup>. Na verdade, a ganância desmedida que se instaurou no território dos diamantes acabou por facilitar

---

<sup>37</sup> “*Eu el-Rei. Faço saber aos que este Alvará virem que, tendo ordenado [...] que a extração e venda dos diamantes do Brasil desde o primeiro de janeiro próximo futuro em diante, haja de correr por conta de minha Real Fazenda, [...]; para a expedição de tudo o que pertence à extração dos mesmos diamantes e para a execução das ordens [...], havendo constituído os urgentes motivos daquela minha resolução certas informações que tive de que os lesivos e intoleráveis abusos que na mineração das referidas pedras se tinham introduzido, [...], crescendo de ano em ano estes males, cada vez mais até o ponto em que não cabendo já os remédios deles nas forças dos particulares, vieram a fazer indispensavelmente os do meu Régio Braço; [...] VII Tendo mostrado a experiência que contra as minhas Leis, Ordens, Bandos a que elas se acham referidas, para proibirem a introdução de negros não matriculados nas Terras Diamantinas e para se castigarem os matriculados que nelas ou cometem descaminhos ou vão mineirar sem licença, [...] XXXIII Sendo informado que no arraial do Tijuco, na Vila do Príncipe e em vários outros lugares das Terra[s] da Demarcação dos Diamantes, se tem aumentado a um número excessivo as lojas de fazendas secas, armazéns de molhados e vendas ou tavernas, tendo na maior parte delas por principal objeto muitos dos seus interessados comprarem diamantes extraviados debaixo do pretexto ou motivo de venda dos seus gêneros, sou servido ordenar que o Desembargador Intendente faça logo reduzir ao menor número possível [...], as sobreditas lojas, armazéns e vendas, mandando fechar as que não forem necessárias e conservando entre os vendedores somente aqueles dos quais não houver notícia ou suspeita de haverem concorrido para o extravio de diamantes. [...] XL Todos os homens brancos, pardos ou pretos forros, que tiverem estabelecimento conhecido, isto é, de roças, lavras, ofício, fabris, comércio ou outro emprego permitido, ou que não forem feitores, caixeiros ou servidores dos referidos, de sorte que por terem modo conhecido de manterem a vida possa haver deles a suspeita de que vivem de algum tráfico oculto, serão desde logo expulsados do distrito da Demarcação. [...]”.* Transcrita por Machado Filho (1980, p. 18-40), a partir da publicação de Augusto de Lima Júnior, intitulada *História dos Diamantes nas Minas Gerais*, edições Dois Mundos, Brasil e Portugal, 1945, p. 137.

<sup>38</sup> “*Infelizmente, toda documentação referente à Intendência do Diamante foi destruída, queimada provavelmente durante os trabalhos de recuperação do prédio que atualmente abriga a prefeitura e a Câmara da cidade*”. Furtado (2008) baseia-se, então, em peças de inventário, do período entre 1794 e 1823, totalizando 67 documentos; em Devassas Eclesiásticas, encontradas no Arquivo Eclesiástico de Mariana; e em documentação esparsa relativa ao Vice-Reinado, consultada no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro.

<sup>39</sup> Ainda segundo Furtado (2008, p.69): “*As classes mais altas conseguiram se proteger melhor da repressão, muitas vezes se aproveitando do próprio aparelho administrativo. O acúmulo de poderes nas mãos de algumas autoridades, como os ouvidores encarregados de aplicar a justiça, os intendentes ou mesmo os capitães de Destacamentos que faziam as prisões, e a grande autonomia de que dispunham provocavam o aumento das arbitrariedades, abusos e redes de proteção. A isto se somavam as distâncias, que contribuíam para isolar as autoridades locais de seus superiores, permitindo que agissem com muita independência. O rigor das penas e dos castigos, a violência com que geralmente se aplicava a justiça, incidia sobre as classes mais baixas e servia para implementar a hierarquia social*”.



... um processo ineficiente e trôpego de desentendimento entre as autoridades que se chocavam entre si, interferindo umas com as outras, de modo que conseguiam muito pouco controle das elites locais. Estas se aproveitavam das rivalidades entre os intendentos e os governadores para cooptar, usufruindo das autoridades para consolidar seus interesses, formar suas fortunas, administrar seus escravos e se dedicar às atividades econômicas que se desenvolviam, em franca prosperidade, no Distrito, apesar da Coroa, apesar das leis, das autoridades e, sobretudo, em torno e por meio delas<sup>40</sup>.

A sociedade diamantina não diferia muito da encontrada no restante da capitania, ou seja, era composta de uma pequena classe dominante branca, em sua maioria portugueses – a ocupar os principais cargos administrativos, monopolizando as patentes militares e honorárias –, e uma grande camada de escravos, seguida de homens e mulheres livres e pobres, geralmente pardos. Tal segmentação, no entanto, não significava imobilidade social – ideia em muito difundida pela ausência de estudos contemplando a população liberta de cor<sup>41</sup>.

Se reconstituir o cotidiano da sociedade diamantina no período da Real Extração é tarefa complexa em função da escassez de fontes documentais, semelhante dificuldade pode ser observada nas tentativas de se recuperar o processo inicial de formação de seu território. Sylvio de Vasconcellos (1975) e Aires da Mata Machado Filho (1980) defendem a tese de que os rigores da administração da Coroa portuguesa teriam influenciado o desenho do arraial do Tijuco, restringindo sua ampliação e moldando seu crescimento dentro de limites mais contidos<sup>42</sup>. Essa ideia encontra eco em D’Assumpção (1995), segundo a qual a maneira encontrada para viabilizar a fiscalização com poucos soldados e para manter os moradores sob vigilância foi por meio da contenção da expansão do núcleo urbano, conforme atestaria o trecho da carta da Diretoria de Lisboa, dirigida à Junta Diamantina, em 13 de julho de 1789: “... *nem finalmente consentirão na edificação de novas casas afastadas do meio da povoação, por serem as mais adequadas aos ladrões de diamantes e contrabandistas*” (SANTOS, 1976 apud D’ASSUMPÇÃO, 1995, p. 84).

Para Vasconcellos (1975), uma forma de se compreender a formação urbana das vilas em Minas Gerais e, por extensão, do Tijuco, seria estudando os caminhos de penetração que as teriam originado. No caso do território diamantino, essas vias chegavam a partir do sul, com destino a Serro Frio (Vila do Príncipe), daí se bifurcando para noroeste, passando então pelo Arraial do

<sup>40</sup> DIAS, Maria Odila Leite da. Texto de Apresentação. In: FURTADO, 2008, p.16.

<sup>41</sup> Cf. Furtado (2008, p. 43-46).

<sup>42</sup> Sylvio de Vasconcellos, com base em seus estudos, considerou a população do Arraial do Tijuco escassa durante o século 18: “*Enquanto a maioria das povoações mineiras se constituía espontânea e livremente em torno do comércio interessado no abastecimento local, no Tejuco o Arraial se conteve, limitado por acidentes geográficos e pelo controle administrativo, dependendo do comércio de distribuição. [...] No Tejuco, [...] as oscilações da produção diamantífera pouco reflexo produziram na dinâmica urbana. [...] Contido por vários meios e modos, não se modificou muito o arraial em seu primeiro século. Só a partir de 1831, elevado a Vila Diamantina, é que adquiriu liberdade e autonomia indispensáveis ao seu progresso*” (1975 apud FURTADO, 2008, p. 38).

Tijuco, pelo Rio São Francisco e pelo Guaicuí, e seguindo rumo ao nordeste, chegando até Minas Novas do Fanado e Rio Jequitinhonha. Outra saída, feita pelo núcleo do Arraial do Tijuco, rumava diretamente para o norte. Esses caminhos guiaram-se pelos maciços divisores de bacias hidrográficas, ao contrário do que era comumente observado:

Este traçado, que não é usual nas penetrações, em geral mais apegadas aos vales por serem mais facilmente transitáveis, [...] pode decorrer de três razões fundamentais: a dificuldade de transposição de grandes cursos d'água desprovidos de pontes; a procura de nascentes ou de ribeirões de menor porte, onde mais facilmente se encontrava o ouro; e o descortino dos panoramas, necessário à sua orientação (1975 apud D'ASSUMPÇÃO, 1995, p. 96).

Segundo os estudos realizados por Sylvio de Vasconcellos, a futura Diamantina teria se originado da polarização de pequenos núcleos isolados, cuja confluência dos caminhos de ligação teria delimitado uma área triangular, com centro de gravidade no arraial do Tijuco, vértice no arraial de Baixo e base junto desenhada ao curso do córrego Tijuco. Os agrupamentos periféricos iniciais, segundo ele, seriam três: o arraial de Baixo, surgido das lavras, a sudeste, nas encostas voltadas para a Palha; o arraial de Cima, surgido da mineração nas grupiaras e no alto da Serra, a sudoeste; e o arraial do Rio Grande ou Tijuco, a nordeste, na saída para Minas Novas, que surgiu a partir da exploração do ouro no vale do mesmo rio e se tornaria o mais populoso, acabando por determinar a denominação de todo o núcleo diamantino quando os povoados, finalmente, ligaram-se entre si<sup>43</sup>. Haveria ainda um quarto arraial, que se organiza posteriormente, denominado arraial dos Forros ou Macau, junto ao córrego da Caridade, no lado noroeste, que daria, enfim, a conformação quadrangular em cujas bases, efetivamente, se desenvolveria o arraial do Tijuco, futura cidade de Diamantina<sup>44</sup> (ver fig. 5).

O desenvolvimento do arraial teria se dado em três etapas principais, sendo “*a primeira, de 1700 a 1720, relativa ao povoamento esparsa, em vários arraiais, de limitação indeterminada; a segunda de formação polarizada, de 1720 a 1750, quando se organizou em reticulado sua parte urbana propriamente dita; a terceira, de 1750 em diante*” (VASCONCELLOS, 1975, p. 112), quando se consolidou e se realizou a expansão do núcleo urbano. A primeira fase – ainda anterior à descoberta do diamante – teria se caracterizado pelo povoamento esparsa do território e restrito a

<sup>43</sup> Cf. D'Assumpção (1995, p. 97); Ávila (1979, p. 479) e Vasconcellos (1975, p. 106-107).

<sup>44</sup> Mais uma vez, a escassez de fontes documentais gera divergências entre os pesquisadores. D'Assumpção (1995, p. 98) resume da seguinte forma: “*Ao que parece, somente dois dos aglomerados primitivos são comuns às diferentes interpretações: o Arraial do Rio Grande – posteriormente ‘Tijuco’ – antiga formação começada no Burgalhau, e o Arraial de Baixo. [Joaquim Felício dos] Santos não chega a mencionar este último, mas refere-se à igreja local, Nossa Senhora do Rosário. O terceiro Arraial (‘de Cima’), mencionado por Vasconcellos, não é considerado nem por Santos nem por Machado Filho. Ambos referem-se apenas aos currais de gado antigamente existentes na grande esplanada (‘Largo do Curral’, hoje ‘Largo D. João’), na saída para o sertão baiano*”.

cada arraial de forma isolada, ausente de qualquer preocupação com arruamentos ou construções definitivas, e sem delimitação precisa de seus contornos. A definição dos caminhos de ligação entre os quatro arraiais principais, o surgimento de novas ruas e becos, e a polarização do povoamento em uma área central – o arraial do Tijuco – marcariam a segunda fase. À terceira fase correspondeu o apogeu da economia do diamante, quando sua produção atingiu os maiores índices, por meio da exploração pelo sistema de contrato. Como veremos, foi nesse período que se ergueram as principais igrejas e o casario residencial e público de maior porte.

É interessante cotejar dois importantes núcleos mineiros do período, a antiga Vila Rica e o arraial do Tijuco. Segundo Sylvio de Vasconcellos, em Vila Rica “*cada mina, nos morros, originava uma construção residencial, multiplicando os arruamentos*” (1975, p. 103), expandindo-se, assim, o conjunto urbano “*linearmente ao longo das estradas*” (Ibid., p. 101), por meio da consolidação das ligações entre os diversos arraiais (ver figs. 3 e 4) –; diferentemente, no arraial do Tijuco, as minerações ou extrações eram localizadas na periferia do núcleo urbano, tendo sido sua interferência muito mais no sentido de limitar do que ampliar sua configuração inicial, daí a característica de sua solução quase quadrangular, concentrada (ver fig. 5). Somado a isto, as barreiras naturais – como o curso de rios e as formações montanhosas do entorno –, bem como os propósitos da Coroa portuguesa teriam contribuído para inibir sua expansão, estimulando o seu adensamento dentro de contornos contidos.

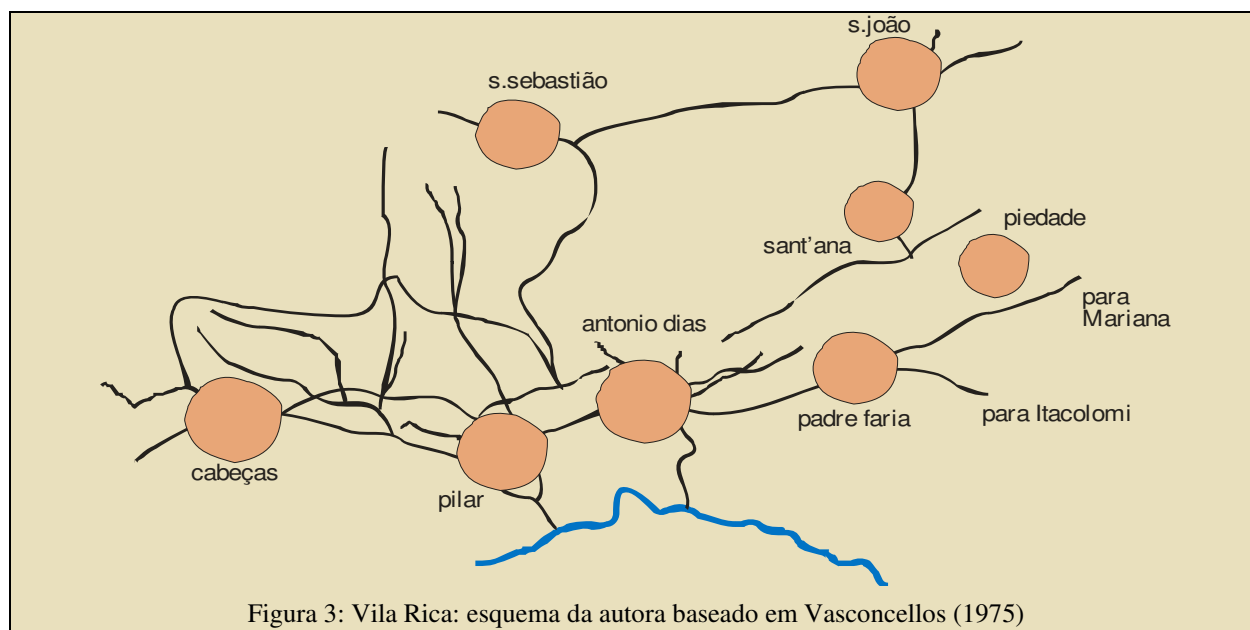


Figura 3: Vila Rica: esquema da autora baseado em Vasconcellos (1975)



Figura 4: Observar que a disposição dos arraiais primitivos faz surgir um núcleo com configuração linear bastante acentuada. Acima, mapa de Vila Rica (ca.1775-1800) Fonte: Reis Filho (2000).

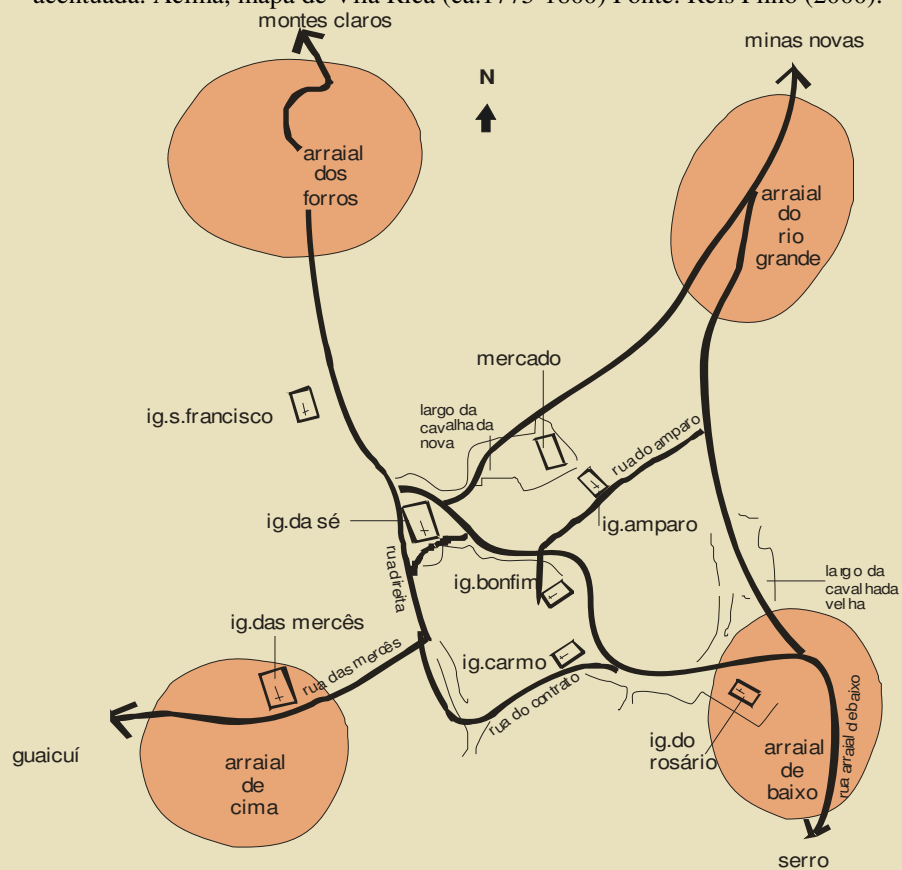


Figura 5: Arraial do Tijuco, primitivos caminhos de ligação entre os assentamentos. Esquema da autora baseado em D'Assumpção (1995).

## 1.2. CONSOLIDAÇÃO E EXPANSÃO DO ARRAIAL DO TIJUCO: UMA LEITURA A PARTIR DA CARTOGRAFIA DA SEGUNDA METADE DO SÉCULO 18

Os primeiros assentamentos, segundo Joaquim Felício dos Santos (1976), teriam se fixado na margem direita do córrego Tijuco, afluente do Rio Grande, e originado a localidade denominada Burgalhau<sup>45</sup>.

Com o surgimento de outros pequenos núcleos de extração do ouro, iniciou-se o processo de “conurbação”. O arraial situado junto ao Tijuco tornou-se o pólo de atração para o desenvolvimento dos burgos isolados ao longo dos principais caminhos de comunicação entre essas remotas paragens e outras regiões, como o Arraial de Baixo, na área de mineração a sudeste; o arraial do Rio Grande, ligado à exploração do vale do rio Grande; e o arraial de Cima, junto às jazidas auríferas do sudoeste. O arraial do Tijuco possuía melhores condições de desenvolvimento, graças a sua posição central e à topografia privilegiada (CAIRO e PESSÔA, 2007, p. 84).

Com o tempo, o adensamento foi se tornando mais significativo em torno do arraial do Tijuco, e a região do arraial do Rio Grande – onde, primitivamente, o povoado havia surgido – se conformaria em uma área de ocupação mais rarefeita. Não chegando a constituir um traçado com reticulado inteiramente uniforme, o núcleo combinava situações de arruamentos retificados, compostos com outros mais irregulares nas áreas mais periféricas. Essa configuração mais ordenada correspondia ao centro do arraial, delimitado pelas ruas do Rosário, do Contrato e Direita, onde a topografia permitiu o desenvolvimento de caminhos ao longo das curvas de nível da encosta, entrecortados, perpendicularmente, por ruas paralelas. Ligando o arraial de Baixo ao Tijuco, formaram-se as rotas que, mais tarde, configurariam as ruas do Carmo, da Quitanda e do Bonfim, conectando as duas igrejas mais antigas: a de Santo Antônio e a de Nossa Senhora do Rosário.

Como se pode observar na planta e no seu detalhe ampliado (*figs. 7 e 8*), além do traçado não seguir uma trama reticulada – na medida em que seguia a topografia irregular diamantina –, o alinhamento das vias também não era constante, pois as travessas e becos, e mesmo os percursos principais configuravam espaços sinuosos, ora alargando-se ou estreitando-se, conforme o avanço ou recuo das testadas dos lotes. Os largos que se formavam nos espaços mais amplos, no entanto, não chegavam a constituir praças – provavelmente, pela ausência de Casa de Câmara e Cadeia<sup>46</sup> – fato

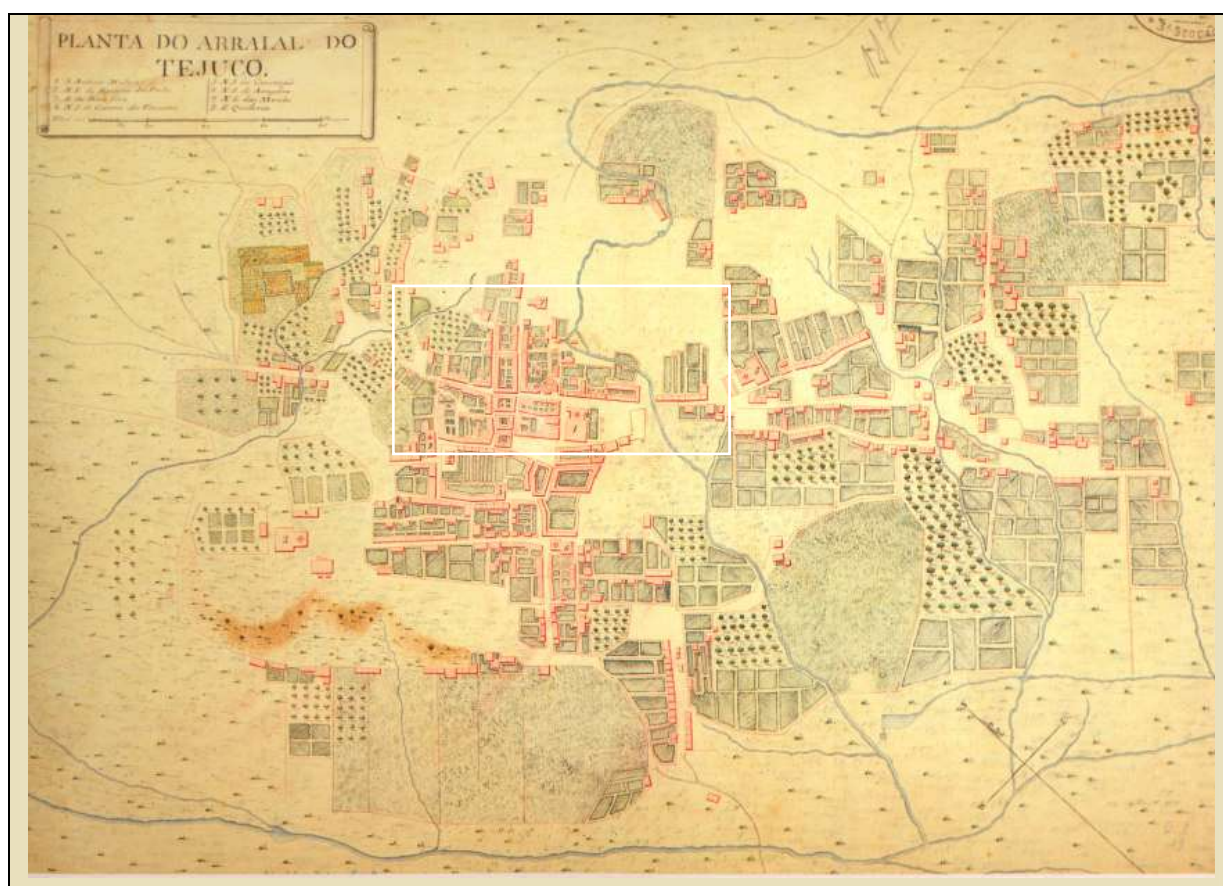
---

<sup>45</sup> Cairo e Pessôa sugerem que a configuração desse pequeno povoado pudesse ser semelhante à encontrada hoje nos arraiais ainda existentes na região, como Sopa, Guinda, Extração e Inhaí, onde se observa “*um grupo de casas formando um pequeno terreiro em torno de uma capela, [...], ou mesmo um caminho que se alarga em determinados trechos, como podemos ver hoje em Extração e como supomos que era o primitivo Tijuco pela representação da área do Burgalhau, Beata e Espírito Santo na planta setecentista existente no Arquivo Histórico do Exército, no Rio de Janeiro*” (2007, p. 84).

<sup>46</sup> Cf. Pestana (2001, p. 582).

que chamou a atenção de Saint-Hilaire, que registrou: “*Há diversas praças públicas em Tijuco, mas são tão pequenas e irregulares que apenas merecem o nome de encruzilhadas*” (SAINT-HILAIRE, 1974, p. 29).

O mesmo desenho de 1784 mostra extensas superfícies livres, muito próximas ao núcleo central, junto à igreja de Santo Antônio, e uma profusão de áreas verdes. Enfim, faziam parte do cenário urbano as “*diversas chácaras com áreas cultivadas, terrenos de pastos e currais mais ou menos alargados que se desdobravam em campos e vias de acesso a outros povoados*”, além das “*faixas verdes formadas pelas hortas e pomares atrás das casas*” (PESTANA, 2002, p. 157), onde era comum encontrar várias espécies de árvores frutíferas, como laranjeiras, bananeiras, pessegueiros, jabuticabeiras e figueiras, bem como verduras e ervas medicinais.







Figuras 7 e 8: Arraial do Tijuco em 1784, planta geral (página anterior) e detalhe ampliado. Fonte: Reis Filho (2000).

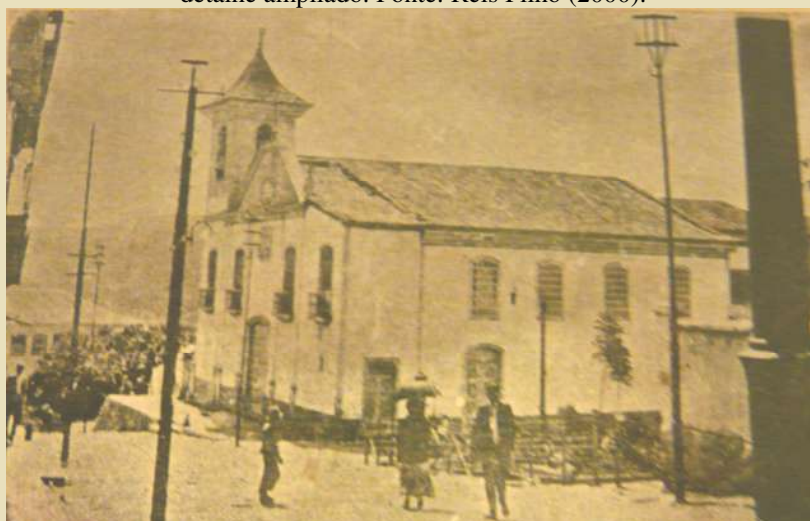


Figura 9: Igreja de Santo Antônio, s/ data, assinalada no detalhe da planta (acima). Fonte: ACI/RJ-SI.

Mais uma vez, ao contrário de Vila Rica, onde se nota um “colar de casas”<sup>47</sup>, enfileiradas em fitas, seguindo a extensão das vias, com áreas ao fundo dos lotes, no Tijuco observa-se um arranjo de construções delimitando pequenas “quadras”, com áreas livres no interior. Nessa ocasião, segundo Reis Filho (2000, p. 380), a vila já estaria plenamente desenvolvida, sendo que a matriz de Santo Antônio era a construção de maior porte do núcleo urbano – que já contava com um total de oito templos religiosos<sup>48</sup>.

Do ponto de vista urbanístico, chama a atenção, no caso das construções religiosas, a sua integração com o casario. À exceção da matriz de Santo Antônio e da igreja do Rosário – que

<sup>47</sup> Vale a pena reproduzir a descrição do arquiteto Luciano Amédee Péret: “O que há [...] nela [em Ouro Preto] são as montanhas, a topografia local e as casas, o correr de casas do qual não se pode tirar uma, senão seria como uma pessoa sem um dente, ficaria uma falha. São verdadeiros colares colocados juntos das montanhas. [...]”. Segundo depoimento em 30/01/96 a Lia Mayumi (MAYUMI, 1999, p.233).

<sup>48</sup> Igrejas de Santo Antônio, N. S. do Rosário (erguida em 1731 e ampliada a partir de 1772), N. S. do Carmo (1758 a 1775), N. S. do Amparo (1773 a 1766), N. S. das Mercês (1778 a 1784), N. S. do Bonfim (anterior a 1771), São Francisco (1762 a 1766) e a capela a Santa Quitéria, erigida junto à residência do intendente João Fernandes de

aparecem de forma isolada, destacadas das edificações civis, porém não muito distantes delas –, os templos já construídos até o final do século 18 estavam implantados de forma contínua ao conjunto de casas, geralmente apresentando um pequeno adro e uma escala modesta, especialmente, quando comparados às demais cidades mineiras, onde, “*segundo as normas eclesiásticas, as igrejas se destacam na paisagem com a primazia e predomínio absoluto, afastadas e isoladas das casas particulares*” (PESTANA, 2001, p. 586). Mesmo as edificações situadas em esquinas – como as igrejas da Ordem Terceira de N. S<sup>a</sup>. do Carmo, N. S. do Amparo e N. S. das Mercês – ou aquelas que receberam um tratamento diferenciado, por estarem implantadas em um plano mais elevado do que a rua e com acesso por escadaria de pedra – como a igreja de Nosso Senhor do Bonfim e a de São Francisco –, inserem-se em terrenos limitados, que não favorecem o uso ao seu redor.<sup>49</sup>



Figuras 10, 11 e 12: Igrejas de N. S. das Mercês, do Amparo e de N. S. do Rosário. s/data.  
Fonte: Centro de Memória/Fevale. Acervo Chichico Alkmim.



Figuras 13 e 14: À esquerda, ao fundo, igreja de Santo Antônio, e à direita, igreja de São Francisco com sua escadaria frontal. Fonte: CDI/13<sup>a</sup> SR-IPHAN/MG (fig. 14 Foto: Assis Horta, 1966).

Oliveira, em 1771 e demolida em época desconhecida. Cf. Pestana (2002, p. 166; 2001, p. 586).

<sup>49</sup> Para informações sobre as construções religiosas em Diamantina, cf. Pestana (2001, p. 586-589).



Na verdade, à simplicidade de seus espaços externos e às singelas dimensões que a técnica construtiva possibilitava<sup>50</sup>, se sobrepunha, na maior parte dos edifícios religiosos dessa época, uma excepcional riqueza de detalhes na decoração dos interiores:

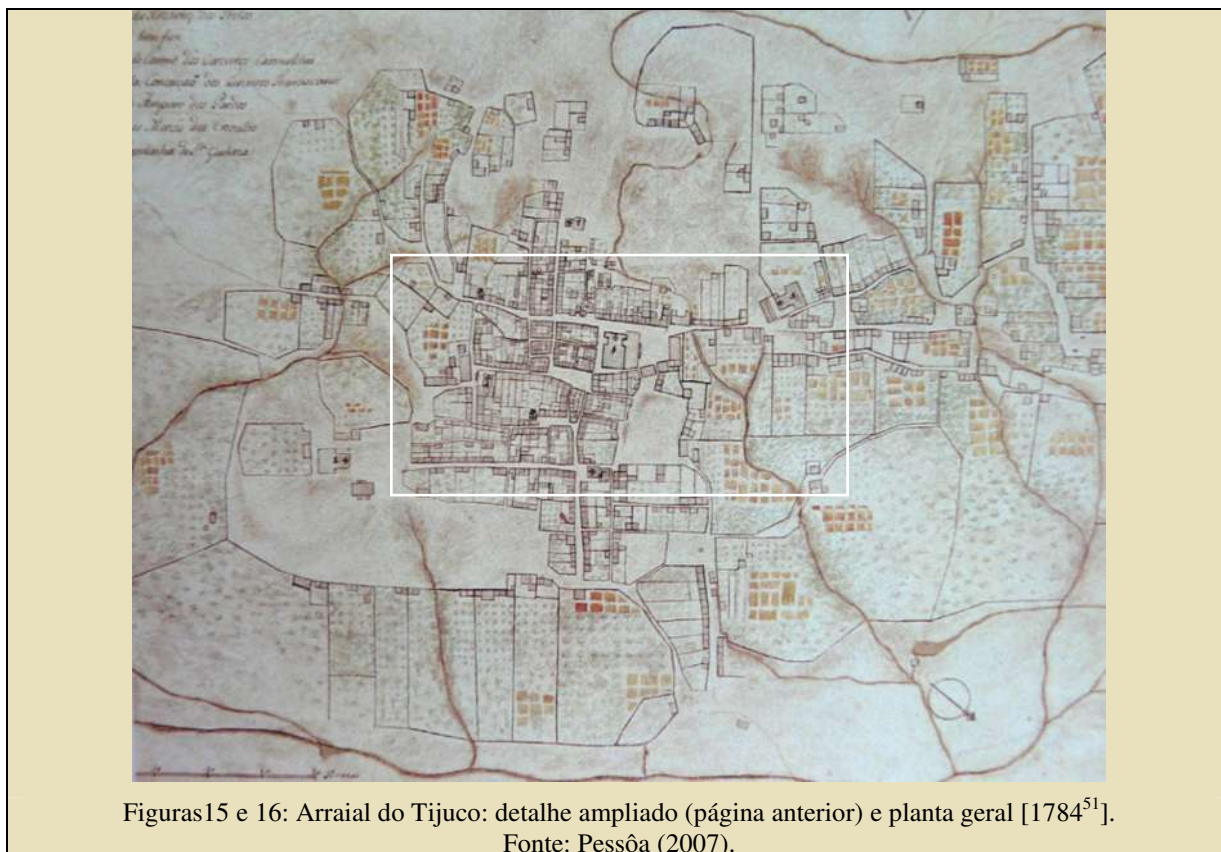
Os altares principais apresentam a maior concentração decorativa, variando entre os estilos barroco-rococó, rococó ou de estrutura neoclássica. Os altares colaterais em posição oblíqua à nave seguem o mesmo tratamento plástico, proporcionando unidade estilística ao conjunto. Quase todos os altares apresentam talha simples, sem decoração escultórica, mas com a singular solução da composição filigranada de folha de ouro. Completando a decoração, diversas imagens portuguesas barrocas do século XVIII em madeira com douramento e policromia e interessantes imagens de roca.

A decoração exuberante das igrejas está destacada, especialmente na pintura ilusionista dos forros, policromia e douramento dos altares realizados pelo guarda-mor português José Soares de Araújo (PESTANA, 2002, p. 167).

Relativamente ao casario e à configuração dos lotes há uma segunda planta (*fig. 15*) que nos dá pistas sobre as divisões das unidades residenciais. Certamente não existia o rigor de um levantamento arquitetônico individualizado, mas algumas informações, ainda assim, podem ser extraídas pela análise desse desenho. A primeira delas é a sequência contínua de casas – ainda que não seja possível determinar, pela planta, se são térreas ou assobradadas – que nas ruas mais centrais se dispõem, lado a lado, sem guardar espaço entre as unidades, com lotes não muito regulares; porém, seguindo a lógica do terreno contíguo, formando sempre uma cadência, em vez de uma ruptura. Na medida em que o olhar se afasta do núcleo central – o Tijuco –, esse ritmo constante, dado pelas fileiras de casas quase ininterruptas, ao longo das vias a becos principais, vai sendo entrecortado por vazios até novamente encontrar a paisagem natural e a barreira da serra, a qual tinha que ser vencida pelos viajantes estrangeiros que, no século 19, visitariam e se surpreenderiam com o arraial do Tijuco.



<sup>50</sup> O sistema construtivo predominante é a taipa de sebe, ou pau-a-pique, apoiado em fundações em pedra.



Figuras 15 e 16: Arraial do Tijuco: detalhe ampliado (página anterior) e planta geral [1784<sup>51</sup>].  
Fonte: Pessoa (2007).

### 1.3. IMPRESSÕES DE VIAJANTES: ARQUITETURA E PAISAGEM DIAMANTINA NO SÉCULO 19

Se no século 18 são escassas as fontes documentais a respeito da dinâmica urbana da futura Diamantina e da sua configuração espacial, a partir do 19 os relatos de viajantes estrangeiros que visitaram o local vêm preencher um pouco essa lacuna, trazendo valiosas referências sobre aspectos urbanos e da vida social. Adotá-los como única fonte de pesquisa, no entanto, constitui tarefa tanto árdua quanto perigosa, porquanto às vezes, em uma mesma época, mesclam-se visões opostas e informações discordantes. Em alguns momentos é possível encontrar, em uma mesma sequência narrativa, descrições variando de um extremo a outro – indo do luxo à opulência, passando pela variedade de mercadorias e pela refinada educação das classes mais altas, e chegando, enfim, à pobreza, à falta de alimento e de trabalho, às longas distâncias e às dificuldades enfrentadas pelas camadas menos favorecidas da população diamantina –, o que indicaria que essas duas faces

<sup>51</sup> A informação no canto do desenho indica a data de 1784, apesar dos autores indicarem a data de 1772. O cotejamento com a fig. 7 mostra idêntica situação urbano-arquitetônica, inclusive do ponto de vista das edificações religiosas cujas datas de construção evidenciam a execução do levantamento. Levantaríamos a hipótese desta base ter sido a referência para o desenho mais aprimorado, finalizado por Antonio Pinto de Miranda e apresentado como fig. 7.

coexistiam no antigo arraial do Tijuco. Entre os que visitaram o local e deixaram seus escritos estão o francês Auguste de Saint-Hilaire, Richard Burton, Spix e Martius, John Mawe e João Maurício Rugendas.

No período posterior a 1808, a visão de dois viajantes – John Mawe<sup>52</sup> e Saint-Hilaire – ilustra bem o quadro acima, pois ambos apresentaram detalhadas e contrastantes descrições do arraial do Tijuco. Enquanto Mawe registrou:

Por estar situado em distrito estéril, que nada produz para a alimentação de seus habitantes, em número de seis mil, o Tejuco se abastece em fazendas afastadas várias léguas. O pão era aí extremamente caro. O milho, com que ele é feito, custava de 5s. 6d. a 6s. o alqueire. O feijão e outros legumes vendiam-se na mesma proporção. A carne de vaca era má, devido à estiagem; o porco e a caça abundavam. Não me recorde de ter visto em outro lugar tantos pobres, sobretudo mulheres. Cento e cinquenta desses infelizes vinham todas as semanas receber a farinha que o intendente lhes dava. São manufaturas para lhes dar trabalho; poderiam, entretanto, ser as mesmas introduzidas nesse lugar, se os habitantes fossem dotados da atividade necessária. A terra produziria sem muita dificuldade colheitas excelentes, desde que fizessem quaisquer cercados. Em verdade, é empresa árdua, mas não tão prodigiosa que não se tenha a esperança de vê-la executada. Para as manufaturas, há o algodão de Minas Novas, de sessenta a cem milhas de distância. Ele passa deste lugar para a capital (MAWE, 1944, p. 221-222).

Mais adiante, complementando seu olhar estrangeiro, seguiu relatando como vivia o outro extremo da sociedade diamantina:

Apesar da preguiça de seus habitantes, o Tejuco pode ser chamado de lugar florescente, por causa da circulação resultante da exploração de diamantes. As somas pagas pelo governo pelo aluguel dos negros, o salário dos oficiais e diferentes artigos, tais como o nitro e o ferro, sobem a 35.000 libras; isso e mais a despesa dos habitantes da cidade e das vizinhanças movimentam grande comércio. As lojas estão abarrotadas de mercadorias de fábricas inglesas, assim como presuntos, queijo, manteiga, cerveja e outros produtos de consumo. Animais carregados deles chegam muitas vezes da Bahia e do Rio de Janeiro. (MAWE, 1944, p.222)

O francês Saint-Hilaire complementa e, ao mesmo tempo, discorda da visão de Mawe, comparando o Tijuco com outras localidades visitadas por ele no mesmo período:

Encontrei nesta localidade mais instrução que em todo o resto do Brasil, mais gosto pela literatura e um desejo mais vivo de se instruir. Vários moços (1818), cheios de nobre entusiasmo, aprenderam o francês, sem terem mestres; conhecem nossos melhores autores e alguns mesmo, praticando muito entre si, chegaram a falar nossa língua de modo inteligível com o auxílio único de uma gramática muito mal escrita. Os habitantes do Tijuco são principalmente notáveis na arte caligráfica e podem a esse respeito rivalizar com os mais hábeis ingleses. Tanto quanto pude julgar eles não são menos hábeis na arte musical que os outros habitantes da Província, e uma missa cantada que assisti na Igreja de S. Antonio não me pareceu inferior à que assisti alguns meses antes na Vila do Príncipe. [...] aí reina um ar de abundância que não havia observado em nenhuma parte da Província. [...] É falso entretanto que haja em Tijuco, como pretende John Mawe, mais mendigos que em outras povoações, e pode-se mesmo dizer que aí se encontram indivíduos andrajosos mais raramente que em Vila Rica e Vila do Príncipe. Os homens de nossa raça acham meios de se empregarem na extração dos diamantes como feitores, ou nas lojas como caixeiros, e as pessoas de cor exercem os outros vários serviços (SAINT-HILAIRE, 1974, p. 33).

Também Spix e Martius, que viajaram pelo Brasil entre 1817 e 1820, descreveram o arraial o Tijuco como um dos mais florescentes do país, com “casas [...] de dois pavimentos, asseadas e cômodas; [...] lojas [...] bem abastecidas com artigos de toda a espécie; e [...] muito bom o calçamento das ruas, o qual prossegue, [...], na via principal, por meia hora fora do arraial” (SPIX e MARTIUS, 1976, p. 24, apud D’ASSUMPÇÃO, op.cit., p. 86). Saint-Hilaire, apesar de concordar sobre os caminhos que levavam ao arraial, dizendo terem sido reparados em época recente<sup>53</sup>, descreveu as ruas do Tijuco em 1817 como sendo “largas, muito limpas, mas muito mal calçadas; quase todas são em rampa; o que é consequência do modo em que a aldeia foi colocada”, e seguiu dizendo que:

As casas construídas umas em barro e madeira, outras com adobes, são cobertas de telhas, brancas por fora e geralmente bem cuidadas. A cercadura das portas e das janelas é pintada de diferentes cores, segundo o gosto dos proprietários e, em muitas casas as janelas têm vidraças<sup>54</sup>. As rótulas que tornam tão tristes as casas de Vila Rica são muito raras em Tijuco, e os telhados aqui não fazem abas tão grandes para fora das paredes. Quando fiz minhas visitas de despedida, tive ocasião de entrar nas principais casas de Tijuco e elas pareceram-me de extrema limpeza. As paredes das peças onde fui recebido estavam caiadas, os lambris e os rodapés pintados à imitação de mármore. Quanto aos móveis, eram sempre em pequeno número, sendo em geral tamboretas cobertos de couro cru, cadeiras de grande espaldar, bancos e mesas.

Os jardins são muito numerosos e cada casa tem, por assim dizer, o seu. Neles vêem-se laranjeiras, bananeiras, pessegueiros, jabuticabeiras, algumas figueiras, um pequeno número de pinheiros (*Araucária brasiliensis*) e alguns marmeleiros. Cultivam-se também couves, alfaces, chicórea, batata, algumas ervas medicinais e flores, entre as quais o cravo é a espécie favorita. Os jardins de Tijuco pareceram-me geralmente melhor cuidados que os que havia visto em outros lugares; entretanto eles são dispostos sem ordem e sem simetria. De qualquer modo resultam perspectivas muito agradáveis dessa mistura de casas e jardins dispostos irregularmente sobre um plano inclinado. (SAINT-HILAIRE, 1974 apud D’ASSUMPÇÃO, 1995, p. 87. Grifos nossos)

<sup>52</sup> A primeira edição inglesa data de 1812.

<sup>53</sup> Segundo Affonso Ávila, a maior preocupação, relativa à conservação das vias no arraial do Tijuco, consistia no “[...] empedramento de trechos de caminhos, urbanos ou de ligação entre os diferentes núcleos de povoamento, mais afetados pela erosão ou atoleiros, de modo a tornar mais permanente o trânsito de pedestres, cavaleiros e tropas. Só mais tarde se cuidaria do revestimento propriamente dito das vias públicas no núcleo do arraial. O uso de pedras irregulares ou seixos rolados, único material de que ali à época se dispunha, sem grandes exigências de técnica ou mão-de-obra, fazia às vezes penoso o trânsito por esses caminhos e ruas, daí as observações de alguns viajantes estrangeiros sobre o “mau calçamento” do Tijuco. O problema perduraria até fins do século XIX, quando, depois de 1877, se introduziram os passeios centrais de lajes mais regulares a que o povo denominou ‘capistranas’, por dever-se a iniciativa do novo calçamento ao então presidente da província João Capistrano Bandeira de Melo. [...]” (ÁVILA, 1979, p. 480).

<sup>54</sup> Segundo Pestana, os vãos podiam ser encimados por vergas retas ou curvas, ou, em alguns casos, em ponta; e, no caso das janelas, apresentavam os mais variados tipos de aberturas: “de guilhotina com caixilho; janelas de treliça e bandeiras de balaústres torneados, compondo uma feição mais fechada à edificação; e janelas de sacada com postigos e caixilhos sobrepostos” (2001, p. 585). Havia ainda, como cita Saint-Hilaire, os muxarabis, segundo Corona e Lemos: “nome que de uma maneira geral se dá ao anteparo perfurado colocado na frente de uma janela ou na extremidade de uma saliência abalcoada, com o fito de se obter sombra e de se poder olhar para o exterior sem se observado. Na quase totalidade das vezes tais anteparos perfurados eram constituídos de um xadrez de fasquias de madeira, que nos caixilhos de janelas recebeu o nome de rótulas”. Definição do *Dicionário da Arquitetura Brasileira* (1972, p. 330).

Rugendas confirma essas impressões, pois, passando pelo Tijuco por volta de 1825, documentou:

Tijuco é florescente e conta de 7 a 8000 habitantes. O panorama é agradável, as casas têm em geral dois andares e são as mais limpas e mais bem construídas do que no resto da Província. Há em Tijuco muitos funcionários e negociantes, o que dá maior encanto às relações sociais. O comércio é grande, principalmente de artigos de luxo e modas de Paris. No entanto, Tijuco não é uma cidade, mas apenas um arraial, embora mereça muito mais do que Vila do Príncipe, que é a sede da comarca, ser chamado cidade ou vila.<sup>55</sup>

O inglês George Gardner, por sua vez, em sua visita à cidade, em 1836, referiu-se às suas ruas como muito irregulares, estreitas e mal calçadas, opinião de que compartilhava John Mawe, que registrou em seus apontamentos: “*O Tejuco, pela sua posição, no declive de uma montanha, é irregularmente construído. As ruas são desiguais...*”<sup>56</sup>. Richard Burton, que visitou Diamantina em 1867<sup>57</sup>, notou que a povoação “*mudou muito, depois de 1801, quando era o ‘Arraial do Tijuco’ e só contava com casas de pau-a-pique*” e, diferentemente de Saint-Hilaire, descreveu as edificações como “*um lençol de casas pintadas de muitas cores, cor-de-rosa, branco e amarelo*”. Apesar de elogiar o calçamento de algumas ruas da cidade, julgou-a demasiadamente íngreme, tornando “*... impossível a utilização da carroça e o rodar de uma carruagem; aqui como em São João del Rei, a liteira é o único recurso, e é vista no saguão de todas as casas ricas*”.<sup>58</sup>



<sup>55</sup> RUGENDAS, João Maurício. *Viagem pitoresca através do Brasil*. São Paulo: Martins, Ed. da Universidade de São Paulo, 1972 apud D’Assumpção (1995, p. 90).

<sup>56</sup> Mawe (1944, p. 222).

<sup>57</sup> Cf. D’Assumpção (1995, p. 92).

<sup>58</sup> BURTON, Richard. *Viagem de canoa de Sabará ao Oceano Atlântico*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1977 apud D’Assumpção (1995, p. 88).





Figuras 17 e 18: A área mais densamente urbanizada, a Rua Direita, fotografada por Augusto Riedel, cerca de 1868 (pág. anterior), em contraste com um dos trechos mais afastados da área central onde predominam as casas térreas. Fonte: Lago (2005); ACI/RJ-SI. Foto E. Hess [fig.18].

Se a observação do registro fotográfico de Augusto Riedel (*fig. 17*), realizado cerca de um ano após os apontamentos escritos de Burton, não permite atestar as cores das casas do arraiial, por outro lado, confirma a sua descrição a respeito do calçamento e da dificuldade de se percorrer seus caminhos acidentados, tendo em vista a irregularidade de sua topografia, lembrando-se, ainda, que a Rua Direita era a principal artéria do arraiial. É possível, então, imaginar a precariedade de becos mais sinuosos e de áreas mais periféricas, dentro do conjunto urbano então consolidado.

A iconografia resgatada traz ainda mais informações sobre o núcleo urbano do século 19. A primeira delas diz respeito à variedade de testadas dos lotes e de gabaritos encontrados, ou seja, de como conviviam, nesse momento, predominantemente, a casa térrea e o sobrado, de dois e até três pavimentos. Não fugindo à regra, em Diamantina, os comerciantes mais prósperos e os altos funcionários da Real Extração fixariam residência nos sobrados mais requintados das ruas centrais do núcleo urbano, como a Rua Direita.

Ainda sobre o aspecto exterior das construções, podemos confirmar o que a observação da cartografia do século 18 nos revelou: a implantação das edificações, na Rua Direita, em sequências contínuas, sem guardar espaços entre as unidades – influência do modo de construir tradicional aos portugueses –, o que iria, inevitavelmente, moldar as características de seus espaços internos. A típica casa urbana em Diamantina seguia o mesmo padrão das demais cidades coloniais

brasileiras<sup>59</sup>. Nos sobrados, o partido mais comum apresentava corredor central, interligando a rua ao quintal e distribuindo os cômodos, e nas casas térreas, geralmente de pequenas dimensões, o corredor, central ou lateral, distribuía os cômodos, do mesmo modo, em sucessão longitudinal. Os sobrados geralmente apresentavam um programa misto, com funções bem distintas, separando as áreas de convívio íntimo, reservadas à família, daquelas restritas ao uso comercial. Pestana complementa:

O térreo era a área do comércio, negócios e trabalho, [...]. A escada de acesso ao primeiro andar não apresentava nenhum tratamento especial, sendo quase sempre transversal, podendo desdobrar-se em dois ou três lances. Nos sobrados de maiores dimensões encontramos um vestíbulo com escada, geralmente transversal, em dois lances. O pátio, de um modo geral, era fechado por um muro e servia para abrigo dos animais, confecção e tratamento de algumas mercadorias. Apresentam alpendre ao longo de um ou de mais lados da edificação, projetando-se em balanço do corpo do prédio, e eram destinados a aumentar a comodidade, aproveitar a luz e o ar, recebendo um tratamento especial no guarda-corpo formado de balaústre de madeira recortada.

Já as casas de chácaras<sup>60</sup> estavam situadas na periferia do centro urbano e de um modo geral abrangiam o seguinte programa: casa, senzala, jardim, horta, pomar, mina de água, galinheiro, chiqueiro, moinho e a criação de diversos tipos de animais domésticos. Pertenciam a pessoas abastadas, que se beneficiavam da proximidade com o centro da cidade para participar das atividades da economia urbana (2001, p. 584).

Em Diamantina, assim como em outros núcleos das proximidades, a topografia irregular, conformando ora terrenos em declive, ora em aclave em relação ao desenho dos lotes, garantia distintas situações de apropriação: casas térreas no nível da via pública, com mais um pavimento no trecho posterior, junto ao quintal; em outro arranjo, casas apresentando dois pavimentos na frente e apenas um, ao fundo; ou ainda, com o aproveitamento dos desníveis de terrenos transversalmente inclinados, gerando os partidos semi-assobradados a exigir escadas de acesso, denominados pedrais<sup>61</sup>.

<sup>59</sup> Cf. Vasconcellos (1977, p. 145); D'Assumpção (1995, p. 103); Pestana (2001, p. 583).

<sup>60</sup> Til Pestana (2001, p. 584) lembra que destas, talvez, a mais notória tenha sido, de fato, a casa de Chica da Silva, conforme Machado Filho (1980., p. 265-67), estaria localizada nas proximidades do Junta-Junta e da Palha, no subúrbio de Diamantina, próximo à confluência dos rios Grande e Piruruca.

<sup>61</sup> Sylvio de Vasconcellos (1977, p. 81) explica o termo: “*Havendo desacordo entre a rua e os pisos das casas, ficam estas em parte soterradas ou elevadas, como ainda hoje se mostram, só sendo mantidos os seus patamares quando a retirada destes compromete a estabilidade de determinada construção. Neste caso, reduzidos à largura do passeio, ou ainda menores, arrimam-se em cortinas de alvenaria, com escadas para o trânsito. Estes pedrais, frequentes em outras regiões do Estado, como no arraial do Tijuco, cidade de Diamantina, são, todavia, raros, em Vila Rica, [...]*”. Ainda conforme Ávila, Gontijo e Machado, pedral significa: “*cortina de alvenaria de pedra, usada para correção de nível, à maneira de arrimo em patamar, completado por escada de acesso, entre a rua e a entrada de uma edificação*” (1996, p. 71).



Figuras 19 e 20: Exemplos de residências com pedrais. Acima, Rua Direita, tendo, à esquerda, a nova catedral metropolitana. Fonte: ACI/RJ-SI.

Mas se o programa residencial, sua conformação no lote e o arranjo do casario, ao longo das vias, não diferiam muito do encontrado em outros núcleos surgidos no mesmo período, Diamantina apresentava particularidades que a destacavam do conjunto de cidades mineiras. No caso da solução formal das fachadas, destaca-se o tratamento dado ao acabamento das coberturas, em telhas de barro, guarnecidas por beirais em cimalha de madeira com cachorros trabalhados, que chamaram a atenção de José Washt Rodrigues, que classificou os beirais de “*verdadeiras obras-primas de*



*carpintaria*”, e os descreveu como elementos formados por “*largas molduras de madeira, de que saem os cachorros intercalados com as pontas grossas das linhas, todos recortados em perfis caprichosos*” (1981, p. 314 apud PESTANA, 2001, p. 584). Fez menção ainda à “*ornamentação exterior das casas em cores vivas e com desenhos caprichosos; rústicos ou ingênuos, mas sempre interessantes no imprevisto de sua originalidade, na escolha das cores ou nos próprios motivos – por vezes estranhos*” (RODRIGUES, 1979, p. 158), em texto que acompanha um de seus registros mais ricamente coloridos (*ver fig. 21*). E continuava, o autor, destacando as peculiaridades encontradas em Diamantina, que a singularizam frente a outros conjuntos urbanos por ele documentados:

Mais notável ainda é o colorido alegre, variado e harmonioso, que cobre não só paredes, como molduras, beirais e janelas, de suas casas e igrejas: marmorizados dos batentes, festões de flores nos frisos ou ornatos extravagantes, tudo isto pintado em verde, ocre, azul e vermelho, em variados tons, bizarramente dispostos. O mesmo ocorre nas sacadas de rótulas ou de torneados, onde cada uma das partes é pintada em cor diferente (RODRIGUES, 1981, p. 314 apud PESTANA, 2001, p. 584).

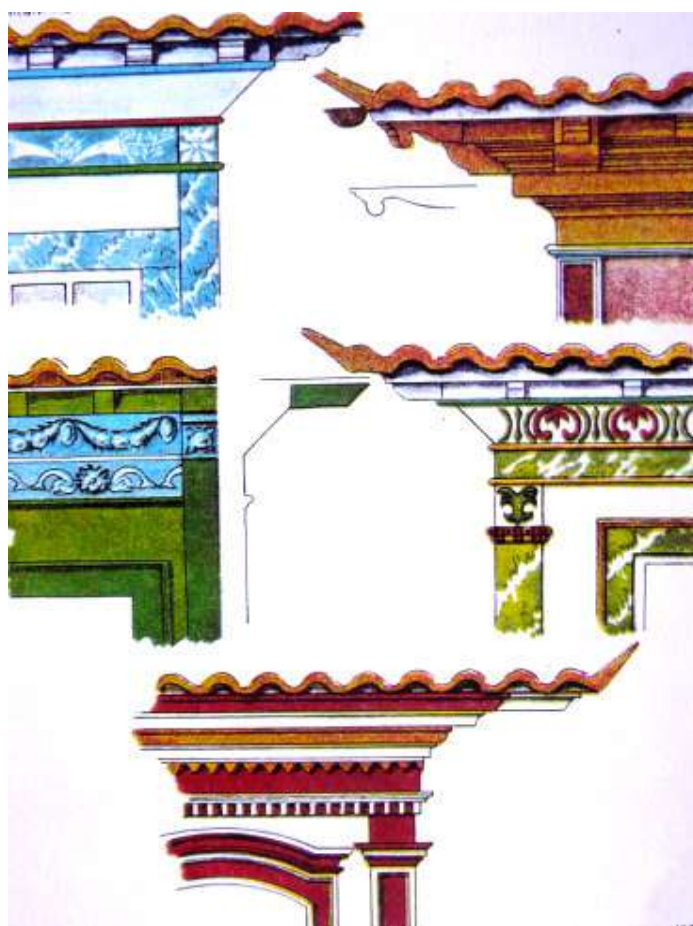


Figura 21: Estampa de número 76 que ilustra o exemplar *Documentário Arquitetônico* de Wasth Rodrigues, representando os beirais pintados em Diamantina. Fonte: Rodrigues (1979).

Essa profusão de cores está intrinsecamente ligada ao sistema construtivo, pois era favorecida pela presença da madeira, inclusive nos cunhais, ao contrário de outras cidades, onde a presença de cantaria, tanto junto aos vãos como nos cunhais, não permitiria a aplicação de pintura. A pedra, em Diamantina, era utilizada apenas nos alicerces ou, em pequenas dimensões, misturada ao barro nas vedações – a chamada “*taipa de formigão*”<sup>62</sup>, *um processo com características próprias [...] onde as pedras eram recolhidas no próprio local da construção – o cascalho que, na região, tem o nome de ‘cristal podre’ ou ‘piruruca’*” (ÁVILA, 1979, p. 474). Além da taipa, eram sistemas comumente encontrados, nas vedações, o pau-a-pique e também os adobes.



Figura 22: Palácio do Bispo com Igreja do Carmo ao fundo [Augusto Riedel, ca.1868]. Fonte: Lago (2005).

Outro registro fotográfico, mostrando a igreja do Carmo com extenso muro em adobe com cobertura vegetal, delimitando o provável pomar do palácio episcopal, torna evidente a presença marcante da serra, conformando uma moldura indissociável do contexto urbano ali implantado. Alguns viajantes estrangeiros, como Spix e Martius, não deixaram de registrar sua admiração pela paisagem do entorno:

<sup>62</sup> D'Assumpção (1995, p. 103-104) informa que, em Diamantina, na década de 1980, ainda podiam ser vistos muros de divisas de terreno utilizando a técnica de formigão ou cangicado, em que, ao barro eram agregadas pequenas pedras de

O próprio solo desse jardim natural é coberto de fragmentos de itacolomito de brancura deslumbrante, onde pequenas nascentes sussurram serpeantes, aqui e acolá. Finalmente, aparecem os últimos topos das lombadas muito fragmentados e fendidos, restos do tempo que renova incessantemente, como ruínas singularmente românticas, mostrando arbustos isolados e líquens. Sente-se o viajante, nesses deliciosos jardins, atraído de todos os lados por novos encantos e segue extasiado pelos volteios do caminho sempre nas alturas que o leva de uma a outra das belezas naturais. Volvendo o olhar pacífico e variegado ambiente para a distância, o espectador vê-se todo contornado por altas montanhas rochosas que, iluminadas pelos ofuscantes raios solares, refletem uma luz resplandecente de seus vértices brancos, recortados em forma maravilhosa, aqui ameaçam desmoronar, ou, ali em amontoados de terraços uns sobre os outros, puxam para o azul etéreo do céu, ou abrem-se profundos vales, patenteando abismos sombrios, onde alguma torrente da montanha abra caminho com estrondo.<sup>63</sup>

A data dos registros fotográficos de Riedel assinala o início de um período de relativa estagnação do crescimento da cidade. Afinal, desde 1845 havia sido extinto o sistema de Real Extração, passando a ser livre o arrendamento das jazidas, então sob a fiscalização da Inspetoria dos Terrenos Diamantinos até 1906. Os serviços de lapidação de diamantes e a instalação de companhias estrangeiras de mineração mecanizada, na segunda metade do século 19, representaram esforços para dinamização da atividade. Essas tentativas foram, no entanto, duramente afetadas com a descoberta de diamantes na África do Sul, em 1867. Os trabalhos de extração eram cada vez mais difíceis, os trabalhadores emigravam para a lavoura cafeeira e junto com estes, também o capital (MACHADO FILHO, 1980, p. 192).

Praticamente não seriam realizados grandes investimentos em melhoramentos urbanos e o núcleo central permaneceria quase inalterado ao longo de todo o século 19. Dentro do quadro das edificações mais expressivas que foram, então, construídas, poder-se-ia destacar a capela de Nossa Senhora da Luz, de princípios do século 19 – em torno da qual se desenvolveu o bairro da Glória –; o teatro Santa Isabel, iniciado em 1841 e demolido em 1912 para, em seu lugar, ser construído o edifício da cadeia pública. No final do século 19, tentativas foram feitas para dinamizar a economia da região: em 1876, teve início a industrialização local, com a inauguração de uma fábrica de tecidos em Biribiri, nas proximidades de Diamantina; um ano depois, foi fundada nova fábrica em Gouveia, a dois quilômetros, além da Companhia de Fiação e Tecidos Santa Bárbara, criada em 1886, no vizinho município de Buenópolis. Em Diamantina também foram incentivadas pequenas indústrias, como as de lapidação de diamantes e de produção de vinho. Foram construídos nessa época o prédio do mercado do mercado municipal, de 1889, no largo da Cavallhada Nova, e o

---

variadas granulometrias. As paredes de pedra, por sua vez, estariam praticamente ausentes da cidade.

<sup>63</sup> SPIX e MARTIUS. *Viagem pelo Brasil; 1817-1820*. Vol.II. São Paulo: Melhoramentos, em colaboração com o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em convênio com o Instituto Nacional do Livro – MEC, 1976 apud D'Assumpção (1995, p. 77).

seminário e a igreja do Sagrado Coração de Jesus, em torno dos quais teve origem o bairro Venda Nova<sup>64</sup>.



Figuras 23 e 24: Imagens do mercado municipal e conjunto do seminário e igreja Sagrado Coração de Jesus, já no século 20. Fonte: CDI/13ª SR-IPHAN/MG [fig. 23]; Acervo Centro de Memória Fevale. Foto Chichico Alkimim [fig.24].

#### 1.4. SÉCULO 20: ALTERAÇÕES E PERMANÊNCIAS NA ESTRUTURA URBANA CONSOLIDADA

Muito embora o desenvolvimento das indústrias têxteis na região e a consolidação de centro regional que a cidade de Diamantina assumiu já pudessem sinalizar as transformações que se processariam em sua configuração urbana, o traçado da área central permaneceu praticamente intacto, ao menos até a primeira década do século 20. O ano de 1914 assinalou, no entanto, com a

<sup>64</sup> Ávila (1979, p. 479-480); Cairo e Pessôa (2007, p. 84-85).

chegada da ferrovia<sup>65</sup> e da estação ferroviária, construída nos padrões das estações inglesas, o surgimento de um novo eixo de expansão<sup>66</sup>. A partir de então, a cidade assumiria, definitivamente, a posição de polo aglutinador das funções administrativas e econômicas da microrregião do vale do Alto Jequitinhonha, e mudanças mais significativas começariam a se manifestar na área central e em seu entorno imediato. A primeira expressão desse novo momento foi marcante e deu-se, justamente, em um dos locais mais significativos de seu conjunto urbano – a Rua Direita –, por meio da demolição da igreja de Santo Antônio, em 1932, e o início da construção da catedral metropolitana, cujas obras, executadas pela firma Duarte & Irmão e, a partir de 1935, pelo construtor Celso T. Werneck Machado, perdurariam até 1938, e cujos esforços para angariar recursos teriam ampla divulgação no suplemento *A Catedral*, do jornal *A Estrela Polar*. Curiosamente, a construção em estilo neobarroco que deu lugar à antiga Sé foi executada a partir de um risco do desenhista e estudioso da arquitetura do período colonial José Wasth Rodrigues<sup>67</sup>.

A demolição do antigo templo é emblemática sob variados aspectos, mas especialmente do ponto de vista histórico, arquitetônico e urbanístico. Historicamente e arquitetonicamente, sublinhamos que se tratava de uma das construções religiosas mais antigas da cidade<sup>68</sup>, cuja linguagem formal estabelecia relações de proporção, escala e de materiais com as construções civis que se apresentavam ao redor. Estilisticamente, a proposta da nova construção, em seu conjunto, em quase nada se assemelha às construções do entorno, apesar de ter se apropriado de fragmentos de seu repertório básico. Mas isso não diferia muito das regras compositivas do ecletismo que já se verificava desde fins do século 19, ainda que em construções esparsas na cidade. Urbanisticamente, o impacto que causou a nova estrutura foi ainda maior. Anteriormente, a existência da antiga matriz

<sup>65</sup> A chegada do trem à Diamantina permitiria, dez anos mais tarde, em 1924, que se realizasse a viagem do arquiteto Lucio Costa à cidade. O próprio Lucio registraria, em relato, suas primeiras impressões, antecipando, em dois anos, a data da viagem: “*Em 1922, comissionado pela Sociedade Brasileira de Belas Artes, conheci Diamantina. Foram trinta e tantas horas de trem com baldeação em Corinto. [...] Lá chegando cá em cheio no passado, no seu sentido mais despojado, mais puro; um passado de verdade, que eu ignorava, um passado que era novo em folha para mim. Foi uma revelação: casas, igrejas, pousadas dos tropeiros, era tudo de pau-a-pique, ou seja, fortes arcabouços de madeira – esteios, baldrames, frechais – enquadrando paredes de trama barreada, a chamada taipa de mão, ou de sebe, ao contrário de São Paulo, onde a taipa de pilão imperava. [...] No último dia, já tarde, subi ao campanário para me despedir da cidade e lá fiquei, olhando os telhados, até escurecer*”. Cf. Costa, 1995, p. 27-28.

<sup>66</sup> Nas zonas de expansão, Cairo e Pessôa destacam os bairros: Vila Romana, que cresceria no entorno da via férrea, as novas áreas de habitação no Alto do Bom Jesus e nas vilas Operária e Santo Antônio, anteriormente a 1955, e, mais tarde, os bairros de Fátima, Presidente e Bela Vista (2007, p. 479-480).

<sup>67</sup> É provável que os desenhos para o projeto da catedral tenham sido realizados durante sua visita realizada entre 1919 e 1930, para documentação dos detalhes e da arquitetura, cujos registros encontram-se na publicação *Documentário Arquitetônico relativo à antiga construção civil no Brasil*. Belo Horizonte : Ed. Itatiaia. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1979. 5ª ed. As informações acima sobre a demolição da igreja de Santo Antônio, e construção da catedral metropolitana foram extraídas de Pestana (2001, p. 3), e Cairo e Pessôa (2007, p. 85).

<sup>68</sup> Apesar de não se tratar da capela primitiva consagrada a Santo Antônio, localizada no Burgalhau e construída no início do século 18 – então já há muito demolida –, mas, sim, do edifício erigido em 1750, constitui, junto com a capela-

de Santo Antônio parecia garantir ao conjunto uma harmonia: a implantação dava-se no alinhamento da Rua Direita – como as igrejas do Amparo, do Bonfim e do Carmo –, e sua escala não ultrapassava em demasia as dimensões do casario, garantindo ainda a existência de um largo fronteiro ao antigo sobrado da Intendência. A nova catedral rompeu, propositalmente, com as velhas proporções, e, ao mesmo tempo em que deu à construção um aspecto monumental, rotacionando seu eixo construtivo e voltando sua lateral para a Rua Direita – como se intencionasse ressignificar a trajetória urbana do antigo arraial do Tijuco –, restringiu as dimensões do antigo largo.

De longe, a construção se destaca na paisagem, sobrepondo-se às demais sem, no entanto, ter um peso histórico em equivalente medida; ou seja, mesmo sendo a edificação uma massa de significativo volume, sua historicidade e seus valores arquitetônicos e artísticos não têm expressividade comparável à de outros templos, como a Igreja do Rosário e do Carmo. De perto, a monumentalidade do volume se contradiz com o espaço residual do largo fronteiro ao prédio da antiga Intendência, então transformado em grupo escolar, ao qual se voltam os fundos da igreja. Ao mesmo tempo, o projeto da nova catedral não deixa de ser coerente com o desejo de renovação do espaço urbano, desejo este que vem acompanhado de um incessante movimento pendular, que oscila entre o apego às tradições e o apelo às “modernizações”<sup>69</sup>, e que se concretiza, neste caso, com o arrasamento do existente e a construção do novo.



mor da Igreja de Nossa Senhora do Rosário, um dos remanescentes religiosos mais antigos do núcleo diamantino.

<sup>69</sup> Chuva (1998, p. 76-77) explica que o termo “modernidade” foi sendo apropriado pelo movimento modernista e pelas frações de classe que o patrocinaram, nos anos 1920, e que “num esforço sistemático pela instauração de um padrão de identidade, no qual a época colonial passava a ser valorizada e concebida como as raízes autenticamente brasileiras, em desprezo ao europeísmo, cujas expressões artísticas modernas, até então, constituíam os símbolos de modernidade e atualização”. No campo da arquitetura, o movimento da “arquitetura neocolonial”, que mantinha relações com a Sociedade Brasileira de Belas Artes, propagava a ideia de valorização da arquitetura colonial e da herança artística luso-brasileira na produção arquitetônica. As duas representações – em torno do “moderno” e do “nacional” – passaram a travar franca disputa. Os arquitetos modernistas, embora valorizando também um resgate das tradições construtivas coloniais, criticavam a tanto a reprodução do “estilo colonial” quanto os estilos importados. Para eles, isso não se justificava frente aos avanços tecnológicos obtidos – meios através dos quais se poderia realizar formas contemporâneas de expressão.





Figuras 25, 26, 27, 28, 29 e 30: Página anterior: antiga igreja de Santo Antônio e operários na construção do novo templo. Acima: Nova Sé e inserção na paisagem diamantina.

Fonte: ACI/RJ-SI [figs. 25, 26, 29, 30]; AET-I/Diamantina/MG [fig. 27].



Figura 31: Panorama da cidade de Diamantina. Foto de Assis Horta [s/data]. Fonte: AET-I/Diamantina/MG.

É nesse momento também que se realiza o tombamento do conjunto urbano de Diamantina, apenas um ano após a criação do SPHAN, em 1937. Os arquitetos modernistas que faziam parte do quadro técnico do órgão irão, a partir de então, influir, de maneira decisiva na cidade que irá se desenhar nos próximos anos. É interessante resgatar o relato de Luiz Gonzaga dos Santos, carpinteiro, nascido em Diamantina em 1898, que vivenciou a cidade nesse período de intensas transformações:

Em Diamantina, para os anos de 1939, 1940 e 1941 já se notava um elevado grau de desenvolvimento, já tinha um bom serviço de água, realização do prefeito nosso conterrâneo Juscelino Demerval da Fonseca, em colaboração com a E. F. Central do Brasil, um dos maiores benefícios que fizeram à nossa cidade.

Depois as suas ruas principais calçadas de lajes, desaparecendo parte dos inconvenientes “pés-de-moleques” que ainda se vêem em alguns becos e ruas mais afastados do centro da cidade. Serviços esses realizados e iniciados em grande parte na gestão do prefeito Sr. Cosme Alves do Couto. A Avenida Três de Maio, Largo D. João e a Grupiara toda arborizada, [...]. [...] Nessa época, já tinham sido retiradas quase todas as repartições públicas dos prédios particulares para os próprios do Governo, como Quartel do 3º Batalhão, os Grupos Escolares, o Fórum, as Coletorias e Cartórios em um só prédio, o Departamento dos Correios e Telégrafos em um majestoso prédio na Praça Dr. Prado.

Foi também ali construído um prédio para a Cadeia Pública, sendo esta um pouco mais higiênica e confortável.

Já funcionavam alguns estabelecimentos de crédito (Bancos), um grande hotel e assim já se notava o princípio de grande desenvolvimento da cidade. *Passa a nossa cidade juntamente com outras em todo o Brasil para o patrimônio histórico nacional, sendo aqui criado um departamento.*

*Agora já não se podia fazer nenhum melhoramento por pequeno que fosse sem ordem e direção do Patrimônio, o que tirava um pouco o seu progresso, mas em compensação acabou a dor de cabeça dos católicos para efetuarem os consertos de que tanto necessitavam as nossas igrejas, algumas ainda do tempo do Tijuco. O Patrimônio tomou a seus cuidados a reconstrução das seguintes igrejas: Carmo, São Francisco, Mercês, Rosário, Luz, Bonfim, enfim, de todas aquelas que fazem parte do perímetro pertencente ao referido Patrimônio, da mesma maneira em alguns prédios particulares como o Colégio de Nossa Senhora das Dores e os Hospitais etc. A política estava forte e trazendo grandes vantagens para Diamantina, pois começava a elevar-se nosso conterrâneo e grande amigo de sua terra natal, o então deputado Juscelino Kubitschek de Oliveira. A nossa cidade começou a progredir assustadoramente e obtinha tudo com facilidade (SANTOS, 1963, p. 77-78, grifo nosso).*

Aos técnicos do SPHAN, uma vez que todo o conjunto era tombado, competia zelar pela “proteção” daquele bem tornado “patrimônio nacional”. A tarefa geraria situações de extrema complexidade e de tensões, como veremos mais adiante. Na verdade, os esforços do SPHAN se inseriam na tentativa de moldar um novo perfil de Nação, em que a história seria recontada por meio de bens minuciosamente selecionados, e onde as cidades mineiras se ofereciam como prova mais palpável de um passado que se queria mitificar<sup>70</sup>.

---

<sup>70</sup> Márcia Chuva (1998, p. 185, grifo do autor) complementa: “A Nação torna-se palpável, palmeável, além de visível. A crença na ‘causa’ deu suporte à concepção de uma história ‘comprovada’ pela materialidade dos objetos-testemunhos. A seleção de bens que representassem uma história ‘remota’ e originária’, possibilitou a omissão dos conflitos na história da Nação, que se fundou pela possibilidade de, ao distanciar-se do presente, construir heróis nacionais e uma origem ‘pura’, que deveriam informar as ações no futuro e conter as diferenças no presente. O mesmo pode ser dito, quando se identificou a arquitetura moderna com a do período colonial. Negava-se [sic] as produções contemporâneas diferentes, que não se enquadrassem nesse padrão, desqualificando-as para o confronto”.





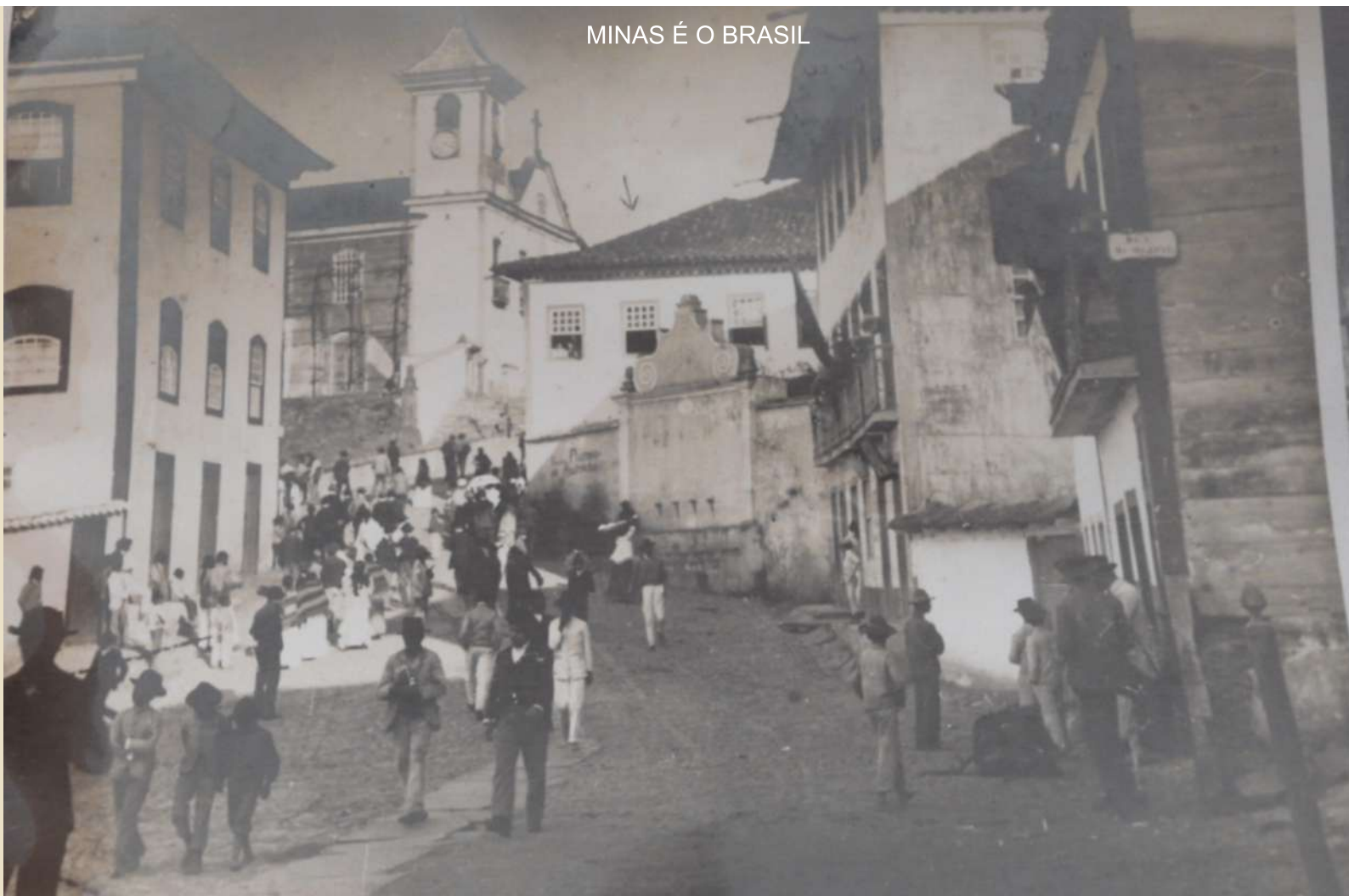
Figura 32: Operários trabalhando na substituição do calçamento da via em 1948. Fonte: ACI/RJ.



Figura 33: Fábrica de tecidos Antonina Duarte, instalada nos arredores de Diamantina. Fonte: AET-I/Diamantina/MG. Imagem gentilmente cedida pelo Arq. Junno Da Mata.

A preservação do patrimônio urbano  
e arquitetônico na primeira década:

MINAS É O BRASIL



## 2. A preservação e o SPHAN nas primeiras décadas: ‘Minas é o Brasil’

No Brasil, as discussões acerca da preservação de um “patrimônio nacional” começaram a ser formatadas como projetos legislativos, de fato, a partir dos anos 1920. Entre as primeiras iniciativas<sup>71</sup>, destacamos a do governador de Minas Gerais, Mello Vianna, que, em julho de 1925, designou uma comissão com o objetivo de elaborar um anteprojeto de lei para a organização da proteção do acervo histórico e artístico do estado. Apesar de não ter alcançado êxito em nível federal, a proposta teria impulsionado, em termos efetivos, um importante processo de proteção no âmbito estadual, constituindo a base para a criação da Inspeção Estadual de Monumentos Históricos em Minas Gerais<sup>72</sup>. O jurista mineiro Jair Lins<sup>73</sup>, relator da comissão, dissertava, em trecho introdutório de seu anteprojeto, sobre a constitucionalidade de o Estado intervir, impondo restrições ao direito de propriedade, ao mesmo tempo em que ponderava que “*o interesse legítimo do proprietário que, por isso mesmo que o é, não pode ser ferido ou desrespeitado*” (BRASIL, 1980, p. 69). Concluía, contudo, considerando que o direito de propriedade deveria tolerar restrições e limitações em favor da coletividade. Ao longo do texto discorria sobre o modo como deveria ser feita a proteção, por meio da catalogação dos bens de interesse de preservação a serem inscritos em livros especiais e do impedimento de os proprietários promoverem demolição, reforma ou reparo nos bens listados sem a devida autorização do órgão competente, levantando indícios acerca de uma possível influência da legislação francesa em seu texto<sup>74</sup>.

---

<sup>71</sup> Pinheiro (2005, p. 28-33) menciona o anteprojeto de lei de autoria do professor Alberto Childe, conservador de antiguidades do Museu Nacional, de 1920, e a fundação do Museu Histórico Nacional, em 1922, como medidas relacionadas à institucionalização da defesa do patrimônio histórico e artístico brasileiro. Em seguida, analisa o projeto de lei de Luiz Cedro (1923) – que, apesar de não ter sido aprovado, “*contém em embrião aspectos mais tarde retomados no Decreto-lei 25*” (p. 30) –, e apresenta, brevemente, o de Augusto de Lima (1924) que focava mais a questão da evasão das obras de arte do país. Cf. Fonseca (2005) e MEC/SPHAN/Pró-Memória (1980).

<sup>72</sup> Segundo Pinheiro (op. cit.), a informação é encontrada em Fonseca (1997, p. 102), mas não teria sido confirmada.

<sup>73</sup> Chuva (1998, p. 44) ressalta o notável conhecimento daquele jurista em torno do panorama internacional legislativo que, ao citar os decretos que regulamentavam, desde o século 19, as ações de proteção dos Estados da Itália, Áustria, Suécia e Noruega, Grécia, Dinamarca, Espanha, Egito, Inglaterra, Finlândia, França, Portugal, México e Creta, chamava a atenção para a demora pela elaboração de uma legislação brasileira. Para o projeto de Jair Lins, ver Brasil (1980, p. 63-78).

<sup>74</sup> A lei francesa de 31 de dezembro de 1913 instituiu o *classement* como principal instrumento de proteção, tornando o Estado, então, legalmente amparado para intervir junto à propriedade privada. Nela, o proprietário de um imóvel *classé* ficava proibido de promover modificações ou de reformá-lo sem autorização prévia do Ministério encarregado do assunto. A mesma lei também criou o *Inventaire Supplémentaire*, no qual o proprietário de um bem listado não sofreria as mesmas restrições determinadas aos *monuments classés* (Cf. CHUVA, op. cit., p. 41). O processo de proteção do patrimônio nacional, na França, formatou-se por meio de mecanismos bastante centralizados pelo Estado – realidade que começaria a se alterar somente a partir da década de 1980, com a atuação mais expressiva dos municípios em planejamento e execução de obras (ibid., p. 41). Note-se, ainda, que Luiz Cedro – cujo projeto antecedeu o de Jair Lins – faz referência explícita à lei francesa de 1887 e ao *Guerre aus démolisseurs*, de Victor Hugo (PINHEIRO, op. cit., p. 32).

A princípio, julgar-se-ia interrompido o processo alavancado pelo Estado de Minas Gerais<sup>75</sup>; no entanto, um exame mais minucioso do decreto-lei 25/37, que organizou a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional – base sobre a qual atuaria o SPHAN, primeira agência estatizada de preservação cultural organizada no Brasil, em 1937 –, revela que sua elaboração teve como ponto de partida, de um lado, o documento redigido em 1936 por Mário de Andrade, a pedido de Gustavo Capanema e, de outro – seja por influência direta ou indireta<sup>76</sup> –, o anteprojeto de Jair Lins – afinal não se pode tirar dele o mérito de, pioneiramente, ter traduzido, em termos jurídicos, as propostas que o precederam.

Para a direção do SPHAN seria convocado o advogado e jornalista mineiro Rodrigo Melo Franco de Andrade, que, por trinta anos consecutivos, reuniria em torno de si um grupo de intelectuais cuja missão fundamental – poder-se-ia dizer, de forma bastante resumida – seria a de identificar o “patrimônio nacional” e garantir sua proteção. Nada tão simples em um território vasto e com tantas especificidades como o Brasil. Iniciar a tarefa, dentro dos limites de atuação do SPHAN – com equipe e recursos financeiros de reduzida monta –, significava selecionar uma porção ínfima dentro da extensão politicamente delimitada como nacional. Sob o ponto de vista artístico, histórico e cultural, esse mapa do Brasil possuía imensas lacunas em branco. No entanto, ao órgão de preservação, instituído sob o comando de um regime autoritário, não havia tempo para tudo inventariar; urgia que se iniciasse o processo de construção de uma “biografia” da Nação – projeto que, desde a criação do SPHAN, havia tomado direção rumo à “*materialização no espaço de uma ‘história nacional’*” (CHUVA, 1998, p. 16). De fato, a constituição do “patrimônio nacional” passou a ser peça fundamental no curso da transformação do Brasil em uma Nação moderna. Mais do que criar uma nova identidade, cabia a esse seletivo grupo preservar o que havia identificado como a “verdadeira” identidade brasileira; ou, dito de outra forma, aos técnicos do SPHAN competia descobrir, estudar, destacar, valorizar, enfim, mostrar ao “mundo civilizado” o que, genuinamente, nossa cultura havia produzido, e, sobretudo, salvaguardar este acervo para o futuro.

---

<sup>75</sup> Em primeiro lugar, a falta de constitucionalidade da legislação estadual, desamparada pela própria Constituição Federal de 1891 e pelo Código Civil, fez com que a medida proposta pelo governo mineiro, seguida pelos Estados da Bahia e de Pernambuco, se enfraquecesse, não garantindo a proteção aos monumentos estaduais pretendida. Em seguida, a dissolução do Congresso Nacional pela Revolução de 1930 cessaria o processo encaminhado por Wanderley Pinho, cuja origem remontava ao anteprojeto de Lins, mas trazia avanços em relação a este. Cf. Gonçalves (2007, p. 27-28); Pinheiro (2005, p. 39-40).

<sup>76</sup> Por meio da legislação elaborada por José Wanderley de Araújo Pinho. Cf. Gonçalves (2007, p. 27-28); Andrade (1993, p. 108).

Da porção de bens selecionados para representar a “memória nacional”, o olhar do SPHAN se voltou, sobretudo, para a arte barroca e para a arquitetura tradicional do período colonial, presentes nas cidades mineiras. E como essa ação de mirar o passado era, na verdade, construção do presente, os modernistas da repartição do SPHAN trataram de costurar significados e relações entre a produção vernacular do ciclo do ouro em Minas Gerais e a arquitetura moderna, por meio de um discurso cuidadoso, articulado, liderado, no âmbito nacional, por Lucio Costa, e que seria concretizado, no interior das práticas institucionais, por variados mecanismos, entre os quais destacaríamos o conjunto de publicações que produziu nas primeiras décadas, os procedimentos administrativos – incluindo os dispositivos legais – que foram articulados para a gerência dos bens tornados “patrimônio da nação”, e a própria arquitetura – tanto a relativa à restauração do existente, quanto àquela realizada contemporaneamente. O ápice dessa realização – e também uma das tarefas que iria reunir maior grau de complexidade em função dos diversos agentes envolvidos – foi o tombamento do conjunto de seis cidades mineiras em 1938, em que foi posto à prova não só a habilidade dos técnicos do SPHAN e seu conhecimento da arquitetura tradicional brasileira, mas também sua capacidade de lidar com a população e com um patrimônio em permanente transformação.

## **2.1. O SPHAN E A FASE HERÓICA: EM BUSCA DA MATRIZ DA IDENTIDADE BRASILEIRA**

Do grupo inicial de colaboradores do SPHAN faziam parte Costa, Mário de Andrade, Oscar Niemeyer, Gilberto Freyre, Carlos Drummond de Andrade, Manuel Bandeira, Sérgio Buarque de Holanda, Joaquim Cardoso, entre outros de notável expressividade no panorama cultural nacional. Muitos deles – como Costa, Drummond e o próprio diretor, Rodrigo Melo Franco de Andrade – permaneceram na instituição até sua aposentadoria. No contexto das primeiras décadas, a figura do arquiteto Lucio Costa foi de fundamental importância, pois, ao mesmo tempo, ele reunia os papéis de mentor do modernismo em arquitetura no Brasil, de formador das novas bases conceituais profissionais – especialmente após sua passagem pela direção da Escola de Belas Artes, entre 1930 e 1931<sup>77</sup> – e de principal formulador de posturas e concepções de atuação do SPHAN, compondo seu quadro técnico desde 1938 (CHUVA, 1998, p. 26). Mas a unidade do conjunto de ações foi, sem dúvida, também garantida pela habilidade e alta erudição do primeiro diretor, Rodrigo M. F. de

---

<sup>77</sup> Convidado por Francisco Campos, então ministro da Educação de Washington Luís (PINHEIRO, 2005, p. 151).

Andrade, que permaneceria no cargo de 1937 até 1967, período que ficou conhecido como *fase heróica*<sup>78</sup>.

Partir do zero em termos de definição dos instrumentos e procedimentos administrativos e burocráticos internos da instituição recém criada, no entanto, não significava plena liberdade de ação. Ao contrário, o projeto que fundou o SPHAN estava profundamente conectado à política nacionalista do Estado Novo, implementado pelo governo Vargas, a partir da qual se aglutinariam medidas em torno da perspectiva de uma “unidade nacional”. A seleção do “patrimônio nacional”, segundo Márcia Chuva (1998), entraria nesse plano global como componente indispensável no processo de formação do Estado, que passaria, então, a ser dotado de uma “história nacional”, materializada, construída, e cuja leitura poderia ser feita, fisicamente, a partir de um *patrimônio tangível*, selecionado e reconhecido “*por toda a comunidade nacional imaginada, tornando-se natural e inquestionável*” (1998, p. 17). E, mais uma vez, trazendo os conceitos da autora (Ibid., p. 19), se a memória está marcada pelo tempo passado, é no tempo presente – de quem a constrói – que se fazem as escolhas; ou seja, a memória coletiva, neste caso, seria resultado das escolhas feitas pelo seletivo grupo de intelectuais e colaboradores reunidos em torno de Rodrigo M. F. de Andrade<sup>79</sup>. Reforçando essa afirmação, Rodrigues (1996, p. 195) lembra que “*mais que testemunho do passado, o patrimônio é um retrato do presente*” e, desse modo, o ato de reconhecer a herança cultural do passado não apenas é parcial, como também revelador da concepção de um determinado grupo social – no caso, a das lideranças que se lançaram à frente da missão de identificação e proteção do patrimônio cultural do país.

Os trabalhos iniciais do SPHAN, estruturados a partir do Gabinete do Diretor e da Seção Técnica, decomposta, por sua vez, em duas divisões técnicas – a Divisão de Estudos e Tombamento (DET), sob a chefia de Lucio Costa, e a Divisão de Conservação e Restauração (DCR), sob a direção de Paulo Thedim Barreto<sup>80</sup> –, denunciam aspectos importantes dos critérios utilizados nesse resgate da herança cultural do passado considerada relevante.

<sup>78</sup> Expressões encontradas em Santos (1996) e Cavalcanti (1996) por se tratar de um momento pioneiro, inaugural de sua atuação, no qual as dificuldades e a falta de experiências anteriores intercalavam-se à “*uma enorme disposição de trabalho, ânimo para enfrentar todas as barreiras*” (SANTOS, op. cit., p. 78 apud GONÇALVES, 2007, p. 20). V. também Gonçalves (op. cit., p. 37-38).

<sup>79</sup> “*Com o apoio do ministro Gustavo Capanema, Rodrigo M. F. de Andrade conseguiu reunir em torno do projeto de Patrimônio a vanguarda das artes e da literatura do país, além de um corpo de juristas de grande competência. O ponto de união do grupo não era determinado credo ideológico e nem mesmo uma identificação política com o governo. O seu traço comum era a crença na possibilidade de emancipação cultural da Nação brasileira mediante a intervenção estatal neste campo, e a firme convicção de estar corretamente instrumentalizado para interpretar o caráter nacional e identificar os objetos que o representariam*” (SANT’ANNA, 1995, p.117).

<sup>80</sup> Foi com a regulamentação da DPHAN, em 1946, que estas duas divisões foram criadas. A Divisão de Estudos e Tombamentos era subdividida em *Seção de Arte*, chefiada pelo arquiteto Alcides da Rocha Miranda, e *Seção de*

... Lucio Costa e seus companheiros no SPHAN consideram-se ao mesmo tempo herdeiros e testamentários da tradição brasileira. São eles – arquitetos, em sua maioria – que recebem e transmitem a herança do passado mediante pareceres-testamentos que têm seus termos pautados, no fundo, pelos mesmos princípios que norteiam sua prática projetual. Motivo pelo qual o passado que constroem é lacunar: como se sabe, não vão inscritos na memória de nenhum dos livros de tomo exemplares da arquitetura neocolonial, já que esta definitivamente não era considerada digna de ser legitimada como expressão testemunhal da Nação que paulatinamente ia tomando forma, conforme notou José Reginaldo Gonçalves<sup>81</sup>. Do mesmo modo são vetadas as edificações do ecletismo, às quais Lúcio Costa se refere como “*produtos marginais à linha evolutiva verdadeira*”, e como tais, “*não obstante o seu apuro acadêmico, artificiosas manifestações da falsa arquitetura*”. Ou seja, lançava-se mão de atributos de coerência e objetividade para construir uma cadeia demonstrativa que tinha por fim último inserir a arquitetura moderna numa linha evolutiva tomada por verdadeira e autêntica (NOBRE, 2004, p. 125-126).

Seguindo esse mesmo raciocínio – o da seleção de um “passado” para a construção de um “presente” –, houve um grande investimento humano e material na produção de uma linha editorial, resultando em duas séries: a *Revista do SPHAN* e as *Publicações do SPHAN*. Ambas apresentavam-se como parte do projeto institucional do SPHAN e pretendiam, além de “*difundir um discurso sobre essa nova ação do Estado*”, torná-la “*apropriável por um certo público [...] demarcando fronteiras para as ideias e concepções da nova agência quanto à proteção do patrimônio histórico e artístico nacional*” (CHUVA, 1998, p. 207). Para a elaboração dos artigos foram convocados estudiosos renomados, de diversas áreas do conhecimento, visando garantir a seriedade dos estudos publicados, assegurando ao SPHAN a legitimidade da ação, ou seja, garantindo à instituição recém-criada o reconhecimento de que era (a única) detentora de saber<sup>82</sup>, o que a autorizava a mapear aquilo que deveria ser identificado e incluído na nova categoria de “patrimônio histórico e artístico nacional”.

No conjunto de artigos e pesquisas publicadas por ambas as séries<sup>83</sup>, alguns temas são recorrentes. Interessa-nos destacar três deles: o resgate da arte barroca – do qual emerge, com grande relevo, a figura de Antônio Francisco Lisboa, o Aleijadinho –; o estudo da arquitetura do período colonial, com foco incidindo sobre as cidades mineiras; e a construção cuidadosa, liderada

---

*História*, chefiada por Carlos Drummond de Andrade. Por sua vez, a Divisão de Conservação e Restauração era subdividida em *Seção de Projetos*, coordenada por José de Souza Reis, e *Seção de Obras*, sob a chefia do arquiteto Renato Soeiro (CHUVA, 1998, p. 149).

<sup>81</sup> Cf. Gonçalves (1996).

<sup>82</sup> Fato que causou indignação em Gustavo Barroso, diretor do Museu Histórico Nacional, fundado 15 anos antes da criação do SPHAN e em plena atividade em 1937. Aos poucos, tanto a figura de seu diretor quanto a do próprio MHN – que antes eram considerados os detentores do conhecimento quando o assunto em questão era patrimônio – foram sendo relegados a um segundo plano. Cf. Chuva (op. cit., p. 108-116).

<sup>83</sup> Não foi nosso objetivo realizar uma pesquisa sistemática sobre o conjunto de publicações do SPHAN editado durante a chamada *fase heróica*. Tomamos como parâmetro o estudo pormenorizado realizado por Márcia Chuva (1998), que adotou como recorte as décadas de 1930 e 1940, e também algumas das publicações referenciadas na bibliografia. V. Andrade (1986) e Chuva (1998), em especial seu Capítulo 5, intitulado *As linhas editoriais do SPHAN: a idéia de patrimônio no Brasil*, p. 205-238.

por Lucio Costa, de relações entre a arquitetura tradicional – eleita como *patrimônio nacional* por excelência – e arquitetura moderna que, com pouco tempo de vida, alçaria equivalente *status* simbólico. Apesar das diferenças formais entre a arte barroca, a arquitetura tradicional produzida no período colonial e a arquitetura moderna, todas traziam algo que as conectava aos olhos do SPHAN: a ideia de “civilização brasileira”, de produto autenticamente “nosso”. Ao contrário, por exemplo, das “*construções feitas pelos povoadores portugueses no primeiro período [que...] devem ter tido sempre a feição e as características da arquitetura tradicional da metrópole*”, bem como as edificações públicas, como fortalezas e cadeias, encontradas em Salvador, e executadas segundo “*traças e amostras previamente elaboradas na metrópole*”, e que, portanto, não passavam se não de “*obras tipicamente portuguesas, concebidas e executadas à feição tradicional*”, realizadas no Brasil<sup>84</sup>.

Segundo Márcia Chuva, os artigos sob a temática de arte e arquitetura colonial foram os mais numerosos, abrangendo um total de 66 – 3% da produção do período estudado. Era preciso construir uma base sólida para a matriz da identidade brasileira que, então, se consagrava; a arte, a arquitetura e o urbanismo produzidos, sobretudo no período colonial em Minas Gerais, tornaram-se paradigmáticos da produção artística que, apropriando-se de uma raiz de origem portuguesa, teria, a partir dela, configurado um universo autenticamente brasileiro.

Esse recorte, também privilegiado, para seleção dos bens para tombamento, concentrava uma preocupação permanente em conceber uma arte e arquitetura *barroca* no Brasil (TELLES, 1979<sup>85</sup>). Para tanto, construíram-se tipos regionais e cronologias a esse respeito, assim como estabeleciam comparações entre as especificidades que as produções nas diferentes regiões tinham manifestado, considerando, em todos os casos, as raízes portuguesas dessa produção artística e sua aclimação na Colônia, criando um *barroco* genuinamente brasileiro (CHUVA, op.cit., p. 232).

---

<sup>84</sup> Reprodução de trechos do artigo de Rodrigo Mello Franco de Andrade para *O Estado de São Paulo*, de 21 de junho de 1947, intitulado *Primórdios da arquitetura brasileira*. Cf. Andrade (1986, p. 122-124).

<sup>85</sup> TELLES, Augusto Carlos da Silva. *Barroco no Brasil: análise de sua bibliografia crítica e colocação de pontos de consenso e de dúvidas*. Lisboa: Academia Nacional de Belas Artes, 1979.





Figuras 34 e 35: Arquiteto José de Souza Reis e estátua do profeta Daniel, em visita a Congonhas do Campo, e escadaria da Casa de Câmara e Cadeia de Mariana. Da esquerda para a direita: um casal de turistas, Reis, D. Tita, o fotógrafo Eric Hess, turista e Vinícius de Moraes. Fonte: ACI/RJ-SP/JR.

Sob a temática “cidade colonial” – o segundo maior percentual de artigos elaborados para a *Revista* nas duas primeiras décadas – podem ser destacados os artigos de Salomão de Vasconcelos, historiador, funcionário da regional mineira e um dos colaboradores assíduos da publicação com *Relíquias do Passado* (n. 2/1938), *Os primeiros aforamentos e os primeiros ranchos em Ouro Preto* (n. 5/1939) e *Como nasceu Sabará* (n. 9/1945). Seus estudos pioneiros sobre a formação das cidades coloniais de Minas Gerais teriam continuidade com as minuciosas pesquisas de Sylvio de

Vasconcellos, seu filho, que, mais tarde, também ingressaria no *Serviço do Patrimônio*, passando a chefiar a regional de Minas a partir de 1945. O tema do “colonial” comparece visando, sobretudo, a fundamentação dos “discursos sobre a história do Brasil que buscavam, naquele mesmo período, as raízes fundadoras da nacionalidade” (CHUVA, 1998, p. 173). Para Márcia Chuva, o processo histórico deflagrado em Minas Gerais, e que propiciou o surgimento do movimento de 1789, foi considerado “a expressão-síntese da origem da nacionalidade, concretizada com o tombamento das cidades mineiras” (1998, p. 173). E para justificar a “origem autêntica” da Nação em um passado mais remoto, em detrimento de uma história mais recente – o século imperial brasileiro, por exemplo – Chuva resgata a noção explicitada por Gouveia (1985)<sup>86</sup>, em que o passado resgatado não poderia tratar do que fosse imediatamente anterior ao tempo presente que se queria negar para que se pudesse, então, recontar a história, reconstruindo “heróis nacionais que deviam informar as ações no futuro e conter as diferenças no presente...”, desta forma, “o processo de embelezamento dos monumentos, sua restauração e o enorme empenho em mantê-los conservados da deterioração corresponde[ria] à metáfora desse processo de ‘embelezamento’ da história” (CHUVA, 1998, p. 38).

Seria construída, a partir de então, uma relação de continuidade entre a arquitetura moderna brasileira e a arquitetura tradicional do período colonial, ao mesmo tempo em que se engendrava uma noção de ruptura dessa “linha evolutiva natural” da produção arquitetônica com as expressões do século 19. O grande porta-voz deste meticuloso estratagema foi Lucio Costa. Em um texto de 1937, publicado no primeiro número da *Revista do SPHAN*, LC procurava expor os motivos dessa estratégia:

Mas, justamente por isto, por ser coisa legítima da terra, tem para nós, arquitetos, uma significação respeitável e digna; enquanto que o “pseudomissões, normando ou colonial”, ao lado, não passa de um arremedo sem compostura.

Aliás, o engenhoso processo de que são feitos – barro armado com madeira – tem qualquer coisa do nosso concreto-armado [...].

[...]

Resultariam, de um exame assim menos apressado, observações curiosas, por isto que em desacordo com certos preconceitos correntes e em apoio das experiências da moderna arquitetura, mostrando, mesmo, como ela também se enquadra dentro da evolução que se estava normalmente processando (COSTA, 1995, p.459, grifos nossos).

---

<sup>86</sup> GOUVEIA, Maria Lucia. Políticas de preservação do patrimônio (três experiências em confronto: Inglaterra, Estados Unidos e França). In: Miceli, Sérgio e Gouveia, M. Alice. *Política Cultural Comparada*. Rio de Janeiro, Funarte, Idesp, Finep, 1985.

Os elementos que conectariam o passado e o presente eram vislumbrados, a partir do ponto de vista modernista, dentro de uma identidade lógica e estrutural<sup>87</sup>. Nesse processo analógico invertido<sup>88</sup>, o pau-a-pique lembraria o concreto armado, e a ausência de ornamentação da arquitetura vernacular – muitas vezes consequência das condições materiais da época – era lida quase como resultado de uma intenção plástica. Eram lembradas ainda a simplicidade da arquitetura tradicional e a pureza de suas formas como qualidades a destacar, sempre em contraposição aos “*artificialismos*” da arquitetura eclética<sup>89</sup>.

Fazemos cenografia, “estilo”, arqueologia, fazemos casas espanholas de terceira mão, miniaturas de castelos medievais, falsos coloniais, tudo, menos arquitetura.

[...]

Acho indispensável que os nossos arquitetos deixem a escola conhecendo perfeitamente a nossa arquitetura da época colonial – não com o intuito de transposição ridícula dos seus motivos, não de mandar fazer falsos móveis de jacarandá – os verdadeiros são lindos –, mas de aprender as boas lições que ela nos dá de simplicidade, perfeita adaptação ao meio e à função, e consequente beleza (COSTA, 1995, p. 68).

O embate entre a arquitetura moderna e as demais opções “em estilo”, ainda praticadas, também foi assunto do longo texto, de 1934, denominado *Razões da nova arquitetura*. No citado artigo, LC defende as conquistas formais possibilitadas pelas técnicas modernas e descreve o que chamou de clima de “*guerra santa profissional que marcou o início da revolução arquitetônica*”:

Embora desmascare os artificialismos da falsa imponência acadêmica, a nova arquitetura não se pretende furta – como levemente se insinua – às imposições da “simetria”, senão encarará-la no verdadeiro e amplo sentido que os antigos lhe atribuíam: *com medida* – com metro – tanto significando o rebatimento primário em torno de um eixo, como o jogo de contrastes sabiamente valorizados em função de uma linha definida e harmônica de composição, sempre controlada pelos *traçados reguladores*, esquecidos dos acadêmicos e tão do agrado dos velhos mestres.

Ela caracteriza-se, aos olhos do leigo, pelo aspecto industrial e ausência de ornamentação. É nessa uniformidade que se esconde, com efeito, a sua grande força e beleza: casas de moradia, palácios, fábricas, apesar das diferenças e particularidades de cada um, têm entre si certo ar de parentesco, de família, que – conquanto possa aborrecer àquele gosto (quase mania) de variedade a que nos acostumou o ecletismo diletante do século passado – é um sintoma inequívoco de vitalidade e vigor, a maior prova de já não estarmos mais diante de experiências caprichosas e inconsistentes como aquelas que precederam, porém, de um todo orgânico, subordinado a uma disciplina, um ritmo, – diante de um verdadeiro estilo enfim, no melhor sentido da palavra (COSTA, 1995, p. 114, grifos do original).

<sup>87</sup> Mariza Santos também identifica esse processo que denomina de “homologia”. Cf. SANTOS, Mariza Veloso Mota. *O Tecido do Tempo: a idéia de patrimônio cultural no Brasil (1920-1970)*. Brasília: Instituto de Ciências Humanas/UnB, 1992. Tese de doutorado (p. 349).

<sup>88</sup> Segundo Chuva (1998, p.177): “*Essa afirmativa apresenta-se de forma invertida, como num espelho, tendo sido reveladora desse projeto de identificação, posto que seria no concreto armado que se deveria encontrar algo daquele ‘engenhoso processo’, já que a tecnologia existente na época colonial nem sequer sonhava com a possibilidade de sua invenção*”.

<sup>89</sup> Frases extraídas do discurso de Lucio Costa comprovam a observação: “... *caí em cheio no passado no seu sentido mais despojado, mais puro; um passado de verdade*” (1995, p. 27); “... *um caráter local inconfundível, cuja simplicidade, derramada e desprezenciosa [sic], muito deve aos bons princípios das velhas construções que nos são familiares*” (Ibid., p. 186).

Ora apresentada por Lucio Costa como uma “continuidade natural”, ora defendida como uma “revolução” necessária, o preâmbulo da arquitetura moderna no Brasil nem sempre encontrou um contexto de unanimidade para se desenvolver. A historiografia da arquitetura moderna, no entanto, é unânime ao apontar o papel de LC como peça-chave no processo de reorientação formal e técnica da arquitetura brasileira – fato que estudos demonstram estar profundamente ligado à sua rápida passagem pela direção da ENBA<sup>90</sup>. Lucio Costa construiu a conexão entre elos desconectados, característicos de um momento transitório, conseguindo, com isso, redirecionar expressões arquitetônicas cujo conteúdo – programático, formal, construtivo – encontrava-se em plena formulação. A “guinada” na trajetória do jovem Lucio, que até então se supunha um arquiteto “*conservador por índole e feitio*” (MARIANO FILHO apud PINHEIRO, 2005, p. 153), alterou, definitivamente, o ânimo de José Mariano Filho em relação ao seu antigo pupilo. No entanto, como aponta PINHEIRO (2005, p. 172), é inegável a influência de Mariano Filho na formação e no desenvolvimento da carreira de Costa, apesar da cisão entre ambos ter sido de tal forma profunda que encerrou qualquer possibilidade de reconhecimento posterior deste arquiteto nesse sentido.

O prestígio crescente de LC – dentro e fora do SPHAN – marcou de modo indelével os rumos da preservação do patrimônio histórico e artístico nacional. A liderança de Costa acabou por nublar a participação de alguns poucos partidários do movimento neocolonial que se arriscaram a fazer parte da equipe do SPHAN. Além disso, sua vinculação aos pressupostos declarados nos CIAM, seu prestígio crescente e do jovem arquiteto Oscar Niemeyer, somados à presença maciça de arquitetos e engenheiros na equipe de técnicos do SPHAN acabaram por direcionar os futuros tombamentos. Uma rápida comparação da definição de patrimônio histórico e artístico nacional<sup>91</sup> presente no artigo primeiro do decreto-lei 25/37 com os bens efetivamente inscritos é reveladora de como, nos primeiros anos de atuação da instituição, privilegiou-se o patrimônio “de pedra e cal” e que, dentro desse enfoque, os critérios formais sobrepujaram os de representatividade histórica<sup>92</sup>. E

<sup>90</sup> V. a respeito Pinheiro (2005, p. 133-172). Também Alberto Xavier (org.). *Arquitetura Moderna Brasileira: Depoimento de uma Geração*. São Paulo, Pini/ABEA, Fundação Vilanova Artigas, 1983, e, do mesmo autor, *Lúcio Costa: obra escrita*. Brasília, UnB, 1966, mimeo. E ainda Maria Angélica da Silva. *As formas e as palavras na obra de Lúcio Costa*. Dissertação de mestrado. PUC-RJ, 1991.

<sup>91</sup> “Art. 1º Constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico”. (V. Anexo 1).

<sup>92</sup> Segundo Fonseca (2005), o critério de seleção de bens representou, em grande medida, um reflexo do perfil profissional que compunha seu corpo técnico, em que predominavam os arquitetos. Sendo assim, “o critério de seleção de bens com base em sua representatividade histórica, considerada a partir de uma história da civilização material brasileira, ficou em segundo plano em face de critérios formais e a uma leitura ditada por uma determinada versão da história da arquitetura no Brasil – leitura produzida pelos arquitetos modernistas [...]”. (op. cit., p. 110). Corroborava

seria, basicamente, por meio desse patrimônio de pedra e cal, ou seja, desse passado selecionado que buscaríamos criar ou encontrar a verdadeira matriz da identidade brasileira.

O tombamento das cidades mineiras, ainda em 1938, e as primeiras ações para sua salvaguarda ilustram bem o momento inaugural da atuação do SPHAN, no qual as ações de seleção e inscrição no Livro de Tombo das Belas Artes e os procedimentos de intervenção no conjunto então tombado revelam o olhar modernista, que elegia, valorizava, recortava “segmentos” do Brasil, enquanto excluía outras porções da história considerada menos relevantes. Julgaram, inicialmente, os arquitetos modernos da base do SPHAN, que conseguiriam preservar a arquitetura do período colonial intocada; porém, o impulso econômico, manifesto especialmente a partir da década de 1950, tornaria árdua a tarefa dos técnicos e progressivamente mais distantes as cidades por eles idealizadas. Os núcleos urbanos e seus edifícios de arquitetura singular permeados por, não raras vezes, soluções arquitetônicas de baixa qualidade formal, resultantes da distância entre uma população crescente e a figura do “arquiteto” – enfim, a realidade que insistia em existir – e que desviariam a retilínea trajetória traçada na prancheta de Lucio, sob o olhar atento de Rodrigo.

## **2.2. ALÉM DO DECRETO-LEI 25/37: ASPECTOS LEGAIS E CONCEITUAIS DA SALVAGUARDA DE CONJUNTOS URBANOS**

O período em que o SPHAN ficou sob a direção de RMFA – conhecido como *fase heróica* – foi fundamental para a consolidação das práticas de preservação no Brasil. Se, por um lado, a longa permanência do primeiro diretor permitiu, ao SPHAN, assegurar uma continuidade nas ações desenvolvidas e firmar sua reputação enquanto instituição com corpo técnico de reconhecido valor; por outro, o enrijecimento gradual de sua estrutura administrativa e a falta de renovação das equipes – e, por consequência, dos procedimentos de trabalho – que perduraram por longos trinta anos, reverberam até os dias atuais, não tendo sido, de fato, possível, ao órgão federal acompanhar a notável expansão que o conceito de patrimônio sofreu, especialmente nas últimas décadas. Notadamente esse é um tema amplo que não conseguiremos, aqui, abordar com a devida profundidade; nossa intenção se resume em investigar um dos aspectos que estruturaram a atuação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional: o decreto-lei n.25, criado em 30 de

---

com esta leitura, o levantamento realizado por Márcia Chuva (1998), que mostrou que 93,76% dos bens tombados, entre 1938 e 1946, configuravam bens arquitetônicos, comprovando o peso que os arquitetos tiveram no processo de seleção e classificação dos objetos a serem incluídos na categoria de patrimônio histórico e artístico nacional.

novembro de 1937<sup>93</sup> – matriz da legislação brasileira nessa matéria e instrumento jurídico que até hoje rege a ação do IPHAN, inclusive do ponto de vista da proteção de áreas urbanas.

Em primeiro lugar, consideramos importante lembrar, ainda que em linhas gerais, o contexto político que deu origem ao sistema de proteção oficial do patrimônio histórico e artístico nacional. Para visualizar esse cenário de significativas mudanças no plano político, econômico e jurídico que se concretizam a partir da Revolução de 1930, Márcia Sant’Anna (1995) se reporta ao panorama da Primeira República:

Entre 1889 e 1930, as oligarquias paulistas e mineiras dominam a cena política e detêm o poder econômico no país. Boris Fausto<sup>94</sup> observa que a burguesia cafeeira constituía então a única classe nacional, no sentido de que somente ela reunia as condições políticas e econômicas para conduzir o país segundo seus interesses. O Estado era instrumento de execução da política econômica e social favorável a esta classe. [...] O período se caracteriza por uma economia fechada e centrada na produção e no comércio do café. As vozes discordantes eram representadas por facções militares e grupos políticos regionais, para os quais a moldagem das instituições em função da economia do café era prejudicial ao país e aos seus interesses. Estes, entretanto, só na década de 30 encontram as condições para empreender a tomada das rédeas do governo (op. cit., p.79).

Entre outros fatores que contribuíram para a quebra da hegemonia paulista, a autora destaca o papel de crise mundial de 1929, que fez baixar os preços do café, e a divergência ideológica, representada, sobretudo, pela corrente positivista – experimentada no Rio Grande do Sul, no governo de Júlio de Castilhos –, cujo modelo de Estado pressupunha “*a expansão do aparelho estatal para a implantação de serviços públicos e intervenção em vários setores da economia, opondo-se francamente ao modelo liberal*” (SANT’ANNA, 1995, p. 80). A ideologia do “Estado-Providência” se consolidou, enfim, quando a facção gaúcha subiu ao poder central em 1930, depondo o presidente paulista Washington Luis e designando Getúlio Vargas como chefe do Governo Provisório instalado.

Sant’Anna lembra que, apesar do governo central permanecer sob a liderança de uma fração da classe dominante e da economia continuar, até os anos de 1950, tendo como base um modelo eminentemente agroexportador, a Revolução de 1930 teria promovido a supremacia do discurso positivista sobre o liberal, tendo como consequência uma maior autonomia do Estado para centralizar a administração e para consolidar um reordenamento jurídico, por meio da promulgação da Constituição Federal de 1934.

---

<sup>93</sup> Ver Anexo 1.

<sup>94</sup> Boris Fausto. *A Revolução de 1930: historiografia e história*. São Paulo: Brasiliense, 1989, p. 112.

O SPHAN, formalizado em pleno Estado Novo<sup>95</sup>, não deixaria de refletir as condições desse contexto político: seu corpo administrativo era baseado em uma direção central, única, que coordenaria as ações em todo o território nacional; e sua fundamentação jurídica se apoiaria no princípio – instituído pela Constituição de 1934 – de função social da propriedade, legitimando, nos casos de “*interesse social ou coletivo*”, a intervenção do Estado na propriedade privada<sup>96</sup>. Um de seus principais instrumentos legais de proteção, instituído pelo decreto-lei 25/37, seria o tombamento<sup>97</sup> – mecanismo que se mantém praticamente inalterado, apesar das sucessivas revisões e ampliações do conceito de patrimônio<sup>98</sup>.

O dispositivo de patrimônio, em sua codificação legal, produziu um novo tipo de propriedade que, grosso modo, pertence ao mesmo tempo ao particular e à sociedade. Esta foi a ideia desenvolvida no discurso do direito para legitimar esse tipo de intervenção do Estado na propriedade privada. A argumentação jurídica se desenvolve no sentido de que o direito de propriedade teria uma “face pública”, relativa à sua existência social, e uma “face privada”, que se expressa pela apropriação individual da coisa, pela sua expressão econômica e pelas relações privadas daí decorrentes. O dispositivo do patrimônio incidiria justamente sobre o aspecto público da propriedade, instaurando um regime especial em que o titular da “coisa corpórea” ou do “objeto da ação” – o particular – não se identifica com o titular do objeto protegido ou “bem jurídico” – a coletividade<sup>99</sup>. Esta passaria a ser, por força do valor cultural identificado no bem, sua co-proprietária, ou melhor, uma parte legalmente constituída a quem o titular do bem material deve satisfações quanto à sua conservação. Conviveriam, na coisa tombada, portanto, duas dimensões: uma material, pertencente ao domínio privado e relativa ao fundamento econômico da propriedade; e uma imaterial, que expressa “valores não econômicos” e “inapropriáveis individualmente”, que se identifica com um interesse público e diz respeito à coletividade (SANT’ANNA, 1995, p. 83).

No entanto, como conclui Sant’Anna, a divisão do direito de propriedade numa face “pública” e outra “privada” é resultado de um processo de redefinição da propriedade, de viés socializante, no qual a legislação do patrimônio ocupa lugar preponderante. Afinal, se “*a trajetória do decreto-lei nº 25/37 em muitos pontos se confunde com este processo*”, isto não se fez sem que sua constitucionalidade tivesse que ser conquistada “*nas barras dos tribunais*” – onde foi posta à prova a capacidade do corpo de juristas em torno de Rodrigo M. F. de Andrade e onde se ganhou e também se perdeu, pois “*a concepção privatizante e individualista da propriedade era, e continua*

<sup>95</sup> Como ficou conhecido o governo ditatorial de Getúlio Vargas, entre os anos de 1937 e 1945.

<sup>96</sup> Todas as Constituições anteriores à de 1934 asseguravam o caráter absoluto da propriedade, apesar da possibilidade de desapropriação nos casos de utilidade pública.

<sup>97</sup> O tombamento é um ato administrativo mediante o qual os bens selecionados são inscritos em um dos quatro Livros do Tombo do SPHAN. Apesar de emprestar o termo da Torre do Tombo, em Portugal, tem como origem conceitual o sistema do *classement* francês, no qual os bens são identificados e incluídos em uma listagem oficial.

<sup>98</sup> Desde sua aprovação, em 1937, o instituto do tombamento teria sofrido apenas duas modificações. A primeira delas ocorreu durante o Estado Novo, por meio do decreto-lei n. 3.866, que discorre sobre a possibilidade de cancelamento do tombamento pelo presidente da República, mediante a aplicação da noção de “utilidade pública”. A mais recente alteração dispõe, por sua vez, sobre a necessidade de homologação ministerial nos procedimentos de tombamento e foi instituída pela lei n. 6.292, de 15 de dezembro de 1975. Cf. Chuva (1998, p. 120).

<sup>99</sup> Raphael Carneiro da Rocha, *O Código Penal Brasileiro e os Crimes contra o Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Rio de Janeiro: Faculdade de Direito da UFRJ, 1967. Tese para concurso à livre docência de Direito Penal.

*sendo, muito forte*” (1995, p. 83-84), tornando-se, a propriedade, um terreno de embates em dois níveis: dos indivíduos entre si, e desses com a sociedade – representada, no que tange ao patrimônio cultural, pelo SPHAN.

Se, por um lado, a análise da estrutura de funcionamento do SPHAN e de seus dispositivos legais revela poucas mudanças significativas, denunciando uma rigidez institucional que perdurou por várias décadas<sup>100</sup>; por outro lado, podemos apontar os ganhos dessa permanência administrativa: o período de 30 anos em que o órgão esteve sob a direção de Rodrigo M. F. de Andrade foi caracterizado pela unidade e afinidade intelectual de seu corpo técnico que, como vimos, inaugurou canais de sólida produção bibliográfica, pesquisas e inventários, especialmente no âmbito da arquitetura e arte brasileiras.

Mas, como lembra Márcia Chuva, o SPHAN insere-se “no universo das ‘instituições de memória’, cujos objetivos [...] assemelhavam-se: a construção da ‘Nação brasileira’, pela instrumentalização da história [...], através da produção de discursos em busca das raízes e origens da Nação” (1998, p. 124). No entanto, as atividades do SPHAN guardavam especificidades administrativas e jurídicas em relação às questões tradicionalmente atribuídas aos museus, pois, diferentemente destes, participava da preservação da cultura material por meio da noção de *tutela*<sup>101</sup>, e no conseqüente “poder de polícia” frente ao “patrimônio nacional” sobre o qual as ações do SPHAN incidiriam, ou seja, os objetos patrimoniais sujeitos às restrições e limitações administrativas, subjugadas pela noção de bem comum.

Como já abordado por vários autores<sup>102</sup>, em relação aos projetos de lei anteriormente formulados, o *Anteprojeto* elaborado por Mario de Andrade, em 1936, aprofundou as concepções de arte e cultura, bem como o papel do intelectual/educador, na execução de sua “missão” em prol da proteção do que denominou “patrimônio artístico nacional” – já que, em seu entendimento, o valor *histórico* estaria contido no *artístico*. No entanto, Mario não estava preocupado em transformar sua proposta em texto legislativo, e não o fez. Tarefa que deixaria a cargo de outrem mais apto a

---

Apud Sant’Anna (1995, p. 83).

<sup>100</sup> Vale lembrar ainda que a crescente ampliação do escopo de trabalho, ao longo dos anos, não foi acompanhada por uma necessária ampliação de seu corpo técnico. É fato relativamente recente a criação de órgãos estaduais e municipais que passaram a dividir com o SPHAN a tarefa de zelar pelo patrimônio tombado – o que ocorre a partir do final da década de 1960, mais precisamente em 1968 com a criação do órgão estadual paulista, denominado Condephaat. V. Rodrigues (2000).

<sup>101</sup> “[...] Dentro do vocabulário jurídico. ‘tutela administrativa – conjunto de poderes expressos em lei, mas limitados, que o Estado confere aos órgãos centrais das pessoas jurídicas públicas maiores a fim de que exerçam ininterrupta vigilância jurídica sobre os atos editados pelos órgãos ou pelos agentes das pessoas jurídicas administrativas descentralizadas, territoriais ou institucionais, para garantir-lhe a legalidade e a conveniência, assegurando a consecução dos interesses coletivos’” (CRETELLA Jr., 1978 apud CHUVA, 1998, p. 125).

<sup>102</sup> V. a respeito Sant’Anna (1995); Chuva (1998).



realizar o intento. Sant’Anna (1995, p. 86) acusa RMFA e seu corpo de juristas de, ao finalizarem a redação do decreto-lei 25/37, terem ficado presos às soluções consagradas na Europa, reduzindo, em muito, a riqueza do universo cultural abrangido por Mario de Andrade – algo totalmente inovador, porém fora dos interesses políticos em jogo. No entanto, na prática, a ação do SPHAN não se restringiu ao estabelecido pelo decreto-lei 25/37. Dentre os objetivos que o documento que Mario de Andrade arrolava, por exemplo, estavam as ações de *organizar, conservar e defender* o patrimônio artístico nacional, incluindo a ideia de *propagar* – na qual se previa a criação de duas séries de publicações para a divulgação dos trabalhos do SPAN – ação que o texto da lei de 1937 não discute, mas que foi colocada em ação pelo SPHAN. Rodrigo Melo Franco de Andrade não só seguiu os conselhos do próprio Mario<sup>103</sup>, como fez uso de sua experiência como advogado: não transpôs, literalmente, a proposta do *Anteprojeto* para os termos legais ao criar o decreto-lei 25/37; ao contrário, o fez modificando-o e acomodando-o aos vários conselhos e pareceres aos quais foi submetido<sup>104</sup>, mantendo apenas alguns de seus critérios, como, por exemplo, a inscrição dos bens nos chamados Livros de Tombo.

Os limites e os recursos formais impostos à produção do texto legal, ao contrário do *Anteprojeto*, fizeram talvez com que a escrita do Decreto-lei 25/37 assumisse uma condição dóxica, descontextualizada da história e do próprio processo produtivo dessa escrita, configurando-se como se fosse produção de verdade, e não como arbítrio. Nesse sentido, a posição de seu autor não pode estar evidenciada explicitamente: o texto, como tantos outros de caráter normativo, deve ser lido como verdade universal, sem autoria subjetivada. O texto legal caracterizou-se pela abrangência de conceitos e, ao mesmo tempo, pelo detalhamento das normas jurídicas e dos procedimentos administrativos para consecução de seus objetivos.

[...]

Da mesma maneira o Decreto-lei 25/37 foi mais abrangente ao tratar daquilo que constituía o *patrimônio histórico e artístico nacional*, utilizando expressões tais como “fatos memoráveis”, “excepcional valor”,

<sup>103</sup> “*Li seu projeto de lei que achei, pelos meus conhecimentos apenas, ótimo. Aliás, preliminarmente é preciso que eu lhe diga com toda a lealdade que dado o anteprojeto ao Capanema, eu bem sabia que tudo não passava de anteprojeto. Vocês ajudem com todas as luzes possíveis a organização definitiva, façam e desfaçam à vontade, modifiquem e principalmente acomodem às circunstâncias, que fiz e não tomou em conta muitas circunstâncias porque não as conhecia. Não sou nem turrão nem vaidoso de me ver criador de coisas perfeitas. Assim não tema jamais me magoar por mudanças ou acomodações feitas no meu anteprojeto.*

*O caso por exemplo do museu etnográfico é típico. Dou toda a razão a d.Heloísa... em última instância. O que fiz foi teoria e acho bom como teoria”* (Carta de Mário de Andrade a RMFA, 29/7/1936. ANDRADE, Mário de. Mário de Andrade: cartas de trabalho: correspondência com Rodrigo Mello Franco de Andrade, 1936-1945. Brasília: Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional: Fundação Pró-Memória, 1981, p.60).

<sup>104</sup> Márcia Chuva (1998, p. 137-138) resgata o parecer de Judith Martins revelando a forma como se deu a elaboração do Decreto-lei 25/37: “*Segundo depoimento de Judith Martins, secretária de Rodrigo M. F. de Andrade, desde 1936, seu primeiro trabalho foi datilografar o Anteprojeto de Mário de Andrade, que, segundo ela, era bem maior do que restou acessível hoje e, naquele momento, Rodrigo M. F. Andrade convocava amigos para discuti-lo. Afirmava ‘Dona’ Judith: ‘Reduzir o projeto inicial a esse Decreto-lei [25/37] foi uma luta tremenda (...) O Mário de Andrade subordinava todos os museus ao Patrimônio. Os diretores de museus se insurgiram, não quiseram concordar. E o trabalho de elaboração desse Decreto-lei foi muito grande, levou muitos meses para concatenar todos os pareceres e reduzi-los à essência’* (Martins, 1987, p.26)”. Para o depoimento completo ver Judith Martins. *Memória Oral* n.1. Rio de Janeiro: SPHAN/PróMemória, 1987.

“feição notável”, nas quais, pela sua subjetividade, quaisquer tipos de “bem móvel ou imóvel”, “monumentos, sítios ou paisagens” poderiam ser incluídos, deixando que a própria prática do órgão viesse a definir o seu conteúdo [...]. Desta forma, o detalhamento apresentado no *Anteprojeto* a respeito das categorias de arte patrimonial foi substituído pela generalidade e subjetividade, permitindo a consideração de qualquer objeto no interior da categoria de *patrimônio histórico e artístico nacional*, tornando-se, sem dúvida, mais abrangente, qualidade que lhe tem garantido atualidade ainda nos dias de hoje (CHUVA, 1998, p. 140-141).

No artigo 1º do referido decreto, abria-se, então, a possibilidade de inscrição dos conjuntos urbanos em um dos quatro Livros do Tombo, divididos no art. 4º em: Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico; Livro do Tombo Histórico; Livro do Tombo das Belas-Artes; e Livro do Tombo das Artes Aplicadas. No entanto, a regra não poderia deixar de ser genérica, aplicável a todo e qualquer caso, ficando estabelecida, entre outros, a necessidade de autorização especial do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional nos casos de pintura, reparos ou restauração, e mesmo de construções na vizinhança do bem tombado, anúncios ou cartazes “*que lhe impeça[m] ou reduza[m] a visibilidade*”. Instituiu, ainda, o Decreto-lei 25/37, em seu artigo 19, que o proprietário da coisa tombada que não dispusesse de “*recursos para proceder às obras de conservação e reparação que a mesma requerer, levará ao conhecimento do Serviço [...] a necessidade das mencionadas obras*”, definindo, em seguida, que seu diretor, assim que recebida a comunicação, “*e consideradas necessárias as obras*”, mandaria executá-las, “*a expensas da União, devendo as mesmas ser iniciadas dentro do prazo de seis meses*” ou, em última instância, providenciando-se a desapropriação do bem tombado.

As “definições” do texto legal deixariam em aberto, para posterior delineamento e particularização, todo um rol de procedimentos relativos às intervenções nos conjuntos urbanos tombados. Enfim, uma vez que a base normativa não trazia definições fundamentais – tais como “destruição” ou “mutilação” da coisa tombada, “restauração” ou “conservação” de um bem cultural –, foi paralelamente à atividade prática e a partir dela, ou seja, foi através do gerenciamento dos bens inscritos nos Livros de Tombo, e conforme o jogo de tensões entre os agentes envolvidos no processo, que se estabeleceu e que se discutiu a conceituação teórica das intervenções e a ordem de prioridades no trato dos primeiros sítios tombados.

...

Em 1933, a cidade de Ouro Preto tornava-se o primeiro bem oficialmente declarado “monumento nacional”<sup>105</sup>. O ato representava “*o coroamento do esforço de vários intelectuais que,*

<sup>105</sup> Por meio do Decreto Federal n. 22.928, de 12/7/1933.

*desde o início da década, mobilizavam-se neste sentido*” (SANT’ANNA, 1995, p.126). Não só os modernistas, mas também os neocoloniais detiveram seu olhar sobre o rico acervo artístico e arquitetônico da região, e o próprio José Marianno Filho recomendou, em 1931, a formação de uma comissão para restaurar a cidade, “*reconduzindo-se a sua feição do século XVIII*” (Ibid., p.126), fato que acabou não ocorrendo. Porém, se a promoção de Ouro Preto à categoria de monumento nacional não significou, imediatamente, um avanço na perspectiva de sua conservação – uma vez que não havia instrumentos legais, associados a este decreto, que coibissem ações descaracterizadoras, promovidas por particulares ou pelo poder público –, ela inauguraria um longo percurso que seria trilhado pelas cidades mineiras em direção a uma imagem que as associaria, como ícone maior, ao patrimônio artístico e cultural brasileiro e que passaria pelos tombamentos dos conjuntos urbanos em Minas Gerais que se realizariam cinco anos depois, pelo recém criado SPHAN<sup>106</sup>.

Na verdade, Minas foi o núcleo central neste percurso retrospectivo em busca do “passado nacional”, e Ouro Preto, a capital por excelência do passado mineiro. Acompanhar, portanto, as discussões em torno dos estudos e critérios de intervenção na cidade significa investigar, de perto, os principais problemas e preceitos de um momento pioneiro na atuação do SPHAN que, segundo Motta (2008, p. 12), a elegeu como paradigma dentro de sua gestão do patrimônio urbano, e, mais do que isso, como lugar propício para experimentações.

Porém antes mesmo da criação do SPHAN, Ouro Preto já estava em evidência. Manuel Bandeira, em 1928, no artigo intitulado *Defesa de Ouro Preto*, alertava para a necessidade de preservação de seu rico acervo arquitetônico e artístico que, na ausência de um serviço técnico de proteção, corria riscos de arruinamento e de descaracterização por intervenções inadequadas:

A esse respeito não se cometeu nada de irreparável em Ouro Preto, mas pode-se chamar a atenção do governo de Minas para uma falta de gosto que está enfeando muito o edifício da Escola de Engenharia, antigo Palácio dos Governadores. Pintaram-no exteriormente o alumínio, me disseram que por medida de economia. O severo casarão de José Fernandes Pinto Alpoim prateado como se fosse grade de jardim burguês! Em nome do falecido sargento-mor Engenheiro, suplico respeitosamente ao Dr. Francisco Campos, Secretário da Justiça do Presidente de Minas, a restauração do aspecto tradicional do palácio,

<sup>106</sup> Entre os 235 tombamentos que foram feitos no ano de 1938, foram inscritas, nos Livros do Tombo das Belas Artes, seis cidades de Minas Gerais: Ouro Preto, Diamantina, Mariana, Tiradentes, São João del Rei e Serro (ver Anexo 2). O fato de tomar não só os monumentos mais significativos, isoladamente, mas o conjunto urbano como um todo, é fato pioneiro, sem precedentes em nível mundial. E como a própria inscrição no livro das Belas Artes já revela, a valorização deste patrimônio relacionava-se, sobretudo, à ideia de singularidade artística presente nestes contextos urbanos. O número de tombamentos realizados em 1938 foi aferido por Márcia Sant’Anna a partir do levantamento realizado pela instituição e publicado em: MinC/IPHAN. *Bens móveis e imóveis inscritos nos Livros do Tombo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. 4ª ed. Rio de Janeiro: IPHAN, 1994, p.247. A grande maioria dos bens inscritos é composta por monumentos isolados, de arquitetura religiosa ou civil. São inscritos ainda alguns conjuntos arquitetônicos e paisagísticos no Estado do Rio de Janeiro. Cf. Sant’Anna (1995, p.127).

que era “caiado com a melhor cal do país”, sendo “todas as portas e janelas que olham para fora e de dentro do pátio pintadas a óleo de cor verde ou cor cinza, como também todas as portas das casas principais e dos quartos onde S. EX. o Capitão-Mor assistia”, segundo reza o termo de rematação da obra datado de Vila Rica em 13/06/1741.

[...]

O acervo artístico de Minas é bastante considerável para justificar a criação de um departamento técnico que o defenda. Como é triste olhar a brochadura sacrílega com que capearam o ouro magnífico das capelas das chamadas Matriz do Fundo de Ouro Preto, obra de Pombal, o tio do Aleijadinho! A igreja está hoje entregue ao zelo esclarecido de um sacerdote culto, cujo carinho pelo velho templo leva-o a raspar por suas próprias mãos a canivete o emplastamento de óleo com que o sujaram.

[...] Se os homens de gosto do governo de Minas não tomarem providências de defesa, os velhos templos contemporâneos da epopéia das bandeiras acabarão em igrejórios sem grandeza. Eles já se acham bem despojados pela cupidez ignorante das irmandades<sup>107</sup>.

Em 1935, ou seja, apenas um ano após sua criação, a Inspeção de Monumentos Nacionais<sup>108</sup> colocava em ação o seu *Plano de Restauração de Ouro Preto*. No entanto, apesar do título indicar que se tratava de um projeto global, de recuperação do conjunto urbano, o plano apenas se ocupava do levantamento e da conservação dos principais monumentos (MOTTA, 2008). A notória oposição entre a visão saudosista de Gustavo Barroso<sup>109</sup> – então diretor do Museu Histórico Nacional e antigo responsável pela Inspeção de Monumentos Nacionais – e a referência dos intelectuais modernistas do SPHAN, criado em 1937, fazia com que as obras fossem todas refeitas “*sugerindo uma tentativa de ‘desmontar qualquer intervenção que não tivesse a marca ou que não fosse regida [pelos] princípios estéticos’ [do SPHAN]*” (CHUVA, 1998 apud MOTTA, 2008, p.13).

Emblemática desse período é a discussão em torno da construção do Grande Hotel em Ouro Preto, em 1938. Apesar de bastante difundido<sup>110</sup>, o caso é importante de ser lembrado na medida em que demonstra as premissas que balizaram o pensamento da instituição no momento inaugural da

<sup>107</sup> Manuel Bandeira. “Defesa de Ouro Preto”. In: *Ilustração Brasileira* 97, set 1928. Apud Pinheiro (2005, p.35-36).

<sup>108</sup> A Inspeção de Monumentos Nacionais foi criada, em 1934, com o intuito, basicamente, de inventariar o acervo arquitetônico dos estados, indicando aqueles que deveriam ser decretados monumentos nacionais. Cf. Motta. “Ouro Preto: de Monumento Nacional a Patrimônio Mundial”. In: Sorgine (2008, p. 12).

<sup>109</sup> “A principal oposição entre o pensamento de Gustavo Barroso e o dos modernistas que contribuíam com a atuação do SPHAN seria, respectivamente, o culto ao passado versus a ideia de patrimônio como referência da modernidade. A visão saudosista de Gustavo Barroso [...] defendia que se deveria salvar o passado do esquecimento, livrando-o da destruição e do abandono para revivê-lo no presente, como uma espécie de herança de família. Contrariamente, segundo a visão dos intelectuais de certa vertente modernista, o conhecimento do passado seria referência para a constituição da identidade nacional que se projetava para o futuro. Para os modernistas, o conhecimento do passado conduziria à constituição de um país moderno e civilizado, portador de cultura própria, integrado à matriz da civilização ocidental européia” (MOTTA, 2008, p. 12-13).

<sup>110</sup> A discussão tornou-se conhecida através do artigo da arquiteta Lia Motta (1987), atualmente coordenadora geral de Pesquisa, Documentação e Referência do IPHAN (Copedoc). O estudo se baseou em pesquisa realizada na então Diretoria de Tombamento e Conservação, dirigida por Augusto Carlos da Silva Telles, e contou com a participação de equipe multidisciplinar composta por arquitetos e historiadores. Maria Tarcila Guedes, historiadora que participou dos trabalhos, publicou *O lado doutor e o gavião de penacho: movimento modernista e patrimônio cultural no Brasil: o serviço do patrimônio histórico (sphan)*, São Paulo: Annablume (2000), abordando a criação do Sphan e sua atuação em Ouro Preto. A discussão também recebeu um capítulo em *Moderno e brasileiro*, de Lauro Cavalcanti (2006).

atuação nos conjuntos urbanos tombados. Coloca-se, então, em prática o estratagema de Lucio Costa para articular relações entre a arquitetura colonial existente – o casario de Ouro Preto – e a arquitetura moderna, no caso do Grande Hotel, com sua estrutura independente com composição ritmada. É significativo observar que não havia, no âmbito interno da instituição, unanimidade em torno da proposta de Oscar Niemeyer, defendida por Lucio Costa – como demonstram os projetos alternativos elaborados por Renato Soeiro e Paulo Thedim Barreto. Mesmo assim, o projeto de Niemeyer, por fim executado, materializava a concepção de LC na defesa de que, ao se completar uma lacuna no casario, a nova construção deveria ser feita de modo a se neutralizar na paisagem da cidade, enquanto à arquitetura “*excepcional nova*” – como a do hotel pretendido – deveria ser reservada uma solução “*moderna e de ‘boa qualidade’*”, enfim, uma linguagem realizada aos moldes da cartilha dos CIAM que Lucio Costa frequentava (MOTTA, 2008, p.14).

Apesar de nenhum outro projeto moderno desse porte ter sido realizado em Ouro Preto, essa discussão teve reverberações significativas na trajetória da atuação institucional, como veremos adiante. Em termos da gestão do patrimônio urbano, outro momento importante, situado no final da década de 1940, é o da campanha de angariação de fundos particulares em benefício de Ouro Preto. Mais uma vez, Manuel Bandeira é porta-voz e, através de um poema, conclama a sociedade civil para a recuperação do casario:

Ouro Preto são também os casebres de taipa de sopapo  
 Aguentando-se uns aos outros ladeira abaixo,  
 O casario do Vira-Saia,  
 Que está vira-não-vira enxurro,  
 E é a isso que precisamos acudir urgentemente!

Meus amigos, meus inimigos,  
 Salvemos Ouro Preto.  
 Homens ricos do Brasil  
 Que dais quinhentos contos por um puro-sangue de corridas,  
 Está certo,  
 Mas daí também dinheiro para Ouro Preto.

Grã-finas cariocas e paulistas  
 Que pagais dez contos por um modelo de Christian Dior,  
 E meio conto por uma permanente no Baldini,  
 Está tudo muito certo,  
 Mas mandai também dez contos para consolidar umas quatro casinhas de Ouro Preto.  
 (Nossa Senhora do Carmo de Ouro Preto vos acrescentará...)<sup>111</sup>

A campanha envolveu agentes diversos, entre os quais: apoio de jornais, associações particulares, intelectuais, artistas, empresários e políticos, em diferentes estratégias de arrecadação

<sup>111</sup> Trecho do poema “Minha gente, salvemos Ouro Preto!” Cf. Bandeira. In: *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro,

de donativos em eventos da alta sociedade como “*festas, leilão e espetáculo teatral beneficente*” (MOTTA, 2008, p. 17). Aos recursos angariados em 1949 deveria ser dada uma destinação coerente, correta, especialmente em função da ampla divulgação que a campanha havia alcançado. Para isso, foram colocados a trabalho na definição das prioridades os técnicos Sylvio de Vasconcellos, então chefe do 3º Distrito em Minas, e Paulo Thedim Barreto, chefe da Seção de Obras da Divisão de Conservação e Restauração.

O plano, denominado “Estudo da cidade de Ouro Preto” consistiu “*no socorro imediato ao conjunto tombado, em especial ao casario residencial e não aos monumentos isolados da cidade, uma vez que esses últimos eram assistidos com mais regularidade pela ação institucional*” (SORGINE, 2008, p.18). Para isso, foi necessário identificar os imóveis cuja demanda por ações emergenciais era mais prioritária – levantamento encaminhado à diretoria geral do SPHAN em 29 de setembro de 1949, sob a forma de fichas de inventário com fotografias de fachadas e dados sobre o estado de conservação e gabaritos de 963 casas inventariadas (GRIECO e SORGINE, 2008, p.33). Acompanhando as fichas, constavam mapas com a localização dos imóveis e um relatório geral dos trabalhos realizados. A cidade de Ouro Preto foi, então, dividida em 11 zonas “*para, com os dados obtidos, apurar-se das condições e necessidades das várias partes componentes [...], excluídas naturalmente, algumas poucas [casas] que, por muito desligadas da cidade [...] podem ser consideradas como marginais e sem maior importância*”<sup>112</sup>. Como se percebe, mais de uma década após o tombamento do conjunto urbano pelo SPHAN, a equipe técnica do órgão federal de preservação colocava-se diante do desafio de ter um olhar global para a cidade.

Sylvio de Vasconcellos teria papel decisivo não só na coordenação dos levantamentos, como na elaboração das análises que levariam às definições preliminares sobre os imóveis e as áreas que sofreriam intervenção. Em resumo, as diretrizes apontavam a necessidade de:

- a) tratar primeiro as casas em ruínas, isoladas ou não;
- b) prosseguir na reconstrução das imediatas ou de algumas delas, formando conjuntos;
- c) tratar independentemente um trecho importante, mais no centro da cidade.

Corroborando o ponto de vista de Sylvio, Paulo Thedim Barreto opinou que o estado da cidade era de “*ruína ou de quase ruína, dos prédios em geral*”<sup>113</sup>, tendo desaparecido cerca de 473 casas em 32 anos, por isso “*a medida que se impunha era o socorro do conjunto, sendo mais*

11/9/1949. ACI/RJ-SI. M024/Cx.0213. Apud Sorgine (2008, p. 6-7).

<sup>112</sup> VASCONCELLOS, Sylvio de. Relatório que acompanha o Ofício n.231-49. 29/09/1949. ACI/RJ-SO. M 040/Cx. 196/P.862.1/Doc.33. In: Grieco e Sorgine (2008, p.34).

<sup>113</sup> BARRETO, Paulo Thedim. Informação intitulada “Preservação dos conjuntos arquitetônicos de Ouro Preto”, de 7/10/1949. ACI/RJ-SO. M 040/Cx. 195/ P. 861.2/ Doc. 111. In: Grieco e Sorgine (2008, p.55).

*recomendável [...] tomar como ponto de partida o núcleo de maior densidade de construção”* (GRIECO e SORGINE, 2008, p.55). Lucio Costa, por sua vez, emitiu parecer na direção de que os imóveis selecionados fossem os que representassem maior interesse arquitetônico e urbanístico, ponderando ainda que se levassem em conta os pedidos de obras encaminhados por proprietários, em imóveis apresentando estado de ruína, nos casos em que estes atendessem aos critérios indicados (Ibid., p. 53-54).

As obras foram executadas entre novembro de 1949 e setembro de 1950, sendo restauradas 24 casas. Ainda que seja difícil compreender – como constata as autoras – que critério, afinal, teria sido adotado para a seleção dos imóveis que sofreriam intervenção, se verifica sem esforço que as ações do Plano de Obras de 1949 não conseguiram atingir a totalidade da cidade – o que não invalida nem diminui o mérito da iniciativa. Ao contrário, além do extenso levantamento realizado de forma sistemática, a observação das fotografias e as recomendações técnicas revelam um critério de caráter conservativo<sup>114</sup> adotado nos serviços empreendidos, entre os quais destacaríamos a conservação da técnica construtiva do pau-a-pique<sup>115</sup> e a orientação de Lucio Costa para que se mantivesse a mesma coloração nas casas em que se encontrasse *“colorido agradável nas caiações do século passado”*<sup>116</sup>.

---

<sup>114</sup> A exceção fica por conta do exemplo mostrado às páginas 63 e 275, do artigo de Grieco e Sorgine (2008), em que se evidencia a remoção do lambrequim na restauração, deixando à mostra a eterna questão da transformação das fachadas, através da remoção *“de certos elementos ecléticos, [...] predominando os critérios estético-estilísticos de intervenção”* (op. cit., p.50). Isto não está em tanta evidência, no caso do Plano de Obras de 1949 pelo simples fato de que os exemplares com características marcadamente ecléticas acabaram omitidos da seleção final e, portanto, não sofreram restaurações pelo SPHAN no período.

<sup>115</sup> Sobre as razões para a adoção da técnica do pau-a-pique, explica Sylvio de Vasconcellos: *“[...] Para as paredes esperamos usar apenas o sistema de pau a pique. Temos verificado que, em Ouro Preto, não só devido ao terreno como também ao primitivo sistema construtivo adotado, de estrutura independente e alicerces precários, a adoção de tijolo traz, em breve tempo, mau resultado. Esta consideração ainda se reforça quando ocorre a necessidade de novas reformas apoz [sic] o uso do tijolo, por apodrecimento do baldrame, madres, etc. O peso da nova parede, e sua não amarração torna, senão difícil, pelo menos muito cara a nova reforma que exige quase a demolição total da referida parede. Com o pau a pique é fácil a substituição das peças estruturais já que a amarração natural do sistema facilmente o mantém suspenso durante o período das obras, sendo também de fácil escoramento. Será, contudo uma experiência, tanto como técnica como do ponto de vista econômico que espero, todavia, nos dará bons resultados. O único inconveniente a advir desta solução é que o pau a pique exige conservação permanente, de revestimento e pintura, tão logo ocorram fendas, rachaduras, etc., a que, infelizmente, não dá valor a população. Pelo menos a pintura periódica seria medida das mais aconselháveis para a preservação das construções antigas, protegendo, por dilatado tempo, não só as paredes como as madeiras expostas às intempéries. A falta desta pintura pode quase ser responsabilizada [sic] 80% do arruinamento da cidade; os restantes 20% se devem às coberturas que, de certo modo, são mais cuidadas já que incomodam mais a sua deficiência. [...]”* VASCONCELLOS, Sylvio de. Ofício de 12/10/1949. ACI/RJ-SO. M 040/Cx. 196/P.862.1/Doc.33. In: Grieco e Sorgine (2008, p.254-256).

<sup>116</sup> COSTA, Lucio. Parecer de 6/10/1949. ACI/RJ-SO. M 040/Cx. 195/P. 861.2/ Doc. 108

### 2.3. SYLVIO DE VASCONCELLOS E A ESTRUTURAÇÃO DA REGIONAL MINEIRA

A estrutura do SPHAN concretizou-se através de uma sede, situada no Rio de Janeiro, que centralizava as ações, e de onde partiam não somente as orientações gerais do trabalho a ser cumprido – ou seja, a lista de atividades prioritárias, por região, e as indicações dos profissionais a serem contratados pelo *Serviço* –, mas também as verbas disponibilizadas pelo governo federal, sem as quais nada poderia ser feito. A esta sede, ou Diretoria, estavam conectadas diversas regionais, lideradas, em sua maioria, por arquitetos, ou engenheiros-arquitetos, como, na época, era denominada esta formação. Mesmo que o SPHAN tivesse partido de uma experiência anterior, concreta, como a francesa – o que apenas se supõe, já que não há referência explícita, neste sentido –, era preciso partir do zero, afinal, não havia, em termos internacionais, território equivalente ao brasileiro, sobretudo relativamente à sua dimensão. Por isso, oficialmente, a estruturação das regionais – ou dos “distritos” como ficam denominados – é dada somente em 1946, com o decreto n.8.534, ainda que os trabalhos em diversos estados já tivessem se iniciado poucos anos após a criação do SPHAN<sup>117</sup>.

Conforme se pode extrair, de uma forma geral, da leitura da documentação do SPHAN, do período, e de depoimentos de técnicos antigos da instituição, “área central” era a denominação informal dada à equipe de profissionais constituída na sede do *Serviço*, no Rio de Janeiro, que, sob a coordenação direta de Rodrigo M. F. de Andrade, dava as orientações técnicas aos trabalhos empreendidos nas regionais do *Serviço*, tendo um caráter normatizador e controlador das ações empreendidas nas sedes regionais. Muitas vezes, a “área central” assumia também um papel executor. Antes da formalização do Regimento Interno do órgão, em 1946, a chamada “área central” era constituída pela *Seção Técnica* e pelo Gabinete do Diretor; quanto às “representações regionais” ou “sedes regionais”, elas contavam com um representante regional do SPHAN – oficialmente denominado de *Assistente Técnico*, constituindo, em várias ocasiões, a totalidade da equipe regional, geralmente apoiado apenas por um secretário. Em algumas regionais havia *auxiliares técnicos*, que davam apoio em trabalhos de pesquisa, levantamento, viagens de

<sup>117</sup> A primeira referência encontrada, relativa à divisão em regiões, data de 1939 e parte do próprio RMFA: “*Não temos trabalho organizado em todos os estados, mas em quase todas as regiões em que se divide o Serviço. São elas, as seguintes, com a indicação de seu âmbito jurisdicional: 1ª – Distrito Federal e estado do Rio; 2ª – Amazonas e Pará; 3ª – Maranhão, Piauí e Ceará; 4ª – Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas; 5ª – Bahia e Sergipe; 6ª – São Paulo e Mato Grosso; 7ª – Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul; 8ª – Minas Gerais e Goiás* (ANDRADE, 1987, p.31). A segunda baliza é a data de 1946 – ano que coincide com o início da correspondência enviada à sede, encontrada nos arquivos da instituição –, quando o decreto n.8.534 transforma o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em Diretoria, sob a sigla DPHAN, estruturando-o em duas divisões e quatro distritos, sendo assim distribuídos: 1º Distrito, em Pernambuco; 2º Distrito, no estado da Bahia; 3º Distrito, em Minas Gerais; e 4º Distrito, em São Paulo. No entanto, neste intervalo de tempo, apesar de não encontrarmos documentos atestando o início de atividades diárias, que caracterizassem os trabalhos de uma representação regional em funcionamento em Minas Gerais, se tem conhecimento da colaboração ativa de Salomão de Vasconcellos, o então “assistente técnico” da 8ª região – cargo equivalente ao que Mário de Andrade teria ocupado na 6ª região, em São Paulo – empreendendo, sobretudo, atividades em torno de pesquisas históricas, desde a criação do SPHAN. A partir da década de 1940 a equipe mineira deve ter iniciado os trabalhos de documentação fotográfica, de levantamentos arquitetônicos e de obras de restauração, pois encontramos um artigo de Sylvio de Vasconcellos informando terem sido realizadas, no ano de 1945, obras em 18 monumentos. Cf. “A proteção dos valores históricos e artísticos”. *Boletim do Departamento de Assistência dos Municípios*. ACI/RJ-SP/SV.



fiscalização etc. Para as obras, de uma forma geral, eram contratados profissionais por serviços prestados, sob a coordenação do “representante regional” (CHUVA, 1998, p.52-53).

Assim que formalizada a representação regional em Minas Gerais – ou 3º Distrito, como vemos denominado na farta documentação trocada com a Diretoria –, sua coordenação ficou a cargo de Sylvio de Vasconcellos, formado engenheiro-arquiteto pela EAUFMG, em 1944, onde foi professor e também diretor<sup>118</sup>. De sua banca de admissão para ingresso na faculdade de arquitetura da escola mineira, fez parte Paulo Santos que encaminhou o seguinte comentário a Rodrigo M. F. de Andrade:

De volta de Belo Horizonte, onde tive a honra de participar da Banca examinadora do concurso para provimento da cátedra de Arquitetura no Brasil, da Escola de Arquitetura da U. de Minas Gerais, cumpro o dever de felicitar a Diretoria do Patrimônio a pessoa do seu ilustre diretor, pela brilhante atuação, nas provas do concurso, do candidato inscrito, arquiteto Silvio de Vasconcelos que chefia a divisão estadual dessa Repartição, sediada em Belo Horizonte.

A segurança com que se houve o candidato no desenrolar das provas, sua cultura amadurecida, voltada para as questões econômico-sociais, em função das quais se forma e se desenvolve nossa arquitetura, a riqueza do material original que apresentou, revelam uma visão ampla e penetrante, de que ressalta o alto mérito da orientação geral traçada pelo ilustre patricio na chefia daquela Diretoria.

Foi para mim um prazer assistir a tão brilhantes provas e não o é menos emitir a respeito, como hora faço, minha modesta mas sincera opinião. Faço-o na suposição de que ela não lhe será desagradável e é ainda nessa mesma suposição que lhe apresento a reafirmação do meu apreço e estima<sup>119</sup>.

As palavras de Paulo Santos revelam que, no início de 1950, depois de mais de uma década de trabalho, o SPHAN havia conquistado uma reputação entre os estudiosos da arquitetura brasileira e se firmado como instituição que reunia profissionais de alta competência, desenvolvendo pesquisas na área da história da arte e da arquitetura no Brasil, inventários, levantamentos arquitetônicos e fotográficos, e obras de restauração. Por meio do resgate da formação da regional mineira, podemos vislumbrar a riqueza e a complexidade das atividades desenvolvidas pelas representações regionais, bem como as dificuldades impostas pela estrutura existente na época em que se deu início aos trabalhos, tais como a reduzida equipe técnica e a escassez de verbas e de meios materiais, especialmente, no caso de Minas, face ao tamanho da tarefa a ser empreendida, uma vez que o estado já contava com o conjunto de seis cidades inteiras tombadas como patrimônio nacional.

---

<sup>118</sup> Funções que teria assumido entre os anos de 1948 a 1969, e 1963 a 1964, respectivamente, segundo informações extraídas da página da internet do Laboratório de Fotodocumentação (<http://www.forumpatrimonio.com.br/laboratorio/site.html>), onde também foi principal supervisor e fundador, tendo sido criado em 1954 com o objetivo de registrar, fotograficamente, o acervo arquitetônico e artístico do Estado de Minas Gerais. Posteriormente, o trabalho teria sido ampliado para outras regiões do país, com o intuito de auxiliar os programas de ensino e pesquisa em arquitetura e urbanismo.

<sup>119</sup> Carta de Paulo F. Santos a Rodrigo M. F. de Andrade, encaminhada em 7/04/1952. ACI/RJ-SR/SV, Pasta n.279 059 /1951 a 1952.

Considerando-se, de modo particular, o Estado de Minas Gerais, sem dúvida um dos mais importantes neste sentido, tanto pelo número e conjunto de seus monumentos como pelo valor dos mesmos, grande tem sido o trabalho desenvolvido pela D.P.H.A.N. Seis cidades do Estado são tombadas em seu conjunto: Ouro Preto, Mariana, Diamantina, Serro, São João del Rei e Tiradentes, e várias outras cidades possuem monumentos isolados, também sob a proteção do governo federal como Sabará, Santa Bárbara, Itabira, Congonhas do Campo, às quais se acrescentam ainda distritos e arraiais como Catas Altas, Santa Rita Durão, Ouro Branco e muitos outros.

Grande parte de nossos monumentos é constituída de igrejas e capelas em virtude de nelas se concentrar quase toda nossa arte antiga. Em razão da decadência econômica que sucedeu ao apogeu do ouro e o conseqüente empobrecimento das populações por longo período, viveram estas igrejas sem cuidados, de modo que seu estado atual é precário, necessitando, quase sempre, de obras urgentes.

As nossas construções tradicionais, em grande parte de estrutura e mesmo acabamento de madeira, com o decorrer do tempo vêm a exigir obras mais ou menos importantes, dados os danos que sofre este material, principalmente em climas úmidos<sup>120</sup>.

Sem dúvida, orientado pelas diretrizes advindas da diretoria central, Sylvio não deixaria de lado sua ampla experiência – enriquecida pelo exemplo paterno, pela atividade didática, e pelas pesquisas em torno das particularidades da arquitetura e do urbanismo mineiros que o tornariam profundo conhecedor do acervo histórico, arquitetônico, artístico e cultural de Minas Gerais –, dirigindo a regional até fins da década de 1960, quando o regime ditatorial impõe sua partida, em autoexílio<sup>121</sup>. Apesar de ser escassa a bibliografia que trata especificamente da atuação de Sylvio de Vasconcellos frente à representação regional em Minas, a rica documentação encontrada no acervo da instituição – explorada também ao longo do terceiro capítulo – permite resgatar o diversificado painel de ações coordenadas pelo arquiteto.

A atividade intelectual de SV foi intensa e múltipla e se refletiu na sua atuação dentro do SPHAN. Seguindo o exemplo de Lucio Costa, ele foi, ao mesmo tempo, arquiteto de prancheta, realizando projetos contemporâneos – sobretudo residências na capital mineira –, sem nunca se afastar da reflexão teórica e das pesquisas em torno da arquitetura e do urbanismo brasileiros. Do ponto de vista de sua atuação na defesa do patrimônio, sua desenvoltura para lidar com diversas frentes de trabalho e seu elevado nível intelectual foi posto em prática na coordenação do 3º Distrito. Como o próprio Sylvio detalhou, em um de seus artigos, entre as tarefas iniciais estariam:

1º - A catalogação sistemática e a proteção dos arquivos estaduais, municipais, eclesiásticos e particulares, cujos acervos interessem à história nacional e à história da arte no Brasil;

2º - A promoção de medidas que tenham por objetivo o enriquecimento do patrimônio histórico e artístico nacional;

<sup>120</sup> VASCONCELLOS, Sylvio de. “A proteção dos valores históricos e artísticos”. *Boletim do Departamento de Assistência dos Municípios*. ACI/RJ-SP/SV.

<sup>121</sup> Na documentação arquivada junto à instituição já encontramos, a partir de 1966, a correspondência da regional assinada por Antônio Augusto Velloso, sob a denominação de chefe substituto. Segundo Sorgine (2008, p.339), VASCONCELLOS exilou-se na França, depois no Chile, fixando residência em Washington, Estados Unidos, a partir de 1969. Afastado do país e de Minas Gerais, Sylvio de Vasconcellos faleceu em 1979, aos 63 anos de idade.

- 3º - A proteção dos bens tombados na conformidade da legislação em vigor, e, bem assim, a fiscalização sobre os mesmos, extensiva ao comércio de antiguidades e de obras de arte tradicional do país;
- 4º - A coordenação e orientação das atividades dos museus federais que lhe ficam subordinados, e prestação de assistência técnica aos demais estabelecimentos desta natureza;
- 5º - O estímulo e a orientação, no país, da organização dos museus de arte, história e etnografia, quer por iniciativa particular, quer por iniciativa pública;
- 6º - A realização de exposições temporárias de obras de valor histórico e artístico, assim como de publicações e quaisquer outros empreendimentos que visem difundir, desenvolver e apurar o conhecimento do patrimônio histórico e artístico nacional<sup>122</sup>.

Dentre as atividades listadas, algumas teriam início antes mesmo do estabelecimento de uma sede física para o escritório do 3º Distrito da então DPHAN, como foi o caso das pesquisas históricas e dos inventários. No universo em torno da formação das cidades ditas “coloniais” – temática frequente nos artigos que o historiador Salomão de Vasconcellos desenvolveu para a *Revista* e, como vimos, raiz sobre a qual se buscou fundar todo um universo discursivo de uma “memória” e de uma “identidade nacional” a ser descoberta e valorizada –, Sylvio de Vasconcellos teria sido um articulador fundamental, talvez, um dos principais produtores de conhecimento, dentro da equipe de funcionários do *Serviço*, tendo empreendido importantes estudos sobre os processos de constituição de diversas cidades mineiras e pormenorizadas análises de suas características arquitetônicas. Em seus artigos evidencia-se, de modo incontestado, a especificidade do caso brasileiro, em especial das cidades mineiras estudadas, frente à experiência estrangeira:

...desejamos frizar [sic] que, *se estudamos separadamente do resto do Brasil a arquitetura civil em Minas Gerais* é para, encurtando o tema, já de si tão vasto, facilitar o estudo, de vez que a colonização das várias regiões do Brasil se processou em épocas diversas e por razões econômicas também diversas, o que deu em consequência a repetição de fatos idênticos em épocas diferentes nas várias regiões, fazendo com que o uso, por exemplo, da pedra e cal ocorresse no litoral norte já em meados do 1500, fato só verificado em Minas em fins do 1700. Da mesma forma que o clássico, o gótico, a renascença e o barroco levaram séculos a se apresentar na Europa, no Brasil todos eles de certa forma se mostraram de modo muito mais rápido no decurso de 2 ou 3 séculos. *Em Minas, os estilos se sucederam de modo ainda mais rápido*, por vezes até mesmo em paralelismo<sup>123</sup>.

Um de seus principais meios de divulgação era o jornal “Estado de Minas”<sup>124</sup>, onde colaborava, escrevendo artigos para o público leigo, ajudando a difundir os caros preceitos do grupo modernista liderado por Lucio Costa, no Rio de Janeiro. Aliás, a leitura de alguns de seus textos deixa evidente a total sintonia de pensamento com LC, pois também ao arquiteto mineiro o pau-a-

<sup>122</sup> VASCONCELLOS, Sylvio de. “A proteção dos valores históricos e artísticos”. *Boletim do Departamento de Assistência dos Municípios*. ACI/RJ-SP/SV.

<sup>123</sup> VASCONCELLOS, Sylvio C. de. “Contribuição para o estudo da arquitetura civil em Minas Gerais”. *Arquitetura e Engenharia*. p.30. ACI/RJ-SP/SV. Grifos nossos.

<sup>124</sup> Sylvio de Vasconcellos teria colaborado, ainda, para vários outros jornais, entre os quais, “O Estado de S. Paulo”, “Jornal do Brasil”, “Diário de Minas”, “O Globo”, “A Hora”, entre outros. Entre suas obras, destacam-se *Vila Rica – formação e desenvolvimento* (1956), *Arquitetura no Brasil: pintura mineira e outros temas* (1959), *Arquitetura no Brasil: sistemas construtivos* (1961), *Noções sobre arquitetura* (1962) e *Vida e obra de Antônio Francisco Lisboa*

pique lembraria o concreto armado, sendo possível, em sua interpretação, através da arquitetura tradicional do século 18 se chegar à essência da arquitetura brasileira:

Obedecendo aos imperativos do nomadismo, da construção rápida, com recursos do próprio local, sem outro material que alguns paus, o barro, o vegetal da cobertura, o cipó e a mão de obra, com o mínimo de esforço e trabalho, – muitas vezes o seu proprietário, mesmo levantando-a por inteiro – é de fato a “casa de sapé” salvo imposição de ordem sanitária, *o que de mais próprio, singelo e fácil* podia ocorrer para moradia do brasileiro pobre. *A adaptação ao clima é clara, o aproveitamento das condições locais integral. O estilo, simplório como a própria alma cabocla. [...]*

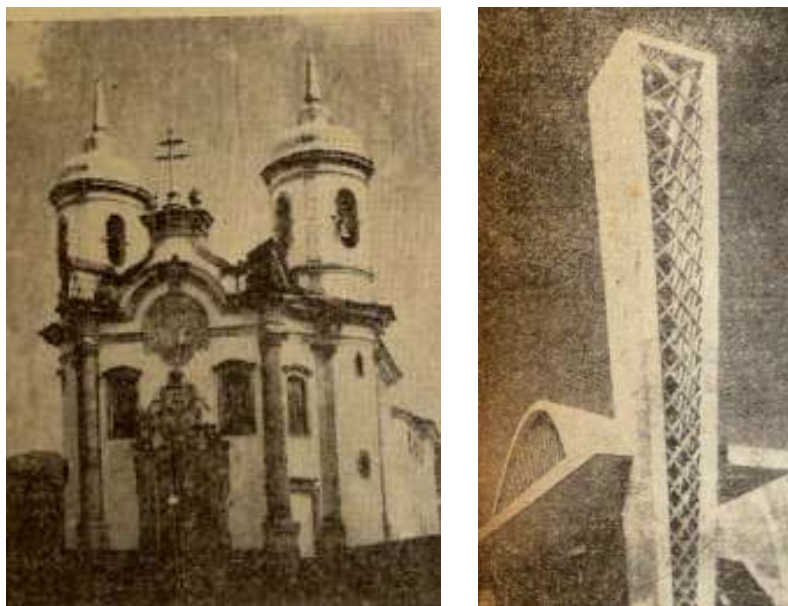
*A construção lembra o concreto armado: o barro armado!* Inicialmente se colocam os quatro esteios dos cantos e, apoiados neles os frechais fechando o cubo em cima. Penetrando no próprio chão e nos frechais se colocam verticalmente os “paus-a-pique” que vem depois dar nome à construção. Em sentido horizontal, as varas amarradas com cipós aos paus-a-pique. A armação está pronta e agora é só encher esta rede de paus trançados com o barro já amassado e depois, às vezes, colocar o revestimento. [...] Todavia, é dos mais interessantes este tipo de construção e, partindo dele e de acordo com as condições locais, vamos encontrar, com a mesma base construtiva, o mesmo sistema, o mesmo sentir, toda *a nossa arquitetura colonial*.<sup>125</sup>




---

(1979). Cf. Sorgine (2008, p.339).

<sup>125</sup> Vasconcellos. “Contribuição...”, *Arquitetura e Engenharia*. p.31. Grifos nossos. Mais adiante, na página 45 do mesmo artigo, argumenta: “*Em Ouro Preto os [exemplares] da rua da Glória, em Diamantina a casa de “João Boi”, e aqui mesmo em Nova Lima o sobrado onde nasceu o Visconde de Sapucaí estão todos eles apontando aos técnicos, o verdadeiro caminho de nossa arquitetura: pureza, simplicidade, beleza*”.



Figuras 36, 37 e 38: Estrutura de casa em pau-a-pique, igreja de São Francisco de Assis em Ouro Preto e igreja da Pampulha em Belo Horizonte. Ilustrações do artigo de Sylvio de Vasconcellos, intitulado *Cerca de quinhentos templos e edifícios a serem protegidos, em Minas: todos mais ou menos em mal estado. Também seis cidades inteiras: Ouro Preto, Mariana, São João del Rei, Tiradentes, Serro e Diamantina*. Belo Horizonte, 27/04/1952. Fonte: ACI/RJ-SR/SV/1951 a 1952.

As entrelinhas do texto realçam aspectos como simplicidade, identidade, e perfeita adaptação ao clima da arquitetura tradicional encontrada em Minas Gerais, e conectam esta à produção contemporânea de cunho modernista (“*a construção lembra o concreto armado: o barro armado!*”), citando quase literalmente Lucio Costa. Este duplo viés, unindo passado e presente, pode ser comprovado no acervo documental do Laboratório de Fotodocumentação da Escola de Arquitetura da UFMG, cujo arquivo se ocupou em guardar tanto os registros fotográficos das cidades tradicionais mineiras, quanto as imagens da recém construída Pampulha. Do mesmo modo, seu discurso impregnava-se das mesmas intenções negativas acerca dos “historicismos” na arquitetura, também observados em Minas Gerais, sobretudo a partir de meados do século 19:

Das primeiras casinhas que povoaram o nosso território, constituídas das “tejudabas” e das construções de alvenaria de pedra ou taipa, de feições graves e pesadas, [...] passaremos agora aos tipos mais enfeitados do século XIX. É preciso ter em mente, porém, que as datas de ocorrências destes vários tipos não são as mesmas em todas as regiões do Brasil nem nas várias zonas de Minas Gerais que se “civilizaram” de acordo com as penetrações e a economia. Acompanhando o progresso a arquitetura vai se desenvolvendo aqui e ali. Os períodos devem ser longos e estão entre si entrosados. A transição não deixa criar limites fortes; há apenas uma tendência que se vai moldando com o correr dos anos, e as necessidades locais.

Marcada esta explicação e com espírito largo procuramos delinear cinco fases sucessivas do desenvolvimento de nossa arquitetura civil da seguinte forma:

1ª fase – 1700 a 1750 – Casa simples de pau-a-pique e cobertura vegetal.

2ª fase – 1750 a 1800 – Casa de pau-a-pique ou alvenaria de adobes ou pedra mas coberta de telhas.

3ª fase – 1800 a 1850 – A mesma casa, raramente em pedra, porém, muito mais leve. Aparece o vidro, as cimbalhinhas nos vãos, pequenas tentativas de decoração. A rótula. No sobrado as sacadas ou varandinhas.

4ª fase – 1850 a 1900 – O Chalet. Já aqui a influência portuguesa parece ceder lugar à francesa. O telhado volta sua empena para frente com o beiral em madeira recortada.

5ª fase – 1900 – O que podemos chamar “acadêmico” pelas suas fachadas em ordens estilizadas. Aparece a platibanda e as estruturas de ferro nos alpendres.

Para esta tentativa de ordem contamos com a bondade dos entendidos. Ainda teremos a 6ª fase com o californiano, o missões, e neo-colonial, o caos, a loucura desenfreada...etc.

Sigamos, porém, o nosso caminho e estudamos agora a nossa terceira fase.<sup>126</sup>

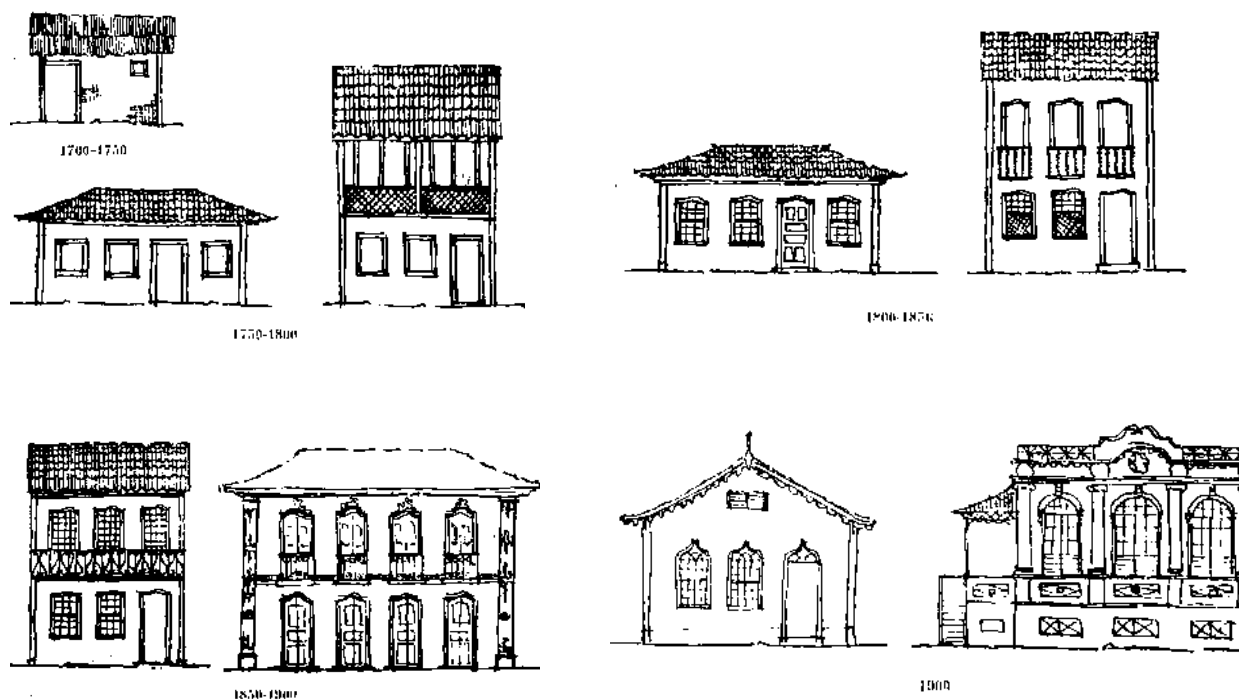


Figura 39: Esquemas das fachadas segundo as fases da arquitetura civil identificadas por Sylvio de Vasconcellos. Fonte: VASCONCELLOS, Sylvio C. de. “Contribuição...”. *Arquitetura e Engenharia*. ACI/RJ-SP/SV.

Ainda em outro momento, sob o título “A Família Mineira e a Arquitetura Contemporânea”, Sylvio de Vasconcellos realiza novo mapeamento cronológico da arquitetura civil, iniciando com a defesa do valor plástico da arquitetura moderna:

*A arquitetura contemporânea brasileira já tem sido glosada de mil e uma maneiras. No geral, porém, seu valor plástico tem superado todos os outros valores que por acaso contenha. [...]*

*Em Belo Horizonte o problema apresenta-se, de certo modo, bastante rico de informações. Acontece que em Minas Gerais praticamente não houve o século XIX. Encerrado o ciclo do ouro, toda a economia mineira entrou em declínio e praticamente passou a população apenas a subsistir, recolhida em fazendas praticamente auto-suficientes, [...]. Nas cidades e povoados imperavam o artesanato e o empreguismo, por sua vez apenas destinado à subsistência, sem interesse em desenvolvimento que produzisse riqueza. Em consequência, a arquitetura mineira estacionou durante todo o século XIX, mantendo-se praticamente dentro dos mesmos moldes do século anterior. Mesmo nas povoações maiores, inclusive na*

<sup>126</sup> VASCONCELLOS, Sylvio C. de. “Contribuição para o estudo da arquitetura civil em Minas Gerais”. *Arquitetura e Engenharia*. p.30-50. ACI/RJ-SP/SV.

Capital da Província – Ouro Preto – *não se notam, em sua arquitetura, senão ligeiras adaptações criadas pelo século XIX*, como grades de ferro, calhas externas, cimalkas de massa e guilhotinas de vidro. *As inovações introduzidas pelo gosto neoclassicista, trazidas à corte pela Missão Francesa, não se fizeram sentir em Minas, senão em pormenores de menor importância*<sup>127</sup>.

É possível concluir, deste breve panorama da produção intelectual de Sylvio de Vasconcellos, que seus estudos e escritos privilegiaram uma fatia selecionada da arte, da arquitetura e do urbanismo mineiros, correspondentes ao século 18<sup>128</sup> principalmente, em detrimento daquilo que foi produzido durante o século 19 – “*quando a arquitetura mineira estacionou*”. Esta seleção – pode-se afirmar – estava em consonância com os desígnios da direção central do SPHAN, no Rio de Janeiro. No entanto, apesar de ser lamentável a lacuna deixada acerca do século 19 – o que teria reflexos também nas intervenções empreendidas pelo SPHAN<sup>129</sup> –, as atividades do órgão de preservação federal se beneficiariam do exercício incansável de pesquisador de SV, que produziu, ao longo de sua carreira, um extraordinário volume de artigos e de publicações. Essa produção de conhecimento foi fundamental, especialmente a partir da década de 1940, quando as ações do SPHAN se direcionariam, cada vez mais, para a execução de obras de restauração e de conservação, sendo o tempo das equipes, em grande parte, consumido em torno destas tarefas, restando pouco espaço para as demais atividades de levantamentos, inventários e pesquisas – tão importantes para a proteção do conhecimento e, portanto, do próprio bem arquitetônico que se pretendia preservar, quanto os serviços empreendidos em benefício de sua conservação física. Pois, lembrando as palavras de Sylvio de Vasconcellos, quanto “*melhor conhecermos a arquitetura tradicional, que por vários séculos serviu ao país, mais habilitados estaremos para realizar uma melhor arquitetura nos dias de hoje*” e tanto mais “*respeitaremos [...] a de ontem*”<sup>130</sup>.

Com o início das atividades da representação regional mineira, os trabalhos de inventário e de pesquisa, empreendidos por Salomão de Vasconcellos não seriam interrompidos. Ao contrário, a consulta aos documentos revela que o mesmo “Dr. Salomão” continuava a reportar seus relatórios agora para o filho, chefe do 3º Distrito<sup>131</sup>. O historiador e outros “auxiliares no interior” realizavam

<sup>127</sup> VASCONCELLOS, Sylvio de. “A Família Mineira e a Arquitetura Contemporânea”. *O Globo*. 31/3/1961. ACI/RJ-SP/SV. Grifos nossos.

<sup>128</sup> Entre outros títulos de suas publicações, poderíamos lembrar: *Vila Rica: Formação e Desenvolvimento* (1956), *Arquitetura no Brasil: pintura mineira e outros temas* (1959), *Arquitetura no Brasil: sistemas construtivos* (1961) e *Vida e obra de Antônio Francisco Lisboa* (1979). Fonte: Sorgine (2008).

<sup>129</sup> Assunto que discutiremos mais detidamente no capítulo seguinte, onde abordaremos a atuação do SPHAN em Diamantina.

<sup>130</sup> VASCONCELLOS, Sylvio de. “O ensino da arquitetura se ressent dos males comuns ao nosso ensino”. *A Hora*. Porto Alegre. 9/5/1956. ACI/RJ-SP/SV.

<sup>131</sup> “Tenho o prazer de enviar-lhe hoje os inventários das igrejas de: 1. Matriz de N. S. da Conceição – Piranga; 2. Capela de N. S. da Boa Morte – Piranga; 3. Matriz de S. Antonio – Distrito de Bacalhau município de Piranga; 4. Capela de N. S. do Rosário – idem-idem; 5. Santuário de Bom Jesus do Matosinhos – Distrito de Bacalhau município

os primeiros inventários do SPHAN em Minas Gerais que deveriam ser acompanhados, sempre que possível, por documentação fotográfica e por um levantamento métrico-arquitetônico dos bens em questão, conforme atesta trecho da documentação transcrita a seguir:

Prezado Dr. Rodrigo M. F. de Andrade

Envio-lhe junto uma relação detalhada dos inventários que desejaríamos completar no decorrer de 1949, principalmente na parte de levantamentos e fotografias, já que a parte de inventários dos bens, arquivos, etc. cujo trabalho é de difícil execução já que não temos ainda prática deles, demandando também pessoal especializado [sic] e que já vem sendo feito por alguns auxiliares no interior e na capital em serviço de rotina.

Computamos para as despesas os dias de serviço de auxiliar, suas despesas de estadia, viagem, etc.

Para as fotografias, contamos usar fotógrafos locais, avaliando cada chapa a Cr\$ 20,00, numa média de 5 a 10 fotos por monumento.

Si pudermos, realmente, completar todo este trabalho no decorrer do ano, melhoraremos muito o nosso documentário, o que, de fato, é muito necessário, tendo-se em vista que, no Distrito, nem mesmo dos monumentos tombados dispomos de inventários mais ou menos completos.

O calculo das despesas não inclue [sic] as despesas de escritório como sejam datilografia, papeis próprios, etc., enfim, o material necessário á confecção dos desenhos e arquivos, razão por que a proposta se apresenta, relativamente, de pouco vulto.

Sem mais, apresento-lhe as minhas mais cordiais saudações.

Sylvio de Vasconcellos

Chefe do Distrito<sup>132</sup>

Justamente por se tratar de um momento inicial, as viagens de pesquisa – pelo território, em busca de edificações, e pelos arquivos, em busca de documentação – consistiam em tarefa árdua. Em 1951, encontramos Sylvio de Vasconcellos, em carta à Diretoria, a informar sobre a troca do veículo da repartição que “*se encontrava em péssimo estado de conservação*”, tendo, no entanto, se responsabilizado pessoalmente pela importância a ser paga, em função da “*precariedade das verbas [do] Distrito*”<sup>133</sup>. Poucos anos antes, em 1949, foi a vez de a Diretoria sugerir cautela com os gastos, em função da reduzida receita anual, indicando que o representante mineiro consultasse o acervo fotográfico já produzido pela sede do Rio de Janeiro, ao invés de produzir nova documentação<sup>134</sup>. Afinal, era necessário equacionar a distribuição das verbas entre variadas – e

---

*de Piranga; 6. Matriz de S. Antonio – Arraial de Calambau – Distrito de Piranga; 7. Matriz de N. S. da Conceição – Morrinhos.*

*Estes inventários foram feitos pelo Dr. Salomão de Vasconcellos.*

*Não sei se algumas delas já estão tombadas [...].*

*Aproveito a oportunidade para consultar-lhe sobre a possibilidade de ser enviada a este distrito uma lista completa das obras tombadas em Minas Gerais afim de habilitar-me a fiscalização e observação das mesmas.” VASCONCELLOS, Sylvio de. Carta a RMFA, em 10/08/1946. ACI/RJ-SR/SV. Pasta n.276 058 /1946 a 1949.*

<sup>132</sup> VASCONCELLOS, Sylvio de. Carta a RMFA, em 10/08/1946. ACI/RJ-SR/SV. Pasta n.276 058 /1946 a 1949.

<sup>133</sup> “[...] *Releva acrescentar que o Ford velho já estava a necessitar de novos reparos no motor, reparos estes que alcançariam importância de cerca de Cr\$10.000,00 aparte outros gerais de que também carecia, despesas estas que vinham tornando cada vez mais ante-econômico o carro em apreço.[...]*”. VASCONCELLOS, Sylvio de. Ofício 164-51 ao diretor, RMFA, em 08/09/1951. ACI/RJ-SR/SV, Pasta n.279 059 /1951 a 1952.

<sup>134</sup> “[...] *cabe-me comunicar-vos que, ouvida sobre o assunto, a Divisão de Estudos e Tombamento formulou a seguinte ponderação:*

*Existindo no arquivo geral da DPHAN documentação fotográfica relativa à maior parte dos monumentos indicados na*



indispensáveis – atividades, entre as quais: pagamentos de funcionários e serviços de colaboradores, despesas com pesquisas, material fotográfico, viagens, e, sobretudo, obras de restauração de monumentos para as quais era destinado o maior montante de recursos.

Com o advento da década de 1950 se verificou, entre as atividades da regional mineira – bem como das demais regionais do país – um incremento das ações de restauração e de conservação em prol dos monumentos já tombados. Isto ocorreu, em primeiro lugar, para que a atuação do órgão de preservação conferisse ainda mais visibilidade ao projeto político do governo Vargas – afinal um edifício restaurado poderia funcionar como propaganda eficiente, talvez até mais do que dez livros e revistas publicados –, e, em segundo, pela necessidade decorrente de um número crescente de bens (e de proprietários) a demandar urgentes reparos. Como era de se esperar, a este conjunto de monumentos que se ampliava não se encontraria uma verba proporcional:

A Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional apesar da escassez de recursos com que vem lutando, nestes vinte anos de existência, tem se esforçado, nem sempre com o êxito desejado, por preservar o que ainda perdurou de nossos monumentos mais significativos, estudando-lhe, inclusive os aspectos mais importantes para a sua necessária interpretação. Digo nem sempre com o êxito desejado porque o acervo de que dispõe o Brasil é ainda, e felizmente, muito grande e as dotações orçamentárias inteiramente desproporcionadas com o vulto dos trabalhos a empreender em seu benefício. Em Minas temos, por exemplo, seis cidades inteiras a preservar ao passo que a cada uma delas só dispõe a repartição de duzentos ou trezentos contos anuais para todo o serviço. Em todo caso, se não se consegue restaurar inteiramente os monumentos mais importantes, também não se permite que se percam e, neste sentido o interesse, a atenção, o amor verdadeiro que dedica o assunto o Dr. Rodrigo M. F. de Andrade é dos mais significativos<sup>135</sup>.

Data, provavelmente, de 1951, uma carta encaminhada por Sylvio de Vasconcellos a Rodrigo Melo Franco de Andrade, listando um total de 50 obras executadas sob sua responsabilidade, no estado de Minas Gerais, entre as quais se encontravam a Igreja do Carmo e das Mercês, em Diamantina, realizadas em 1949 e 1951; a Casa dos Contos, em Ouro Preto, concluída em 1949; e a Igreja de Sant’Ana, em Sabará, cujos serviços perdurariam de novembro de 1944 a abril de 1946, só para citar alguns exemplos<sup>136</sup>. O desempenho destas funções demandaria à representação regional a contratação e formação de uma equipe que incluía, entre outros, mestres, pedreiros, carpinteiros, enfim, pessoal de campo para atuar nas obras de restauro. Não havia mão-de-obra especializada para atuar em trabalhos de restauração, no entanto, no início da década de

---

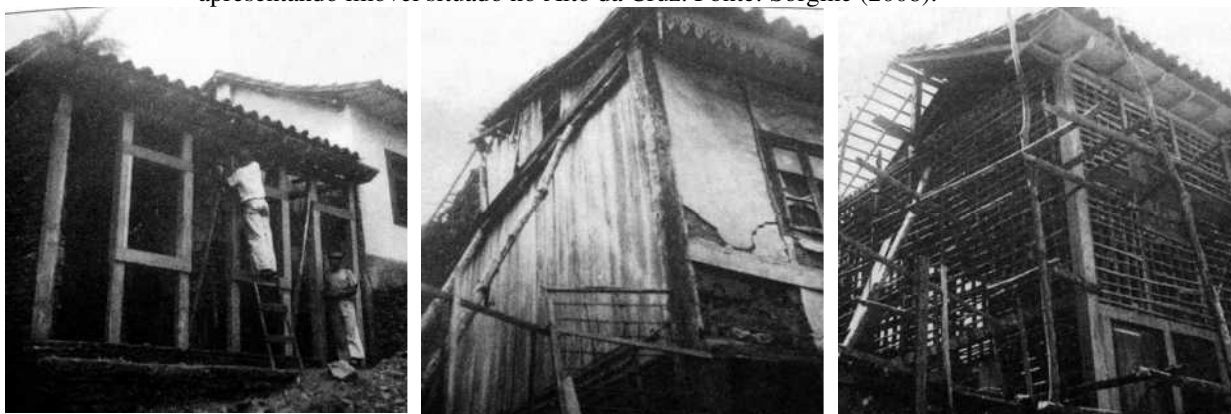
*relação, seria conveniente que, antes de dar execução ao programa estabelecido, o sr. Chefe do 3º Distrito verificasse, aqui, quais as fotografias existentes de que lhe pudessem ser cedidas cópias, ou cujos negativos da DPHAN ou de operadores particulares, pudessem ser aproveitados para a feitura de novas cópias, o que por certo acarretaria sensível redução do orçamento apresentado”. ANDRADE, Rodrigo M. F. de. Ofício ao chefe do 3º Distrito, SV, em 15/02/1949. ACI/RJ-SR/SV. Pasta n.276 058 /1946 a 1949.*

<sup>135</sup> VASCONCELLOS, Sylvio de. “O ensino da arquitetura se ressentiu dos males comuns ao nosso ensino”. *A Hora*. Porto Alegre. 9/5/1956. ACI/RJ-SP/SV.

1940, ainda era possível encontrar, sobretudo nas cidades no interior de Minas, antigos mestres taapeiros e carpinteiros com bom domínio das técnicas tradicionais.



Figura 40: Foto integrante de ficha de inventário produzido durante a campanha “Salvemos Ouro Preto”, apresentando imóvel situado no Alto da Cruz. Fonte: Sorgine (2008).



Figuras 41, 42 e 43: Restaurações de casas do Plano de Obras de 1949/1959 em Ouro Preto. Acima, à esquerda, intervenção na Rua Santa Efigênia, n.67, e, na sequência, imóvel no Beco das Galinhas antes e depois da restauração com reexecução da estrutura de pau-a-pique e lambrequim do beiral removido. Fonte: Sorgine (2008).

Se não havia mão-de-obra especializada, havia, no entanto, um rigor nos trabalhos, uma postura que, partindo da erudição de RMFA e de LC, e outros colaboradores na sede do Rio de Janeiro, impregnava-se e era assimilada entre outros técnicos do SPHAN. O início das atividades do primeiro órgão federal de preservação se não chegou a marcar o fim do empirismo nas obras de restauração no Brasil, sinalizava, ao menos, o começo de uma sistematização de procedimentos,

<sup>136</sup> Para listagem completa relacionada por Sylvio de Vasconcellos, ver Anexo 2.

dentro de um plano mais rigoroso de trabalho que, à época, por falta de profissionais com formação especializada, não podia muito avançar. Com os primeiros estudos sistemáticos, empreendidos pela representação mineira, alguns mitos e práticas de pouca fundamentação teórica tiveram a chance de ser revertidos<sup>137</sup>, como se pode verificar no ofício encaminhado por Sylvio de Vasconcellos ao diretor, em maio de 1949:

Com relação às madeiras brancas com que são feitas algumas imagens encontradas em Minas Gerais e que por isso mesmo são havidas como portuguesas em virtude de não serem de cedro, tive oportunidade de constatar agora, através [d]o Instituto de Tecnologia Industrial, que esta madeira é extraída da laranjeira, gênero *citrus* sp, família *rutaceae*. O exame foi procedido em fragmento de uma imagem recolhida em Sumidouro de Mariana e que se encontra nesta sede. Ocorre ainda informar que o Cristo da igreja das Mercês de Baixo, de Ouro Preto, atribuído ao Aleijadinho, pelo exame superficial no encontro dos braços com o corpo é também de madeira semelhante. Não sei de indicações sobre o uso da laranjeira para obras de talha e escultura no Brasil e Portugal e muito agradecerá se fosse possível enviar-me algumas informações a respeito. Fica, assim, sem efeito, mais uma alegação de historiadores quanto à alegação de serem estas madeiras carvalho, cerejeira e outras européias (VASCONCELLOS, Sylvio de. Ofício 110-49 ao diretor, RMFA, em 21/05/1949. ACI/RJ-SR/SV, Pasta n.276 058 /1946 a 1949).

Por outro lado, na mesma medida, consolidaram-se procedimentos amparados em frágil base conceitual, e que mesmo assim se tornariam rotina dentro da repartição, sem que houvesse perspectiva, durante décadas, para uma autoavaliação crítica. A adoção de um “modelo-padrão” utilizado, por exemplo, nos despachos para as novas construções integradas aos conjuntos urbanos acabou tornando-se uma regra em todas as seis cidades mineiras tombadas em 1938, conforme atesta o trecho final do documento transcrito a seguir<sup>138</sup>:

#### CIDADES TOMBADAS

Além as inspeções efetuadas em monumentos, outras foram feitas para os efeitos dos arts. 17 e 18 do decreto-lei n. 25 de 30 de novembro de 1937, com relação às obras particulares.

<sup>137</sup> Outro exemplo pode ser encontrado no artigo “Cronologia das Igrejas Mineiras”, escrito para o *Diário de Minas*, onde Sylvio chamava a atenção para a “*falta de conhecimento mais exato da cronologia [que poderia] levar, [...], a conclusões absolutamente divorciadas da realidade*”, lembrando que “*enganos têm sido cometidos até por eruditos e honestos escritores*”, entre os quais citou Mário de Andrade e seu estudo da igreja de São Francisco de Assis – obra de Aleijadinho, em Ouro Preto. No referido artigo, o escritor paulista julgava que o templo teria recebido influências da Matriz do Pilar, fato que, mais tarde, “*por documentos posteriormente encontrados*”, se comprovou ser inverdade. Continuava, Sylvio de Vasconcellos alertando: “*Enganos semelhantes têm sido inúmeras vezes cometidos por quantos se encorajam ao estudo de nossas tradições, frequentemente por falta de dados acessíveis ou pela inexistência, de fato, destes dados. Daí recomendar-se a tentativa de relacionarem-se, sempre que possível, os dados conhecidos referentes ao assunto não só para divulgá-los como para provocarem objeções e corrigendas [sic] que os aperfeiçoem como convém.*”

É essa tentativa que procuramos enfrentar, relacionando as datas conhecidas das construções religiosas mineiras à luz da documentação disponível, salvo os naturais enganos que trabalhos desta ordem sempre apresentam. [...]”. VASCONCELLOS, Sylvio de. “Cronologia das Igrejas Mineiras”. *Diário de Minas*. 08/04/1956. ACI/RJ-SP/SV.

<sup>138</sup> Imagina-se que o texto – uma espécie de balanço das atividades (e dificuldades) enfrentadas na regional mineira – tenha sido escrito pelo chefe do 3º Distrito, arquiteto Sylvio de Vasconcellos, para encaminhamento à Diretoria do Patrimônio, no Rio de Janeiro. No entanto, o documento não está assinado e também não há referência de data. As únicas pistas são as referências à DPHAN – sinalizando que o documento foi redigido em algum momento após 1946 – e nome do prefeito de Ouro Preto, na época. CDI/13ªSR-IPHAN/MG.

Lamentamos verificar que continua difícil a execução do decreto citado nesta parte, devido principalmente, á ação negativa dos Prefeitos, quase sempre ligados aos interesses de capitalistas locais, interessados nas obras. Por outro lado, a inexistência de Códigos de Obras e a longa pratica de construções não fiscalizadas [sic], faz com que seja mal recebida a atuação da Diretoria. Quando, porém, os Prefeitos colaboram, o problema torna-se de fácil solução.

Nas diversas cidades podemos resumir o assunto da seguinte maneira:

DIAMANTINA: As dificuldades se referem principalmente no centro da cidade, ao uso de óleo nas fachadas. *Problema, porém, mais sério é o das demolições de casas antigas para a construção de novas em estilos pouco harmoniosos. Isto, principalmente nos arredores onde os imóveis são ainda mais baratos justificando a demolição da casa velha para o aproveitamento do terreno.* A Prefeitura mais ou menos tem colaborado com a Diretoria e não há casos graves a encarar.

[...]

SERRO: De um modo geral a população recebe bem a exigências, com restrição quanto ao uso de óleo, digo ao uso de madeiras nas fachadas que preferem substituir por tijolos. Um caso mais sério ocorre com relação ao sr. Geraldo Pais que, figura saliente do lugar, pretende não submeter-se á lei. Todavia, a Prefeitura, si bem passiva, não se mostra contrária á Diretoria.

[...]

OURO PRETO: A situação tem variado de acordo com as mudanças dos prefeitos. *No decorrer de quase todo o ano a Prefeitura colaborou, mas já nos últimos mezes o novo Prefeito sr. A. Junqueira Ferreira, resolveu não reconhecer a nossa ação. A população não aceita bem as exigências, porém, não se revolta contra elas. O uso do óleo nas fachadas e o estilo simples das novas construções são as questões mais difíceis. Ultimamente também começaram a aparecer requerimentos para concertos de casa por nossa conta, baseados no art. 19 da lei 25, que pode transformar-se em cousa seria se for levada a extremos.* Todavia, com pequenos concertos e adiamentos, conseguimos vencer esta primeira crise. De modo geral, o mais difícil em Ouro Preto foi a fiscalização das obras aprovadas que não são executadas conforme os projetos aprovados. A Prefeitura não se interessa pela fiscalização e não há força que torne este trabalho eficiente.

[...]

MARIANA: Com a colaboração da Prefeitura a nossa ação tem sido facilitada. Apenas a fiscalização não é boa e a execução dos serviços, assim como obras novas. Naturalmente há reações contrárias e, como sempre, das pessoas de mais importância do lugar, pelos recursos ou pela posição. O Sr. Arcebispo, após um pequeno incidente com as obras da casa paroquial deixou de prestar-nos seu valioso apoio. Pequenos incidentes se verificaram em casas particulares, porém sem maiores consequências.

[...]

SÃO JOÃO DEL REY: *Nesta cidade nada temos conseguido de positivo em virtude da atitude intransigente da Prefeitura local inteiramente contrária á diretoria. Por outro lado, as pessoas de maiores recursos de S. João del Rey formaram uma sociedade construtora, de modo que não vêm com bons olhos qualquer ação fiscalizadora de suas atividades.* O caso mais sério refere-se ao sobrado da Praça Severiano de Rezende que a Companhia Construtora queria demolir, no que foi obstada. Em S. João a população, por efeito da grande campanha efetuada pela Prefeitura e pelos interessados, está inteiramente contrária á Diretoria. Aham os locais que não se pode considerar toda a cidade tombada porque ela precisa aumentar, e assim o problema é a demolição de casas antigas para a construção de novas.

Nenhum requerimento de obras foi apresentado a este Distrito.

TIRADENTES: Como a cidade é pobre e sem movimento, não há quase obras novas, de modo que não houve ainda problemas a resolver.

Nenhum requerimento de obras foi apresentado.

OBSERVAÇÕES: *Depreende-se do exposto que as dificuldades são as seguintes em ordem de importância:*

*Colaboração das Prefeituras.*

*Maior fiscalização, eficiente e capaz.*

*Maior tempo para que a população se acostume com as exigências.*

*Falta de Código de Obras.*

*Outra dificuldade que vinha sendo explorada é a que se refere á demora na aprovação dos projetos. Com a adoção da praxe de sua aprovação pelo Distrito ficou em grande parte anulada esta alegação.*

Com a legislação da situação dos executivos mineiros no próximo ano e conseqüente acalmar dos ânimos, será possível tratar-se a solução mais definitiva do problema. Antes, será inútil qualquer ação pessoa

junto aos responsáveis, de vez que nem mesmo a circular do Sr. Alfredo Sá, Secretário do Interior, surtiu efeito, em virtude da precariedade de suas funções.

De modo geral, foram apresentados a este Distrito para aprovação os seguintes requerimentos:

De obras novas .....	18
Reformas, reconstruções, etc.....	25
De aumentos .....	16
Demolições .....	1

60

Deste total apenas um deixou de ser aprovado por se tratar de demolição. *Adotamos o critério de evitar no máximo as desaprovações afim de tentarmos primeiro acostumar as populações com as exigências, demonstrando a maior boa vontade possível. Entretanto, mesmo aprovando os requerimentos condicionamos a obra a certas normas, o que, quasi sempre vem sendo atendido, com raras exceções. Por outro lado, sempre que há modificações nos projetos e que quasi sempre se referem a beirais ou esquadrias, devolvemos o requerimento como nova planta para facilitar ao máximo os proprietários. Já vão os profissionais das cidades conhecendo de nossas normas, de modo que os projetos mais recentes já estão sendo feitos mais de acordo com as exigências e a norma de apresentação de projetos e requerimentos, a não ser nas cidades onde as Prefeituras são inteiramente contrárias á Diretoria, já vae se transformando em praxe estabelecida com vantagens, aliás não só para a Diretoria como para os profissionais da cidade e para a própria arquitetura de modo geral, abandonando-se as improvisações e os processos obsoletos de construções sem planta (CDI/13°SR-IPHAN/MG. Arquivo Permanente: Série 1. Cidade: Diamantina. Monumento: Conjunto Tombado 2. Grifos nossos).*

Parece, no entanto, que as ações não tiveram o efeito esperado, pois, não raras vezes, vemos Sylvio de Vasconcellos argumentando em prol das atitudes tomadas, neste ou naquele caso, ou rebatendo as críticas recebidas, como exemplifica o artigo publicado no *Tribuna de Minas*, em 27 de abril de 1952, cujo exemplar foi encaminhado pelo próprio Sylvio a Rodrigo, explicando que o jornal mineiro vinha fazendo “*cotidiana e sistematicamente referencias desairosas à Repartição*”<sup>139</sup>, por isso havia dirigido algumas palavras ao diretor do periódico solicitando esclarecer o assunto em carta que, mais tarde, foi publicada na íntegra a seus leitores, divulgando os números da dotação orçamentária destinada às obras de restauração em monumentos:

[...] 4. Releva ainda acrescentar que o número de bens a conservar no Estado de Minas Gerais e que vem sendo atendidas pela repartição é incomparavelmente maior que o de qualquer outro Estado do país, porquanto nestes, o progresso do sec. XIX destruiu grande parte de suas obras antigas. Temos, em Minas Gerais cerca de meio milhar de templos e edifícios a serem protegidos, todos mais ou menos em mau estado, além de seis cidades inteiras, [...].

5. De tal modo é premente a necessidade de verbas para suprir as do Governo Federal que há dois anos encetaram as senhoras dos chefes do Serviço campanha particular em Minas e no Distrito Federal para arrecadar os fundos necessários para atender ao precarismo [sic] estado do conjunto residencial de Ouro Preto, iniciativa, por si só, bastante para comprovar a dedicação da Diretoria pelas suas incumbências.

6. Apesar da escassez de verbas que tem oscilado, no Estado, em torno de Cr\$ 900.000,00 por ano, a obra realizada por esta repartição tem sido considerável como se poderá depreender do quadro seguinte abrangendo o último triênio:

[...]

Como poderá concluir o prezado amigo, são inteiramente injustos os conceitos emitidos a respeito da atuação desta diretoria no Estado de Minas Gerais e quero crer que, com as explicações acima, a cuja falta naturalmente se atribuíam, a *Tribuna de Minas* estará mais habilitada a julgar do assunto. [...]

<sup>139</sup> VASCONCELLOS, Sylvio de. Doc.61-52 ao diretor, RMFA, em 29/04/1952. ACI/RJ-SR/SV. Pasta n.279 059 /1951 a 1952.

(VASCONCELLOS, Sylvio de. “Cerca de quinhentos e edifícios a serem protegidos em Minas”. *Tribuna de Minas*. Belo Horizonte. 27/04/1952. ACI/RJ-SR/SV. Pasta n.279 059 /1951 a 1952).

Sylvio de Vasconcellos teria, então, à frente a árdua tarefa de coordenar, com os modestos recursos da União, um vasto rol de ações em torno da proteção dos monumentos no estado de Minas Gerais, incluindo os seis conjuntos urbanos tombados. Nas décadas seguintes, a atuação da regional mineira se concentraria, sobretudo, nas restaurações dos imóveis existentes e na avaliação dos pedidos para as novas construções a serem executadas nos limites das áreas protegidas, tentando avaliar e, sempre que possível, minimizar os danos e as interferências causadas ou demandadas pelos agentes – sociais, extrínsecos ou intrínsecos à própria arquitetura, ou ainda de natureza material ou intangível – que, por vezes, insistiam em remar contra a corrente dos propósitos preservacionistas do SPHAN.

## A atuação do SPHAN no núcleo tombado

1938-1967



### 3. A atuação do SPHAN no núcleo tombado (1938-1967)

A tradição em Diamantina se refugiou num largo, num delicioso largo, onde as sombras do passado vivem por entre a paz das coisas do presente. Pois aí mesmo, nesse remanso da tradição, não parou a irreverência dos homens. A um canto da praça, toda antiga, construiu a edilidade diamantina a nova prisão, pintadinha de amarelo, e coberta de telha francesa! Eu sou dos que subscrevem o conceito do tradicionalista Charles Maurras: “*Qui dit antiquité ne dit pas sacrement; notre vie a le droit de détruire pour reconstruire; le monde n’est pas un musée*”<sup>1</sup>. A admiração do velho pelo velho, sem outra significação, é uma das abusões românticas a que o mesmo Maurras chamou de “*badauderie vénérante*”<sup>2</sup>! Mas, interromper um belo sonho é um sacrilégio, e foi o que veio fazer a nova prisão diamantina no velho Largo do Rosário. Porque perturbar o descanso de antigas sombras, quando lugar sobrava pela cidade para se construir a nova habitação dos presos? A destruição de velhas pedras só se justifica quando absolutamente indispensável à intensificação da vida; e o critério adotado entre nós está muito longe desta verdade singela (LIMA, 1916, p. 5-6).<sup>3</sup>



Figura 44: Em primeiro plano, prédio da “nova prisão” a que Alceu Amoroso Lima se refere em seu artigo, com a igreja do Rosário, ao fundo. Tendo em vista o período em que o fotógrafo Chichico Alkmim viveu e realizou seus registros em Diamantina, a data da fotografia é, possivelmente, próxima à viagem de Amoroso Lima.

Fonte: Acervo Chichico Alkmim. Centro de Memória Fevale/MG.

Tradição. Passado e presente. E o sonho de convivência harmoniosa entre ambos. Mas um prédio de feições ecléticas, coberto com telhas francesas, viria causar ruído e interromper o devaneio: era a nova prisão, em pleno largo da igreja do Rosário, em Diamantina. Alceu

<sup>1</sup> “Quem diz antiguidade não diz sacramento; nossa vida tem o direito de destruir para reconstruir; o mundo não é um museu.”

<sup>2</sup> Pode ser entendido no sentido de passeio feito por aquele que o faz como uma veneração, com grande prazer.

<sup>3</sup> No texto de Amoroso Lima, a grafia do artigo foi atualizada visando a facilitar o entendimento do leitor.



Amoroso Lima traduziu, em seu artigo para a recém lançada *Revista do Brasil*, o espírito de intelectuais de sua época para os quais o verdadeiro “espírito nacional” poderia ser retratado nas “*sombras do passado*”, sobre as “*velhas pedras*” nas estreitas vielas das cidades mineiras. Em companhia de Rodrigo Melo Franco de Andrade visitou Ouro Preto e Diamantina, e registrou suas impressões neste texto escrito, a pedido de Monteiro Lobato, ao regressar para o Rio de Janeiro. Amoroso Lima não poderia prever que, duas décadas mais tarde, seu companheiro de viagem estaria à frente do órgão criado justamente para definir os critérios de preservação adotados não só em Diamantina, como também em outros conjuntos urbanos e monumentos inscritos como “patrimônio nacional”<sup>4</sup>. Enfim o “*belo sonho*” ganhava força de concretude e era materializado em lei e em equipes técnicas. Quem sabe poder-se-ia, então, evitar a “*destruição de velhas pedras*” por simples “*irreverência dos homens*”, fazendo-se triunfar a ação do SPHAN sobre o “*vandalismo*”, o “*desrespeito aos monumentos*”, o “*desvio da tradição*”, e o “*descaso pelo passado*”, restaurando-se, assim, a “*verdade singela*”? De fato, isso não seria tão simples, nem mesmo em Diamantina – supostamente resguardada da “*fúria demolidora*”, nos confins de Minas Gerais.

Do tom marcadamente nacionalista do artigo de Alceu Amoroso Lima, destacamos alguns pontos que merecem especial atenção. Em primeiro lugar, evidencia-se o alerta: Diamantina não se encontrava suspensa no tempo, como uma cidade inerte cuja arquitetura do período áureo do ciclo do diamante permanecia intocada. Ao contrário, construtores, mestres de obra e restauradores – “*como por toda a parte*” (LIMA, 1916, p.13) – estavam, do mesmo modo que em outras cidades brasileiras, a operar transformações; apenas o ritmo e a escala eram diferentes. A inserção de platibanda na antiga Casa do Contrato, afinal sabia-se, não era um caso isolado.

Hoje, na ‘Casa do Contrato’ está sendo instalado o Palácio do Bispo. Não é, porém, uma instalação; é uma mutilação! Começaram os adaptadores da velha Casa por levantar a inevitável platibanda, tirando inteiramente o caráter às grandes beiradas do telhado colonial. Dado o primeiro golpe, precipitaram-se os outros. Os dois pátios nobres de entrada foram emparedados, rasgando-se uma porta ao centro. Demolidas as duas escadarias que davam acesso aos salões de cima, construiu-se uma escada ao meio, cujas linhas são um diploma de mau gosto. As sacadas salientes, que quebravam a monotonia da larga fachada, desapareceram, substituídas por gradezinhas de ferro forjado, ao nível dos umbrais. Foram sacrilegamente arrancados os batentes maciços das janelas e portas, de rijo lenho e talho elegante, e aproveitada a sua madeira para... os degraus das novas escadinhas da entrada! É um caminhar de dolorosas surpresas! O lado esquerdo da fachada, sob pretexto de dar ingresso livre à capela (cuja disposição também foi completamente alterada),

<sup>4</sup> Alceu Amoroso Lima viajou, em 1916, em companhia do senador Virgílio de Melo Franco, avô de Rodrigo, então “*um jovem adolescente*” (ANDRADE, 1986, p. 18). A esse respeito ver também CASTRO, Adler Homero Fonseca de. Ouro Preto Monumento da Humanidade: a trajetória de uma cidade-monumento. *Oficina do Inconfidência* (Ouro Preto), v.1, p. 173-186, 2007. A informação de que o artigo para a *Revista do Brasil* teria sido escrito a pedido de Monteiro Lobato está referenciada em REIS, Vera Lucia dos. *O perfeito escriba: política e letras em Alceu Amoroso Lima*. São Paulo, Annablume, 1998, à página 114.

construíram certa excrescência curiosa, que tenta ser uma escada e uma varanda, com coberta... de lousa vermelha e branca! E para completar essa restauração inominável, estampou o pretensioso mestre de obras, em pleno coração da platibanda, entre arabescos doentios, uma data, que para nós é a da morte da ‘Casa do Contrato’: 1915 (LIMA, 1916, p.3-4).



Figuras 45 e 46: Registro da intervenção na Casa do Contrato que acompanha o artigo da *Revista do Brasil* e, à direita, com o beiral “reconstituído” em foto de 1949.  
Fonte: Lima (1916); ACI/RJ-SO, Pasta 530, Rua do Carmo.

Note-se que se o pesar de Amoroso Lima converge, inicialmente, para a destruição do primitivo beiral do “*telhado colonial*”, aos poucos, suas considerações avançam para a conclusão de que estas “restaurações” eram feitas sem critério estético ou qualquer fundamentação histórica, em suas palavras: “*sem a mínima preocupação pelo primitivo aspecto do edifício*”, constituindo, o edifício resultante, “*um imagem fria do que foi*”, e a restauração, nada senão “*aquela tortura, [...] essa caricatura*”:

Não é somente a demolição o terror das velhas pedras. Como vimos com a ‘Casa do Contrato’ em Diamantina, a restauração é talvez ainda mais grave. A morte pode justificar-se, mas nunca a tortura. Ser ateu é um direito, mas mofar da religião nos santuários é próprio de almas rebaixadas. *Pois a restauração é aquela tortura, é essa caricatura. Ainda quando a presidem um grande sentimento artístico e um respeito severo ao passado, ela é aceitável se inevitável; o resultado único é fazer do edifício uma imagem fria do que foi. Mas, se a restauração se faz, como entre nós, sem a mínima preocupação pelo primitivo aspecto do edifício já não é senão um vandalismo.* A nova fachada, as novas torres, as novas alas, são outras tantas túnicas de Nessus sobre o corpo da antiga construção (LIMA, 1916, p.11, grifos nossos).

Não se pode afirmar que Amoroso Lima tivesse sido o primeiro a demonstrar preocupação face às descaracterizações intensas por que passava o patrimônio cultural brasileiro, mas observações de cunho preservacionista, e com tal nível de detalhamento, são no mínimo raras, no período<sup>5</sup>. Mesmo no que se refere à cidade do Rio de Janeiro – mais afeita a vultosas obras de urbanização e adaptações nas fachadas dos edifícios, conforme as

<sup>5</sup> Para tal comprovação, nova e extensa pesquisa teria que ser levada a cabo, em periódicos, jornais e demais registros da época.

novas possibilidades técnicas –, AAL se colocou contra as obras de canalização do rio da Carioca e as reformas empreendidas no Palácio do Catete<sup>6</sup>, concluindo, assim o artigo:

Não prosseguirei, porém. Era meu intuito lançar o alarma, entre aqueles cuja voz pode ser ouvida. Citei alguns fatos; se quisesse completar a resenha, teria de fazer uma nomenclatura de todos os nossos velhos monumentos, pois o mal, de que morrem os que acabo de mencionar, é uma epidemia nacional!

*Nada pode justificar o descaso pelo nosso passado. Se lhe não pesam os anos, nem a excepcional magnificência dos edifícios, avulta o seu valor moral, a sua significação histórica. [...]*

Cuidemos também das nossas quadrinhas populares. Amparemos os Cruzeiros que baqueiam, as ermidas que tremem, os chafarizes que ruem! *Olhemos um pouco para nós mesmos, para os nossos membros mutilados. E já que vivemos numa época legista, façamos uma lei, [...], à sombra da qual possam viver respeitados os vestígios dos nossos primeiros anos, como colônia e como nação. Somos um povo em infância, somos nós os fazedores do passado, não há duvida, mas não poderemos levar avante a nossa missão se desprezarmos o que para nós constitui o passado da pátria. A perspectiva das origens é um elemento primordial dos povos em formação; e é pela memória do passado que deve começar a obra da construção nacional.*

[...]

É preciso encarar o passado, ler o caráter do presente [...], e compreender o futuro, para tentar, logicamente, *algo de definido pelo espírito nacional. Tratemos portanto de guardar as roupagens do nosso berço, para os obreiros do futuro. Ponhamos um freio à fúria demolidora e restauradora. Reabilitemos o passado nacional!* (LIMA, 1916, p.13-15, grifos nossos).

Convém notar que há, nitidamente, uma matriz de pensamento, que é a mesma que estrutura a base das concepções do movimento moderno no Brasil que, apesar de seus vários desdobramentos, mantém algumas questões centrais, entre as quais: a busca pela identidade nacional, a defesa da ‘brasilidade’, a negação das expressões culturais importadas. Não é por acaso que os modernistas visitam as cidades mineiras, bem como empreendem viagens para conhecer *in loco* a arte e a arquitetura de antigos núcleos urbanos brasileiros. Em 1919, Mário de Andrade partia para Minas Gerais, seguido, poucos anos depois, em 1924, pelo grupo composto por Gofredo da Silva Telles, Dona Olívia Guedes Penteado, Oswald de Andrade, Tarsila, Nonê (Oswald de Andrad Filho) e René Thiollier, além do próprio Mário de Andrade e Blaise Cendrars (PINHEIRO, 2005, p.103; p.116). O artigo de AAL deixa claro que o Modernismo<sup>7</sup> não funda essa relação entre tradição, nacionalismo, e valorização das raízes

<sup>6</sup> “*E como era pitoresco o seu curso sinuoso, acompanhando a rua das Laranjeiras, com o velho muro coberto de musgo! Pois nada lhe valeu para mover os reconstrutores da cidade ao respeito. Hoje, a rua das Laranjeiras perdeu o companheiro, e o rio dos navegantes de 1501 jaz transformado num reles esgoto!*

*Por esse fato se vê que o desvio da tradição, e portanto da lógica das coisas, não se manifesta unicamente pelo desrespeito aos monumentos. Nem só eles exprimem o encadeamento racional da vida de um povo. Entre nós, como por toda a parte, aquele desequilíbrio se traduz por várias formas. Ora, como vimos, é a canalização de um rio histórico; ora, como no Palácio do Catete, a substituição de ornamentos ou símbolos, e que fez dizer a Machado de Assis que o Palácio, depois das estátuas, ficou parecendo uma cômoda de pés para o ar; ora a mania, verdadeira moléstia nacional, de trocar, a todo propósito e sem propósito, os nomes das ruas, e que já hoje se estende até aos nomes geográficos! E como esses mil outros casos, que a todos ocorrem”* (LIMA, op.cit., p.13).

<sup>7</sup> Mário de Andrade, em “O Movimento Modernista”, elenca três princípios que caracterizariam o Modernismo: “*o direito permanente à pesquisa estética; a atualização da inteligência artística brasileira; e a estabilização de uma consciência criadora nacional*” (1972, p. 233, apud PINHEIRO, 2005, p. IX).

brasileiras, mas, sim, dá continuidade a um discurso cujas raízes estavam delineadas desde o século 19. Não por acaso, a conexão retrospectiva que pode ser feita a partir do grupo modernista: Mário de Andrade-RMFA-AAL-Monteiro Lobato.

Esta nos parece uma linha de investigação interessante e ainda pouco abordada, pois quase sempre encontramos argumentos que situam o momento de criação do SPHAN como inaugural das premissas que direcionariam a lógica de preservação no Brasil. É claro que, como primeira instituição federal criada com o intuito de proteger e restaurar o “patrimônio nacional”, o SPHAN seria pioneiro, ao fixar parâmetros legislativos, administrativos, e mesmo técnico-conceituais, no intuito de regulamentar sua própria atuação. No entanto, são marcantes as semelhanças entre o discurso inaugural de Amoroso Lima e a prática do SPHAN, nas três primeiras décadas em Diamantina, onde seu corpo técnico oscila entre certezas e dúvidas, avanços e retrocessos, entre embates e reconciliações, entre a regra e a experimentação. Longo seria o percurso a percorrer de uma trajetória cujo ponto de partida era, segundo a avaliação do próprio AAL, uma prática baseada no total empirismo. Resta saber quão longe o SPHAN iria elevar-se em relação a este patamar.

### 3.1. FORMULAÇÃO DAS DIRETRIZES PARA AS NOVAS CONSTRUÇÕES

No plano internacional, a década de 1930 assistia ao início da elaboração das normativas conhecidas como “cartas de restauro”, estabelecendo os parâmetros, em nível mundial, para a restauração de bens culturais. O documento denominado Carta de Atenas, de 1931, foi o resultado do primeiro encontro de especialistas na área, cujo foco ainda incidia sobre os problemas relativos à preservação e conservação de obras excepcionais, especialmente os monumentos arquitetônicos de reconhecido valor histórico ou artístico<sup>8</sup>. É um fato bastante significativo que, apenas dois anos depois, em 1933, o Brasil tenha declarado oficialmente a cidade de Ouro Preto como monumento nacional. Com a criação do SPHAN, em 1937, as ações de inscrição e proteção dos bens culturais tiveram início efetivo por meio dos tombamentos realizados pelo órgão federal. Em 1938, o tombamento dos seis conjuntos urbanos mineiros evidencia a preocupação do órgão em conservar, além dos monumentos

---

<sup>8</sup> O teor do documento converge para a discussão acerca da preservação de monumentos isolados e, sobretudo, as grandes obras da antiguidade clássica como fica evidente com o anexo final que insere detalhado exame das técnicas de restauração utilizadas no restauro dos monumentos da Acrópole, em Atenas. A única menção à proteção ao “*caráter*” e à “*fisionomia*” das cidades tem o intuito de demonstrar a necessidade de se preservar o entorno dos “*monumentos antigos*”. Cf. IPHAN (2000, p.13-19).

isolados, toda a trama do qual formavam parte intrínseca. Três décadas após os tombamentos pioneiros, o artigo de RMFA parece constituir uma tentativa de reflexão acerca da experiência de preservação do patrimônio urbano tombado nacional, no período em que o SPHAN esteve sob sua direção:

Convém advertir [...] que a conservação da integridade de um lugar não significa necessariamente a preservação de todos os monumentos individuais que os compõem. *Talvez seja necessário sacrificar algo*, pois mesmo quando a proteção de cada uma das unidades arquitetônicas situadas dentro do perímetro pode parecer vital, *a manutenção da proteção da paisagem deve ser o objetivo principal*. A demolição de *edifícios secundários* pode, em certos casos, parecer justificada pelo motivo de realçar a importância de um monumento principal, mas ao examinar essas possibilidades, os responsáveis pela conservação do lugar podem opor-se com razão a autorizar esta medida se, em seu julgamento, esta corre o risco de destruir o equilíbrio geral ou de falsificar ou obscurecer a significação histórica da área (ANDRADE, 1969, p.165, grifos nossos)<sup>9</sup>.

Além de demonstrar que a preservação deveria contar com o apoio das administrações locais e da própria população para se tornar efetiva; discriminava, com considerável clareza, os critérios – denominados “*critérios arquitetônicos*” – a serem observados no curso das ações:

*Cabe questionar se os novos edifícios construídos nos bairros antigos devem consistir em reproduções de formas e estilos históricos ou afirmar, audaciosamente, a expressão de seu próprio período. Em outras palavras, deve prevalecer o purismo radical, hostil a toda sorte de imitação, ou o fácil academicismo da reprodução, fiel aos modelos do passado?*

Em resposta a esta pergunta fundamental indicaremos o seguinte como base de avaliação. Quando a natureza dos materiais e a tecnologia são completamente diferentes, como no caso das grandes estruturas de cristal (paredes em cortina, etc.), pode ser preferível o contraste absoluto. Contudo, quando se trata somente de preencher os espaços vazios em um bairro histórico, deve prevalecer o critério da reprodução correta. Tanto no primeiro caso como no segundo, o êxito do trabalho dependerá da competência profissional e da sensibilidade do arquiteto encarregado da tarefa.

Em geral, *os quadros cenográficos artificiais são censuráveis* e, em todas as circunstâncias, o mais importante é guardar um equilíbrio harmonioso no que se refere à cor, à escala e às proporções (ANDRADE, 1969, p.180, grifos nossos)<sup>10</sup>.

<sup>9</sup> Traduzido do original em espanhol e transcrito a seguir. “*Conviene advertir en seguida que la conservación de la integridad de un lugar no significa necesariamente la preservación de todos los monumentos individuales que lo componen. Tal vez sea necesario sacrificar algo, pues incluso cuando la protección de cada una de las unidades arquitectónicas situadas dentro del perímetro puede, en ciertos casos, parecer justificada con objeto de realzar la importancia de un monumento principal, pero al examinar esas posibilidades, los responsables de la conservación del lugar pueden oponerse con razón a autorizar esa medida si, a su juicio, ésta es susceptible de destruir el equilibrio general o de falsear u oscurecer la significación histórica de la zona.*”

<sup>10</sup> “*Cabe preguntarse si los nuevos edificios construídos en los barrios antiguos deben consistir en reproducciones de formas y estilos históricos o proclamar audazmente el idioma de su propio periodo. En otras palabras debe prevalecer el purismo radical, hostil a toda clase de imitación, o el fácil academicismo de la reproducción, fiel a los modelos del pasado?*

*En respuesta a esta pregunta fundamental indicaremos lo siguiente como base de apreciación. Cuando la naturaleza de los materiales y la tecnología son completamente diferentes, como en el caso de las grandes estructuras de cristal (muros de cortina, etc.) puede ser preferible el contraste absoluto. Sin embargo, cuando sólo se trata de llenar los espacios vacíos en un barrio histórico, debe prevalecer el criterio de la reproducción correcta. Tanto en el primer caso como en el segundo, el éxito del trabajo dependerá de la competencia profesional y de la sensibilidad del arquitecto encargado de la tarea.*

*En general, los cuadros escenográficos artificiosos son censurables y en todas las circunstancias lo más importante es guardar un equilibrio armonioso en lo que se refiere al color, a la escala y a las proporciones.*”

Não podemos deixar de dizer que o texto revela ambiguidades, especialmente se comparado à experiência à qual havia se lançado, o SPHAN, trinta anos antes. Por outro lado, expõe também as duas faces do diretor que, de um lado se orgulhava do empenho com que a equipe realizou os serviços de “proteção” às cidades “históricas”; mas também admitia os riscos de ganhos e perdas à que a tarefa, de grande responsabilidade, estava sujeita. Entretanto, RMFA poderia concluir – ocultando da versão do texto publicado para a Unesco, porém não de si mesmo – que os trabalhos requeriam algo muito além do que técnicos capacitados, pois não seriam poucas as situações conflitantes experimentadas, bem como os dilemas conceituais aos quais estes argumentos estariam expostos, no enfrentamento cotidiano da realidade brasileira, durante o período citado. A discussão formal relativa às novas construções em contextos ditos “históricos” foi resumida, no artigo, a duas opções opostas: ou bem a clara distinguibilidade das expressões artísticas contemporâneas, ou a reprodução “correta” dos “modelos do passado”. Apresentada deste modo, a questão até parece simples.

Mas poderia somente um artigo conter toda a intrincada trama de questões que a iniciativa apresentava? Fica claro que não, sobretudo quando lembramos, entre as complexas articulações pragmáticas e teóricas às quais o trabalho do SPHAN estaria sujeito; a falta de entrosamento, em alguns locais, entre o órgão federal e as esferas municipais do poder; e a desconfiança e o desconhecimento da população em relação ao tombamento e aos supostos prejuízos que o ato poderia acarretar; além das questões legais, ainda não previstas, que o tombamento de áreas urbanas colocava; e da insuficiência numérica e qualitativa das equipes técnicas, frente ao imenso patrimônio a proteger, resultante dos tombamentos de cidades inteiras, acervo que incluía seus bens móveis e imóveis, seus componentes urbanos e – como lembrado pelo próprio Rodrigo – sua paisagem.

A ideia que acompanha o desenvolvimento deste capítulo é a de tentar trazer à tona elementos que enriqueçam a compreensão da problemática enfrentada pelo SPHAN, nos primórdios da preservação dos núcleos urbanos tombados. Para tanto, percorremos a trajetória de atuação em Diamantina, através da investigação do acervo documental da instituição que compreende, entre outros, a vasta correspondência trocada entre o representante local, a regional – coordenada por Sylvio de Vasconcellos – e a Diretoria central, os registros fotográficos, os despachos e consultas acerca de obras a executar na cidade. Esta documentação – fruto do pragmatismo das situações experimentadas, e não elaborada como discurso oficial – é de suma importância para o que se propõe investigar, pois revela um olhar não retocado, em direção ao amplo e variado patrimônio cultural brasileiro.

...

Do conjunto de cidades mineiras em estudo para inscrição no Livro de Tombo, em 1938, o primeiro processo de tombamento efetivado foi o da cidade de Diamantina<sup>11</sup> – não por acaso, visitada por Lucio Costa em 1924. A nova situação suscitou uma série de dúvidas a respeito de como tratar, a partir de então, o conjunto tombado, como evidencia a carta enviada pelo prefeito municipal, Joubert Guerra, ao diretor do SPHAN, em 9 de maio de 1938<sup>12</sup>:

Agradecendo a V. Excia. a gentileza dessa comunicação, venho pedir-lhe, para meu governo e orientação, o obséquio de prestar-me esclarecimentos sobre alguns pontos em que pairam dúvidas. O conjunto arquitetônico e urbanístico desta cidade foi considerado como constituído de ‘coisas de interesse histórico, de obras de arte histórica, de coisas de arte erudita nacional ou estrangeira’. Tendo em vista o § 2º do artigo 4º e bem assim os artigos 17º e 18º do Decreto-Lei citado, desejaria que me fossem respondidas as perguntas abaixo formuladas e que submeto à consideração de V. Exc.

- a) Poderá o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional especificar e definir os bens, nesta cidade, ora levados a tombamento?
- b) São permitidas, nesta cidade, as construções em estilo moderno – *bungalows*, *chalets* e semelhantes?
- c) Qual o modelo-padrão a ser obedecido e aconselhado nas futuras construções?
- d) Toda e qualquer reconstrução depende da planta e deve ser feita sem alteração de estilo?
- e) Nas construções antigas é permitida a colocação de telhas francêsas?
- f) Qual o tipo de esquadilhas a ser adotado em construções ou reconstruções?
- g) Em caso de reconstruções, podem as casas comerciais colocar portas de ferro?

São todas perguntas de real interesse para a administração municipal, de cuja licença dependem, a todo instante, as construções e reconstruções, pois é Diamantina constituída, em sua quasi totalidade, de prédios a reclamarem constantes reparos (GUERRA, Joubert. Carta a RMFA, em 09/05/1938. ACI/RJ, Pasta Processo 64-T-38, DPHAN/DET).

Em um longo ofício, encaminhado no final do mês de maio, o diretor, Rodrigo M. F. de Andrade, tentou responder a todas as indagações do prefeito do município, e acabou, indiretamente, enunciando a concepção inicial do SPHAN acerca do tombamento de conjuntos urbanos e dos pressupostos envolvendo sua preservação. O relato constitui, provavelmente, um dos primeiros documentos que trata, dentre outros temas, da questão da inserção de novas construções em contextos tombados cuja definição de parâmetros seria fundamental para as ações que se desenvolveriam, a partir de então. A importância do registro justifica sua transcrição na íntegra, a seguir:

Senhor Prefeito:

Em resposta ao seu atencioso ofício nº 21/38 de 9 de maio corrente, tenho a honra de prestar a V. Excia. os esclarecimentos nele solicitados.

<sup>11</sup> Através da notificação n.59, de 17 de fevereiro daquele ano, o poder municipal foi informado da inscrição do “conjunto arquitetônico e urbanístico da cidade de Diamantina, no Livro do Tombo a que se refere o artigo 4º, n. 3. do Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937”.

<sup>12</sup> Nas transcrições de pareceres, relatórios e outros documentos internos do SPHAN optou-se por manter a grafia original dos textos.

De referencia a consulta de V. Excia. acerca da possibilidade deste Serviço especificar e definir os bens que, nessa cidade, foram objeto de tombamento, cumpre-me levar ao seu conhecimento que é excusada tal especificação, uma vez que o tombamento recaiu sobre o ‘conjunto arquitetônico e urbanístico’ de Diamantina, o que vale dizer sobre toda a área urbana construída da cidade, inclusive os logradouros públicos. Entende-se daí que, tendo sido deliberada a inscrição do referido conjunto nos Livros do Tombo a que se refere o artº 4º do Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, foi julgada de interesse publico não só a conservação das construções existentes na área urbana de Diamantina, mas também do aspéto geral da cidade, cujo desenvolvimento característico tem notável interesse histórico-urbanístico.

Relativamente á segunda consulta de V. Excia., que versa sobre se serão permitidas nessa cidade as construções em estilo moderno, ou sejam em particular – *Bungalows, chalets* e semelhantes – , devo ponderar que, pelas mesmas considerações feitas em respostas a antecedente consulta de V. Excia, *qualquer obra nova a ser executada dentro do conjunto arquitetônico e urbanístico da cidade, ou nas suas imediações, precisa ser detidamente examinada, pois haverá sempre o risco de, qualquer que seja a feição que lhe pretendam dar, vir a obra projetada a prejudicar e desfigurar o conjunto histórico característico cuja conservação foi julgada de interesse público nacional. Caso as construções novas que se projetassem fossem situadas em local afastado da cidade antiga, sem risco de lhe causar prejuízo ao aspéto característico, poderia haver maior liberdade em taes iniciativas, pois [formar-se-ia] assim uma parte nova da cidade, nitidamente separada e diferenciada da velha Diamantina.* Mas, ainda assim haveria necessidade de um estudo atento do problema, tendo-se em vista a planta geral da cidade e outros elementos que interessam á solução urbanística da questão.

O que parece indicado em relação as construções novas que se erigirem em Diamantina é que, *uma vez satisfeita a condição das mesmas não alterarem o conjunto arquitetônico e urbanístico da cidade, sendo deste convenientemente afastadas, elas fossem executadas com o mesmo espírito com que foram erigidas as antigas edificações que hoje aí admiramos, isto é, com a utilização dos materiais característicos da região e segundo os sistemas construtivos correntes no lugar, cuja tradição felizmente ainda se conserva bem viva em Diamantina,* tal como o comprovam construções recentes sobre as quaes Serviço colheu documentação fotografica. *Cumpra pois aos arquitetos locais tirar o maximo partido possível desses elementos para as suas obras, sem preocupação, porém, de copiar estilo.* Onde existe tão boa tradição de arquitetura, seria deplorável que principiasssem a ser imitados os maus exemplos arquitetônicos, falseando-se os verdadeiros princípios da arte da construção, como sucede na maioria das casas chamadas de ‘estilo moderno’, – *Bungalows, chalets, etc.*

No tocante ao objeto da terceira consulta de V. Excia. importa ponderar que, do contexto do que acima foi observado, *não deverá haver ‘modelo padrão a ser obedecido ou aconselhado nas futuras construções’, mas sim apenas são princípios de boa arquitetura a serem conservados e mantidos,* pois neles e que reside o interesse artístico da cidade.

Quanto á quarta consulta de V. Excia., tenho a responder afirmativamente, isto é, que toda e qualquer reconstrução a ser feita na área urbana de Diamantina deverá depender de planta, ou melhor, de projeto, o qual terá de limitar se á reconstituição da parte destruída ou em mal estado do edifício, projeto esse que deverá ser encaminhado ao Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, acompanhado de completa especificação das obras a realizar, afim de tudo ser sujeito á aprovação que se refere o Decreto-lei n. 25, de 30 de novembro de 1937, tal como sucede em todas as obras tombadas.

Á quinta consulta de V. Excia. não posso senão esclarecer que nas construções antigas as telhas primitivas deverão ser substituídas por outras idênticas, convindo por todos os motivos que seja vedada a sua substituição por telhas francesas.

Em resposta á sexta consulta de V. Excia., tenho a comunicar-lhe que nas reconstruções, quando se trata de substituir esquadrias que não mais se possam conservar, deverão ser empregadas outras iguaes, em cuja execução seja observada fielmente a mesma feição da primitiva. Na hipótese de faltar esquadria a um vão, deve ser tomada por modelo alguma outra existente em construção semelhante e cujo tipo convenha ao caso. *Quando se tratar de construções novas, deve-se adotar, para as esquadrias e demais pormenores, o critério indicado nas considerações geraes feitas em torno das primeiras consultas, isto é: preferir sempre a tradição construtiva local, que é boa, á cópia de sistemas ou modas de fora.*

Finalmente, relativamente a ultima consulta formulada por V. Excia., ocorre-me ponderar que, de um modo geral, *não é conveniente a adaptação de portas de ferro ás construções antigas pois tal adaptação não poderá deixar de desfigurá-las.*



Antes de terminar, tenho o prazer de levar ao conhecimento de V. Excia. que estarei á sua disposição para fornecer a essa Prefeitura quaesquer novos esclarecimentos geraes ou pormenorizados de que necessitar, cumprindo-me acrescentar que diligenciarei no sentido de responder a qualquer consulta de V. Excia. dentro do menor prazo possível, afim de não lhe retardar a solução de casos que dependerem de sua decisão.

Aproveito o ensejo para reiterar a V. Excia. os protestos de minha alta estima e consideração.

Rodrigo M. F. de Andrade. Diretor (ANDRADE, Rodrigo M. F. de. Resposta ao prefeito Joubert Guerra, em 30/05/1938. ACI/RJ-SO n.478, Cx.105, grifos nossos).

O primeiro ponto que transparece da correspondência resgatada é o fato de que os tombamentos ocorreram sem que se estabelecessem, previamente, as recomendações, de caráter geral e específico – além daquelas que, para fins legais, foram elencadas no Decreto-lei 25/37 –, necessárias para promover a tutela do SPHAN sobre os conjuntos urbanos tombados, e sem que fossem discutidos os efeitos diretos da ação da lei sobre o patrimônio edificado. Por ocasião dos tombamentos, não foram, por exemplo, delimitadas as áreas correspondentes à zona de proteção federal, o que somente seria realizado muitos anos mais tarde<sup>13</sup> – fato que torna compreensível a pergunta lançada pelo prefeito de Diamantina: afinal, sobre quais monumentos incidiria a ação de proteção? Poder-se-ia subentender – como, aliás, responde o próprio diretor – que tal especificação não havia sido feita por justamente corresponder, o tombamento, a todo o conjunto. Mas nova dificuldade seria lançada com a resposta de que a edificação de novas construções se daria em “*local afastado da cidade antiga*”. “Quão afastado?”, “E onde terminariam, exatamente, os limites da cidade ‘antiga’?”, poderia indagar o prefeito em uma sequência imaginária de perguntas ao diretor.

Vale dizer que todas estas eram indagações que estavam sendo formuladas em um instante inaugural de atuação. Aliás – como lembramos no capítulo anterior – nem o início das discussões em torno da construção do hotel em Ouro Preto havia ocorrido. Ou seja, Diamantina iniciaria o processo de concepção das orientações ao tratamento dado aos conjuntos tombados. E as dúvidas, que então surgiam, não eram senão um reflexo desse momento. Certamente, portanto, estas indefinições não representavam falta de clareza, por parte do SPHAN, acerca do valor do patrimônio cultural que acabava de tombar. Tampouco, poder-se-ia pensar que se tratava de negligência ou indiferença, no trato de sua tarefa, pois, ao contrário, a resposta de Rodrigo revelava a intenção de acompanhar, caso a caso, o desenrolar das ações após o ato do tombamento. Em Diamantina e nos demais núcleos urbanos protegidos, toda e qualquer nova construção deveria ser “*sujeita à aprovação*” e as

---

<sup>13</sup> A ideia de que o tombamento se aplicaria a todo o conjunto urbano e, por isso, não teria sido realizada a delimitação do entorno tombado é defendida por autores, como Márcia Sant’Anna (1995). No caso de Diamantina, por exemplo, a extensão da área tombada só seria estabelecida em 1949. As demais cidades mineiras tombadas em 1938 permaneceram sem delimitação da zona do tombamento por ainda mais algumas décadas.

reconstruções ou reformas nos imóveis existentes obedeceriam aos critérios que seriam, então, definidos. Tratava-se, ao contrário, do começo da experiência do órgão federal de preservação que buscava legitimar sua trajetória através da adoção de critérios rigorosos. Neste sentido, a magnitude e a visibilidade do patrimônio constituído pelas cidades mineiras representariam, certamente, um passaporte para o reconhecimento do mérito de sua “heróica” missão, e sua preservação efetiva, uma prova do “sucesso” da iniciativa.

O fato de se tratar de um dos primeiros documentos talvez explique o teor das respostas, de caráter ainda genérico, encaminhadas por RMFA ao prefeito municipal acerca das diretrizes para as novas construções na cidade. No documento, de 30 de maio de 1938, o diretor indicava que todas as construções que viessem a se realizar deveriam ser submetidas à aprovação do SPHAN, e que, às construções situadas “*em local afastado da cidade antiga*” poder-se-ia garantir maior liberdade construtiva. Por fim, conclui que interessaria preservar “*o mesmo espírito com que foram erigidas as antigas edificações que hoje aí admiramos, isto é, com a utilização dos materiais característicos da região e segundo os sistemas construtivos correntes no lugar, cuja tradição felizmente ainda se conserva bem viva em Diamantina*”, sem, no entanto, a preocupação em “*copiar estilo*”. Tudo balizado pela recomendação de que as novas edificações não comprometessem a harmonia do “*conjunto histórico característico cuja conservação foi julgada de interesse público nacional*”, ou seja, que não lhe alterassem a feição. O próprio Rodrigo M. Franco admitia os termos ainda vagos das considerações ao afirmar que seria necessário “*um estudo atento do problema, tendo-se em vista a planta geral da cidade e outros elementos que interessam à solução urbanística da questão*”.

Na prática, porém, a questão da inserção de novas edificações foi, com o decorrer do encaminhamento de processos e pedidos de aprovação à diretoria do SPHAN, revelando interfaces muito mais complexas que aquelas esboçadas no primeiro ofício do diretor, tanto no tocante às obras públicas quanto às particulares. Em primeiro lugar, as obras demandariam a formação de uma equipe local, pois a distância de Belo Horizonte não permitia que o 3º Distrito alimentasse, com sua mão-de-obra, os serviços a executar na capital diamantífera. No entanto, são raros os documentos da Diretoria a informar acerca deste processo. Percebe-se que a partir de 1941<sup>14</sup> é designado um colaborador, o advogado João Brandão Costa, para acompanhar os casos e encaminhar os pedidos ora ao arquiteto Sylvio de Vasconcellos, ora

---

<sup>14</sup> Encontramos uma carta do diretor, RMFA, em resposta ao advogado de Diamantina, em que explica as dúvidas de caráter legal, relativas ao tombamento da cidade, fazendo supor que teria apenas se iniciado a participação de João Brandão junto ao SPHAN. Cf. ACI/RJ, Pasta Processo 64-T-38 DPHAN/DET. Doc. 1574. Segundo a arquiteta Lívia Romanelli D’Assumpção, João Brandão era funcionário do Museu do Diamante que, ao ser incorporado ao SPHAN, após sua criação, teria passado “automaticamente” a ser o colaborador, na cidade, nos primeiros anos de atuação. Entrevista à autora em 29/09/2009.

diretamente ao diretor e seus colaboradores, no Rio de Janeiro. Não houve, no período estudado, a criação de um escritório técnico, apenas uma equipe de obras – assunto que retomaremos no item que trata das intervenções em edificações existentes.

*Uma nova sede para os Correios e Telégrafos*

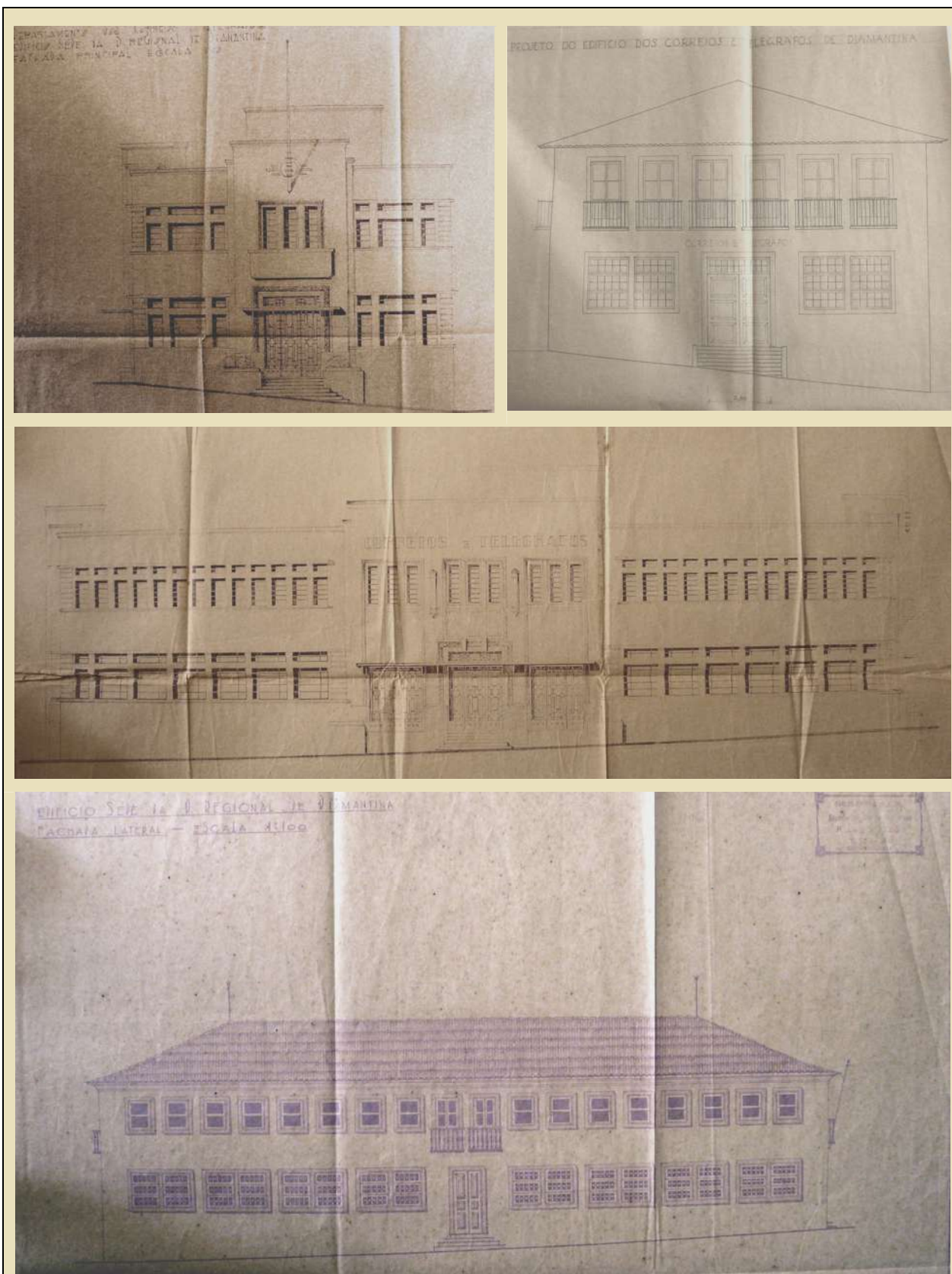
No início da década de 1940, tendo o SPHAN tomado conhecimento de um projeto desenvolvido pelo Departamento Nacional dos Correios e Telégrafos para uma nova sede de sua direção regional, na cidade de Diamantina, seguindo os padrões da empresa, tratou de recomendar que a nova construção “*tivesse aspecto exterior que não contrastasse com o das edificações locais*” (ANDRADE, Rodrigo M. F. de. Termo de declaração, em 10/08/1942. ACI/RJ-SO n.480, Cx.105). Insatisfeito com a solução encaminhada, o próprio SPHAN teria elaborado um projeto substitutivo que não rompesse “*a harmonia e o encanto antigo*” do conjunto urbano, dizendo ainda, no mesmo documento, não serem permitidos “*prédios com fachadas obedecendo à arte nova porque tais construções desfigurariam por completo Diamantina*” (Ibid.).

A análise das pranchas existentes no arquivo da instituição revela que a proposta de linhas art-déco projetada pela seção técnica do Departamento dos Correios<sup>15</sup> era elaborada com base em um interessante jogo de volumes, marcando um corpo central em avanço, e esquadrias definindo um ritmo preciso e uma hierarquia de destaque junto aos acessos. Na busca pelo suposto diálogo com a cidade proposto pelo SPHAN, há nitidamente um empobrecimento da solução arquitetônica – na medida em perde-se o jogo de volumes e o corpo principal vira um prisma regular, encimado por uma grande cobertura com beiral –, com consequentemente prejuízo ao aspecto urbanístico que, justamente, se procurava preservar.

A convivência estilística – algo usualmente encontrada nas cidades brasileiras, no início do século 20 – foi sendo excluída do repertório “aprovável” pelo SPHAN e, ao contrário do que dizia a carta de RMFA em resposta ao prefeito de Diamantina, aos poucos, foi se estabelecendo um “modelo-padrão” para as novas construções que tinha como referência a arquitetura do século 18.

---

<sup>15</sup> O carimbo das pranchas informa a data de 10/2/1940.



Figuras 47, 48, 49 e 50: Comparativo entre o projeto de linhas art-déco elaborado pelo Departamento de Correios e Telégrafos (figs. 47 e 49) e o substitutivo, projetado pelo SPHAN (figs. 48 e 50). Fonte: ACI/RJ.



Figuras 51 e 52: Sede construída junto ao largo do Rosário.  
Fonte: ACI-SO n. 480 cx. 105, Módulo 038. Foto: Assis Horta.

O novo programa e as dimensões da sede dos Correios enfim executada<sup>16</sup> fariam com que a prefeitura municipal demandasse ao SPHAN estudos<sup>17</sup> para a avaliação da possibilidade de alargamento de trecho da Rua do Bomfim “*no intuito de tornar fácil o acesso ao novo edifício*”. O engenheiro Epaminondas Macedo, encarregado de examinar a questão, encaminhou as seguintes considerações à Diretoria central:

[...]

2. O alargamento da Rua do Bomfim a partir do ponto (1) implica na demolição parcial da casa do Sr. [P. M. A.]<sup>18</sup>. A planta indica que os acessos naturais ao novo edifício são:  
Rua do Bomfim; Beco da Cadeira (variante); Rua do Rosário (variante – Beco do Rosário);  
Rua do Amparo (em continuação)

<sup>16</sup> Verifica-se, a partir do documento assinado por José de Souza Reis, em 24/10/1941, que a Seção Técnica do Rio de Janeiro chamou a atenção de Epaminondas Macedo para diversos detalhes em que a construção executada diferia do projeto elaborado, entre as quais a espessura da laje de concreto do beiral, que deveria ter 4 cm em sua extremidade, ao invés dos 20 cm executados.

<sup>17</sup> A documentação arquivada revela que tais estudos foram realizados pelo engenheiro Epaminondas Macedo e avaliados por Joaquim Cardoso em 17 de maio de 1941 que, sem propriamente repudiar a solução, sugeriu “*o estudo de uma nova linha de percurso passando pela rua do Palácio*” (CARDOSO, Joaquim. Parecer dirigido a RMFA, em 17/05/1941. ACI - SO. Pasta n.510. Rua do Bomfim).

<sup>18</sup> Sempre que o proprietário de um imóvel particular for citado – e quando este estiver identificado na documentação consultada – manteremos apenas as iniciais, respeitando a recomendação de sigilo feita pelo Superintendente do Escritório Técnico I, em Diamantina, arquiteto Junno Da Mata.

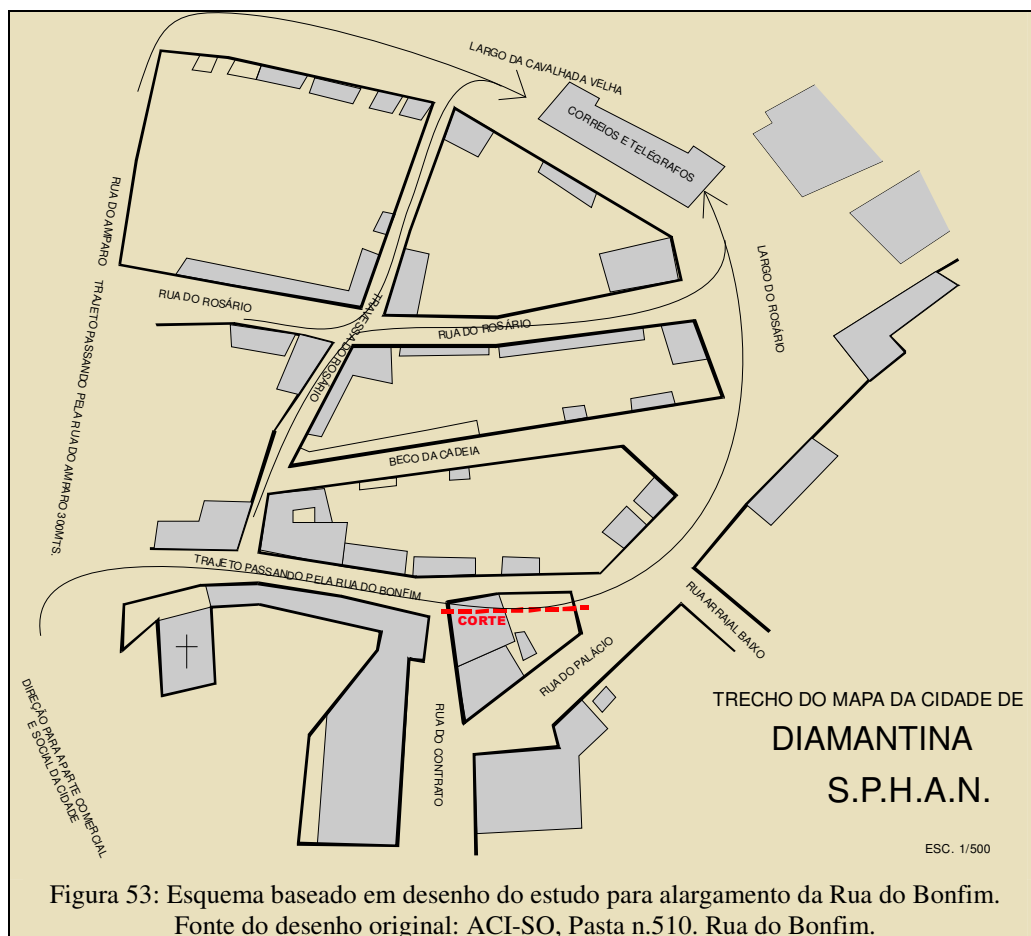
Entretanto, a zona comercial e social da cidade, compreendida na planta anexa, servem-se com muito mais vantagens e mais economia, da primeira destas ruas nas suas relações com os serviços postais-telegráficos.

3. O transporte de correspondência postal da estação da Estrada de Ferro Central do Brasil para o edifício da Diretoria Regional dos Correios & Telégrafos de Diamantina e desta para aquela é feito em caminhões, e por jardineiras para vários distritos do município e mesmo cidades não servidas pela Estrada de Ferro, como Serro, Minas Novas, Arassuahy, etc.

4. A estreiteza da Rua do Bomfim na seção AB não permite de modo algum o tráfego de veículos. E si ainda fosse possível as construções nessa rua sentiriam em breve o efeito do choque dos veículos, como estava acontecendo no Beco do Carmo com a casa do Sr. [A. D.] [...], em que as telhas correram e as paredes embarrigaram. A passagem pelo Beco da Cadeia, aparentemente ampla, torna-se impraticável nas seções BB e CC para atingir a Rua do Bomfim. Situação comparável a esta vem se apresentar na passagem do Beco do Rosário com o agravante de uma rampa de maior valor. Finalmente, utilizando-se [sic] da Rua do Amparo, iríamos ter um percurso longo a vencer para atingi-la e em seguida a sua travessia difícil por se apresentar com rampa exagerada, indo atingir a zona comercial-social justamente no ponto em que a Rua do Bomfim vai aí ter.

Aos inconvenientes apresentados para as [sic] três acessos, deve-se juntar o mau [sic] calçamento para veículos; enquanto que na Rua do Bomfim este é em toda extensão constituído por capistrana ladeado por lages [sic] mais ou menos planas.

5. A casa indicada para o alargamento da Rua do Bomfim constitue [sic] com a sua contígua um bloco de algum interesse arquitetônico. Ao que parece, faz parte de um velho grupo de antigas construções da Rua do Contrato hoje tão sacrificada por novas construções e profundas alterações das antigas, de modo que a sua demolição acarretaria um desfalque para o patrimônio arquitetônico da cidade (MACEDO, Epaminondas. ACI-SO, Pasta n.510. Rua do Bomfim).







Figuras 54 [acima], 55 e 56 [ao lado]: Fotos relativas ao estudo para alargamento da Rua do Bonfim. A legenda da fig. 55 explica: “Corte que deverá sofrer a casa para permitir o alargamento de 7 mts. Linha interrompida da segunda solução com a simetria da fachada”. Fonte: ACI-SO, Pasta n.510. Rua do Bonfim.

Epaminondas Macedo reflete, por fim, no documento, que a solução de demolição parcial da referida casa não descaracterizaria a construção, entretanto “*tornaria [...] bem visível a sua mutilação*”. Por isso, sugere uma variante desta alternativa que se daria com o seccionamento da casa com a linha de corte passando entre a segunda e a terceira janela o que, segundo ele, restabeleceria a simetria da fachada principal (*ver fig.55*). Esse corte teria, porém, o inconveniente de “*prejudicar imensamente a Rua do Bomfim abrindo um largo no seu cruzamento com a Rua do Contrato*”, o que, segundo conclui, causaria um mal maior.

O estudo – não executado<sup>19</sup> – revela-se uma aproximação do SPHAN com a preservação em sua dimensão urbanística e do desenho urbano. Há uma tentativa de apreensão de uma área da cidade de forma integrada, porém os resultados são pífios na medida em que não há, verdadeiramente, um debate, no âmbito do corpo técnico do órgão, nem um desenvolvimento à altura em que o problema demandava. Apesar do esforço de Epaminondas Macedo em reunir fotografias e experimentar alternativas, sem perder de vista a

<sup>19</sup> Pelo menos, ao que indicado pela documentação consultada. Entretanto, é impossível concluir se a residência sofreu ou não alterações ou demolições em algum momento posterior a este debate.

perspectiva da preservação do casario, há que se chamar a atenção para o fato de que a análise do impacto causado pelo novo edifício em seu entorno tombado é feita tardiamente, após a aprovação e construção do edifício sede dos Correios.

O exemplo da construção do edifício acabou mostrando ao SPHAN que, ao contrário do que imaginava RMFA, a cidade iria expandir-se e modificar-se, inclusive nas proximidades das estreitas ruas e travessas da área mais central da cidade. O SPHAN perceberia tardiamente o impacto que o novo programa teria sobre o casario e tentaria reverter o fato, “ajustando” o traçado da via existente e a arquitetura “protegida” à nova construção, e não o contrário. Já se revelam também, a falta de tolerância em relação às expressões arquitetônicas oriundas da corrente do ecletismo e a opção pelo modelo de referência “tradicional”. Ao romper com o dever da historicidade e ao incorrer em um procedimento às avessas, o SPHAN exporia toda a fragilidade conceitual de uma experiência que apenas se iniciava.

*Crescentes demandas, novos desafios*

Na atuação sobre o casario tombado, a trajetória das primeiras décadas também iria demonstrar que a prática do SPHAN, em certa medida, se distanciaria das intenções originais – especialmente no que se refere à instauração de modelos-padrão – e ganharia contornos antes não imaginados. Embora não sejam muitos os despachos encontrados para novas construções<sup>20</sup>, a avaliação dos documentos arquivados indica que se caminhou em direção a uma gradual uniformização dos pareceres e a uma padronização das recomendações, como se a ideia da “liberdade projetual” não fosse compatível com a própria “institucionalização” do exercício da preservação que se operava.

Um exemplo interessante foi o suscitado por um morador que adquire uma residência à Rua do Bonfim com o “*intuito de demoli-la [para] em seu lugar construir uma outra moderna e que tivesse o conforto que poderá dar uma casa do interior*”. A compra, realizada

<sup>20</sup> Em função do tempo de realização da pesquisa empírica e das limitações para reprodução de material iconográfico, optou-se por trabalhar por amostragem, mantendo-se como limite temporal o período do recorte da pesquisa: 1938-1967. Selecionamos duas abordagens para pesquisa: ruas mais centrais e ruas mais periféricas, dentro dos limites da área tombada, para as quais foram consultados os seguintes documentos, arquivados sob a denominação “*Série Obras*”: Rua do Bonfim (6 pastas), Largo Dom Bosco (2 pastas), Travessa Brants, Rua Buralhau (2 pastas), Beco da Cadeia, Rua Campos Carvalho (2 pastas), Rua da Caridade (5 pastas), Praça Carlos Otoni, Rua Cruzeiro, Rua do Carmo (4 pastas), Largo da Cavallhada (2 pastas), Beco das Caveiras (2 pastas), Rua do Contrato (4 pastas), Beco dos Coqueiros (2 pastas), Praça Correa Rabelo, Beco do Corte, Praça Couto Magalhães, Rua Cruzeiro, Rua Direita (10 pastas), Beco Espídio Procópio, Rua Espírito Santo (3 pastas), Beco Ezequias, Rua Fitadouro, Rua do Fogo, Rua São Francisco (2 pastas), Arraial dos Forros, Rua Francisco Sá (3 pastas), Rua das Mercês (6 pastas), Praça Conselheiro Mata (2 pastas). Vale observar que nas ruas mais periféricas encontramos maior número de pedidos de novas construções.



logo após o tombamento do conjunto urbano, ficaria aguardando “*a deliberação do Serviço do Patrimônio*” durante mais de um ano. A demora para o equacionamento da questão vira motivo de comentários depreciativos da ação do SPHAN na cidade, conforme relata o técnico<sup>21</sup> enviado para análise *in loco* do fato:

Transmitindo ao senhor todas estas ponderações do sr. Jair peço-lhe com muito empenho a solução definitiva do caso.

Si bem que pouco influa a ação deste Serviço a apreciação de estranhos ou interessados, a situação da casa da Rua do Bomfim tem sido motivo para que consideram exclusivamente pernicioso á Diamantina a presença deste Serviço que, no dizer deles, além de nada fazer em proveito da cidade ainda retarda na solução de assuntos com prejuízos para seus proprietários. Foi de um modo geral, esta a opinião que senti na cidade.

É por isso que constatei a ruína de varias casas bem antigas, com rotulas e balaustradas em belos desenhos, em locais onde as construções tem apreciável valor.

Fui bem avisado em documentar com fotografias partes da cidade que se decompõem ou que se “embelezaram” com novas construções (Carta a RMFA, em 25/04/1940. ACI/RJ-SO, Pasta n.510/Rua do Bonfim).

Ao proprietário não interessava a conservação integral da casa, pois, deste modo, não conseguiria instalar nela todo o programa que considerava necessário ao seu conforto. A construção de um anexo aos fundos foi julgada inviável por exigir “*modificação profunda do telhado, que se tornaria visível do exterior*”. Em 1943, encontramos o mesmo proprietário aguardando orientações do SPHAN a respeito de um pedido para construção de uma nova residência, situada em outro terreno na mesma Rua do Bonfim, visto que a casa para onde havia se mudado apresentava problemas de conservação<sup>22</sup>. Receberia, em junho do mesmo ano, um estudo elaborado pelo SPHAN com recomendações a serem observadas em sua construção:

Telhado – deve obedecer as características tradicionais. O beiral deverá ser de madeira, com cachorros; o respectivo balanço de 60 cms. a 1.00m., e a inclinação mais suave que a do telhado.

Telhas canal.

Frechal – de madeira aparente;

Cunhais – “ “

Janelas – de guilhotina com treliça, onde se quiser impedir a visibilidade para o interior;

Portas – de calha<sup>23</sup> ou de almofadas simples com uma só folha;

<sup>21</sup> O documento não possui assinatura, apenas local e data. Poderia ser do engenheiro Epaminondas Macedo, como vimos, responsável pelo estudo de alargamento da Rua do Bonfim, no mesmo período.

<sup>22</sup> “...venho importuná-lo novamente, pois o problema da minha residência se agravou enormemente, com a minha retirada forçada e da noite para o dia da casa onde residia e que se tornou inabitável, em virtude de enormes focos de mosquitos e outras moléstias formados debaixo do assoalho pelos esgotos das casas vizinhas que extravasaram nos últimos dias.

Estava hesitante em dar execução ao projeto que lhe enviei, pois em Diamantina além de todo o material estar sendo vendido por preços absurdos, as dificuldades são de molde a desanimar a qualquer um. Mas tão angustiada é minha situação atual, no tocante à casa de emergência à qual me mudei, que me vejo na contingência de resolver o problema de qualquer maneira e imediatamente. [...]” (Carta do proprietário a Alcides da Rocha Miranda. s/data. ACI/RJ-SO, Pasta n.510/Rua do Bonfim).

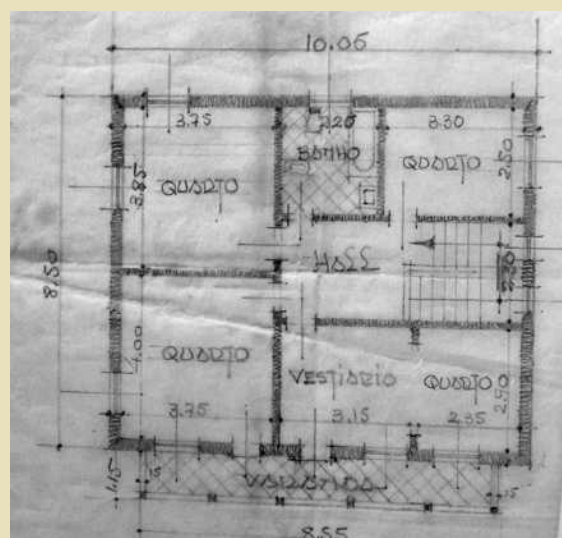
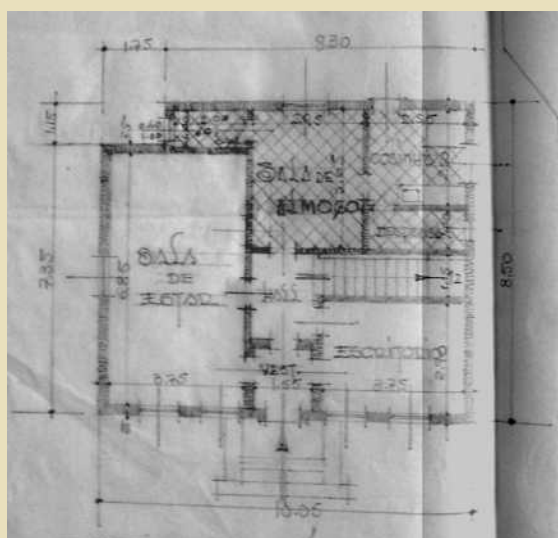
<sup>23</sup> “Calha 1. Diz-se da porta ou janela que tem sua folha composta de tábuas justapostas verticalmente. [...]” Ávila, Gontijo e Machado (1996, p. 29, grifo do autor).

Muro – com 2,50m de altura e coberto de telhas canal;

Portão – de calha com cobertura de telhas;

Pintura – caiacção sobre os rebocos e óleo sobre as madeiras;

Embasamento – de pedra lascada (MIRANDA, Alcides da Rocha. 23/06/1943. ACI/RJ-SO, Pasta n. 510/Rua do Bonfim).



Figuras 57, 58 e 59: Fachada e plantas dos pavimentos térreo e superior de residência na Rua do Bonfim.

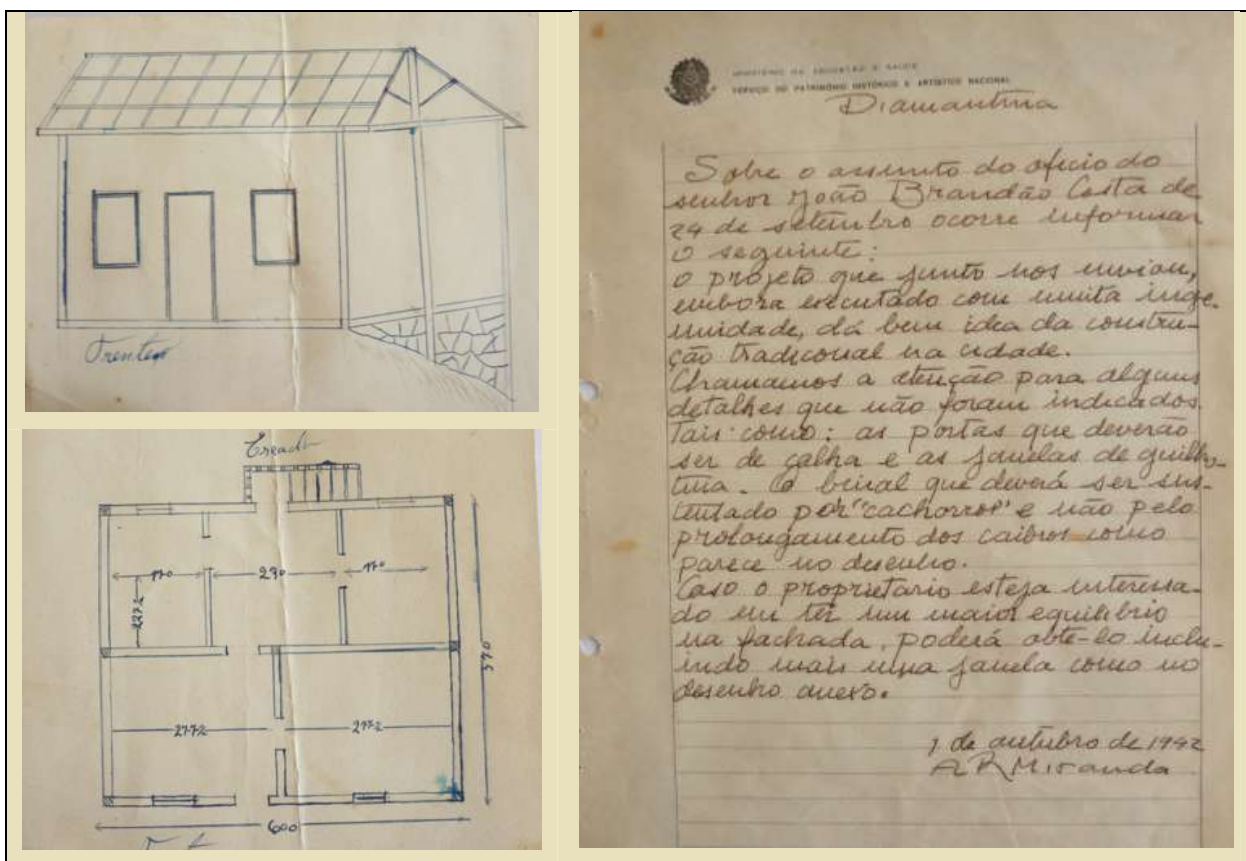
Fonte: ACI/RJ-SO, Pasta n.511. Rua do Bonfim.

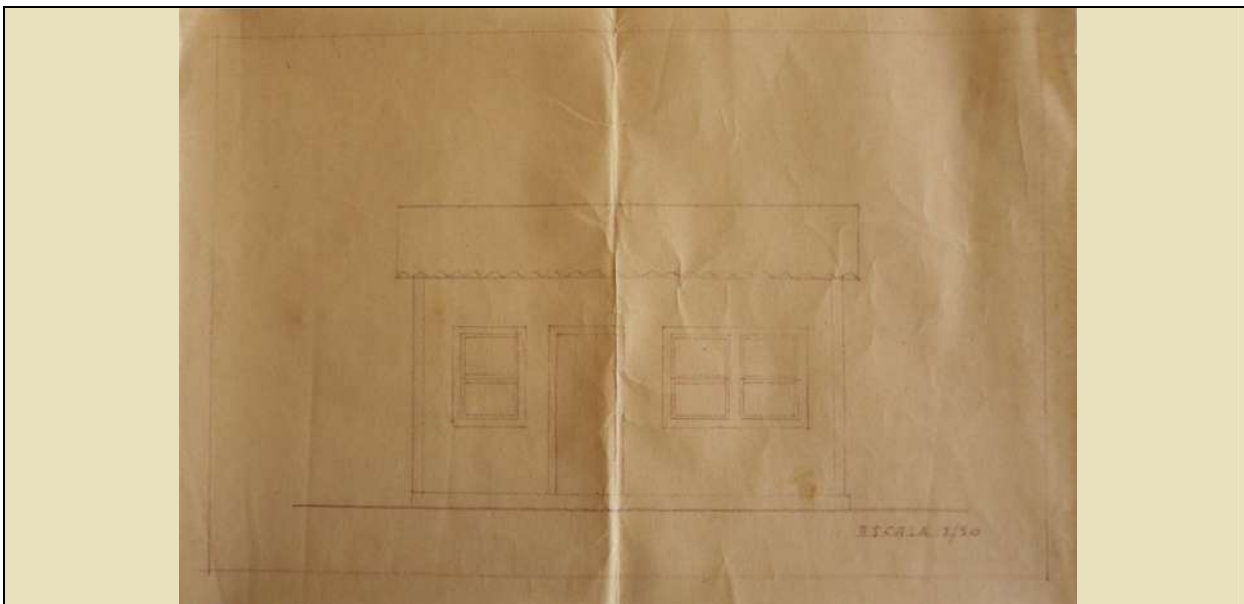
As diretrizes acima talvez constituam um dos primeiros documentos listando um conjunto de regras a serem seguidas em novas construções que, no caso, deveriam se reportar à arquitetura tradicional existente na área tombada e ainda praticada na cidade. Como contraponto a este caso, outro morador quer construir sua residência na Rua do Cruzeiro, no Arraial de Baixo, e tem seu pedido encaminhado à diretoria central por João Brandão em 24 de setembro de 1942. O projeto – que segue em pequenos pedaços de papel cartão (*ver figs. 60 e 61*), evidenciando a origem humilde do proprietário – recebe o seguinte parecer do arquiteto Alcides da Rocha Miranda:

[...] O projeto que junto nos enviou, embora executado com muita ingenuidade, dá bem ideia da construção tradicional na cidade.

Chamamos a atenção para alguns detalhes que não foram indicados. Tais como: as portas que deverão ser de calha e as janelas de guilhotina. O beiral que deverá ser sustentado por “cachorros” e não pelo prolongamento dos caibros como parece no desenho.

*Caso o proprietário esteja interessado em ter um maior equilíbrio na fachada poderá obtê-lo incluindo mais uma janela como no desenho anexo* (MIRANDA, Alcides da Rocha. Parecer de 01/10/1942. ACI/RJ-SO, Pasta n.542. Rua Cruzeiro, grifo nosso).





Figuras 60, 61, 62 e 63: Fachadas, planta e parecer de Alcides da Rocha Miranda. Notar, na fachada acima, as duas janelas conforme orientação do arquiteto do SPHAN. Fonte: ACI/RJ-SO, Pasta n.542. Rua Cruzeiro.

Na década de 1940, as respostas aos pedidos parecem não seguir um modelo, sendo observadas variações nas análises às consultas feitas ao SPHAN, pelo que se verifica a partir da leitura da documentação. Como consequência, o resultado é um volume maior de correspondência gerada para cada um dos casos, bem como um período mais prolongado de análise<sup>24</sup>. Ao longo da década de 1950, no entanto, ocorre o início de formatação de diretrizes que começam a aparecer padronizadas, em inúmeros despachos expedidos a partir do início da década de 1960. Assim, um pedido para construção na Praça da Luz, em 1960, “*não tem condições de ser aprovado*” e precisa se adequar às seguintes recomendações: “*a- Vãos das janelas com a proporção de 1.00m x 1.50m caixões*<sup>25</sup> *com vistas de pelo menos 12 cm; folhas de guilhotinas com divisões pequenas para vidro; b- Varandas completamente fechadas por esquadrias, modelo antigo*”<sup>26</sup>.

<sup>24</sup> Como exemplo pode ser citado o caso de um proprietário que encaminha projeto de nova construção a ser realizada em terreno próximo ao Largo Dom João e que recebe o parecer de Alcides da Rocha Miranda indicando que a solução sofra algumas “*simplificações que vão indicadas no croquis anexo – supressão da quebra no telhado, substituição das esquadrias indicadas por outras do tipo tradicionais (vidraças de guilhotina e portas de calha), redução do embasamento*”, de modo a se “*harmonizar [...] com as demais construções antigas de Diamantina*”. Alegando falta de recursos para despendar com nova compra de material, o proprietário se recusa a seguir as instruções do SPHAN. Há uma troca intensa de correspondência, incluindo telegramas, entre o advogado João Brandão, responsável local, e a Diretoria que chega a delegar “*poderes necessários*” ao advogado para resolver a pendência.

<sup>25</sup> “*Caixão 1. Cercadura em tábuas dos vãos composta de aduelas e alizares. 2. Diz-se do forro dividido em partes retangulares por meio de vigas que se cruzam*” Ávila, Gontijo e Machado (1996, p. 29, grifos do autor).

<sup>26</sup> Especificações que são lidas com frequência nos relatórios do mesmo período. Cf. Despacho de Antonio Augusto Velloso, chefe substituto do 3º Distrito da D.P.H.A.N. Pasta de Despachos 1960, mês: Abril. AET-I/Diamantina/MG.



Em 1962, um projeto a ser executado na Rua das Mercês é aprovado desde que sejam obedecidos os seguintes itens:

- 1 – Telhado com contrafeito e cobertura de telhas coloniais
- 2 – Beiral de cachorros de madeira
- 3 – Marcos das portas e janelas de caixão inteiro
- 4 – Folhas das portas externas de calha e das janelas de guilhotina ou calha
- 5 – Pintura das paredes externas a cal branca
- 6 – Óleo colorido nas madeiras aparentes
- 7 – Não deverá ser dado barrado na fachada principal (VASCONCELLOS, Sylvio de. Despacho emitido em 10/06/1962. ACI/RJ-SO).

Em 1966, praticamente as mesmas recomendações aparecem, porém, então, com referência explícita ao caráter de “exigências mínimas” a serem seguidas, e menção à sua elaboração pela Divisão de Conservação e Restauro (DCR), no Rio de Janeiro. A elas são acrescidas o uso de treliças “*a moda colonial*” e condenadas as esquadrias de ferro<sup>27</sup>.

É preciso chamar a atenção para o fato de que o caráter das orientações segue na contramão da diretriz inicial do SPHAN, explicitada em carta do diretor, Rodrigo Melo Franco de Andrade, ao prefeito de Diamantina, encaminhada em 14 de dezembro de 1949, que dizia que o critério adotado nas novas construções em áreas tombadas, seria o de procurar “*harmonizá-las com as construções antigas, evitando ao mesmo as réplicas arbitrarias da chamada arquitetura colonial, que só viriam prejudicar os exemplares autênticos dessa última*” (ANDRADE, Rodrigo M. F. de. C. 1440 de 14/12/1949. ACI/RJ, Pasta Processo 64-T-38 DPHAN-DET).

Vale lembrar que o estabelecimento gradativo de regras, a partir de um “*modelo padrão*” a ser observado, não ocorreu somente em Diamantina, mas se propagou pelas demais

---

<sup>27</sup> Dr. João,

Com referencia a construção do Sr. [F. G. N.], ao Beco dos Beréus [sic] nessa cidade, deverá o mesmo apresentar projeto afim de ajustar a construção às exigências da DPHAN.

Para tanto, transcrevo abaixo informação sobre presente assunto oriunda da D.C.R. da D.P.H.A.N.

‘Exigências mínimas:

- a) Telhado com contrafeito e cobertura de telhas coloniais.
- b) Beiral de cachorros de madeira.
- c) Portas e janelas externas de caixão de madeira
- d) Caição branca nas paredes externas
- e) Óleo colorido nos elementos de madeira.
- f) Não deve ser dado barrado na fachada principal.

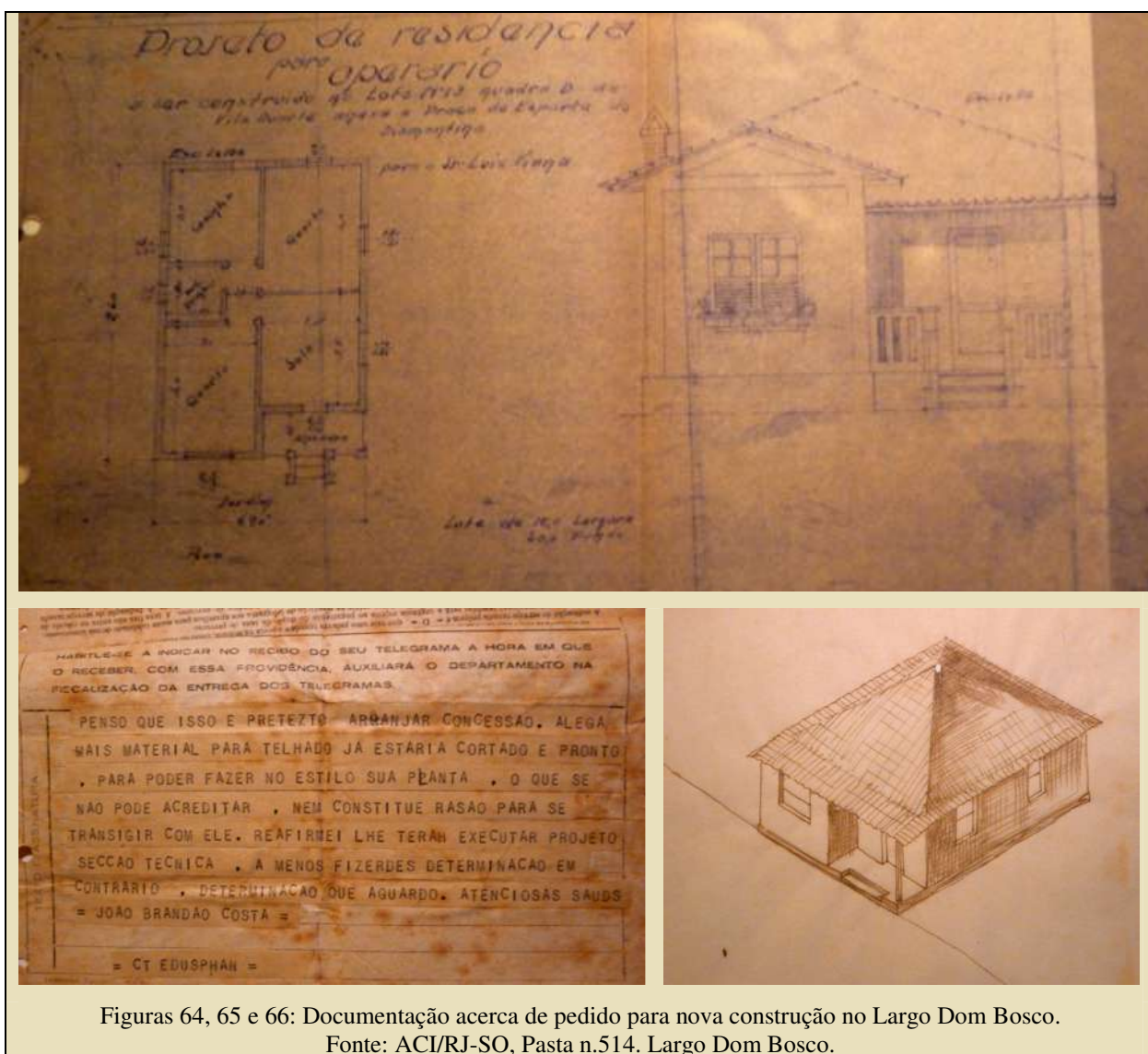
Todas são as exigências mínimas sugeridas. A ela pode-se acrescentar o uso de treliças a moda colonial e outras especificações que não destroem deste mínimo exigido, resguardando-se o aspecto da arquitetura local.

Condenar o uso de esquadrias de ferro’.

Atenciosas saudações. Antonio Augusto Velloso. Chefe do 3º Distrito da DPHAN, Substituto (VELLOSO, Antonio Augusto. Ofício 166 a João Brandão Costa, em 22/06/1966. AET-I/Diamantina/MG, Cx. de Arquivo 1949-1972: Correspondência Expedida e Recebida).

idades mineiras tombadas em 1938, conforme atesta o trecho final do documento transcrito a seguir<sup>28</sup>:

[...] Adotamos o critério de evitar no maximo as desaprovações afim de tentarmos primeiro acostumar as populações com as exigências, demonstrando a maior boa vontade possível. Entretanto, mesmo aprovando os requerimentos *condicionamos a obra a certas normas*, o que, quasi sempre vem sendo atendido, com raras exceções. Por outro lado, sempre que há modificações nos projetos e que quasi sempre se referem a beirais ou esquadrias, devolvemos o requerimento como nova planta para facilitar ao maximo os proprietários. *Já vão os profissionais das cidades conhecendo de nossas normas*, de modo que os projetos mais recentes já estão sendo feitos mais de acordo com as exigências e a norma de apresentação de projetos e requerimentos, a não ser nas cidades onde as Prefeituras são inteiramente contrárias á Diretoria, *já vae se transformando em praxe estabelecida com vantagens*, aliás não só para a Diretoria como para os profissionais da cidade e para a própria arquitetura de modo geral, abandonando-se as improvisações e os processos obsoletos de construções sem planta.



Figuras 64, 65 e 66: Documentação acerca de pedido para nova construção no Largo Dom Bosco.  
Fonte: ACI/RJ-SO, Pasta n.514. Largo Dom Bosco.

<sup>28</sup> Ver transcrição do documento e nota de rodapé, p. 94-96. CDI/13<sup>o</sup>SR-IPHAN/MG. Grifos nossos.

A fixação de parâmetros estabelecendo os elementos tradicionais que deveriam ser reproduzidos nas novas construções parece ter sido influência direta do progressivo aumento no número de pedidos de aprovação. Por sua vez, o receio da população em não ter seu projeto aprovado pelo SPHAN fez com que, cada vez mais, estas regras fossem observadas. Aos poucos, a “*tradição construtiva local*” – obtida, segundo Rodrigo M. F. de Andrade, através da “*utilização dos materiais característicos da região e segundo os sistemas construtivos correntes no lugar*” – foi moldada segundo os critérios formais da “cartilha” do SPHAN. Ou seja, a indicação para que não houvesse um “*modelo padrão a ser obedecido ou aconselhado nas futuras construções*”, de fato, não perdurou por muito tempo.

### 3.2. A QUESTÃO LEGAL E A DELIMITAÇÃO DA ÁREA DE TOMBAMENTO

Apesar de não existirem planos de preservação acompanhando os respectivos tombamentos de áreas urbanas, havia uma noção clara de que se tratava de uma intenção de preservação global do objeto urbano. O propósito era preservar não uma somatória de edificações de interesse, mas o conjunto urbano de forma integral, como atesta o documento abaixo, datado de 17 de setembro de 1941, e enviado pelo diretor, Rodrigo M. F. de Andrade, ao colaborador do SPHAN em Diamantina, João Brandão Costa:

[...]

Como bem lhe pareceu, esse processo não poderia ser o prescrito nos arts. 6, 7, 8 e 9 do Decreto-lei nº 25 de 30 de novembro de 1937, artigos esses que regulam a hipótese do tombamento voluntário ou compulsório de bens de propriedade de pessoas jurídicas de direito privado.

*O processo de tombamento de extensos conjuntos arquitetônicos e urbanísticos, como o que foi feito em relação a algumas cidades mineiras, na verdade não está fixado na lei. Em tais casos, este Serviço tem aplicado, por analogia, o disposto no artº 5 do citado Decreto-lei e isso em virtude das duas considerações seguintes:*

1º) *o que constitui monumento, pelo seu excepcional valor histórico e artístico, nos aludidos casos, não é nenhum dos edifícios considerados em si mesmo, isoladamente, [e sim], a sua coexistência, a sua conservação em conjunto, formando um todo que, por isso mesmo, assume feição urbanística e arquitetônica de valor inestimável, tanto do ponto de vista puramente histórico, como do histórico-artístico. E esse conjunto que importa preservar, no seu todo, pois empresta às cidades, que ainda apresentam essa documentação viva da sua formação e desenvolvimento originários, a sua fisionomia peculiar. E, portanto, esse conjunto (bem imaterial, que é de toda a cidade sem pertencer particularmente a quem quer que seja) o objeto do tombamento, o monumento incorporado ao patrimônio histórico e artístico nacional. Não é isso o mesmo que uma série de tombamentos especiais, de bens individualizados, cada um isoladamente considerado.*

2º) *Não há dúvida que, para a conservação do aspecto tradicional do todo, é mister que se respeite e conserve o aspecto de cada uma de suas partes. Mas os objetivos que este Serviço tem em vista e constituem a sua própria finalidade, podem ser plenamente alcançados através da ação das Prefeituras locais, às quais cabe, irrecusavelmente, o direito de ditar normas à execução das obras de construção, reconstrução e reparação, e especialmente a censura de fachadas.*

Ora, notificada do ato do tombamento, é evidente que os Prefeitos locais ficam adstritos à observância da lei federal, isto é, que não poderão, de modo algum, conceder licença para a

execução de tais obras em desacordo com a lei, isto é: não lhes será lícito concedê-la para a demolição, em hipótese alguma; e para reconstrução, reparação, pintura, etc., apenas mediante autorização previa do SPHAN.

*O tombamento de Diamantina, como os demais tombamentos em conjunto, foram, por isso, feitos na forma do artº 5, e notificados às competentes Prefeituras Municipais.*

Quanto a essa cidade, o tombamento foi feito pela notificação nº 59, de 17 de fevereiro de 1938, endereçada ao Prefeito Municipal, Snr. Joubert Guerra, cuja resposta àquela comunicação consta do ofício n. 21/38, de 9 de maio de 1938.

*Uma vez, porém, que surgem interessados recalcitrantes, como o Snr. [B. A.], será talvez o caso de notificá-lo, agora, pessoalmente, para tirar-lhe a vontade de demandar.* Com esse objetivo, envio-lhe incluso o expediente necessário.<sup>29</sup>

*Em seguida, convirá examinarmos a conveniência de solicitar do Senhor Prefeito a publicação de um edital para dar ciência a todos os interessados do tombamento.*

Aproveito a oportunidade para renovar-lhe os protestos de meu sincero apreço (ANDRADE, Rodrigo M. F. de. Carta encaminhada a João Brandão Costa, em 17/09/1941. ACI/RJ, Pasta Processo 64-T-38, DPHAN/DET, grifos nossos).

Há várias noções importantes contidas neste documento. Em primeiro lugar, o texto deixa evidente o pioneirismo do tombamento dos conjuntos urbanos também sob o aspecto legal. Para que a ação não ficasse sem o amparo jurídico adotou-se o Decreto-lei 25/37 como instrumento, sendo, então, feita a notificação do tombamento – *por analogia* ao disposto no artigo 5 – às prefeituras das respectivas cidades mineiras. Utilizando o mesmo processo analógico, RMFA ressaltou que ainda que o objeto da ação de preservação fosse o conjunto da cidade, incluindo aí o traçado urbano e as edificações modestas, sendo essencial a sua “*conservação em conjunto*” – não sendo, isto, equivalente ao tombamento de bens individualizados –, importava respeitar e conservar o “*aspecto de cada uma de suas partes*”. Por isso, o órgão iria deter-se, em diversas ocasiões, sobre questões pontuais – mas não por isso menos importantes, pois diziam respeito ao aspecto final da obra, e, conseqüentemente, à imagem da cidade a ser preservada – que iam desde o material e o desenho com que poderiam ser executadas as esquadrias de uma casa restaurada, até a localização dos novos edifícios e sua caracterização formal. Do ponto de vista legal, a justificativa de que o tombamento incidiria sobre todos os bens imóveis era procedente, conforme explica Castro (1991) ao afirmar que, no tombamento de centros históricos,

o que se está tombando pelo ato administrativo não é cada imóvel individualmente, mas sim o todo. [...] o valor, o bem imaterial susceptível de interesse público, é o conjunto e não a coisa individualmente. O suporte do bem imaterial protegido é a coisa, ou o conjunto de coisas móveis ou imóveis; no entanto, o objeto jurídico de interesse público não é a individualidade, mas aquilo

<sup>29</sup> “Ilmo. Snr. [B. A.]: Para os fins estabelecidos no Decreto-lei nº 25 de 30 de novembro de 1937, cumpre-me notificar-vos que o prédio de vossa propriedade, sito à rua Municipal sem número, em Diamantina, foi incluído no tombamento em conjunto dessa cidade, como parte integrante do dito conjunto arquitetônico e urbanístico, que foi inscrito nos Livros do Tombo a que se refere o artº 4, nos, 1, 2 e 3, do citado Decreto-Lei e incorporado, por essa forma, ao patrimônio histórico e artístico nacional. Atenciosas saudações. Rodrigo M. F. de Andrade. Diretor” (ANDRADE, Rodrigo M. F. de. Notificação n. 59a encaminhada a [B. A.], em 17/09/1941. ACI/RJ, Pasta Processo 64-T-38, DPHAN/DET).



que as coisas representam em seu conjunto. O tombamento de conjunto de bens de valor cultural, móveis ou imóveis, forma uma universalidade de direito que por sua vez compõe a universalidade maior que é o próprio “patrimônio histórico artístico nacional”. O interesse maior de se compreender o tombamento de um conjunto de coisas como um todo refere-se especialmente aos seus efeitos jurídicos, embora a coisa individual continue a existir, como propriedade individualizada para o titular do direito (CASTRO, 1991, p.70).

No entanto, a mesma autora alerta que “*não poderá haver tombamento sem a especificação do bem, móvel ou imóvel, sobre o qual incidirão os efeitos do ato administrativo*”, e, em seguida, complementa que:

Nada obsta [...] que a especificação do objeto do tombamento se faça pelo seu conjunto, nos casos em que é o conjunto, enquanto tal, que tem interesse de ser tutelado, e não cada coisa individualmente considerada. Havendo o tombamento do conjunto de coisas, incidirão os efeitos do tombamento sobre todas as suas partes. O ato de tombamento que irá definir o bem a ser protegido não necessitará, portanto, de especificar as partes do todo, desde que determine, de forma clara e precisa, o todo. É o todo, o conjunto das partes, que é o bem imaterial, objeto da tutela do Estado. Desta forma, quando o ato de tombamento determinar o valor cultural do núcleo cultural de uma cidade, especificando os limites físicos do objeto tombado, todos os imóveis inseridos naquele espaço passam a fazer parte do todo tombado, como parte do mesmo (Ibid., p.70-71).

A explicação demonstra que, após a notificação à prefeitura do ato do tombamento, a próxima medida deveria ser a delimitação da região onde incidiria a proteção federal. No entanto, uma avaliação do que ocorre com os conjuntos tombados em Minas Gerais parece indicar que não havia intenção imediata de se estabelecer os limites precisos da área tombada<sup>30</sup>. Em Diamantina a delimitação da região onde incidiria a lei federal de proteção acaba ocorrendo, na década de 1940, em razão de pressões políticas, em parte registradas em um ofício encaminhado pelo prefeito municipal, Edison Lago Pinheiro, em 1945:

Exmo. Sr. Dr. Rodrigo M. F. de Andrade,  
M. D. Chefe do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.  
Saudações atenciosas.

1 – Verifica-se, nesta cidade, *sensível crise de habitações*, que vem provocando certo descontentamento, mormente no seio da classe operária.

2 – Esta, segundo a voz de seus elementos mais representativos, se julga prejudicada, alegando *escassez de serviço, falta completa de construções*, etc., circunstância que lhes está abalando a vida econômica.

3 – *E indigam o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional como responsável por esse estado de coisas, afirmando que suas exigências impossibilitam quaisquer iniciativas no terreno das construções.*

4 – Buscando atenuar a situação e, ao mesmo tempo, conciliar os interesses defendidos pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, *lembrou-me dirigir a V. Excia. para solicitar o obsequio da vinda, aqui, ou de V. Excia., ou de um técnico de urbanismo, com o propósito de, conjuntamente com a Municipalidade, estudar a possibilidade de ser feito um novo tombamento da zona urbana da cidade, delimitada uma área em que se deixasse livre, pelo*

<sup>30</sup> Das cidades mineiras tombadas em 1938, apenas Diamantina e São João del Rey recebem delimitação da área tombada durante a gestão de Rodrigo Melo Franco de Andrade, sendo que em S. J. del Rey ela corresponde a uma porção bastante restrita – um “centro histórico” –, e não à quase totalidade da zona urbana antiga da cidade.

*menos, a parte alta, em cujas proximidades está a praça de esportes e para onde enxergamos possa a nossa “urbs” expandir-se.*

5- Espero que V. Excia. estude o assunto com a clarividência e espírito superior, qualidades que vêm norteando os seus atos, e, com a habitual brevidade, dê seguro pronunciamento.

6 – Valho-me da oportunidade para reiterar a V. Excia. subidos protestos de estima e apreço.

Edison Lago Pinheiro. Prefeito Municipal (PINHEIRO, Edison Lago. Ofício ao diretor, RMFA, encaminhado em 07/05/1945. ACI/RJ-SO, Cx. 106, Pasta 481/ 481.3, grifos nossos).

Já era esperada, por parte do órgão federal, uma colaboração advinda das administrações municipais em prol do objetivo comum, qual seja a da preservação do objeto tombado, prevista desde a redação do Decreto-lei 25/37, na forma do art. 25<sup>31</sup>. No caso da proteção de conjuntos urbanos, o trabalho mútuo que se imaginava entre os organismos municipais e a esfera federal era ainda maior, conforme já fora exposto no documento de 1941, encaminhado a João Brandão, onde se dizia que às *“Prefeituras locais,... [caberia], irrecusavelmente, o direito de ditar normas à execução das obras de construção, reconstrução e reparação, e especialmente a censura de fachadas”*. No entanto, em todos os casos, deveriam fazê-lo somente após autorização prévia do SPHAN. Enfim, estaria reservado às prefeituras municipais um papel preponderante na gestão dos conjuntos tombados, que parece ter início, efetivamente, em Diamantina, com a manifestação a favor da demarcação da área tombada.

A resposta de RMFA seguiu poucos dias depois, em tom conciliador, denotando esforço em atenuar as críticas, sem, contudo, se eximir das faltas decorrentes do que denominou deficiência de recursos, de questões operacionais e de capacidade técnica:

Senhor Prefeito:

Tendo tomado na merecida consideração o teor de seu ofício n.2 S.P., datado de 7 de maio corrente, peço permissão para submeter a sua esclarecida consideração as seguintes ponderações:

1 – Desde que, em cumprimento às disposições do decreto-lei n.25 de 30 de Novembro de 1937, foi procedido ao tombamento do conjunto arquitetônico e urbanístico de Diamantina, este Serviço nunca deixou de empenhar-se no sentido de atender, no exercício de suas atribuições, as necessidades e as conveniências da população local que se pudessem ressentir dos efeitos do referido tombamento. Com tal objetivo, *esta repartição tem procurado esforçadamente conciliar as determinações da legislação em vigor com os justos reclamos de progresso e conforto dos habitantes da cidade*, tomando sempre no maior apreço as aspirações que estes lhe tem manifestado, quer por intermédio dos distintos antecessores de V. Excia., quer diretamente.

2 – *De fato, para só considerar a ano próximo findo, tomo a liberdade de lembrar que esta repartição transmitiu à Prefeitura de Diamantina, por intermédio do seu representante nessa cidade, 72 pareceres da Seção Técnica acerca de obras de iniciativa particular aí requeridas, só tendo rarissimamente negado aprovação ao que pleitearam os interessados e se esforçando em todas as oportunidades para conciliar os objetivos dos interessados com as necessidades indeclináveis da proteção do patrimônio histórico e artístico nacional.* De outra parte, o mencionado representante deste Serviço em Diamantina tem atribuições para conceder imediata

<sup>31</sup> *“O Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional procurará entendimentos com as autoridades eclesiásticas, instituições científicas, históricas ou artísticas e pessoas naturais e jurídicas, com o objetivo de obter a cooperação das mesmas em benefício do patrimônio histórico e artístico nacional.”* Para transcrição integral, v. Anexo 1.

aprovação, independente de consulta à Seção Técnica, à maior parte das obras de iniciativa particular requeridas a essa Prefeitura.

3 – *Ocorre entretanto que, em consequência da obrigação imposta a este Serviço de zelar pela preservação da fisionomia tradicional dessa preciosa cidade, não podem ser autorizadas iniciativas que importem em mutilar ou desfigurar o conjunto arquitetônico e urbanístico de Diamantina, tais como demolições de casas antigas, modernização das respectivas fachadas, construções novas de estilo que contraste com o das edificações tradicionais, etc.* Cumpre observar, aliás, que o impedimento a semelhantes iniciativas não depende da discricão ou do arbítrio desta repartição e sim somente, como já se acentuou, de disposições terminantes da legislação vigente, reguladoras de uma norma fundamental estabelecida na própria Constituição da República.

4 – Em tais condições, se porventura, como V. Excia. Adverte em seu ofício, ‘indigitam o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional como responsável por esse estado de coisas, afirmando que suas exigências impossibilitam quaisquer iniciativas no terreno das construções’, tal imputação é, por certo, injusta e improcedente. E, ainda que esta repartição tenha incorrido muitas vezes em falta para com essa cidade, por deficiência de recursos, de capacidade técnica ou mesmo de operosidade, - como estou pronto a reconhecer sinceramente -, não será equitativo responsabilizá-la por ter agravado, com suas exigências, a crise de habitações em Diamantina.

5 – À vista das circunstâncias acima alegadas, confio em que V. Excia. Empratará a este Serviço o seu prestigioso concurso no sentido de defender este Serviço, junto a esclarecida população diamantinense, das acusações menos justas que sejam articuladas contra a sua ação aí exercida. Para esse efeito, espero firmemente que não faltará a esta repartição o valioso apoio de V. Excia., tanto mais quanto as medidas tendentes à proteção do patrimônio tradicional de Diamantina se impõem que por força de determinações legais, quer também em virtude da orientação preconizada expressamente aos dignos Senhores Prefeitos mineiros, no discurso proferido pelo eminente Senhor Governador do Estado, na sessão inaugural do último Congresso das Municipalidades de Minas Gerais.

6 – Não obstante, atendendo ao desejo manifestado por V. Excia. no item 4 de seu citado ofício de 7 de maio corrente, *providencie para que o arquiteto Lucas Mayerhofer, professor da Escola Nacional de Belas Artes, siga para Diamantina no mês de junho próximo, afim de proceder a novos estudos que habilitem esta repartição a delimitar definitivamente a área dessa cidade alcançada pelo tombamento.* Além disso, o referido especialista se porá a disposição de V. Excia. para transmitir a este Serviço qualquer sugestão que porventura lhe ocorra formular para os fins que se têm em vista alcançar.

Aproveito o ensejo para reiterar a V. Excia. os protestos do meu elevado apreço.

Rodrigo M. F. de Andrade. Diretor (ANDRADE, Rodrigo M. F. de. Ofício 619 ao prefeito municipal de Diamantina, Edison Lago Pinheiro, em 16/05/1945. ACI/RJ-SO, Cx. 106, Pasta 481/481.3, grifos nossos).

Há, então, lacunas importantes na documentação resgatada: não encontramos, por exemplo, nenhum estudo resultante da pesquisa empreendida por Lucas Mayerhofer, apenas uma primeira sugestão de delimitação de área tombada, encaminhada pela prefeitura municipal diamantina para análise do SPHAN em 4 de junho de 1946<sup>32</sup>. Na sequência dos documentos, acompanhamos um pedido para que o fotógrafo Assis Horta remetesse à Diretoria “*com a possível presteza [...] a reprodução*”<sup>33</sup> dos aspectos principais das

<sup>32</sup> O ofício do prefeito Edison Lago Pinheiro informava o seguinte perímetro como sugestão para limites da área tombada: “... *Tendo início na praça Barão de Guaicuí, contorna o Mercado Municipal, desce a rua do Espírito Santo e ganha a rua do Amparo, que sobe até apanhar a rua do Rosário; por esta, vai á praça d. Joaquim, percorre-a em demanda da rua dr, Juscelino Barbosa, ganha a rua Laláu Pires, subindo por ela, ganha o beco do Coqueiro, percorre a rua Augusto Nelson, apanha a rua de São Francisco que desce até ganhar a praça dr. Juscelino Kubitschek de Oliveira, por esta, a rua Ciriaco de Abreu, que sobe, e através da praça e travessa Conselheiro Mafra, vai ao ponto de partida, no largo Barão de Guaicuí...*” (PINHEIRO. Edison Lago. Ofício ao diretor, RMFA, em 4/06/1946. ACI/RJ-SO, Cx. 106, Pasta 481/481.4).

<sup>33</sup> Segundo informações relatadas à pesquisadora pela historiadora da arte Til Pestana, em 16/09/2009, e pela

*edificações e logradouros situados fora da área indicada pelo mesmo Snr. Prefeito”* (ANDRADE, Rodrigo M. F. de. Ofício 883 a João Brandão Costa, em 18/06/1946. ACI/RJ-SO, Cx. 106, Pasta 481/ 481.4) – prova de que, apesar das dificuldades reconhecidas pelo próprio diretor, impostas sobretudo pela reduzida equipe e pela escassez de recursos, havia a determinação em realizar o trabalho, da melhor forma possível e com rapidez. Em 1949, a prefeitura encaminha ao SPHAN a notícia de que a Câmara Municipal havia, enfim, aprovado os limites da zona de tombamento *“moldada na sugestão de Lucas Mayerhofer”* e incluindo todos *“os templos religiosos, consoantes a tradição seguida pelo SPHAN”* (FREIRE, Machado. Carta ao diretor, RMFA, em 05/12/1949. ACI/RJ, Pasta Processo 64-T-38, DPHAN/DET). O desenho, porém, não escapa à análise apurada de Sylvio de Vasconcellos que verifica ter ficado excluído do trecho proposto<sup>34</sup> uma área historicamente significativa – correspondente à Rua Macau, Largo do Arraial dos Fôrros e Largo do Hospital:

[...], após exame mais circunstanciado do texto da lei municipal nº 69, de 31 de outubro de 1949, [percebe-se] que foi excluído do referido perímetro o trecho do ‘arraial dos fôrros’, compreendido pela Rua Macau, Largo do Arraial dos Fôrros e Largo do Hospital, e que constava da sugestão apresentada a essa Municipalidade pelo professor Lucas Mayerhofer.

À vista do exposto, e dado o interesse em manter sob regime de tombamento o trecho em questão, pela sua típica fisionomia tradicional, integrante do conjunto arquitetônico e urbanístico de Diamantina que importa preservar e conservar, alimento a convicção de que os esclarecidos senhores vereadores não encontrarão dificuldade em retificar o texto da lei nº 69, pela forma que melhor lhes pareça, de modo a sanar a lacuna indicada. [...] (ANDRADE, Rodrigo M. F. de. Ofício 201, de 14/03/1950, ao Prefeito de Diamantina, J. Machado Freire. ACI/RJ, Pasta Processo 64-T-38 DPHAN/DET).



diretora do Museu do Diamante, Liliam de Oliveira, em 02/10/2009, teria sido realizado um levantamento fotográfico, na década de 1950, pelo fotógrafo Assis Horta. Estes registros teriam documentado boa parte dos imóveis tombados, do ponto de vista de suas fachadas externas, e seriam acompanhados por uma planta geral da cidade onde estariam identificados por meio de uma numeração. Estes documentos estariam, segundo consta, de posse do fotógrafo, residente em Belo Horizonte.

<sup>34</sup> Encontramos também referência a um pedido de RMFA feito a João Brandão Costa, em 14/12/1949, para que assinalasse *“na planta inclusa, devolvendo-a em seguida a esta repartição, o limite da área urbana de Diamantina, fixada pela Lei Municipal nº 69, de 31 de outubro de 1949, e dentro da qual se exerceria a proteção estabelecida pelo Decreto-lei n.25, de 30 de novembro de 1937”*. João Brandão encaminha em 31 de dezembro esta planta e é, possivelmente, cotejando esta base com a da prefeitura, que Sylvio tece suas considerações.





Figuras 67, 68, 69 e 70: Fotos aéreas feitas por Assis Horta a pedido de RMFA [s/data]. No verso da foto [fig. 69], consta a legenda: “assinalada a área de tombamento sugerida pela prefeitura”. Acima, planta com intervenções no desenho original do SPHAN, de 1966, com intuito de assinalar: no trecho mais claro, os limites do tombamento e, no círculo, a área do prédio da estação ferroviária e Largo Dom Bosco. Fonte: ACI/RJ.

Apesar do hiato nas fontes consultadas, uma planta, elaborada em 1966 pelo SPHAN [fig. 70], inclui o trecho citado indicando que o órgão federal de preservação foi bem sucedido em sua defesa para a reinclusão do antigo “Arraial dos Forros” no perímetro da área tombada. No entanto, deve-se ponderar que a observação do mesmo registro revela que outro segmento também significativo na formação urbana de Diamantina – a estação ferroviária e seu entorno imediato – ficariam excluídos dos limites “protegidos”, evidenciando que, entre os valores que pautavam sua seleção, não havia espaço para a arquitetura eclética, especialmente aquela produzida em pleno século 20.

Ao mesmo tempo em que demonstrava repúdio aos remanescentes do ecletismo, por outro lado, o SPHAN vislumbrava o valor contido na arquitetura “modesta”, agindo na defesa de sua preservação. Isso pode ser ilustrado pelo pedido para destombamento de quatro pequenas construções, nos fundos de lotes, na confluência das ruas Direita, Beco do Alecrim e Travessa do Carmo, em plena área central da cidade. A justificativa apresentada pela prefeitura indicava que se tratava de “*casas sem valor arquitetônico individualizado*”, cujos lotes eram de interesse da municipalidade e da população. A solicitação, segundo Sylvio de Vasconcellos, dissimulava uma intenção oculta:

Senhor Diretor:

Atendendo solicitação contida no ofício n.721, cumpre esclarecer:

a) A proposição da Prefeitura Municipal de Diamantina diz respeito a construção da Estação Rodoviária local, em terrenos vagos como resultado do incêndio que se verificou no imóvel sito no local. Esta Rodoviária pode ser construída apenas nos aludidos terrenos, não sendo, portanto, indispensável o sacrifício das casas ainda existentes.

b) O cancelamento dos tombamentos [...] parece relacionar-se mais com a limpeza do local, ora ocupado pelo meretrício, visando demolir um de seus trechos, como preliminar para a sua extinção.

c) De fato, os imóveis a serem demolidos não têm características individuadas que os valorizem, sendo todos de feições modestas e de pequenas dimensões. Todavia, o problema a considerar refere-se ao conjunto arquitetônico tradicional, sendo de notar-se que, exatamente em virtude de sua utilização, vem sendo o mesmo mantido inalterável, correspondendo as soluções talvez mais antigas do lugar e sem alterações posteriores.

Assim sendo, este Distrito lamenta esclarecer que não vê justificativa na pretensão do senhor prefeito da cidade, embora reconhecendo seu louvável intuito de sanear o centro dela, por meios, todavia, que não parecem ser os indicados ou, pelo menos, os únicos encontráveis.

Cordiais saudações.

Sylvio de Vasconcellos.

Chefe do 3º distrito (VASCONCELLOS, Sylvio de. Ofício n.472, encaminhado ao diretor, RMFA, em 2/07/1959. ACI/RJ, Pasta Processo 64-T-38 DPHAN/DET).

O parecer final do conselho do SPHAN indeferiu o pedido de suspensão do tombamento, orientado pelas considerações do diretor geral onde alertava que “*a medida aventada constituiria precedente gravíssimo, ameaçador ao sistema de proteção de conjuntos arquitetônicos inscritos nos Livros do Tombo do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*”, chamando a atenção para o valor contido no modesto conjunto de casas:

As construções em causa são obras de arquitetura tradicional, integrantes do conjunto arquitetônico diamantinense, não só por possuírem características semelhantes às demais edificações antigas da cidade, mas por sua localização em logradouros subsistentes dos primitivos arruamentos do arraial do Tejuco. *Há, pois, tanto fundamento para preservar tais edificações quanto a maior parte do acervo de arquitetura tradicional de Diamantina*, inscrito nos Livros do Tombo.

Alega o ilustre Prefeito do Município que *a iniciativa visa a incorporação dos terrenos das mencionadas construções nos lotes já disponíveis, de modo a permitir seu melhor aproveitamento*. Esses lotes disponíveis são os que ficaram vagos em consequência de um incêndio, que destruiu o edifício neles localizado.

Entretanto, *a razão alegada parece, data venia, improcedentes para justificar o cancelamento pleiteado, pois a utilização dos terrenos para construção de uma estação rodoviária não constitui motivo de interesse público suficiente para compensar o sacrifício das edificações antigas*, tão certo é que outro local adequado poderá ser escolhido para a pretendida estação rodoviária (ANDRADE, Rodrigo M. F. de. Carta ao Conselho Consultivo, de 8/09/1959. ACI/RJ, Pasta Processo 64-T-38 DPHAN/DET, grifos nossos).

A pretensão da prefeitura em cancelar o tombamento parece conectar-se não só a um desconhecimento do que significava ter seu conjunto inscrito como “patrimônio nacional”, mas também à sua assimilação à ideia de “excepcionalidade” e de valor histórico, artístico e arquitetônico – não obstante a explicação de RMFA, encaminhada em 1939, de que a proteção não dizia respeito aos bens isoladamente constituídos, mas à sua coexistência. Isso ocorreu, em grande medida, em razão da distância entre o SPHAN, a administração local e a população – e não nos referimos à distância física, apesar desta, de fato, existir – que contribuía para que a incompreensão dos propósitos do SPHAN persistisse; reunindo, em torno das primeiras condutas, lado a lado, com o apoio e o orgulho de uns, a intolerância e a ação hostil de outros.

### 3.3. AS RESTAURAÇÕES DE EDIFICAÇÕES EXISTENTES

Inicialmente, a representação do SPHAN, na cidade de Diamantina, resumia-se à colaboração do advogado João Brandão Costa, apoiado pela regional mineira – coordenada pelo arquiteto Sylvio de Vasconcellos – e pela diretoria central do órgão, no Rio de Janeiro, a quem cabia a palavra final sobre as consultas e aprovações solicitadas. Em resposta ao prefeito de Diamantina<sup>35</sup>, Rodrigo M. F. de Andrade detalha a atribuição competente a cada uma das instâncias do “Serviço”:

<sup>35</sup> “[...] *Outrossim, observo, também, que petições de particulares, para serviços nesta cidade, ora são despachadas por Vossa Excelência, ora pelo funcionário de Belo Horizonte, ora pelo próprio representante nesta cidade.*

*Não sabendo a que atribuir a causa de tal ocorrência, peço a Vossa Excelência a gentileza de informações completas a respeito, para governo da Municipalidade, naquilo que se relaciona com o serviço de obras*

...cumpre-me esclarecer, em relação à consulta de V. Excia., que os respectivos despachos obedecem ao disposto no artigo 16, numero V, do Regimento desta Diretoria aprovado pelo Decreto n. 20.3030 de 2 de janeiro de 1946, *cabendo*, de acordo com as instruções do Diretor-Geral, *ao encarregado da dependência da repartição em Diamantina despachar diretamente os requerimentos no sentido de pequenos reparos ou serviços que, manifestamente, não impliquem em alteração maior do estado atual* daquelas edificações; *ao Chefe do 3º Distrito, com sede em Belo Horizonte, compete despachar os demais requerimentos, correspondentes a obras mais importantes*; finalmente, *ao próprio Diretor-Geral cabe despachar as petições que reclamem maior indagação técnica, com o pronunciamento das Divisões competentes da repartição, na esfera das respectivas atribuições*. Ocorre acrescentar que o critério adotado para as referidas deliberações tem como objetivo simplificar e acelerar o despacho dos requerimentos, para conciliar as determinações legais de proteção ao patrimônio histórico e artístico nacional com as conveniências dos interessados e dessa Prefeitura (ANDRADE, Rodrigo M. F. de. Ofício 407, encaminhado ao prefeito municipal, José Machado Freire, em 20/05/1948. ACI/RJ, Pasta 482 CX.106. Grifos nossos).

No início da década de 1940, a análise da documentação arquivada revela que os processos ainda não se encontravam formatados por meio de despachos padronizados. Eram, normalmente, enviados à diretoria na forma de ofícios, e respondidos pelo mesmo expediente, sendo acompanhados, sempre que necessário por croquis explicativos, como se constata em um pedido para execução de varanda lateral em uma residência à Rua da Caridade, encaminhado pelo engenheiro Epaminondas Macedo que, com frequência, era enviado à Diamantina, pela regional, para vistorias na cidade:

Belo Horizonte, Of.102. Em 13 de junho de 1942

Senhor Diretor:

Levo ao vosso conhecimento que o Sr. [J. P. R.], proprietário da casa á Rua da Caridade em Diamantina, solicita deste Serviço autorização para instalação de uma varanda na fachada lateral direita, e ainda mais que o projeto, uma vês [sic] possível a sua pretensão, seja elaborado pela Secção Técnica deste Serviço.

Anexo dois [sic] fotos da referida casa, interessando o local onde deve ser instalada a varanda pretendida pelo proprietário.

Atenciosas saudações,

Epaminondas Macedo (MACEDO, Epaminondas. Of. 102 ao diretor, RMFA, em 13/06/1942. ACI/RJ-SO, Pasta 521, Rua da Caridade).

Neste caso específico, a avaliação do pedido é feita pelo arquiteto Alcides da Rocha Miranda que considerou que uma varanda lateral se harmonizaria perfeitamente com o edifício existente, considerando, ainda, não haver necessidade de desenvolvimento de um estudo mais detalhado. No mesmo ofício, porém, RMFA inclui observação solicitando “*a elaboração de projeto pela Seção Técnica*” (ANDRADE, Rodrigo M. F. de. Nota ao parecer de Alcides da Rocha Miranda, em 02/07/1942. ACI/RJ-SO, Pasta 521, Rua da Caridade). O arquiteto Rocha Miranda anexou, então, simples croquis [fig. 72] da solução proposta pelo SPHAN, sem nenhuma indicação de ordem executiva, de materiais ou cores – mesmo estando

---

*públicas ou particulares.[...]”* (FREIRE, José Machado. Ofício 61/48 ao diretor, RMFA, em 13/05/1948. ACI/RJ, Pasta 482 CX.106).



o elemento visível a partir da rua. Nesse momento inicial, há ainda uma inconstância observada nos exemplos recolhidos, pois em alguns casos, o SPHAN encontra-se visivelmente preocupado com pormenores das soluções e dos detalhamentos<sup>36</sup>.



Figuras 71 e 72: Fotos do imóvel existente à Rua da Caridade e croquis com solução da varanda lateral elaborada pela Seção Técnica do SPHAN. Fonte: ACI/RJ-SO, Pasta 521, Rua da Caridade.

Vale ressaltar que a análise dos pedidos era realizada caso a caso, e era – em todos os exemplos encontrados – bastante minuciosa, neste início de atuação do SPHAN em Diamantina. Muito embora, com o passar dos anos, os pedidos tenham se diversificado e aumentado significativamente, o que tornou a análise mais lenta, muitas vezes, que o andamento das obras<sup>37</sup>. Informações datadas da década de 1940 indicam que o SPHAN

<sup>36</sup> Em outro pedido encaminhado à Seção Técnica, em nome do mesmo proprietário, o engenheiro Epaminondas Macedo solicita “1. assentamento de uma janela igual às demais na parte indicada no desenho – 1 – 2. avanço do soalho da escada interna até o prumo da fachada e com isso o desaparecimento de uma escada aí existente. 3. instalação de uma escada de acesso à casa, interiormente, e começando na terceira varanda – 2 –”, ao que ele mesmo conclui ter sido “imediatamente posta de lado a primeira pretensão [sic] que ela expõe; e somente tratado o caso da escada. Não vendo inconveniente na transferência da escada de vez que ela continuará a ser interna, e apenas implicará na abertura da parede [...]”; todos esses elementos recentes considereei aceita por este Serviço a aludida pretensão, adiantando, porém que a aprovação de qualquer outra resolução deverá ser tomada daí e feito ciente o Sr. [J. P. R.] por intermédio do Dr. João Brandão Coelho”. (MACEDO, Epaminondas. Ofício101, encaminhado ao diretor, RMFA, em 13/06/1942. ACI/RJ-SO, Pasta 521. Rua da Caridade).

<sup>37</sup> Em ofício encaminhado ao Dr. João Brandão Costa, o arquiteto Sylvio de Vasconcellos solicita maior presteza no encaminhamento dos processos: “Prezado Brandão, A propósito dos requerimentos de obras encaminhados a despacho desta sede vimos observando pelas fotografias que, no geral, as obras já estão muito adiantadas

procurava sugerir alternativas aos desenhos propostos em não conformidade com seus critérios – como atesta o documento a seguir, encaminhado por José de Souza Reis ao representante local acerca de um projeto para reforma de um clube na cidade:

Com relação aos assuntos do of. Nº 4 de 15 do corrente do Dr. Brandão Costa, ocorre informar o seguinte:

Achamos que poderá ser concedida a autorização ao Club Acaiaca para incorporar a casa da esquina à da sua sede, acrescentando-lhe um pavimento, de acordo com a planta que recebemos. Não será conveniente, entretanto, que se reproduza na fachada lateral resultante do acréscimo a empena existente na casa do club, porque isso não daria boa solução, uma vez que essa fachada será aberta com janelas. Deverá, portanto, ser estudada uma maneira de fazer o telhado da parte nova tornijar no ângulo da esquina. Assim, aguardaremos ou um projeto do club que indique a nova fachada e o respetivo [sic] telhado ou então uma planta do 2º pavimento que recebemos, afim [sic] de podermos estudar o ponto em questão.

José de Souza Reis (REIS, José de Souza. Documento intitulado “Obras particulares em Diamantina – Minas”. AET-I/Diamantina/MG. Cx. de arquivo: 1949 a 1972. Correspondência Recebida e Expedida).

Em alguns casos, os técnicos responsáveis pelas análises solicitavam maiores esclarecimentos, através de fotografias ou, nas reformas mais complexas, o desenho da solução primitiva e do projeto proposto, como exemplifica o trecho do documento abaixo transcrito, também encaminhado pela Seção Técnica, no Rio de Janeiro:

Antes de abordarmos o assunto do ofício de 7 do corrente, queremos sugerir a conveniência de acompanhar os requerimentos relativos *a obras que importem em modificações ou em acréscimos, de desenhos que esclareçam satisfatoriamente o caso, isto é: levantamento total ou parcial do imóvel em questão, conforme o caso e projeto da modificação ou acréscimo a ser executado.*

*Os casos que tratem apenas de substituições de esquadrias, transformações de portas em janelas e vice-versa, caiação de fachadas, substituição de materiais estragados e outros da mesma natureza, poderão dispensar a apresentação de levantamentos e projeto, sendo suficiente a indicação na fotografia como vem sendo feito.*

[...]

Snr. [P. D.], casa à rua Macau do Meio. Achamos que poderá ser feita a anexação das 2 portas junto ao muro, para servir de entrada à garage, devendo ser a verga uma peça de madeira com a secção conveniente, *afim de que seja mantido o caracter da construção.* A esquadria do novo vão deverá ser feita, com o aproveitamento das folhas de calha existentes nos 2 vãos, acrescidas do trecho necessário.

Snr. [S. S.], casa à rua do Bonfim. De acordo com o decreto-lei n. 25 de 30 de novembro de 1937, art.17 – *As coisas tombadas não poderão, em caso nenhum ser destruídas, demolidas ou mutiladas. Não poderá portanto ser permitida a reconstrução requerida da fachada da casa em apreço, que é, aliás, um dos exemplares mais interessantes da arquitetura local.* O que deverá ser feito é a restauração da fachada, compreendendo:

Concerto das peças de madeira, substituindo-se apenas os trechos inaproveitáveis e refatura do reboco com a respectiva caiação.

Para esclarecimento dos outros serviços requeridos: substituição do soalho e do forro, reconstrução de uma parede no pátio e abertura de 2 claraboias, convirá aguardar uma vistoria do engenheiro Epaminondas de Macedo.

[...]

---

*senão terminadas quando nos chegam os referidos requerimentos, ao passo que a lei exige e é de toda conveniência que a nossa aprovação seja prévia, só iniciada a obra depois da concordância expressa da Repartição. Peço assim a fineza de suas providencias a respeito. Atenciosamente.*

*Sylvio de Vasconcellos. Chefe do Distrito” (VASCONCELLOS, Sylvio de. Ofício n.480 a João Brandão Costa, em 9/08/. CDI/13ª SR-IPHAN/MG. Arquivo Permanente. Série 1).*

Herdeiros de [M. S.], Beco João Pinto. *Não podemos autorizar a modificação pleiteado pois importaria em desfigurar a casa em apreço*, que apresenta muito bom aspecto, sendo um dos exemplares mais típicos.

[...]

Sobre o pedido do Snr. [A. P. de A.], já foi em tempo respondido por telegrama, sendo a seguinte a informação dada:

A construção de um alpendre no referido prédio pode ser aprovada, *tornando-se porem necessário enviar-nos um projeto onde deverá também figurar a fachada e outros detalhes* que se relacionarem com a obra a ser executada.

[...]

Rio de Janeiro, 15 de setembro de 1941

Pela Seção Técnica

Alcides Rocha Miranda

José Sousa Reis

(“Obras particulares em Diamantina”. AET-I/Diamantina/MG. Cx. de arquivo: 1949 a 1972. Correspondência Recebida e Expedida. Grifos nossos).

Nos primeiros anos após o tombamento, o próprio SPHAN se encarregaria de encaminhar novas soluções arquitetônicas em substituição àquelas fora dos padrões estabelecidos por suas diretrizes, conforme atesta o seguinte documento de 1941:

... tomei a liberdade de pedir-lhe a bondade de adiantar-me quais as questões de maior importância e mais urgentes a reclamar em Diamantina solução da parte deste Serviço, afim de habilitar-me a desde já iniciar o estudo respectivo. Rogo-lhe com grande empenho escrever-me a respeito com toda a franqueza, pois tenho o mais vivo desejo de obter a cooperação cordial dos construtores e proprietários diamantinenses a que o Senhor se refere. Nesse sentido, *o propósito de colaboração deste Serviço se tem manifestado ultimamente em numerosos trabalhos com o objetivo de conciliar os interesses dos proprietários dessa cidade com as necessidades da conservação do seu aspecto tradicional: ainda agora a nossa Seção Técnica está a concluir o projeto de remodelação do cinema local, com uma contribuição considerável para a solução de diversas questões que escapam às suas atribuições e que, no entanto, foram estudadas e esclarecidas com a maior boa vontade, em benefício do proprietário.*

Quanto à expansão e ao desenvolvimento atual e futuro de Diamantina, creia que absolutamente nem uma só medida adotada por esta repartição redundará em cerceá-los ou obstá-los de qualquer maneira. Estou sincera e profundamente convencido de que *o desenvolvimento da cidade é conciliável com a preservação da sua fisionomia característica. Para esse efeito bastará que cada caso seja estudado cuidadosamente para ter solução satisfatória*, quer para os legítimos interesses dos proprietários, quer para o interesse público que este Serviço tem a missão de defender. E, quando porventura sejam inconciliáveis, em determinada circunstância, as necessidades da expansão da cidade com as medidas adotadas para preservar-lhe a feição tradicional, deverá prevalecer o interesse público que, na espécie, se verificar mais relevante.

De nossa parte, esteja certo o ilustre amigo, que sempre encontrará o maior esforço de compreensão e de simpatia em relação às aspirações de progresso da população diamantinense. *O que não podemos aceitar é a destruição inútil do patrimônio de arte e de história dessa venerada cidade, por motivo de preferência injustificável que tenham alguns proprietários pelas modas de arquitetura importadas de outros meios, em contraste gritante com a tradição admirável da arquitetura local* (ANDRADE, Rodrigo M. F. de. Ofício encaminhado ao prefeito do município de Diamantina, Luiz Kubitscheck de Figueiredo, em 01/04/1941. ACI/RJ-SO, Pasta n. 478 cx. 105. Grifos nossos).

Apesar da ação de preservação incidir sobre o “*aspecto tradicional*” e a “*fisionomia característica*” da cidade – o que, para o SPHAN, significava cuidar da proteção da imagem do conjunto urbano de Diamantina –, houve situações em que a participação do órgão federal chegou até ao interior das edificações existentes, na forma de obras de restauração ou na

elaboração de projetos pela Seção Técnica. Podemos ilustrar pelo exemplo de um proprietário de imóvel localizado no Beco da Cadeia cuja solução de divisão interna foi proposta pelo arquiteto José de Souza Reis, que encaminhou a proposição com o seguinte parecer:

Com relação ao caso do Sr. [F. da C. C.], tratado no Of. 103 de 16/10/941 do Dr. Epaminondas, ocorre informar o seguinte:

Havíamos remetido ao Dr. Brandão Costa um projeto para solucionar o referido caso, em virtude do proprietário não ter apresentado projeto, dizendo apenas que desejava dividir a casa em 4 comodors, de modo a que pudesse ser utilizada como moradia. No projeto que apresentamos dispusemos os vãos de iluminação somente nas faces do prédio que confirmam com os logradouros, pois como se vê na foto, a casa é encostada nos dois lados às construções vizinhas.

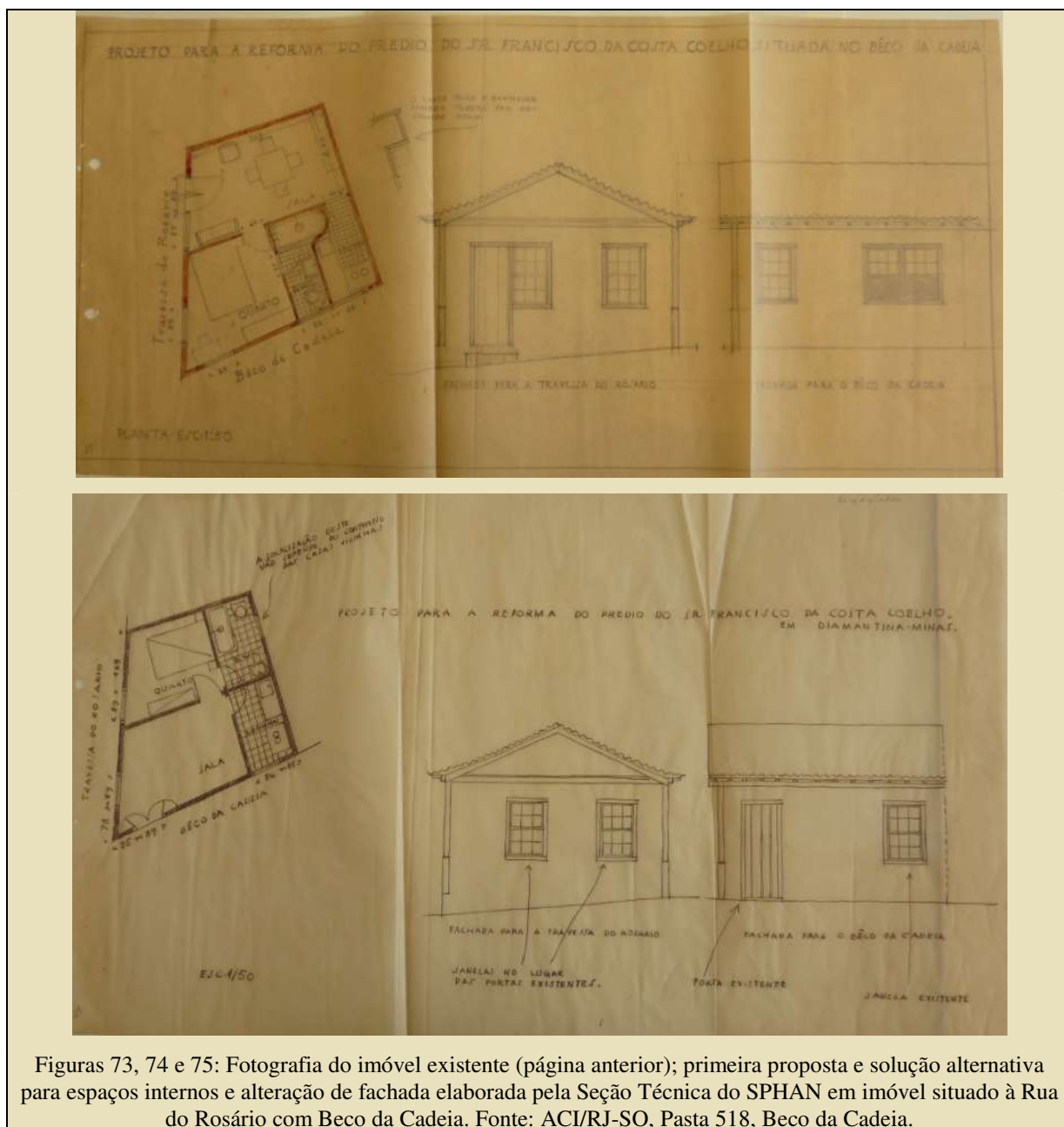
O Dr. Epaminondas informa, porém, que poderá ser feita uma abertura na parede dos fundos, e assim sendo o banheiro poderá ser localizado na parte interna da casa como deseja o proprietário. Apenas, como na planta do prédio que recebemos não está marcado o contorno das construções vizinhas, não podemos fazer a localização do vão do banheiro e deixamos que seja feita de acordo com o que se verificar no local.

Juntamos em anexo o novo projeto para a reforma. Na fachada para a Rua do Rosário bastará transformar as duas portas existentes em janelas. Não é possível, porém, localizar entre essas duas janelas a porta de entrada pois o aspecto dessa fachada não ficaria bom. No entanto poderá ser aproveitada para entrada a porta existente na fachada do Beco da Cadeia; e a janela existente nessa fachada servirá para a cozinha, não sendo necessária a abertura de qualquer outro vão.

Pela S. Técnica

José S. Reis 20/10/941 (REIS, José de Souza. Bilhete intitulado *Obras particulares em Diamantina*. ACI/RJ-SO, Pasta 518, Beco da Cadeia).





Figuras 73, 74 e 75: Fotografia do imóvel existente (página anterior); primeira proposta e solução alternativa para espaços internos e alteração de fachada elaborada pela Seção Técnica do SPHAN em imóvel situado à Rua do Rosário com Beco da Cadeia. Fonte: ACI/RJ-SO, Pasta 518, Beco da Cadeia.

Em 1943, a prefeitura municipal de Diamantina e o SPHAN assinaram um termo estabelecendo um conjunto de diretrizes para execução de obras públicas e particulares na cidade<sup>38</sup>. A partir de então, os pedidos já iriam se apresentar em folha padrão do 3º Distrito,

<sup>38</sup> “[...]Art.1º – As obras, serviços e demolições a serem executados na cidade de Diamantina, em prédios de propriedade particular, deverão, inicialmente, na forma da legislação vigente, ser requeridos à Prefeitura, que encaminhará o requerimento ao S.P.H.A.N., para o necessário exame e parecer.

§ 1º – Será instruído com três vias de projeto o requerimento para construção, reconstrução, ou reparos que impliquem em qualquer modificação essencial do prédio, destinando-se a primeira delas ao peticionário, a segunda á Prefeitura, e a terceira ao S.P.H.A.N.

§ 2º – Dos requerimentos serão fornecidos extratos ao Sr. Representante do S.P.H.A.N., em Diamantina.

§ 3º – Os projetos que contrariem o Regulamento Geral de Construções no Município de Diamantina, só serão encaminhados ao S.P.H.A.N. em casos especiais, a critério do Prefeito.

com cabeçalho informando a cidade, o requerente e o local do imóvel, com espaço superior reservado para a petição e fotografia, e campo abaixo, destinado ao despacho propriamente dito. Esta padronização também foi, provavelmente, resultado do aumento do número de requerimentos, fazendo surgir a necessidade de se estabelecer uma sistemática em parte dos procedimentos do representante local, no encaminhamento dos processos junto à prefeitura e às demais instâncias do SPHAN. À prefeitura competia autorizar, sem análise por parte do Serviço, as obras de:

- 1) Renovação de pinturas externas, desde que se trate de caiação das paredes em cor branca ou reproduzindo a cor primitiva.
- 2) Renovação de pinturas externas a óleo, desde que se trate dos elementos de madeira, tais como balcões, cunhais, cimalthas, beirais e esquadrias e que sejam reproduzidas as cores existentes ou as primitivas.
- 3) Execução de pintura na parte interna dos prédios.
- 4) Reparos e consertos de qualquer natureza nos prédios, uma vez que sejam conservados o mais possível os elementos aproveitáveis dos mesmos e quando isso se tornar impraticável, sejam utilizados para substituí-los materiais idênticos ou equivalentes aos danificados, reproduzindo-lhes exatamente a forma e as dimensões.

As obras mencionadas acima ficam sujeitas à orientação técnica e à fiscalização permanente do Spahan, que poderá solicitar da Prefeitura embargá-las imediata e sumariamente, caso verifique que se realizam em desacordo com as normas estabelecidas nas alíneas 1. 2 e 4, ou com prejuízo do aspeto [sic] tradicional dos prédios (Quadro A do art. 3 da resolução de 23 de fevereiro de 1943, tomada pelo Prefeito Municipal de Diamantina e pelo Diretor do SPHAN. “Obras em prédios de propriedade particular”. ACI/RJ-SO, Pasta n.480, Cx. 105, M. 038).

Conforme explicado pelo diretor ao prefeito municipal, dos requerimentos encaminhados ao SPHAN, os casos mais simples eram deliberados diretamente por João Brandão Costa, e, geralmente, autorizavam repintura das fachadas a cal, pequenos reparos internos, tais como reforma nos pisos e forros, mudanças de caibros e outras peças do

§ 4º – Os requerimentos não serão deferidos em desacordo com o parecer do S.P.H.A.N.

§ 5º – A Prefeitura terá um arquivo independente para os processos de obras e serviços a ela requeridos.

Art. 2 – O S.P.H.A.N. dará parecer, em duas vias, sobre os projetos que lhe forem encaminhados, destinando-se uma delas à Prefeitura, e a outra ao representante do S.P.H.A.N., em Diamantina.

§ Único – A requerimento de quem tenha legítimo interesse, poderá ser fornecida certidão dos pareceres emitidos pelo S.P.H.A.N.

Art. 3 – As obras constantes do quadro A, anexo, serão executadas de acordo com a orientação do S.P.H.A.N., independentemente, porém, de remessa de processo, salvo caso excepcional.

Art. 4 – Ao que iniciar obra ou serviço, sem o alvará de licença municipal, serão aplicadas as penas de multa, embargo ou demolição, além das sanções estabelecidas no Decreto-lei n. 25, de 25/11/1937, e no Código Penal.

Art. 5 – Nas obras públicas serão observados os princípios tendentes a preservar o aspeto urbanístico e arquitetônico da cidade, com previa audiência do S.P.H.A.N.

Art. 6 – A Prefeitura Municipal de Diamantina e o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional elaborarão o plano de urbanismo de Diamantina, em mutuo entendimento.

Art. 7 – A presente resolução será registrada no S.P.H.A.N. e na Prefeitura Municipal de Diamantina, publicada na “Estrela Polar” e na “Voz de Diamantina”, entrando em vigor nesta data.

Diamantina, 23 de Fevereiro de 1943

[assinam] Luiz Kubitscheck de Figueiredo. Prefeito Municipal de Diamantina

Rodrigo M. F. de Andrade. Diretor do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional” (Ofício da Prefeitura Municipal de Diamantina, de 23/02/1943. ACI/RJ-SO, Pasta 481. Cx.106).



madeiramento dos telhados sem modificação de seu desenho, entre outras situações que não configuravam alterações formais na edificação existente. A Sylvio de Vasconcellos cabia decidir sobre a construção de novos cômodos ou anexos, alterações de fachadas – tais como mudanças de vãos, acréscimos de varandas, abertura de portões de garagem – e entre uma série de infindáveis exemplos que poderiam ser listados. À diretoria central, na figura de seu diretor, cabiam as decisões de maior impacto na paisagem, tais como a elevação de novos pavimentos às edificações existentes, demolições e reconstruções, bem como questões mais complexas cuja solução não havia ainda sido encontrada, tanto em nível local, quanto regional.



Figuras 76 e 77: Despachos expedidos, respectivamente da esq. para a dir., por João B. Costa e Sylvio de Vasconcellos. Fonte: ACI/RJ-SO, Pasta 520, Rua Campos Carvalho [fig. 76]; Pasta 539, Pça. Correa Rabelo [fig. 77].

Em primeiro lugar, nota-se que a multiplicidade de casos torna impossível distinguir com precisão uma linearidade de conceitos ou um gradual estabelecimento de regras em cada uma das décadas. A complexidade e a urgência que o cotidiano de uma cidade tombada impunha fizeram com que se confundissem, por vezes, até mesmo as atribuições de cada um dos colaboradores – atividades hierarquicamente descritas com tanto rigor pelo diretor, em

documento de meados da década de 1940, já analisado anteriormente. Assim sendo, encontramos João Brandão opinando favoravelmente sobre a instalação de portas de aço na fachada frontal de imóvel à Rua Campos de Carvalho – autorização, aliás, confirmada pela diretoria em dezembro de 1942<sup>39</sup>. Em outro momento, RMFA se reporta a Sylvio de Vasconcellos indagando sobre despachos já autorizados por Brandão Costa em Diamantina, e cujas determinações parecem ir muito além de “*pequenos reparos*” que não implicariam em “*alteração maior do estado atual daquelas edificações*”:

Prezado Dr. Silvio:

Acusando recebimento das folhas com despachos exarados pelo Dr. João B. Costa em 8 requerimentos relativos a obras de iniciativa particular em Diamantina, folhas essas que vieram acompanhadas de fotografias elucidativas, venho lembrar-lhe a conveniência de solicitar esclarecimentos ao nosso amigo encarregado do serviço naquela cidade sobre o seguinte:

1º) – *se foi retirada uma platibanda* na casa do Snr. [J. R. de M.], à rua do Amparo, *porque não se removeram também os ornatos grotescos* existentes na parte inferior da fachada da casa aludida e que aparecem na respectiva fotografia? Serão de cimento e novos os degraus de acesso a porta da mesma casa?

2º) – *não teria sido possível*, quando foram autorizadas as obras requeridas na casa do Snr. [H. D.], a rua Teófilo Otoni, *obter que o proprietário substituísse as vidraças impróprias das janelas da fachada principal por vidraças de guilhotina?*

Na expectativa de suas informações ulteriores sobre os assuntos, abraça-o o

Rodrigo M. F. de Andrade (ANDRADE, Rodrigo M. F. de. C. 162 em 18/03/1948. ACI/RJ-SO, Pasta 521. Rua da Caridade).

Mesmo não tendo sido possível identificar os referidos requerimentos de João Brandão Costa na documentação coletada junto ao acervo da instituição, vale a pena nos determos sobre os conceitos que transparecem no texto acima. Do primeiro ponto em que solicita esclarecimento, Rodrigo M. F. de Andrade faz menção a obras realizadas em uma residência onde se verifica a retirada da platibanda. Mesmo não deixando explícitos os motivos dessa intervenção, a expressão que utiliza em seguida deixa flagrante a intenção que revestia os despachos exarados pelo SPHAN: afinal, remover os “*ornatos grotescos*”<sup>40</sup> significava o mesmo que valorizar a “*tradição*” no entendimento da direção do órgão, procedimento realizado através do “*resgate*” e da “*restauração*” da arquitetura tradicional. Desse modo, o descarte de um exemplar considerado formalmente “*incompatível*” com o conjunto tombado e de todo e qualquer elemento que o caracterizasse, como as platibandas e os ornatos das fachadas ecléticas – e seu retorno a uma suposta e, portanto, mais “*autêntica*” – feição “*original*”, com beiral, encontraria como justificativa esta questão central. No segundo ponto do questionamento de RMFA, comparece o tema da substituição das “*vidraças impróprias*”<sup>41</sup>

<sup>39</sup> O ofício recebe resposta favorável de Alcides da Rocha Miranda, corroborada pelo diretor, Rodrigo M. F. de Andrade, em 29/12/1942. ACI/RJ-SO, Pasta n.519, Rua Campos de Carvalho.

<sup>40</sup> Qualquer semelhança com Alceu Amoroso Lima e seus “*arabescos doentios*” não é mera coincidência.

<sup>41</sup> Lúvia D’Assumpção Romanelli esclarece que Diamantina apresentava, até a década de 1940, “*grande*



– matéria que seria objeto de vários despachos, adotando-se como padrão o modelo das janelas em guilhotina –, também uma derivação deste mesmo fundamento.



Figuras 78, 79 e 80: Na foto maior, casa à Rua do Bonfim onde o despacho expedido por Sylvio de Vasconcellos, em 17/12/1946, autorizava a elevação do telhado até a altura da cobertura vizinha – reforma ainda não realizada em outubro do ano seguinte, conforme registro fotográfico de Assis Horta. Acima, desenho da fachada encaminhada com pedido para instalação de portas em aço em edificação comercial e fotografia evidenciando a sua execução. Fonte: ACI/RJ-SO, Pasta n.519, Rua Campos de Carvalho

*quantidade de imóveis com janelas em duas folhas envidraçadas abrindo para o exterior, as chamadas vidraças impróprias. Dessa década em diante, à medida que o Patrimônio ampliava sua ação na cidade, esse tipo de janela vai desaparecendo para dar lugar às janelas de guilhotina” (D’ ASSUMPÇÃO, 1995, p.156).*

Apesar da tônica do SPHAN se concentrar na preservação do aspecto tradicional da cidade – “*documentação viva de sua formação*” e da conservação de cada uma de suas partes –, o órgão autorizaria reformas de impacto negativo na paisagem, como a elevação paulatina dos telhados das casas térreas [ver fig. 78] e a instalação de portas de aço em casas comerciais [figs. 79 e 80]. O percurso para uma prática coerente e menos empírica seria longo e tortuoso. A própria Casa do Contrato – tema do artigo de Alceu Amoroso Lima – foi objeto de “*obras [...] consistentes em retiradas de barrados, pinturas a óleo e marcação na argamassa, restauração da beirada e caiação geral*”, conforme informação enviada por Sylvio de Vasconcellos à diretoria (VASCONCELLOS, Sylvio de. Ofício 184-51, em 03/10/1951. ACI/RJ-SO, Pasta 534. Rua do Contrato), sem que, nesta intervenção, se recuperassem as “*sacadas salientes*” da fachada original, removidas na mesma ocasião da instalação da platibanda.

Enfim, o que vai se revelando é o fio condutor de uma trama cuja base conceitual não tem origem na noção de autenticidade dos bens restaurados, mas, sim, na aplicação de um “modelo formal” recriado a partir do vocabulário extraído dos exemplares arquitetônicos ditos “coloniais”. Isto explica o motivo de despachos proferidos em edificações possivelmente executadas no século 20, recebendo recomendações para “*pintura a cal [...] de preferência branca e uniforme, sem barrado*” (Despacho de João Brandão Costa, em 03/07/1953. ACI/RJ-SO, Pasta n.561. Rua São Francisco). A verificação de que se tratava de imóveis onde originalmente nunca havia sido utilizada a cal como solução de pintura é confirmada em correspondência, enviada pelo prefeito municipal de Diamantina, ao diretor do SPHAN em 26 de novembro de 1942, ao ser questionado por aprovar o uso de pintura a óleo<sup>42</sup> em uma determinada fachada:

[...] 2- a casa do Sr. [C. D. P.], construída em 1925, com a aprovação desta Prefeitura, foi oleada, afim de ter protegida sua fachada, e, periodicamente, vem tendo reformado o oleado;  
 3- tratando-se de proteção de imóvel, o próprio SPHAN tem usado o óleo em paredes de taboas, em reconstrução de prédio antigo, nesta cidade;  
 4- assim, julgo que o Sr. [C. D. P.] seria prejudicado, em sua propriedade, se obrigado a cair sua casa, e sou de parecer que determine o SPHAN a conserva [sic] das pinturas existentes.  
 [...] (FIGUEIREDO, Luiz Kubitschek de. Carta ao diretor do SPHAN, em 26/11/1942. ACI/RJ-SO, Pasta n.561. Rua São Francisco).

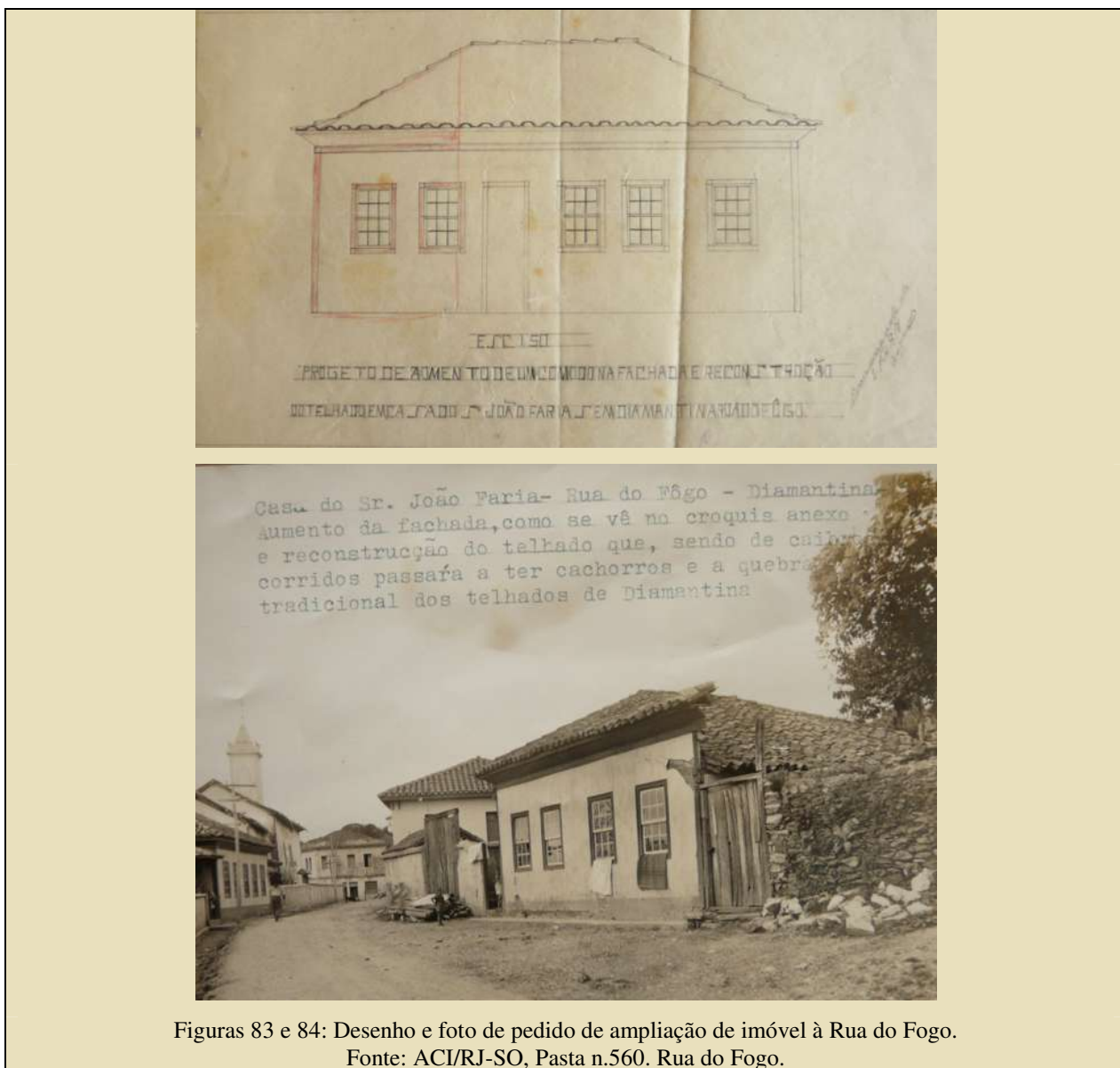
<sup>42</sup> O fato gera desentendimentos até mesmo dentro das instâncias internas ao órgão de preservação, conforme atesta o ofício de João Brandão a Sylvio de Vasconcellos, em junho de 1951: “[...] quanto á concessão feita ao Sr. [V. R. C.], e sobre a mesma tenho a informar que a concessão de óleo fosco foi feita por se tratar de casa já oleiada, de acordo com instruções da própria Diretoria Geral, que abriu exceção de óleo branco fosco para as casas que já tivessem suas paredes pintadas a óleo.” (COSTA, João Brandão. Ofício 56-51 a Sylvio de Vasconcellos, em 18/06/1951. ACI/RJ-SO, Pasta n.539. Praça Correa Rabelo).



Figuras 81 e 82: Residência com varanda lateral que recebe parecer para aplicação de pintura a base de cal, no despacho de João Brandão Costa em 3/07/1953 (pág. anterior); e casa no Beco dos Coqueiros que sofreu reexecução de trecho de parede e retirada do barrado inferior. Notar, neste, as chamadas “*janelas impróprias*” com folhas de abrir.

Fonte: ACI/RJ-SO, Pasta 561. Rua São Francisco [fig. 81] e Pasta 538, Beco dos Coqueiros [fig. 82].

E o SPHAN prosseguia em seu intuito de proporcionar “melhorias” ao conjunto urbano tombado, deixando-o mais próximo ao “modelo formal” eleito “patrimônio nacional”. Em um caso de pedido para ampliação de uma residência à Rua do Fogo<sup>43</sup>, adotou-se como referência a própria edificação, rebatendo-se os vãos e estendendo-se a linha da cumeeira para o lado que se pretendia aumentar (*ver fig. 83*). No entanto, a solução encaminhada pelo proprietário tratou de ser “aprimorada” pelo SPHAN, pois, na reconstrução, o telhado de caibro corrido passaria “a ter cachorros e a quebra tradicional dos telhados de Diamantina” conforme informado pela fotografia que acompanhava o processo (*ver fig. 84*).



<sup>43</sup> Encaminhado em 6 de junho de 1946 por João Brandão Costa, ao diretor, Rodrigo Melo Franco de Andrade, com a seguinte explicação: [...] *Ele [o proprietário] quer aumentar a fachada principal ou melhor toda a casa, como se vê no croquis anexo e remodelar todo o telhado que, sendo de caibro corrido, passará a ter cachorros e a quebra tradicional dos telhados da cidade. Atenciosas saudações. João Brandão Costa*” (COSTA, João B. Ofício 148 ao diretor, RMFA, em 06/06/1946. ACI/RJ-SO, Pasta n.560. Rua do Fogo).

A partir da década de 1960 a intenção de “corrigir” o “*caráter do conjunto tombado*” é explicitada em documentos – informações e ofícios – expedidos pela diretoria central. Em 1966, Augusto da Silva Telles<sup>44</sup> propõe que se aproveite a oportunidade das solicitações dos proprietários para “*ir-se tentando um melhor ajuste de imóveis*”, e explica:

*Julgo que haveria a maior conveniência de aproveitar-se estas solicitações de obras, para ir-se tentando um melhor ajuste de imóveis como o em causa, com o caráter de conjunto tombado. O proprietário solicitou reconstrução do telhado e o beiral apresenta os cachorros inclinados, sem contrafeito. Creio que não pode autorização como esta, ser dada sem uma exigência de correção. Sem falar nos vários detalhes; guarnições dos vãos de massa, folhas de esquadrias modernas, portão de grade de ferro, idem, o que talvez não pudesse ser exigido, quando se solicitava apenas pintura (TELLES, Augusto da Silva. Informação n.177 ao diretor, RMFA, em 26/05/1966. ACI/RJ-SO, Pasta n.560. Rua do Fogo, grifos nossos).*

Poucos dias depois, Renato Soeiro, então diretor substituto do SPHAN, reitera o enunciado por Silva Telles, indicando para outro caso, de imóvel à Praça Dom Joaquim, que se aproveitasse a oportunidade para:

*... tentar ou mesmo exigir, em benefício do precioso conjunto tombado de Diamantina, a volta de elementos tradicionais de suas edificações que, serviços anteriores mal orientados alijaram e em seu lugar introduziram outros, estranhos àquele conjunto. Seria o caso de substituir-se as telhas francesas da casa em apreço por outras coloniais, retificando o respetivo [sic] telhado a ser refeito com contrafeito e compondo-se a varanda, mesmo que para atingir-se a esse objetivo, tivéssemos que auxiliar o seu proprietário.*

Peço-lhe examinar as ponderações e verificar se ainda existe possibilidade para o seu atendimento. Antecipados agradecimentos

Renato Soeiro. Diretor Substituto (SOEIRO, Renato. Ofício 876 a João Brandão Costa, em 6/06/1966. AET-I/Diamantina/MG. 1949 a 1972: Correspondência Recebida e Expedida. Grifo nosso).

Em 1967, outro documento comprova que o SPHAN ainda direciona seus esforços na tentativa de “*melhoria [...] do aspecto externo*” das edificações, e, portanto, do que julgava ser o “*aprimoramento*” da ambiência do conjunto urbano tombado como um todo<sup>45</sup>. Como se,

<sup>44</sup> Este parece ter sido o tom dos pareceres de Augusto da Silva Telles, como atesta a seguinte informação n.39, de 14 de fevereiro de 1966, ao então diretor da DCR, Renato Soeiro: “*Assunto: Casa à Rua Rio Grande, 27 [...] É uma edificação nova, que não consta aprovada anteriormente, por esta Diretoria. É absolutamente necessário, que, em casos como este, o Senhor representante não autorize, de pronto, obra de pintura ou de conservação, sem ao mesmo tempo, acertar e conseguir melhorias para o aspecto geral da edificação. As esquadrias, a cobertura lateral, com combogós e o beiral, são inaceitáveis em uma cidade como Diamantina. Urge aproveitar-se de ocasião como esta, para tentar ajustar as edificações deterioradas, ao espírito do conjunto urbano preservado. Rio de Janeiro, 14 de fevereiro de 1966*

*Augusto da S. Telles*

*De acordo. Julgo indispensável entendimento direto com o representante em Diamantina, a fim de ajustar-se em definitivo, a orientação com referência à aprovação de projetos e pedidos de obras naquela cidade.*

*Em 14.2.66 Renato Soeiro. Diretor da DCR (Informação n.39, em 14/02/1966. AET-I/Diamantina/MG. 1949 a 1972: Correspondência Recebida e Expedida).*

<sup>45</sup> Tendo em vista que, na época, ainda existiam lotes vagos inseridos nos limites da área tombada, os muros também foram objeto de “ajustes” conforme o padrão considerado mais condizente com o conjunto protegido pelo SPHAN: “[...] *conviria em casos semelhantes exigir-se muro na forma mais condizente com o conjunto*



deste modo, Diamantina se ajustasse melhor a um quadro, intitulado “patrimônio nacional”, carregado de matizes nacionalistas, de cujo desenho se encarregava o SPHAN.

Sr. Diretor da DCR:

1. Julgo que em casos como o em questão, *conviria que fosse estudado a hipótese de ser tentada uma melhoria acerto no aspecto externo da edificação*. Mesmo que isto motivasse iniciativa e auxílio financeiro da Repartição, creio que haveria cabimento em ser tentada a recuperação. No caso, as obras mais importantes seriam o ajuste do telhado da varanda que poderia ser transformada em um prolongamento de uma das águas do telhado e nas modificações do guarda-corpo dos avarandados e dos portões do sub-solo.

2. A solução, talvez, seria de, nos casos de obras requeridas em imóveis recuperáveis com certa facilidade, de a Representação local encaminhar o caso para a Chefia do Distrito, para que esta estudasse, em cada caso, da possibilidade de obras, no montante, e das sugestões para negociações com os interessados. Tudo isto, teria de proceder à autorização da licença.

Rio, 20/1/67 Augusto da Silva Telles. Arquiteto

De acordo. Remeter cópia da Informação ao Representante em Diamantina com ofício e bem assim ao chefe do 3º Distrito para a devida ciência.

Rio de Janeiro, em 20 de janeiro de 1967

(a) Renato Soeiro. Diretor da DCR (TELLES, Augusto da Silva. Informação n.3. ao diretor da DCR, Renato Soeiro, em 20/01/1967. AET-I/Diamantina/MG. 1949 a 1972: Correspondência Recebida e Expedida, grifo nosso).

Sob um olhar mais detido, perpassando a documentação, percebe-se que, juntamente com o impedimento da marcha de descaracterizações de grande vulto, houve, pouco a pouco, nas obras de ampliação, nas construções de novos anexos, nas reconstruções e restaurações uma gradual modificação da arquitetura existente na cidade, ao que tudo indica, sem que se fizesse o registro integral de toda a sua diversidade formal, da riqueza de seus detalhes construtivos e das técnicas tradicionais adotadas em cada um dos exemplares do conjunto tombado. Os únicos documentos textuais encontrados que informam sobre levantamentos de técnicas construtivas na cidade de Diamantina, datando de 1948<sup>46</sup>, estão desacompanhados

---

*arquitetônico: superfície lisa, sem colunas, e arremate superior de telha canal ou arredondado.*

*Pela fotografia enviada pode-se notar também a presença de outro muro, pré-fabricado, com colunas e placas de concreto armado, que, solicito a V.S., combater, sistematicamente.*

*Atenciosas saudações. Antonio Augusto Velloso. Chefe Substituto do 3º Distrito da DPHAN” (VELLOSO, Antonio A. Ofício 184 a João Brandão Costa, em 6/07/1966. AET-I/Diamantina/MG. 1949 a 1972: Correspondência Recebida e Expedida).*

<sup>46</sup> Encontramos três ofícios de Sylvio de Vasconcellos. No primeiro, pede a João Brandão Costa “...lembrar ao Dagmar o levantamento das casas de taipa”, que foram por ele fotografadas (VASCONCELLOS, Sylvio de. Of. 87-48. CDI/13ªSR-IPHAN/MG. Arquivo Permanente. Série 1. Cidade Diamantina, Monumento: Conjunto Tombado 2). Em seguida, informa a João Brandão: “[...] Recebi os levantamentos do sr. Dagmar de duas casas de taipa, que muito agradeço e que estão muito bem feitas. Gostaria apenas que me fossem indicadas nas plantas quais as fachadas de taipa de pilão e qual o sistema das outras (pau-a-pique, adobe, etc.). Fico também aguardando a remessa dos outros levantamentos. [...]” (VASCONCELLOS, Sylvio de. Of. 107-48. CDI/13ªSR-IPHAN/MG. Arquivo Permanente. Série 1. Cidade Diamantina, Monumento: Conjunto Tombado 2). E, por fim, em um bilhete, sem assinatura, diz o seguinte: “Barreto: Envio-lhe hoje fotografias de Diamantina que lhe podem interessar: 2 exemplares de taipa de pilão (um em muro de N.S. Carmo, outro em muro no Burgalhau) e parte interna do salão nobre da casa de câmara e cadeia, com sobre porta interessante. No muro do Burgalhau vê-se bem nitidamente as faixas sobrepostas. Em Diamantina há várias casas de taipa que estou levantando. Todas em formigão que é o elemento geral de superfície na região. Não é seixo rolado juntado à argila e sim o próprio elemento encontrado no local (cascalho miúdo – piruruca, como é chamado em Diamantina). Abraço do”

dos respectivos desenhos – o que impossibilita a verificação da extensão de tais investigações. Sylvio de Vasconcellos coordenou esta primeira iniciativa de documentação dos sistemas construtivos empregados na região, porém é perceptível a ausência de debates aprofundados acerca das técnicas construtivas a serem utilizadas nas reconstruções e restaurações, ao examinarmos os diversos pareceres, ao longo do período estudado<sup>47</sup>.



Figuras 85, 86 e 87: Restaurações empreendidas em imóveis particulares, em Diamantina. Acima, à direita, fachada frontal reexecutada em tijolo, na antiga casa do Padre Rolim. Fonte: ACI/RJ-SO, Pastas: 567, Rua Francisco Sá [fig. 85, à esq.]; 547, Rua Direita [fig. 86]; 516, Rua Burgalhau [fig. 87].

<sup>47</sup> Da extensa documentação consultada, destacamos uma única referência mais explícita à técnica construtiva a ser adotada durante uma intervenção – no caso em questão, nas obras em prol da casa pertencente ao padre Rolim, à Rua Direita, em 1944: “[...] Julga a Seção Técnica deste Serviço que já grande conveniência de se adotar, na restauração de edifícios antigos, a mesma técnica empregada na respectiva construção. Parece, portanto, à mencionada Seção que, em relação à Casa do Padre Rolim, será muito preferível reconstruírem-se as paredes de pau-a-pique de que refazê-las com tijolos.

À vista do exposto, peço-lhe o favor de consultar o José Lopes se não será mais prático e satisfatório proceder de acordo com o alvitre da Seção Técnica a providenciar para a encomenda de tijolos.

Caso ele julgue que haveria dificuldade de se conseguir dos operários a execução da obra naquelas condições, cuidar-se-á então de mandar buscar os tijolos em Belo Horizonte [...]” (ANDRADE, Rodrigo M. F. de. C. 97 a João B. Costa, em 15/02/1944. ACI/RJ-SO. Pasta n.547. Rua Direita). A sequência de imagens mostra que as paredes reconstruídas foram executadas em alvenaria de tijolos.

Além disso, poderiam existir bens com características arquitetônicas de interesse, porém fora da área delimitada pelo perímetro de tombamento e que, a partir de 1949, ficariam sob fiscalização exclusiva da prefeitura, correndo o risco de desaparecimento sem que houvessem sido suficientemente documentadas e estudadas<sup>48</sup>.

Ainda que ao SPHAN não caiba a responsabilidade por ter iniciado o processo de substituição das técnicas tradicionais – que já acontecia em Diamantina, como em outras localidades –; como se observou, o órgão federal de preservação não conseguiu conter o seu decurso, realizando, em muitos casos, reconstruções com substituição de materiais, soluções e técnicas construtivas. Durante determinado período, observamos nos boletins de obra a utilização de sistemas construtivos tradicionais, tais como o pau-a-pique e o adobe<sup>49</sup>, nas intervenções realizadas pela equipe de obras do SPHAN, na cidade, em função da própria prática dos antigos mestres de obra, como José Lopes Figueiredo<sup>50</sup> e Dagmar da Silva.

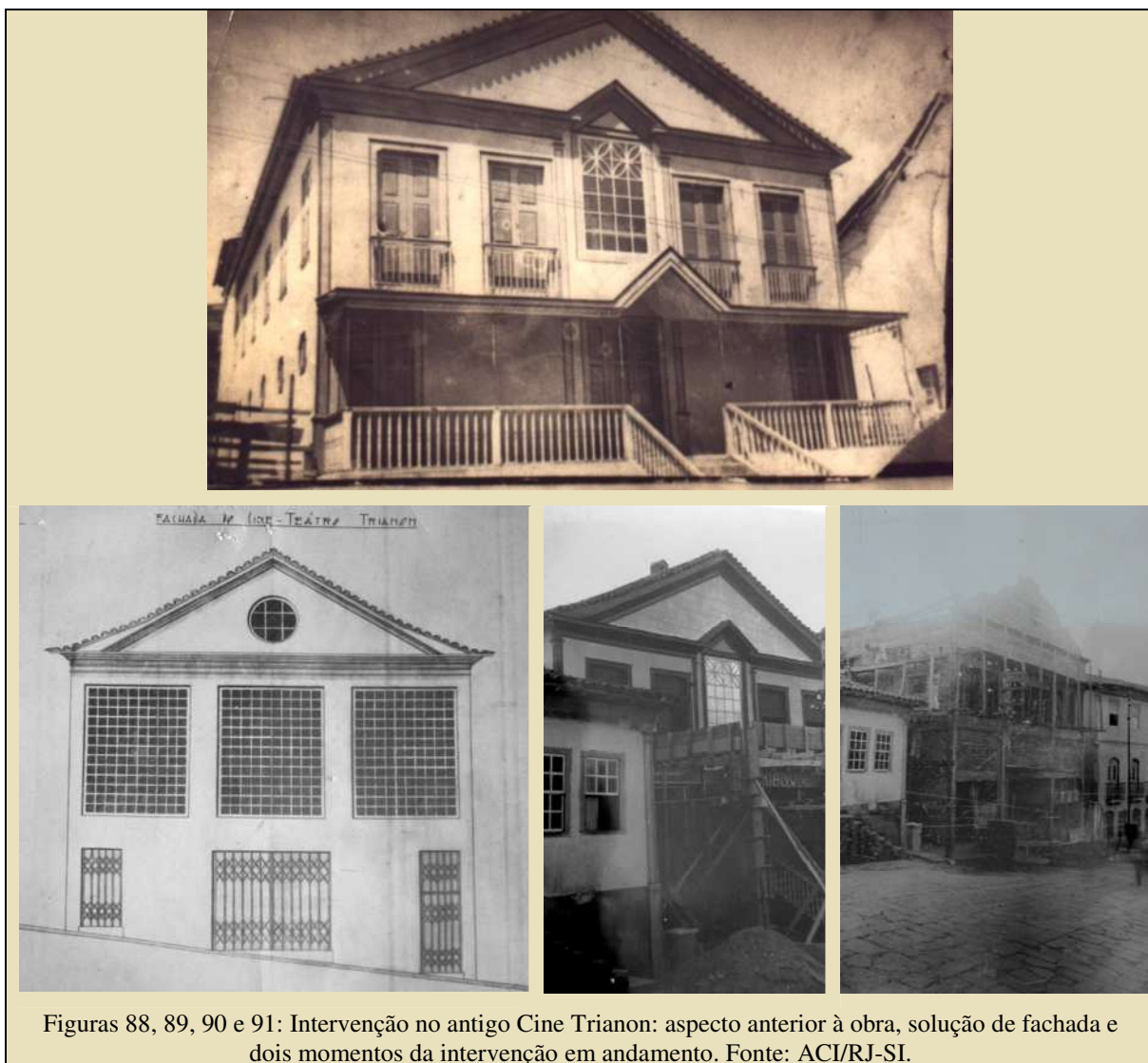
<sup>48</sup> “[...] Tendo sido delimitada a área tombada da cidade, penso não haver necessidade de sermos ouvidos em requerimentos destinados a obras fora desta área, que ficam assim a critério exclusivo da Prefeitura local. Somente um caso ou outro, pela proximidade da área tombada, será conveniente fiscalizar-se [sic] as construções mais importantes e capazes de perturbar o conjunto sob a proteção da Repartição de acordo com as leis em vigor. [...] (VASCONCELLOS, Sylvio de. Of.100-49 a João B. Costa, em 12/11/1949. CDI/13ªSR-IPHAN/MG. Arquivo Permanente. Série 1. Cidade Diamantina, Monumento: Conjunto Tombado 2).

<sup>49</sup> É possível comprovar a afirmação através da leitura dos boletins mensais de obra, como por exemplo, da Igreja da Luz, de setembro de 1951, onde se constata entre os serviços executados o “preparo e assentamento de 2 dúzias de pau-a-pique; enchimento de dois quadros de 1m,80 x 1m,50; assentamento de 12 dúzias de varas na extensão de 1m,60 x 2m,40; enchimento de dois quadros de 1m,80 x 1m,30; pregação de duas dúzias de varas na extensão de 1m,80 x 1m,30 e enchimento de um quadro de 1m,80 x 1m,30; assentamento de um baldrame de arueira com 2m,70 x 0,20 x 0,20; preparo e assentamento de um baldrame de peroba de 1,50 x 0,20 x 0,20; pregação de três dúzias de varas; enchimento de quatro quadros de barro”. Em outro boletim, de obra em casa à Rua da Caridade, sob a responsabilidade do mestre José Lopes, foram realizados os serviços de “escoramento e colocação de um pé de esteio em cimento ciclópico. Escoramento de um esteio de 2.20 x 0,30 x 0,20. Fatura de parede de Adobe de 10m2. Aparelho de pé de esteio e colocação do mesmo. [...] Fatura de 24m2 de parede de tijolos [...]”. Boletim Mensal, Igreja N. S. da Luz. Mês setembro 1951. 45ª semana. 25/09/51 a 30/09/51 e Boletim Mensal, Casa da Rua da Caridade, 199, Mês julho 1956. Semana 16 a 22 de julho de 1956. IPHAN/Escritório Técnico I, Diamantina/MG.

<sup>50</sup> Sobre este, a arquiteta Lívia D’Assumpção Romanelli resgata algumas informações: “[...] A Terezinha Lopes – irmã do Paulo Lopes. Ela era funcionária do Iphan-MG, Belo Horizonte. Ela formou-se em Direito e ela era secretária já, mas ela entrou no Iphan lá em Diamantina [...]. Quando eu entrei no Patrimônio eu conheci a Terezinha, mas ela já estava estudando Direito e acabou tornando-se uma, a nossa assessora jurídica porque volta e meia a gente estava precisando, né? Mas ela acumulou uma função administrativa. [...] Então como ela era de Diamantina, muita coisa ela me contava. Porque o pai dela trabalhou no Patrimônio. O pai dela era um mestre de obras excelente que é o José Lopes. E nem sei se ele está vivo. Ele era uma pessoa muito curiosa que ele fabricava violões, violas... Um cara de muita habilidade, muito artista até. [...] Mas ele era assim, eu conversava, ele, você imagina, arquiteta recém formada, a gente nunca estudou nada de patrimônio, ia conversar com o sr. José Lopes, ele que me mostrava as coisas. Ele que me mostrava, olha, essa madeira não está boa. Então por isso que eu falo, eu aprendi demais com esse pessoal, direto na obra. Eu gostava demais de trabalhar com ele, porque ele não se importava. Ele gostava, e eu sentia necessidade, ‘como é que faz? E esse encaixe? E isso aqui?’ Então ele me chamava a atenção para o detalhe, que você nem estava atentando muito na hora, ‘aquela sacada ali, está muito grosseiro aquele acabamento’... Aí, você via como... E ele era seresteiro também, ele fabricava os violões e tocava. E era ótimo, ele fazia parte daqueles grupos de seresta antigos e tal. E a Terezinha me contava muita coisa da família, da cidade, dos usos, das coisas, como é que era. Como não era e não sei o que. Então muita coisa eu acabei me familiarizando, com muitas coisas, muita gente, e acabei indo muito à Diamantina e ficando por conta do estudo e acabei sabendo de ouvido. Depois eu raramente encontrava com eles”. Depoimento à autora em 29/10/2009.



As fotografias da época, porém, revelam o uso frequente de tijolos cerâmicos na reexecução dos planos externos e, eventualmente, de estruturas em concreto armado, como no caso da remodelação do cinema local<sup>51</sup>, em 1941. Aliás, questionado sobre o emprego do concreto nesta obra, o SPHAN responde que “*se [...] concordou em que se empregasse concreto armado na obra do cinema e, em relação a outras obras, na mesma cidade, exige que sejam mantidas as estruturas de madeira e ‘até mesmo a pintura de outras casas velhas’*” foi por se tratar, do referido edifício, de um “*chalet construído em mil novecentos e treze*” e que, portanto, poderia ser reformado “*para o fim que se desejava sem prejuízo para o conjunto arquitetônico de Diamantina, desde que se adotasse determinada orientação na reforma*” (ANDRADE, Rodrigo M. F. de. 3º Termo de declaração, em 10/08/1942. ACI/RJ-SO, Pasta 480/Cx. 105/M. 038).



Figuras 88, 89, 90 e 91: Intervenção no antigo Cine Trianon: aspecto anterior à obra, solução de fachada e dois momentos da intervenção em andamento. Fonte: ACI/RJ-SI.

No entanto, mais do que o emprego de um material estrutural moderno, o que impressiona na reforma do antigo Cine Trianon, localizado à Rua Direita, foi a radical transformação da fachada frontal. Conforme já citado pelo diretor, a construção do edifício datava de 1913, tendo, em sua configuração original, uma espécie de alpendre alcançado por uma escada com guarda-corpos em balaústres de madeira, e motivos triangulares que se repetiam, tanto na cobertura do alpendre, quanto na parte superior do edifício, que conformava uma espécie de frontão com frisos em madeira. Para o antigo “*chalet*” foi projetada uma ampliação através da transposição da fachada alguns metros à frente, de modo que a construção, anteriormente recuada em relação ao alinhamento das edificações contíguas, ficasse alinhada com as demais. Nesta reforma foi mantida a solução da cobertura em duas águas, repetindo-se, parcialmente, os elementos do “frontão”; porém, foi eliminado o alpendre e, redesenhadas as esquadrias – surpreendentemente substituídas por modelos retangulares em ferro, de proporções bastante diversas das originalmente encontradas, conforme atestam os desenhos encontrados no Arquivo Central do IPHAN/RJ [ver *figs. 88 a 91*].

Ainda que pairam dúvidas acerca das intenções (ou das pressões) que levaram à realização desta excêntrica e incômoda solução de fachada, efetivamente executada – com pequenas alterações – em plena Rua Direita; chama a atenção o fato de ter sido eliminada uma fachada real – “*expressão de seu próprio tempo*” – para que se inserisse, em seu lugar, uma nova que não representa nem um bem projetado exemplar de arquitetura moderna – aquilo a que o diretor se referia quando dizia “*expressão de seu próprio tempo*” –, nem bom exemplo de “*reprodução correta*”<sup>52</sup>.

Um outro caso de alteração formal empreendido durante a intervenção realizada pelo SPHAN pode ser visto nas obras de um sobrado, à Rua Direita. Apesar de nenhuma documentação escrita sobre os serviços ter sido localizada, o cotejamento da iconografia resgatada é bastante revelador. Mantido em sua volumetria original, o casarão teve, no entanto, significativa modificação no desenho dos vãos do andar térreo, eliminando-se portas e janelas, e acrescentando-se novas esquadrias, totalmente alinhadas com as do pavimento superior. Esta intervenção evidencia a intenção do SPHAN em “retificar” e “corrigir” o que considerava “descaracterizações” no conjunto tombado.

---

<sup>52</sup> Andrade (1969, p. 180), reproduzido à página 104.



Figuras 92, 93 e 94: Sequência de trechos de imagens do sobrado à Rua Direita: registro de A. Riedel [ca.1868], e em momento anterior à intervenção, e durante a execução dos serviços [acima]. Fonte: ACI/RJ-SI.

Mais do que um componente de origem *violletiana* – impossível de não se notar, na medida em que as imagens atestam o inequívoco desejo de retorno ao suposto “momento original” –, onde o SPHAN assumiu o papel dos construtores da época, podendo, no entanto, fazer com mais exatidão aquilo que teriam feito, ou seja, com esquadrias “passadas a limpo”, retificadas, com seus arcos abatidos perfeitamente alinhados, livres da aparência “*tosca*”<sup>53</sup>

<sup>53</sup> Termo empregado na resposta de Alcides da Rocha Miranda sobre consulta de João Brandão Costa a respeito de exemplar em estado precário de conservação: “[...] Caso se torne tecnicamente impraticável a estabilização da referida casa, poderá ser permitida a sua reconstrução nas seguintes condições: conservando-se a solução de impena [sic] com a sua guarnição de madeira recortada; Utilizando-se as mesmas esquadrias, quando for possível e, em caso contrário, substituindo-as por outras do mesmo tipo e de iguais dimensões; Aproveitando-se os cunhais emoldurados e Mantendo-se os alpendres cobertos pelo prolongamento dos beirais. Para substituir as esquadrias mais toscas existentes convirá adotar-se para as portas e portões o tipo de calha e,

que caracterizava os exemplares remanescentes da arquitetura do século 18. Enfim, reinventou-se a tradição ao melhor estilo modernista.

\*\*\*

Neste balanço da atuação do SPHAN na cidade de Diamantina é importante lembrar que o órgão foi responsável por montar uma equipe local permanente para a realização de obras de conservação e restauração das construções do conjunto tombado. Aos poucos, aos serviços empreendidos em prol dos edifícios religiosos – para as quais se despendiam quantias consideráveis, levando-se em conta as despesas totais anuais da regional<sup>54</sup> –, se somariam as quantias gastas nas ações de caráter emergencial e mesmo nas intervenções integrais sobre os imóveis residenciais, situados dentro dos limites da área tombada, cujos proprietários alegavam não ter condições de arcar com as despesas. Em 1954, por exemplo, um documento indica que de um total de 19 imóveis em obras, 16 são de propriedade particular:

Obras da DPHAN em Diamantina, 1954

Ver documentação fotográfica nas seguintes pastas de casas:

1. Bonfim (largo). Sr. [A. R.];
2. Berens (beco). Sr. [J. de F. A.];
3. Cadeia (rua), 35. Sra. [V. L.];
4. Contrato (rua). Palácio Arquiepiscopal;
5. Doutor Joaquim Felício (rua), 52. Sra. [J. A. dos S.];
6. Doutor Prado (praça), 53. Sr. [A. R. Fº];
7. Espírito Santo (rua), 268. Sra. [A. de S. T.];
8. Gutenberg (rua). Sra. [U. U.];
9. Hospital (largo). Hospital N. Sª. Da Saúde;
10. Progresso (rua), 314. Sr. [S. A. da S.];
11. “ , s/n. Sr. [S. R.];
12. Rosário (rua), 48. Sra. [M. J. L.];
13. “ , 77. Sr. [G. G.];
14. “ , 97. Sr. [A. M.];
15. “ , 109. Sra. [M. J. T.];
16. “ , 113. Sra. [M. E. S.];
17. Samambaia (rua), 57. Sr. [G. A.];
18. Teófilo Otoni (rua). Família [M.];
19. Tiradentes (rua). Casa Paroquial (*Obras da DPHAN em Diamantina*. ACI/RJ-SO. Pasta 482 Cx.106).

---

para as vidraças, o tipo guilhotina. 12 de junho de 1944. A R Miranda (MIRANDA, Alcides da Rocha. ACI/RJ-SO. Pasta n.564. Arraial dos Forros, grifo nosso).

<sup>54</sup> Pode-se tomar como exemplo o demonstrativo financeiro do ano de 1948, onde, de um total de Cr\$558.855,50 gastos para todo o 3º Distrito, somente nas obras da igreja de Nossa Senhora do Carmo, em Diamantina, foi empregada a quantia de Cr\$70.514,90.

D. P. H. A. N.  
3.º DISTRITO

OBRA Igreja N. S. da Luz SEMANA 45a. De 26/9/51 a 30/9/51  
LOCALIDADE Diamantina MEZ de setembro de 1951.

OPERARIOS	FUNÇÃO	DIAS	SALARIO	TOTAL
José Paulo da Cruz	Card.	6	31,70	190,20
José Oliveira	Serv.	6	12,00	72,00
José B. Baptista	Serv.	6	15,00	90,00
Joaquim T. Pereira	Serv.	6	10,00	60,00
Sinval F. Siqueira	Serv.	6	12,00	72,00
Vicente B. de Oliveira	Serv.	5	15,00	75,00
Antonio J. Araujo	Serv.	5	15,00	75,00
				634,20

MATERIAL ADQUIRIDO

MATERIAL ADQUIRIDO	CUSTO
2 maços de pregos 17x21 a Cr./30,00 cada	60,00

MATERIAL USADO

2 maços de pregos 17x21

SERVIÇOS EXECUTADOS

Preparo e assentamento de 2 dúzias de pau a pique; enchimento de dois quadros de 1m,80x1m,50; assentamento de 12 dúzias de varas na extensão de 1m,60x2m,40; enchimento de dois quadros de 1m,80x1m,30; preparação de 2 dúzias de varas na extensão de 1m,80x2m,30 e enchimento de um quadro de 1m,80x1m,30; assentamento de um baldrame de arceira com 2m,70x0,20x0,30; preparo e assentamento de um baldrame de pereba de 1,60x0,20x0,30; preparação de três dúzias de varas; enchimento de quatro quadros de barro.

BOLETIM SEMANAL



Figuras 95, 96 e 97: Boletim de obra na igreja N. S. da Luz, em 1951, e fotografias do acompanhamento dos serviços na igreja do Bonfim, em 1958. Fonte: AET-I/Diamantina/MG. 1940 a 1965. Correspondência Recebida e Expedida I.

Foi grande o esforço em dar continuidade a obras de custo cada vez mais elevado, tendo em vista os poucos recursos de que eram dotados<sup>55</sup>. A ação do SPHAN foi, gradualmente, se tornando mais extensa e os proprietários – mesmo aqueles em condições de custear as obras de conservação e restauração em seus imóveis – passaram a reivindicar o

<sup>55</sup> Em 1953, Sylvio de Vasconcellos explicita a situação do SPHAN, relativamente à questão do montante de recursos disponibilizados pelo governo federal *versus* quantidade de tarefas a realizar: “Com relação aos recursos para as obras do presente exercício, peço vênha para voltar a solicitar o obséquio de instruções a respeito, porquanto já há dois meses nos vimos compelidos a sustar todas as nossas obras em todo o Estado com o subsequente licenciamento de todos os operários. Mantivemos na ativa em pequenas obras apenas os mestres antigos de Ouro Preto e São João, Mariana e alguns serventes para atender àqueles.

Tendo, porém, em vista que apesar destas providências está a esgotar-se o nosso numerário, desejaria informar-me sobre a remessa dos recursos deste ano para manter ou licenciar também, a partir deste mês, os restantes operários ainda existentes.

Peço desculpar a insistência da solicitação destes informes fruto exclusivo da necessidade de prever o andamento dos nossos serviços e do interesse em não deixar em falta auxiliares que dependem exclusivamente de seus ordenados. [...] (VASCONCELLOS, Sylvio de. Ofício 337-53 ao diretor, RMFA, em 05/06/1953. ACI/RJ-SR/SV, Pasta n.280. 1952 a 1953).

auxílio do órgão federal<sup>56</sup>. Em 1949, Sylvio de Vasconcellos solicitou a João Brandão Costa que verificasse a possibilidade de doação de “*algum material aproveitável e retirado das obras nas igrejas de N.S. do Rosário e N.S. do Carmo*” (VASCONCELLOS, Sylvio de. Doc. 176-49 a João B. Costa, em 19/08/1949. AET-I/Diamantina/MG. 1949 a 1972: Correspondência recebida e expedida.) à proprietária de uma casa situada fora da área tombada, e, por isso, não contemplada pelas obras de recuperação realizadas pelo SPHAN.

Apesar de, indubitavelmente, a conduta do SPHAN, ter se direcionado rumo à reprodução da linguagem tradicional, tendo como base não só as concepções racionalistas do grupo modernista que constituía seu corpo técnico, mas também a própria arquitetura existente, reinterpretada, redesenhada, “aprimorada”, mesclando-se, aos seus elementos, as inevitáveis “necessidades contemporâneas” – tais como os acessos de garagem –; por outro, também, ao órgão federal de preservação, coube o papel de resguardar, o núcleo tombado de Diamantina, de descaracterizações impactantes como a construção de edifícios de alto gabarito ou volumetricamente incompatíveis – tais como o grande ginásio coberto construído em Mariana, visto a partir do imponente adro defronte às igrejas de São Francisco de Assis e Nossa Senhora do Carmo, e apenas recentemente demolido.



Figuras 98, 99 e 100: Acima, à esquerda, edifício construído em São João del Rey, ao fundo da foto. No centro, igrejas de São Francisco de Assis e Nossa Senhora do Carmo em Mariana, de cujo entorno se avistava a grande cobertura do ginásio, finalmente demolido (acima, à direita). Fonte: acervo da autora, jun/2006 e abr/2007.

<sup>56</sup> Ver outros exemplos de pedidos de auxílio financeiro ao órgão federal no Anexo 4.



## Um capítulo a parte:

OBRAS MODERNAS EM DIAMANTINA



#### 4. Um capítulo à parte: obras modernas em Diamantina

Agora já não se podia fazer nenhum melhoramento por pequeno que fosse sem ordem e direção do Patrimônio, o que tirava um pouco o seu progresso [...]. A política estava forte e trazendo grandes vantagens para Diamantina, pois começava a elevar-se nosso conterrâneo e grande amigo de sua terra natal, o então deputado Juscelino Kubitschek de Oliveira. A nossa cidade começou a progredir assustadoramente e obtinha tudo com facilidade (SANTOS, 1963, p.78).

Por mais que Rodrigo Melo Franco de Andrade empregasse toda a sua habilidade discursiva ao reafirmar, sucessivamente, que a atuação do SPHAN não traria empecilhos ao desenvolvimento futuro de Diamantina, seria crescente o acirramento dos ânimos frente ao exercício de tutela desempenhado autoritariamente pelo órgão federal. Afinal, a inscrição do conjunto urbano no Livro de Belas Artes em 1938 traria consequências diretas aos proprietários dos imóveis que, além de não terem participado do processo e não terem sido informados do que significava ter um bem tombado, dependeriam, então, da autorização do SPHAN que indicaria as novas regras para empreender serviços de reparos, pinturas ou restaurações em suas casas ou estabelecimentos comerciais, visando à não descaracterização de cada um destes bens arquitetônicos e, enfim, de todo o conjunto urbano – objeto do tombamento. Um dos problemas daí decorrentes é que estas diretrizes específicas para nortear as intervenções em edifícios ainda estavam sendo formuladas, visto que os tombamentos dos sítios urbanos mineiros ocorreram apenas um ano após a instauração do decreto federal 25/37. De fato, os parâmetros foram sendo construídos na medida em que as questões iam sendo colocadas a partir dos pedidos dos proprietários, e não *a priori*<sup>1</sup>.

É fácil, então, compreender porque, pouco a pouco, as cidades tombadas se tornariam verdadeiros territórios minados, uma espécie de campo de batalha com direito a placa cravejada de balas e levas de leprosos prestes a invadir antigos casarões<sup>2</sup>. De um lado da “trincheira” estava o SPHAN – que poderia passar, num átimo, de guardião a vilão ao negar um pedido, e, no instante seguinte, reconduzir-se novamente à categoria de redentor ao proceder obras de restauração em uma igreja ameaçada – e, do outro, autoridades municipais, eclesiásticas, e população – grupo sempre a postos, ora a reclamar auxílio para a conservação de seus bens, alegando o valor histórico e artístico dos mesmos e sua insuficiência de recursos para conservá-los; ora a se colocar em franca oposição às medidas de proteção do

---

<sup>1</sup> Veja as discussões apresentadas ao longo do Capítulo 3.

<sup>2</sup> Vale a pena a leitura do impressionante depoimento de Edgard Jacintho sobre o seu “batismo de fogo” em São João del Rey. Cf. SILVA, Edgard Jacintho da. *SPHAN: Memória Oral*. n. 4. Rio de Janeiro, Minc/SPHAN/FNPM, 1988, p.6. Veja trecho deste depoimento no Anexo 3.



conjunto ou do bem tombado, sob a alegação de que a atuação do SPHAN travancava o desenvolvimento de sua cidade.

Estava posto o problema: Diamantina – como outras cidades tombadas pelo SPHAN – possuía valor histórico e artístico e, portanto, merecia ser preservada, mas este mesmo fator retardava a “marcha do progresso”, condenando-a a um inalterável (e indesejável) aspecto “antigo” que cidadãos mais afoitos associavam à ideia de “atraso”. Inseridos nesta complexa e paradoxal realidade, os técnicos do SPHAN e, principalmente, os colaboradores que atuavam nas cidades tombadas se sentiam sob o fio da navalha. Impedir a descaracterização do sítio urbano significava, sim, muitas vezes, frustrar planos de melhorias em imóveis de alguns proprietários. No âmbito das relações sociais, a situação podia tornar-se bastante conflituosa, pois os proprietários sentiam-se tolhidos em seus direitos e passavam, muitas vezes, da frustração à ameaça, adotando atitude hostil<sup>3</sup> – como comprovam inúmeros documentos e o já citado depoimento de Edgard Jacintho. Transposta para o terreno do urbano, a questão transcendia o plano individual, deixando transparecer as dificuldades do órgão de proteção em dialogar com as adequações às necessidades atuais que as cidades demandavam – as tão desejadas “modernizações” –; revelando a intenção oculta de que os núcleos tombados se transformassem somente na direção que apontava para uma melhor caracterização da imagem que se queria ter de um ‘conjunto urbano-monumento nacional-remanescente do século 18’.

Essa preocupação com a reprodução do aspecto idealizado – ou mais precisamente, com a representação de símbolo nacional que estes conjuntos deveriam constituir – era o ponto nodal da atuação do SPHAN neste período inicial. Um dos fatores que corroboram para esta afirmação é a ausência de diretrizes com relação à reforma nos interiores dos imóveis existentes nos conjuntos urbanos tombados, como era o caso de Diamantina. Dada a inexistência de documentação comprobatória, pode-se apenas imaginar quão longe esta liberdade de ação dos proprietários poderia levar, chegando a um limite de substituição integral dos elementos internos e a uma total dissociação entre exterior “preservado” ou “restaurado” – com fachada (e imagem) “antiga” – e interior “modernizado”. Passando do

---

<sup>3</sup> Adotando-se como exemplo a restauração da Casa do Padre Rolim, podemos listar uma série de documentos – entre cartas, ofícios e telegramas – que detalham o difícil processo de desapropriação do imóvel, realizado no início da década de 1940, em decorrência dos incorretos procedimentos adotados durante as obras. Em telegrama, João B. Costa oficia ao SPHAN que o proprietário – em atitude totalmente contrária à preservação do bem e às advertências recebidas – afirma que só pararia a obra sob embargo judicial, o que faz o SPHAN examinar a possibilidade de fazer uso de força policial. RMFA acaba equacionando a questão fazendo uso de suas relações pessoais e políticas, telefonando a Juscelino e a Capanema, e solicitando interferência no caso, conforme correspondência enviada a João Brandão, em 27/07/1943. Cf. ACI/RJ-SO, Pasta n.545. Rua Direita. Circular 322, de RMFA a João Brandão Costa.

bem isolado ao conjunto urbano, e levando esta hipótese a um cálculo extremo, cabe perguntar se não seria a cidade resultante senão um cenário de fachadas redesenhadas e volumes transformados, onde se processava um paulatino desaparecimento dos materiais e das técnicas tradicionais. Afinal, se o artigo 17 do decreto-lei 25/37 previa que as coisas tombadas não poderiam ser “*destruídas, demolidas ou mutiladas*”, e se o conjunto urbano de Diamantina era composto, entre outros, por suas unidades arquitetônicas em sua totalidade, atingir a integridade destas unidades significaria corromper esse todo. No entanto, não parece ter sido essa a interpretação dada à legislação federal, pois, sob a conduta dos técnicos do SPHAN, Diamantina continuaria a se transformar em direção a um passado idealizado, construído para ser contemplado pelo olhar da nação.



Figuras 101, 102, 103 e 104: Da esquerda para a direita, de cima para baixa: Rua do Rosário, em 1966, Beco do Alecrim, reconstrução de fachada com cimento e tijolos à Rua Silvério Lessa, e troca do piso da Praça Monsenhor Neves, s/data. Fonte: AET-I/DiamantinaMG.

Talvez como contrapeso a todos estes dilemas – de estar em face dos pressupostos da preservação, e em pleno contexto político “desenvolvimentista” – o SPHAN aprovaria alguns projetos modernos para o contexto tombado de Diamantina. Se, para o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, tais projetos serviam para mostrar que estar a favor da preservação da cidade não significava, necessariamente, estar contra as ideias de “progresso” e “modernidade”; para Juscelino Kubitschek, eles representariam a tradução mais perfeita de seu plano político para o estado e para o país, aplicado em sua cidade natal. Diamantina tornou-se, assim, um território para experimentações modernistas.

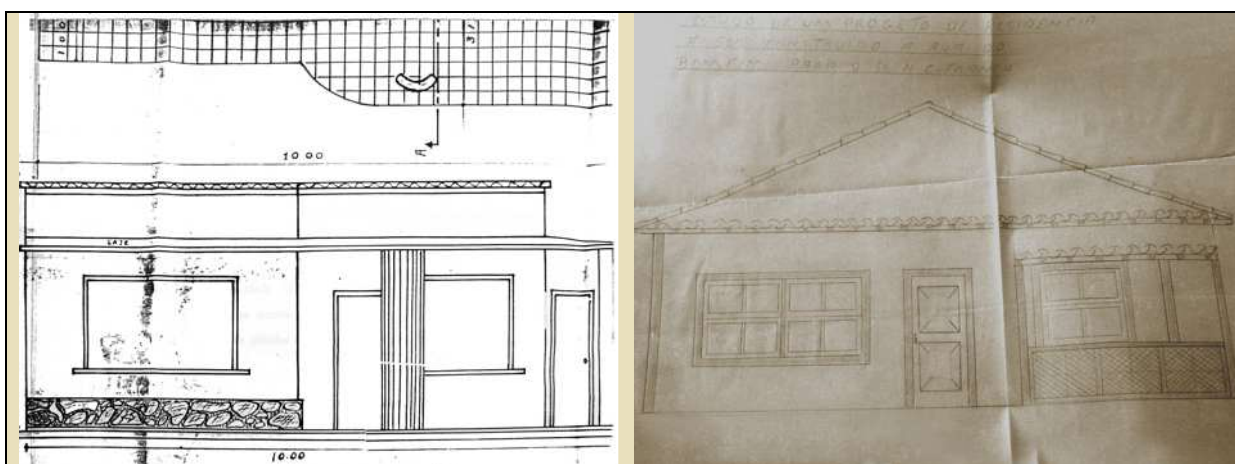
Embora muito oportuna – tanto do ponto de vista do SPHAN, quanto como perspectiva política –, a realização das obras modernas exporiam os critérios técnico-conceituais e também as contradições que permeavam as ações do “Patrimônio” na cidade de Diamantina. A seguir, discutiremos o tratamento dado pelo SPHAN aos casos de pedidos para novas construções de residências unifamiliares ditas “modernas”, sendo também apresentados os projetos desenvolvidos por Oscar Niemeyer e por outros arquitetos para programas não residenciais, onde estão presentes as concepções da linguagem moderna da arquitetura. Nestes e naqueles exemplos, os debates, e até mesmo a ausência de discussões, revelam o quanto as decisões, sem deixar de pertencer ao âmbito da cultura, se inseriam, indubitavelmente, na esfera política nacional.

#### **4.1. NEM MODERNAS, NEM MODERNIZADAS: AS SOLUÇÕES “CONDENÁVEIS”**

Dentre a análise da documentação consultada relativa aos pedidos para novas construções de moradias, algumas soluções formais de projeto chamaram a atenção por divergir das orientações-padrão adotadas pelo SPHAN para o conjunto tombado onde se buscava reproduzir os elementos da arquitetura tradicional, eleitos como representativos da feição da cidade. Tais soluções não se apresentavam, muitas vezes, como “arquitetura moderna” em um sentido rigoroso, puro, acadêmico do termo do qual um ou outro projeto talvez se aproximasse. Também não se configuravam como expressões estilísticas que caracterizavam o ecletismo – manifestação que, do ponto de vista do casario, nunca havia se espalhado com vigor em Diamantina. Os projetos apresentados correspondiam, no entanto, ao desejo de alguns proprietários de edificar suas residências libertas das limitações impostas pela reprodução do modelo anacrônico criado pelo SPHAN. Apesar de à maioria das pranchas

não encontrarmos a documentação escrita correspondente, referente ao despacho propriamente dito – e vice-versa –, não é difícil presumir os resultados dos processos frente à análise de alguns casos selecionados.

Podemos lembrar, entre os pedidos analisados, uma consulta sobre a construção em terreno vago à Rua do Bonfim, encaminhada à diretoria do SPHAN em 25 de maio de 1957, com a seguinte observação anotada pelo chefe do 3º Distrito, Sylvio de Vasconcellos: o proprietário “*pretende construir uma casa, a qual, se bem pequena em área, intenciona ser ‘moderna’*” (apud D’ASSUMPÇÃO, 1995, p.192). A resposta de José de Souza Reis, remetida no mês seguinte, sugeria a revisão do projeto, “*a fim de corrigir a extravagância das fachadas*” (REIS apud D’ASSUMPÇÃO, op.cit., p. 192). Sylvio de Vasconcellos complementaria o encaminhamento ao colaborador local, dizendo ainda que “*a Diretoria Geral não concordou com o projeto apresentado pelo Sr. N. França por julgá-lo com a fachada em desacordo com o espírito discreto e singelo da arquitetura tradicional*”(apud D’ASSUMPÇÃO, op.cit., p. 192).



Figuras 105 e 106: Fachada e trecho da varanda em planta do projeto moderno à Rua do Bonfim e provável variante denominada “*Estudo de um projeto de residência a ser construído à rua do Bonfim para o Sr. N. C França*”. Fonte: D’Assumpção (1995); AET-I/Diamantina/MG [fig.106].

A imagem da fachada resgatada por D’Assumpção (1995, p.236) revela linhas horizontais marcadas pela laje de cobertura da pequena varanda frontal e platibanda, em contraponto a um eixo vertical dado pela falsa coluna, à direita da composição. Certamente, um modelo de fachada não contemplado no vocabulário padrão do SPHAN para arquitetura civil em Diamantina e, que, portanto, não poderia ser autorizado. Entre as pranchas de projeto arquivadas no AET-I/Diamantina/MG foi encontrado um desenho, denominado “*Estudo de um projeto de residência a ser construído à rua do Bonfim para o Sr. N. C França*”, apresentando varanda com guarda-corpo treliçado, porta almofadada, e janelas com folhas do



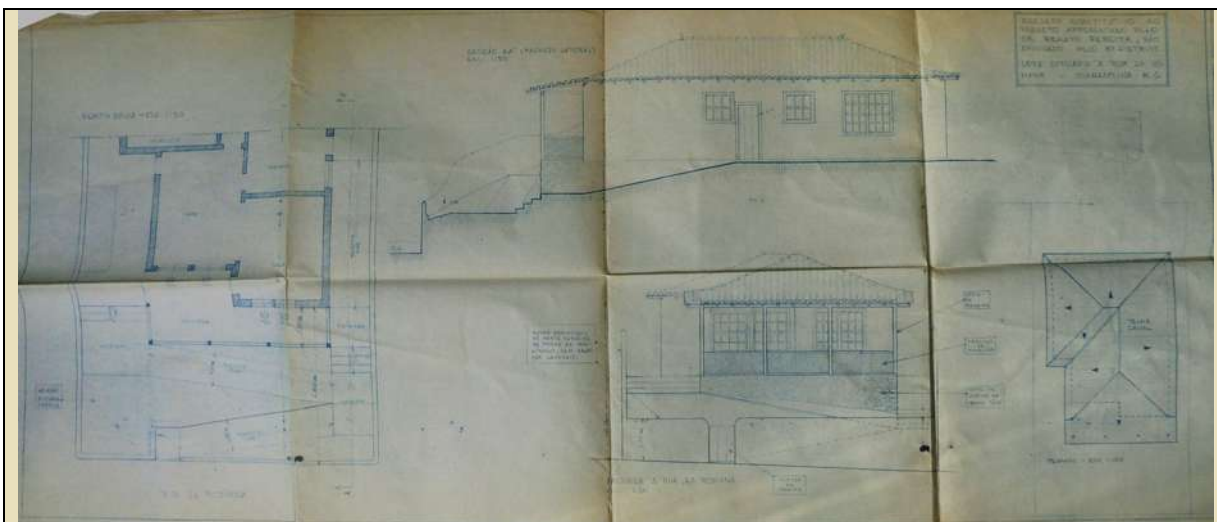


Figura 108: Projeto substitutivo para nova construção em lote situado à Rua Romana.  
Fonte: AET-I/Diamantina/MG.

Os pedidos negados demonstram, mais uma vez, o modo como o SPHAN iria, nos indeferimentos e nos projetos substitutivos encaminhados, tentando acostumar a população às suas normas cujo propósito era o redesenho da cidade tombada, tornada “monumento nacional”. Seguindo esta linha de raciocínio do SPHAN, compreende-se, por exemplo, porque eram autorizadas demolições de partes da edificação consideradas recentes e, portanto, entendidas como destituídas de valor:

[...] comunico que restauração varanda residência D. Maria José Mota Ribas à rua das Mercês não interessa a esta repartição *por se tratar de dependência relativamente moderna acrescida à construção principal* (ponto) Em tais condições pode ser autorizada demolição referida varanda caso isso convenha respectiva proprietaria (ponto) Atenciosas saudações  
Rodrigo M. F. de Andrade (ANDRADE, Rodrigo M. F. de. Telegrama de a João Brandão Costa, em 11/04/1942. ACI/RJ-SO, Pasta n.637. Rua das Mercês. Grifo nosso).

Apesar de todos os esforços, na década de 60 intensificaram-se os pedidos para novas construções, contrariando as regras impostas pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Um caso emblemático ocorreu em obra autorizada pela própria Prefeitura, à revelia do órgão de preservação, em plena área tombada, à Rua Travessa da Caridade<sup>5</sup>. Segundo parecer de Renato Soeiro, não havia condições de ajustar o projeto a nenhuma outra solução mais razoável, pois a obra “*além de irregular*” constituía “*dos piores exemplos de má arquitetura*” devendo, por isso, ser embargada (SOEIRO, Renato. Informação n.113,

<sup>5</sup> “Senhor Diretor,

Tomo a liberdade de remeter a V. Excia., incluso, petição, fotos e projeto de construção de propriedade do Sr. [C. F. de A.], à Travessa da Caridade, Diamantina, a vista de que o referido projeto está aprovado pelo Sr. Prefeito Municipal local, sem parecer prévio deste Distrito. [...] Atenciosas saudações.  
Antonio Augusto Velloso. Chefe Substituto do 3º Distrito (ACI/RJ-SO, Pasta n.523. Rua da Caridade. Ofício n.46 de Antonio Augusto Velloso ao diretor, RMFA, em 03/03/1966.



20/03/1966. ACI/RJ-SO, Pasta n.523. Rua da Caridade). A opinião de Soeiro acompanhava a retórica de Sabino Barroso que, consultado sobre o caso, expôs vários pontos importantes, entre os quais: que o objetivo das normas adotadas pelo SPHAN era preservar o que denominou “*ambientação estética*” das cidades tombadas, e que, fosse para estabelecer diretrizes para a “*arquitetura atualizada*” ou para as construções antigas, estas normas se limitavam ao aspecto externo das edificações. No parecer, fazia ainda referência à falta de cooperação das administrações locais e a questão da má qualidade dos projetos apresentados, o que dificultava a sua aprovação e, por consequência, a atuação do SPHAN nas áreas sob sua tutela:

Senhor Diretor da DCR:

A DPHAN, em cidades sujeitas a tombamento, tem adotado normas para aprovação de projetos – mesmo para arquitetura atualizada – com o objetivo de preservar uma ambientação estética, que amarre as novas construções às mais antigas, não permitindo uma agressão ao aspecto tradicional que caracteriza [sic] os locais em questão.

Creio não ser possível, tendo em vista a obrigatoriedade de seguir normas que se limitam ao aspecto externo, conciliar o choque entre arquitetura de fachada e arquitetura no seu todo, critério este que, sem impor uma boa qualidade arquitetônica, sugere apenas a acomodação do projeto ao conjunto ambiente.

Creio ser especialmente por falta de compreensão em alguns casos e incapacidade da maioria, as causas de tanta dificuldade para aprovação dos projetos pela DPHAN.

O procedimento da direção do 3º Distrito, em particular, tem sido da mais louvável obediência a que se continue aprovando projetos exclusivamente por seu aspecto externo – haja visto [sic] o sem número de despachos que repetem as exigências mínimas, que fazem com que os projetos se enquadrem nas intenções objetivadas pela DPHAN.

Faço estas apreciações no sentido de reforçar os despachos (até que surjam outras fórmulas) que obrigam obediência a estas exigências mínimas de aprovação, uma vez que as características dos projetos, na maioria, são verdadeiras ofensas à arquitetura.

O projeto em apreço não se enquadra às exigências mínimas para despacho favorável, representando sua aprovação, sem consulta prévia à DPHAN, pelo Prefeito de Diamantina, uma afronta à Chefia do 3º Distrito, ato este que deveria merecer pronto protesto por parte da DPHAN. Projetos como este, pela má qualidade, mesmo considerado apenas a planta baixa, onde se torna impossível “ajeitar” a fachada, devem ter imediata reprovação e isto é atribuição exclusiva da DPHAN.

Este é o meu parecer, que, apesar de alongado, tem o intuito, apenas, de aplaudir a conduta da chefia do Distrito assoberbada com ingerências descabidas de autoridades que não compreendem o alto objetivo da defesa do espírito que orienta a DPHAN.

Rio, 24.3.66

Sabino Barroso

Arquiteto (BARROSO, Sabino. Informação n.113 ao diretor da DCR, em 24/03/1966. ACI/RJ-SO, Pasta n.523. Rua da Caridade).

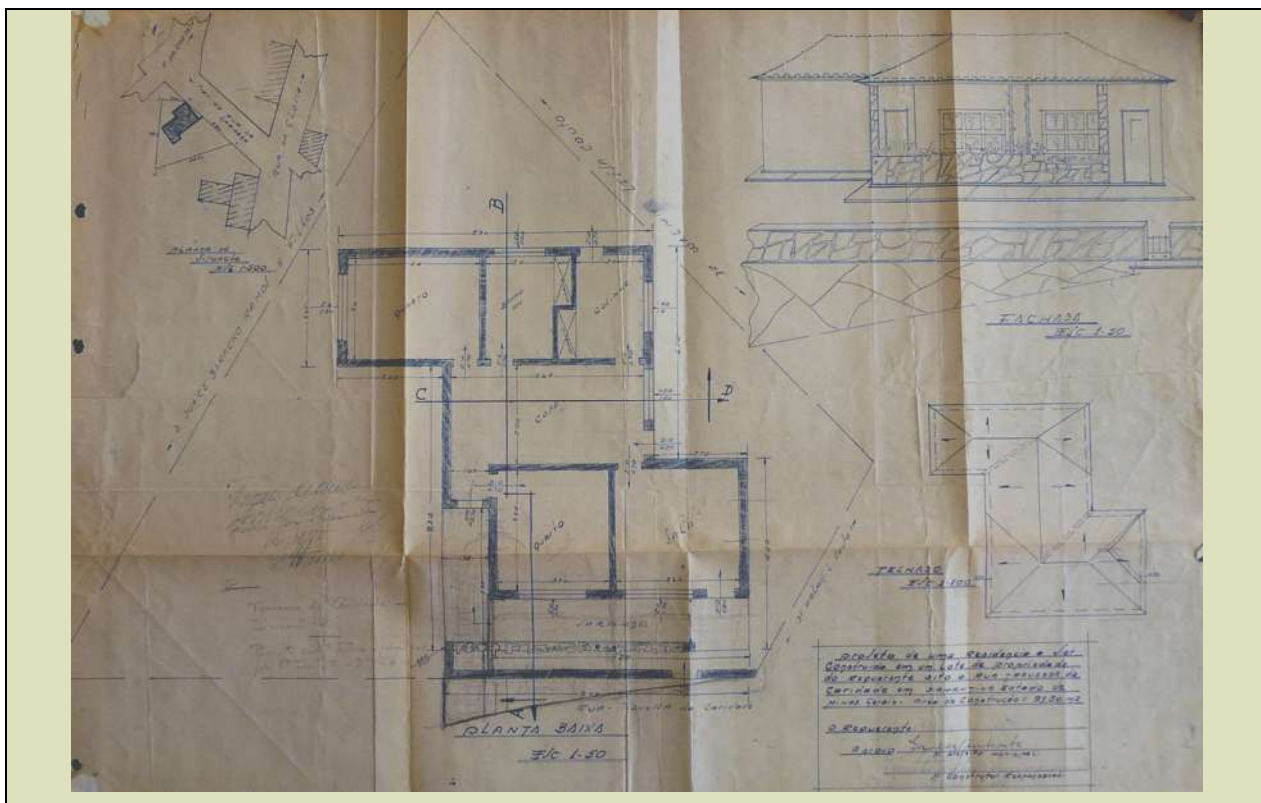
Mesmo não sendo explícito no que se refere ao dizer “*arquitetura atualizada*” ou “*novas construções*”, o que fica evidente no discurso de Barroso é que ele acredita no potencial do bom projeto, na solução de boa qualidade. Ele crê na “*boa arquitetura*” e, como se recordasse as palavras de Lucio Costa, também julga que a “*boa arquitetura de um determinado período vai sempre bem com a de qualquer período anterior – o que não combina com coisa nenhuma é a falta de arquitetura*” (COSTA apud MOTTA, 1987, p.109).

Mas, como Sabino Barroso mesmo destaca inúmeras vezes, o SPHAN ‘nem pedia tanto’. Ao proprietário faziam-se apenas “*exigências mínimas*” no sentido de que a nova construção não viesse a “*causar agressão ao aspecto tradicional*” do ambiente tombado.

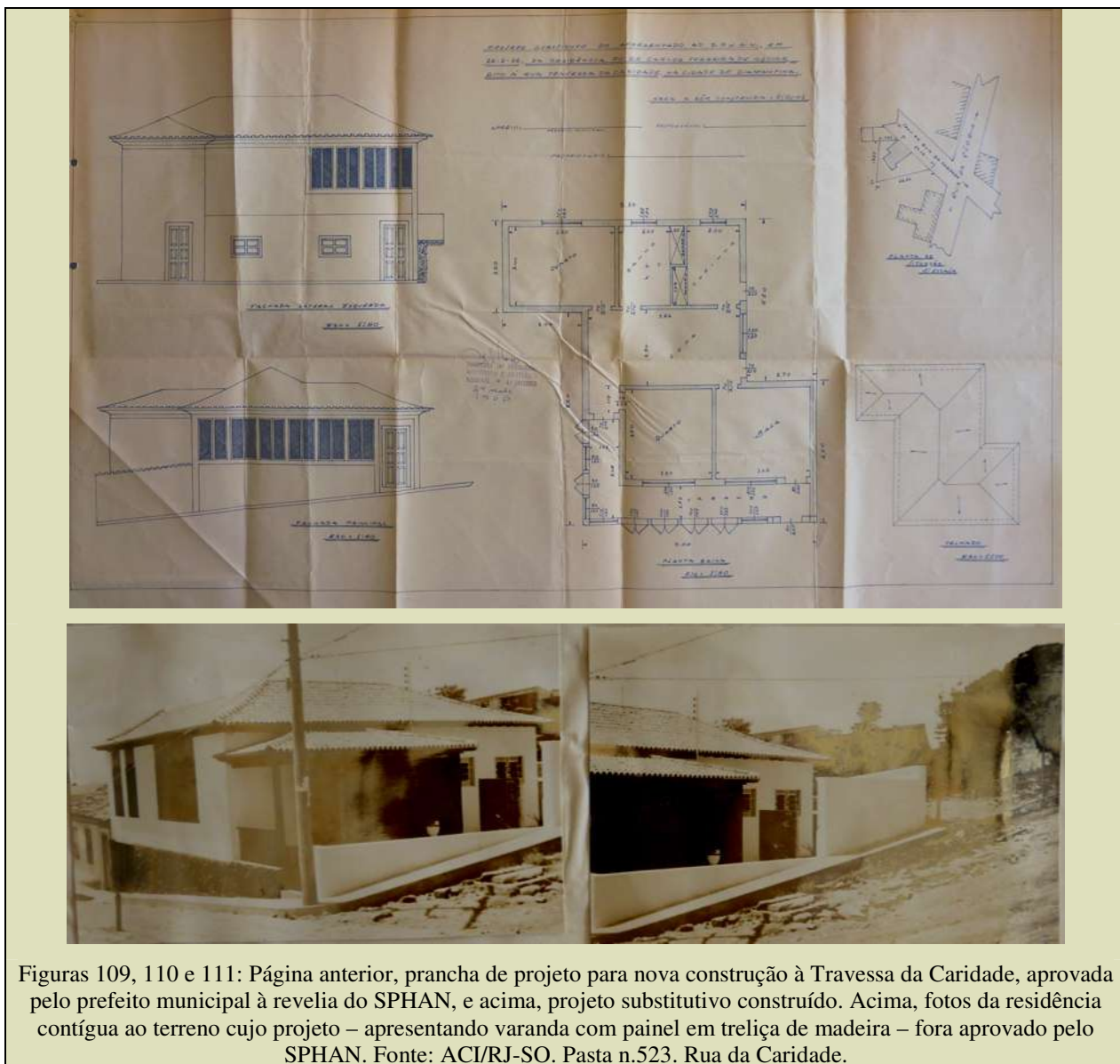
O que tornava o referido projeto uma “*ofensa à arquitetura*” merecendo imediata reprovação e embargo da obra? Sem entrar no mérito das divisões internas e dos problemas de representação, a análise da prancha encaminhada tardiamente ao SPHAN revela que o mesmo não seguia as recomendações de peças estruturais de madeira aparentes, telhado com beiral de cachorros de madeira, folhas de portas externas de calha, entre outras. Além disso, apresentava corpo da casa recuado e protegido por varanda frontal. Enfim, o projeto não atendia à orientação do SPHAN de buscar a semelhança das construções tradicionais, nem se caracterizava como um exemplar de “*arquitetura moderna*”.

No final de maio de 1966, um ofício de Antonio Augusto Velloso informava ter sido aprovado o projeto substitutivo encaminhado pelo proprietário, que deveria observar os seguintes detalhes:

- a) Telhado de telha canal com contrafeito e beirais com cachorros e guarda-pó de madeira.
- b) As portas deverão ser de calha, de madeira, em vez de portas de almofadas como consta no projeto substitutivo.
- c) Caiacção branca nas fachadas e à óleo colorido nos elementos de madeira (VELLOSO, Antonio Augusto. Ofício 128, de 24/05/1966. ACI/RJ-SO, Pasta n.523. Rua da Caridade).







Figuras 109, 110 e 111: Página anterior, prancha de projeto para nova construção à Travessa da Caridade, aprovada pelo prefeito municipal à revelia do SPHAN, e acima, projeto substitutivo construído. Acima, fotos da residência contígua ao terreno cujo projeto – apresentando varanda com painel em treliça de madeira – fora aprovado pelo SPHAN. Fonte: ACI/RJ-SO. Pasta n.523. Rua da Caridade.

Sem alterar o aspecto interno, a nova planta tratava, na realidade, de trazer a fachada para o alinhamento da rua, através do fechamento da varanda com esquadrias cujo desenho, proposto pelo SPHAN, era de treliça em madeira. À maneira modernista, formavam um plano contínuo, horizontal, que seria pintado com o óleo colorido tradicional do casario diamantino. A obra pronta acabou, sem querer, resultando em uma mostra do que poderia ter sido Diamantina, caso a orientação do diretor do SPHAN, em sua primeira carta ao Prefeito local, continuasse válida: que os arquitetos locais tirassem o máximo partido dos elementos característicos da arquitetura local, “*sem preocupação, porém, de copiar estilo*” (ANDRADE, Rodrigo M. F. Resposta ao Prefeito Municipal de Diamantina, em 30/05/1938. ACI/RJ-SO, Pasta n.478, Cx.105). A residência, juntamente com o exemplar contíguo, na esquina com a Rua da Glória – este, aprovado pelo SPHAN –, têm o mérito de combinar

elementos da arquitetura tradicional – como os telhados em capa e canal e os fechamentos em treliça de madeira – e uma linguagem que não percorre a trilha do “*arremedo neocolonial*”, não correndo, assim, o risco de confundir o “*turista desprevenido*”, como alertava Lucio Costa<sup>6</sup>.

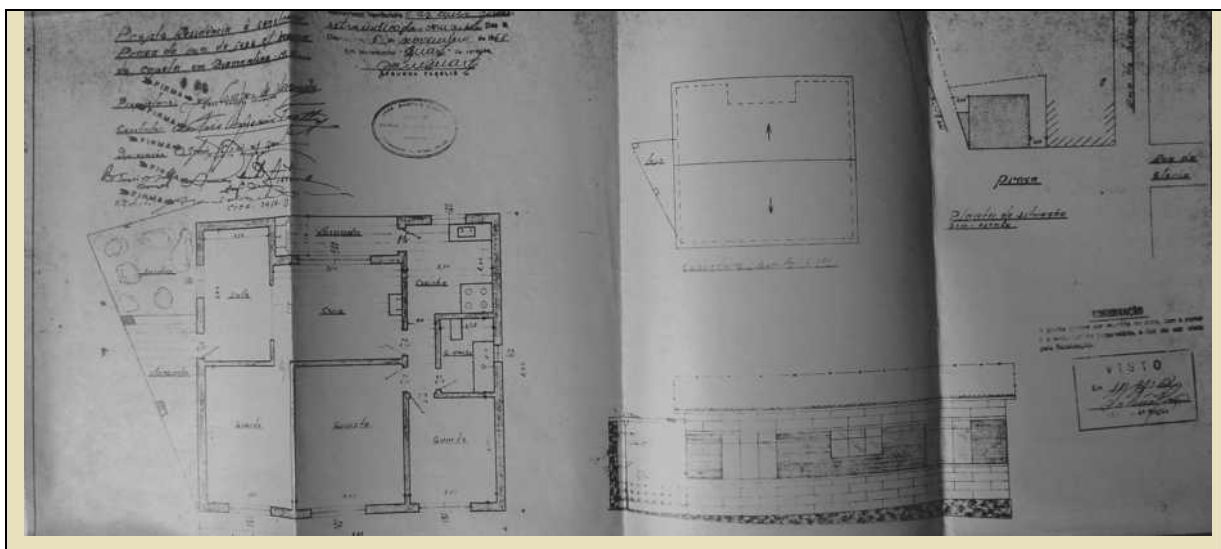


Figuras 112 a 116: Fotos atuais: residência à rua Travessa da Caridade – com inserção de portão de garagem – e vista da casa da esquina com a Rua da Glória com detalhes construtivos. Fonte: acervo da autora, 2009.

Ainda que outros projetos resgatados não encontrem documentação qualquer escrita que elucide acerca do resultado de sua aprovação (*figs. 107, 108, 117 e 118*), dificultando uma análise precisa; os casos apresentados permitem arrolar algumas considerações. Já havia ficado claro, no desenvolvimento do capítulo anterior, que o parâmetro para aprovação de novas construções no que tangia ao casario, era que estas deveriam se orientar em “*exigências mínimas*” relativas ao desenho das fachadas, repetidas inúmeras vezes nos despachados exarados. No entanto, o SPHAN ainda não havia se manifestado contrário à execução de casas modernas nos chamados “centros históricos”. E havia a experiência concreta, a favor da

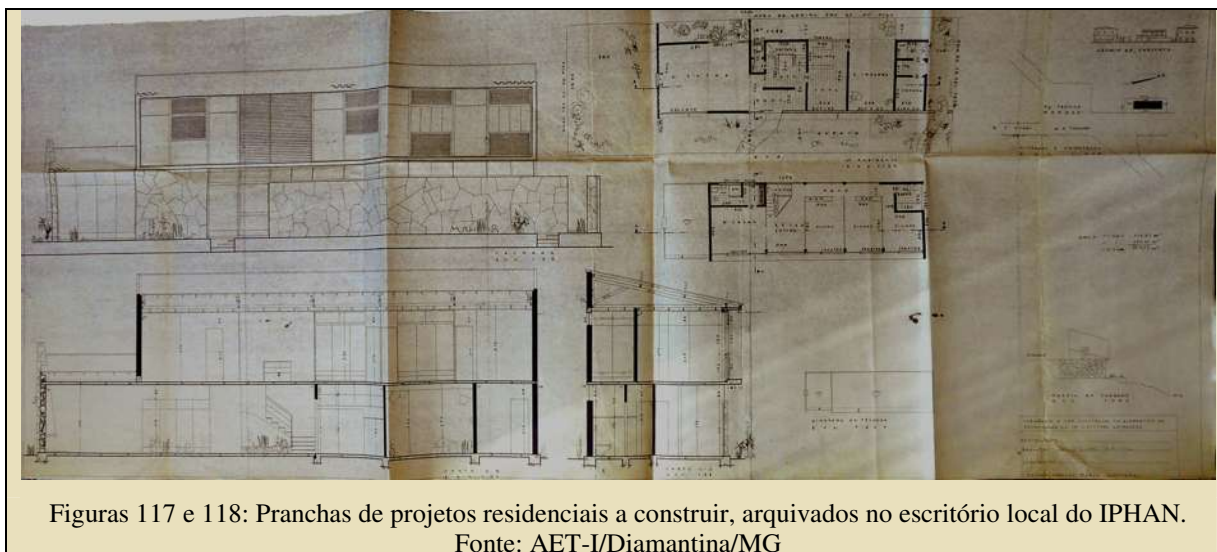
<sup>6</sup> “[...] Sei, por experiência própria, que a reprodução do estilo das casas de Ouro Preto só é possível, hoje em dia, à custa de muito artifício. Admitindo-se que o caso especial dessa cidade justificasse, excepcionalmente, a adoção de tais processos, teríamos, depois de concluída a obra, ou uma imitação perfeita, e o turista desprevenido correria o risco de, à primeira vista, tomar por um dos principais monumentos da cidade uma contrafação, ou então, fracassada a tentativa, teríamos um arremedo ‘neocolonial’ sem nada de comum com o verdadeiro espírito das velhas construções. [...]” (COSTA apud MOTTA, 1987, p. 109).

arquitetura moderna em áreas tombadas, explicitada através do notório embate projetual para a construção do Grande Hotel, em Ouro Preto. Isto talvez explique porque Sylvio de Vasconcellos encaminha o caso da Rua do Bonfim, em 1957, para parecer da diretoria central, no Rio de Janeiro. Na resposta da diretoria, vislumbra-se o conceito, mais tarde exposto verbalmente, por José de Souza Reis, nos corredores da repartição do órgão federal: “*para os grandes projetos, as eventuais grandes estruturas deveriam corresponder à arquitetura da atualidade e aí buscar o ‘saudável confronto’*. Porém nas pequenas operações, na arquitetura mais simples, nessa se deveria buscar a reconstituição”<sup>7</sup>. Se, na medida em que a prática avança, o SPHAN vai consolidando sua concepção de intervenção nos conjuntos tombados, no sentido de negar os pedidos para construções que fugissem à regra então instituída, de semelhança com a arquitetura tradicional – incluindo-se, aí, a arquitetura moderna –; a investigação documental mais ampla não deixa de captar variados exemplos incongruentes com esta diretriz principal. Ou seja, sua ação não fica livre das incoerências de um momento inaugural, como, por exemplo, ao se comparar alguns destes projetos não aprovados, com a não menos extravagante fachada do novo Cine Trianon elaborada pelo próprio SPHAN (ver fig.89).



<sup>7</sup> O conceito de intervenção em sítios urbanos tombados é resgatado pelo arquiteto José Pessoa, que conviveu com José de Souza Reis no IPHAN, e concedeu entrevista à pesquisadora em 21/05/2009: “...o que o Reis falava era assim: você tem um pequeno lote e está vazio, tem que construir, ou você sabe como era e constrói igualzinho, ou não sabe como era e constrói uma coisa antiga mesmo.[...] Não sei se ele escreveu isso em algum lugar... Porque esse eu peguei vivo e conversava muito com ele. Isso ele dizia. Esses pequenos... As grandes de jeito nenhum. Mas a pequena arquitetura, devia, no entendimento dele, ‘assim, o dente cariado’, ele falava do dente, ‘você faz um igualzinho aos outros’[...]”.





Figuras 117 e 118: Pranchas de projetos residenciais a construir, arquivados no escritório local do IPHAN.  
Fonte: AET-I/Diamantina/MG

#### 4.2. OBRAS DE OSCAR NIEMEYER EM DIAMANTINA

A atuação de Oscar Niemeyer em Diamantina está intimamente conectada à figura de Juscelino Kubitschek. Segundo Carlos Antônio Leite Brandão, o político mineiro pretendia “*dinamizar sua cidade natal e construir uma mentalidade modernista para o país*”<sup>8</sup>, e é sob esta ótica que encomenda os projetos à Niemeyer. Vale lembrar que, após sua passagem pela prefeitura de Belo Horizonte, entre os anos de 1940 e 1945, Juscelino seria eleito, em 1950, governador de Minas Gerais, ocupando o cargo de 1951 até 1955. Foi durante a passagem de JK pelo governo de Minas Gerais – e fruto deste contato “*quer seja pela contratação direta do estado para a realização de obras públicas, quer seja através de relações com membros destacados da elite política e econômica mineira*” (MACEDO, 2002, p.406) – que se realizariam praticamente todas as obras de Oscar no estado de Minas<sup>9</sup>. Foi estabelecida então uma parceria onde

a figura do ‘técnico’ assumia, naquele momento, um papel político de primeiro plano na medida em que era exigido dos profissionais terem competência para traduzir o anseio universal de transformar profundamente a sociedade e o país no âmbito de seu exercício e sua disciplina.<sup>10</sup>

<sup>8</sup> BRANDÃO, Carlos Antônio Leite. “A política na arquitetura de Niemeyer em Diamantina e Brasília”. In: Miranda (2002, p.69-90).

<sup>9</sup> As obras de Oscar Niemeyer realizadas no estado de Minas Gerais – tanto as públicas quanto as encomendadas pela iniciativa privada – são analisadas na Dissertação de Mestrado de Danilo Matoso Macedo (2002). São analisadas em torno de 21 obras do arquiteto realizadas em diferentes cidades tais como Diamantina, Belo Horizonte, Cataguazes, Ouro Preto e Juiz de Fora.

<sup>10</sup> Brandão (op.cit., p.71).

Em Diamantina, além de encarregar o Departamento de Estradas de Rodagem de asfaltar a estrada que liga Diamantina a Curvelo, e esta a Belo Horizonte, JK solicitou a Niemeyer que desenvolvesse os seguintes projetos: uma sede social para a *Praça de Esportes* já existente – “*espécie de clube de uso público característico do interior do estado*” (MACEDO, 2002, p.407); um hotel – denominado Hotel Tijuco, em referência ao antigo arraial – para que se fomentasse, assim como em Ouro Preto, o turismo na região; uma escola pública primária que levaria o nome de sua mãe, a ex-professora Júlia Kubitscheck. Além destas obras, Niemeyer teria projetado, em 1951, a *Estação do Aeroporto*, nunca construído<sup>11</sup>.

Como prova de que os projetos tinham forte conotação política está a única referência documental encontrada junto ao arquivo da instituição: uma informação de José de Souza Reis, assinada também por Lucio Costa e Renato Soeiro, de 19 de outubro de 1953, relatando o início das obras no hotel e a escolha dos terrenos do grupo escolar e clube de esportes:

[...]

3) Prédio do Hotel, em construção

Encontra-se com a estrutura adiantada.

Conforme nos informou o arquiteto Oscar Niemeyer [sic] o Governador pretende construir em frente ao prédio do hotel uma agência de banco e uma pensão para estudantes, pensando fazê-las com pequena altura, afim de manter o necessário desafogo para o hotel. Existem, no local em apreço, três casas de residência de 1 pavimento cujo aspecto [sic], a nosso ver, carece de importância, individualmente. Numa delas a fachada foi reformada.

Solicitamos ao Sr. Assis a respectiva documentação fotográfica para conhecimento dessa Diretoria.

[...]

5) Localização das novas construções do ponto de vista da DPHAN

a) Grupo Escolar

Parece-nos bem localizado, num terreno de encosta e com o necessário desafogo. A excelência do projeto, que está sendo executado com apuro, deverá fazer dessa construção mais um elemento de interesse para a cidade.

b) Hotel

A localização do prédio é mais central, mas o terreno, também de encosta, é bastante amplo.

c) Clube de Esportes

Será construído um novo prédio, projetado pelo Oscar Niemeyer [sic], no terreno do atual clube, fora da zona tombada.

d) Escola de Odontologia

Está sendo iniciada uma construção de volume considerável, dentro da zona tombada. Informou-nos o Dr. João Brandão Costa que só conseguiu obter o projeto agora, depois de muita insistência junto aos responsáveis.

O arquiteto Oscar Niemeyer [sic] recebeu do Governador a incumbência de modificar o projeto, medida essa de grande interesse para a DPHAN (REIS, José de Souza. Informação n.245 ao diretor, RMFA, em 19/10/1953. ACI/RJ-SO, Pasta 482, Cx. 106).

<sup>11</sup> Sobre este projeto pouquíssimas referências documentais foram encontradas até o momento. Sabe-se que foi calculado por Werner Muller, segundo informações do dossiê elaborado para inscrição de Diamantina como Patrimônio Mundial, que acrescenta ainda: “O projeto, jamais construído, foi concebido de acordo com as pesquisas do arquiteto, utilizando os arcos associados a grandes vãos. Ele apresenta um arco hiperbólico em concreto, cujas extremidades se apóiam diretamente sobre o solo. Ele se eleva do chão em direção ao centro, chegando a uma altura de 5,60m. [...] O acesso é realizado por uma marquise que se encurva a partir do arco principal, resultado da grande liberdade com que o arquiteto brinca ao utilizar o concreto armado”. Traduzido do texto original em francês, intitulado *Proposition D’Inscription de Diamantina sur la Liste du Patrimoine Mondial*. Cf. *Dossiê de inscrição de Diamantina na lista do patrimônio mundial*. Ministério da Cultura, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1998, p.105-106.

Há, nitidamente, orientações para os projetos, do ponto de vista de sua localização, sendo tratados, em níveis sucessivos de aproximação: o clube, totalmente fora da área tombada; a escola, no limiar, passando exatamente na linha que delimitava o tombamento; e o hotel, mais central, como realça José Reis. No entanto, do ponto de vista do projeto – como seria também da alçada do SPHAN avaliar – parece ter sido dada total liberdade a Oscar Niemeyer. Niemeyer, porém, não daria a estes edifícios o mesmo tratamento, fazendo distinção entre um e outro, procurando adequá-los ao sítio tombado, conforme veremos a seguir.

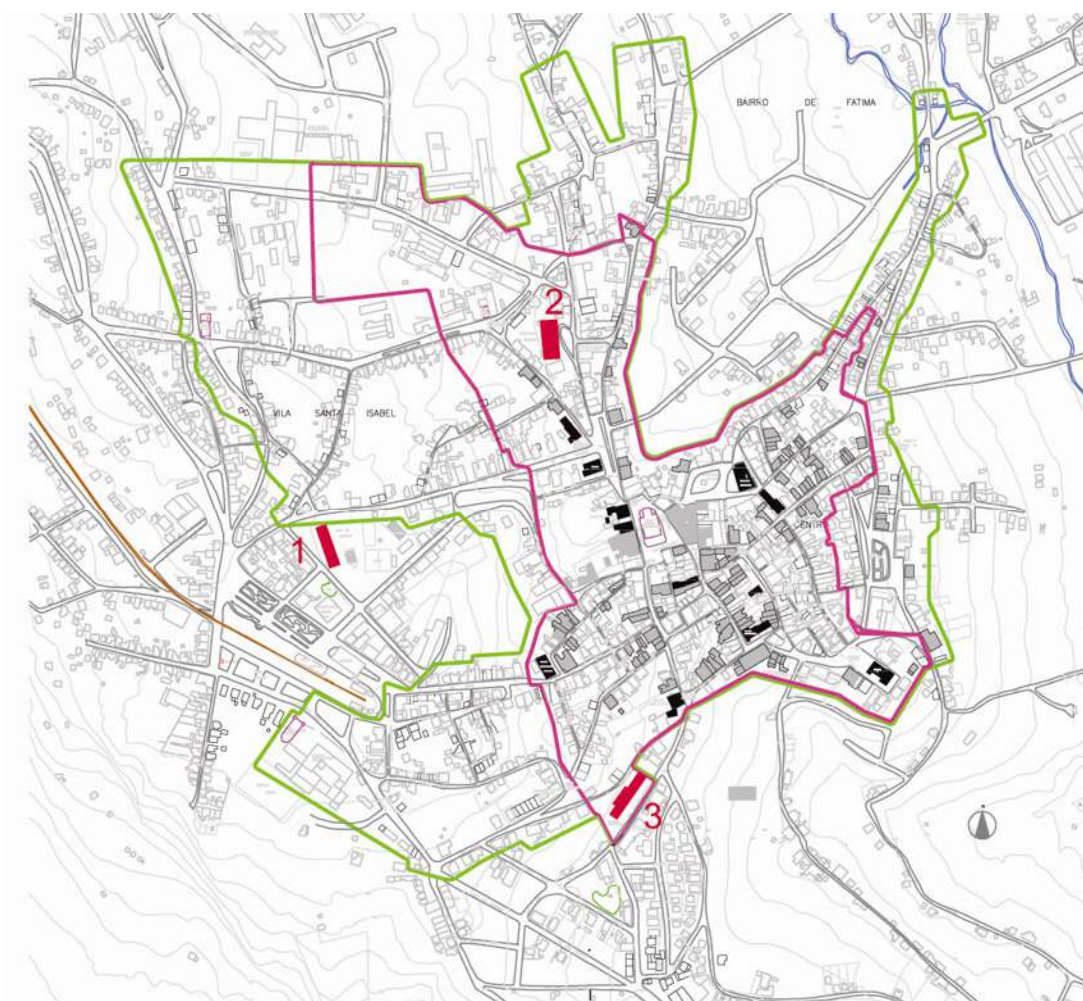


Figura 119: Mapa de Diamantina com a delimitação do sítio histórico tombado pelo IPHAN (linha verde) e da área definida como patrimônio mundial, em 1999 (linha magenta). Assinaladas em vermelho, as construções da sede social da Praça de Esportes (1); o Hotel Tijuco (2) e a Escola Júlia Kubitschek (3), e em preto os monumentos com tombamento isolado.

Fonte: IPHAN/MG. Base em CAD gentilmente cedida por Til Pestana

#### 4.2.1. Hotel Tijuco (1951)

Trata-se da construção em área mais central de Diamantina. Resultado das pesquisas formais e estruturais desenvolvidas pelo arquiteto, em colaboração com o engenheiro Joaquim Cardoso, o hotel teve projeto elaborado em 1951. Sua implantação – no alto de um terreno, na Rua Macau do Meio, em pleno centro histórico e com amplo recuo frontal – garante a visibilidade da estrutura, marcada pelo ritmo constante de seus pilares em “v”, a partir de vários pontos importantes da cidade. No entanto, a edificação consegue surpreender sem ser estridente, destacando-se das demais, e, ao mesmo tempo, conectando-se a elas.

Enquanto a diferença é obtida pelo emprego do concreto armado que, no desenho do arquiteto se inclina, conformando a própria arquitetura; a sintonia com o entorno é dada pela repetição, pelo ritmo dos vazados, e, sobretudo, pela escala modesta do edifício e predomínio da horizontalidade. Na medida em que o olhar se aproxima do edifício, no entanto, poder-se-ia dizer que as distinções se sobressaem: a racionalidade, a métrica, a exatidão dos módulos cresce em contraste com a cidade ao redor – fruto não da unicidade de um só projeto, mas de uma sobreposição de camadas e de temporalidades. Para não dizer do encontro entre a exatidão das formas de Niemeyer e a espontaneidade ainda presente em muitas edificações existentes em Diamantina – o que José de Souza Reis denominaria de “*saudável confronto*”.

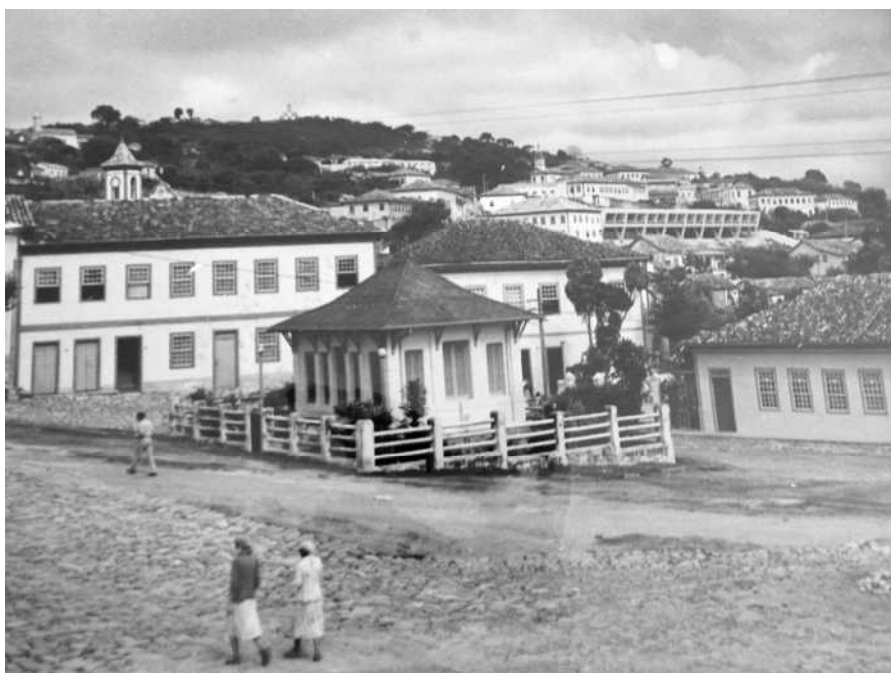




Figura 120 e 121: Vistas do Hotel Tijuco em 1956, a partir da praça do mercado e da Rua Direita. Fonte: ACI/RJ-SI. Foto: S. Marinho.

Mas, se da cidade para o edifício, a visão se alterna entre o contraponto e o desejo de estabelecer um diálogo que fugisse da obviedade simplista da similaridade de formas; do edifício para a cidade, a opção pela integração foi plena: pilotis, grandes aberturas e elementos vazados colaboram para garantir vista permanente para o panorama natural e construído do antigo arraial do Tijuco.

*Volumetria, partido formal e programa*

No hotel, o avanço da laje de cobertura em direção à rua é sustentado por pilares inclinados que levam a carga até o solo. Do ponto de apoio nasce outro pilar, em direção oposta, conformando um “v”. Um dos destaques do projeto é, justamente, a inclinação da fachada, acompanhando o desenho dos pilares. Entre os elementos expressivos desta obra, além da afirmação da estrutura como resposta formal, temos a horizontalidade do bloco e a repetição de módulos do pavimento superior, ditando o ritmo da edificação, tanto externa quanto internamente.



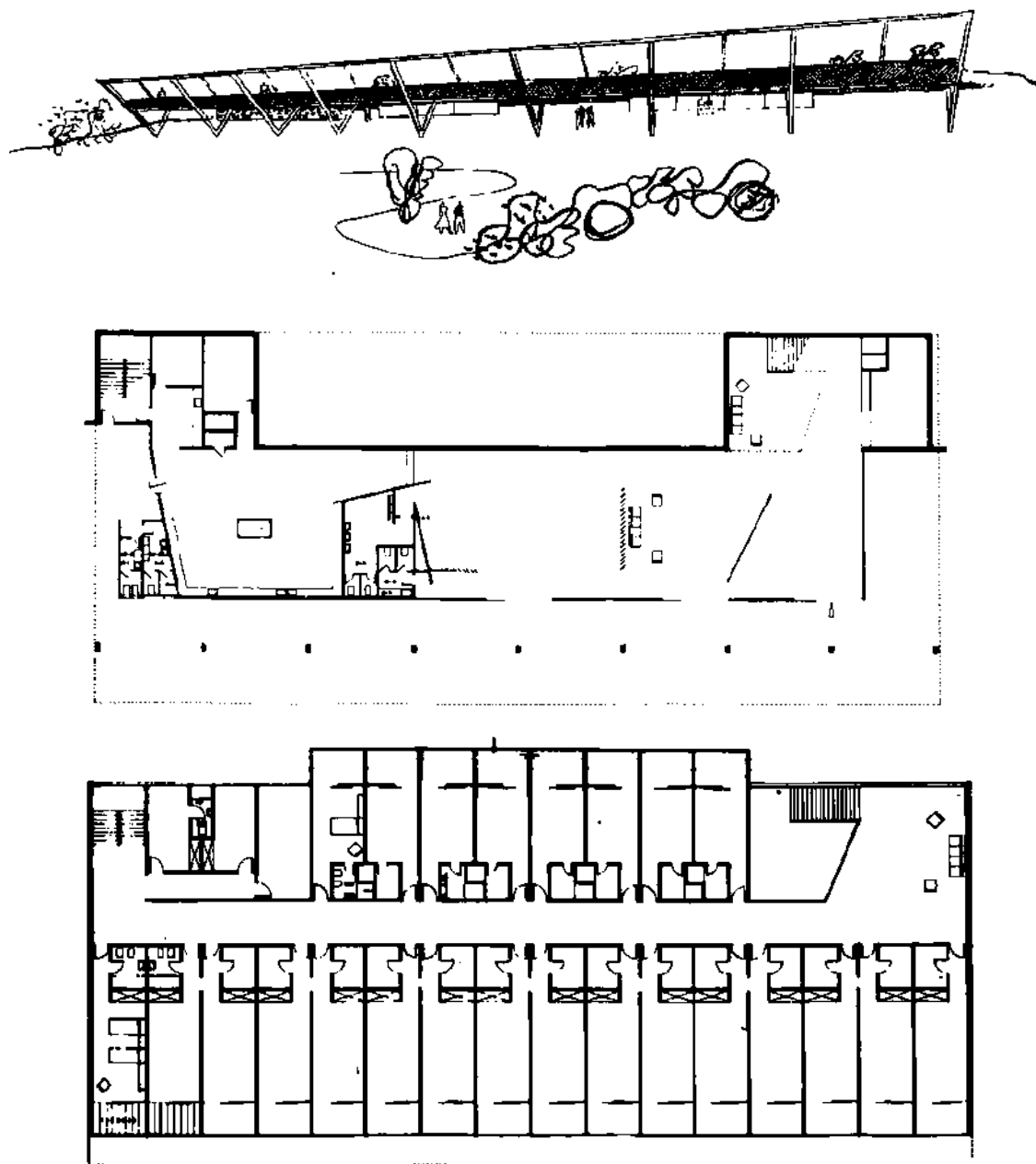


Figura 122, 123 e 124: Croquis do arquiteto, plantas do térreo e superior.  
Fonte: PAPADAKI, 1956.

Também como em Ouro Preto, os quartos foram elevados sobre pilotis, abrindo-se em varandas com vista para a paisagem diamantina. No pavimento superior, portanto, basicamente se localizam os dormitórios, agrupados em frente e fundos, separados por uma circulação central. No térreo foram locados o restaurante e o saguão de entrada – fechados por um pano de vidro, voltado para os pilotis e para a generosa varanda frontal –, bem com as áreas de cozinha e lavanderia, delimitadas por um plano revestido em pedra.

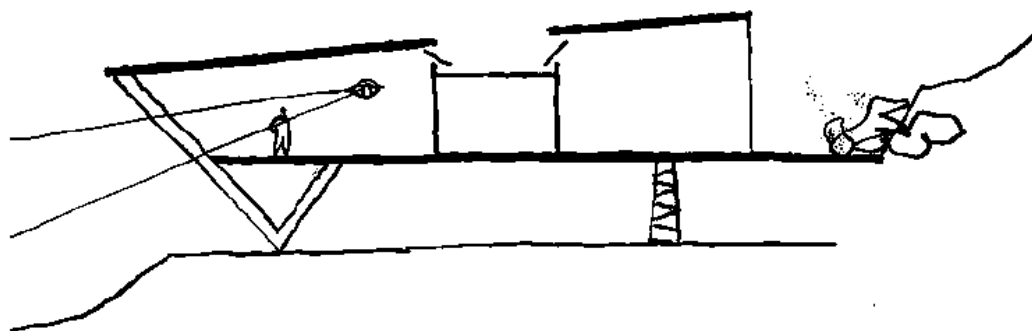


Figura 125: Croquis mostrando corte transversal e o desejo de integração de dentro para fora.  
Fonte: PAPADAKI, 1956.

*Dos materiais e das técnicas construtivas*

Compondo com os panos de vidro recuados da fachada do hotel, comparecem a pedra, a madeira e os revestimentos em pastilhas. A opção pela pintura branca, nas paredes externas, e o uso da pedra nas rampas de acesso e no piso dos pilotis revelam, novamente, a intenção de um diálogo com a cidade, presente, também, na madeira do piso do saguão e da circulação e da solução de lambris no revestimento das paredes dos dormitórios, saguão e restaurante. Vale a pena, ainda, lembrar as treliças de madeira adotadas nas varandas dos quartos, atuando menos como proteção solar – tendo em vista a proteção da insolação dada pelo recuo das esquadrias e a inclinação da cobertura – e mais como elemento de composição, remetendo aos painéis dos antigos muxarabis.





Figuras 126 a 129: Vista geral frontal, sequência de pilares e detalhe do piso “pé-de-moleque”. Na vista de fundos, observar a adição de um telhado, ampliando as suítes. Fonte: acervo da autora, 2008/209.

#### 4.2.2. Escola Júlia Kubitschek (1951)

Para o programa da escola foi escolhido um terreno situado no limiar da área tombada, um lote cortado pela linha que dividia a cidade em duas: patrimônio nacional e seu entorno. A escolha assim feita evitaria o excessivo trânsito de pessoas e veículos em uma área muito central. Implantada no topo de um terreno fortemente inclinado, a solução – então calculada pelo engenheiro Werner Muller – também se valeria do repertório moderno: estrutura em concreto, pilotis, elementos vazados e predomínio da horizontalidade.

*Volumetria, partido formal e programa*

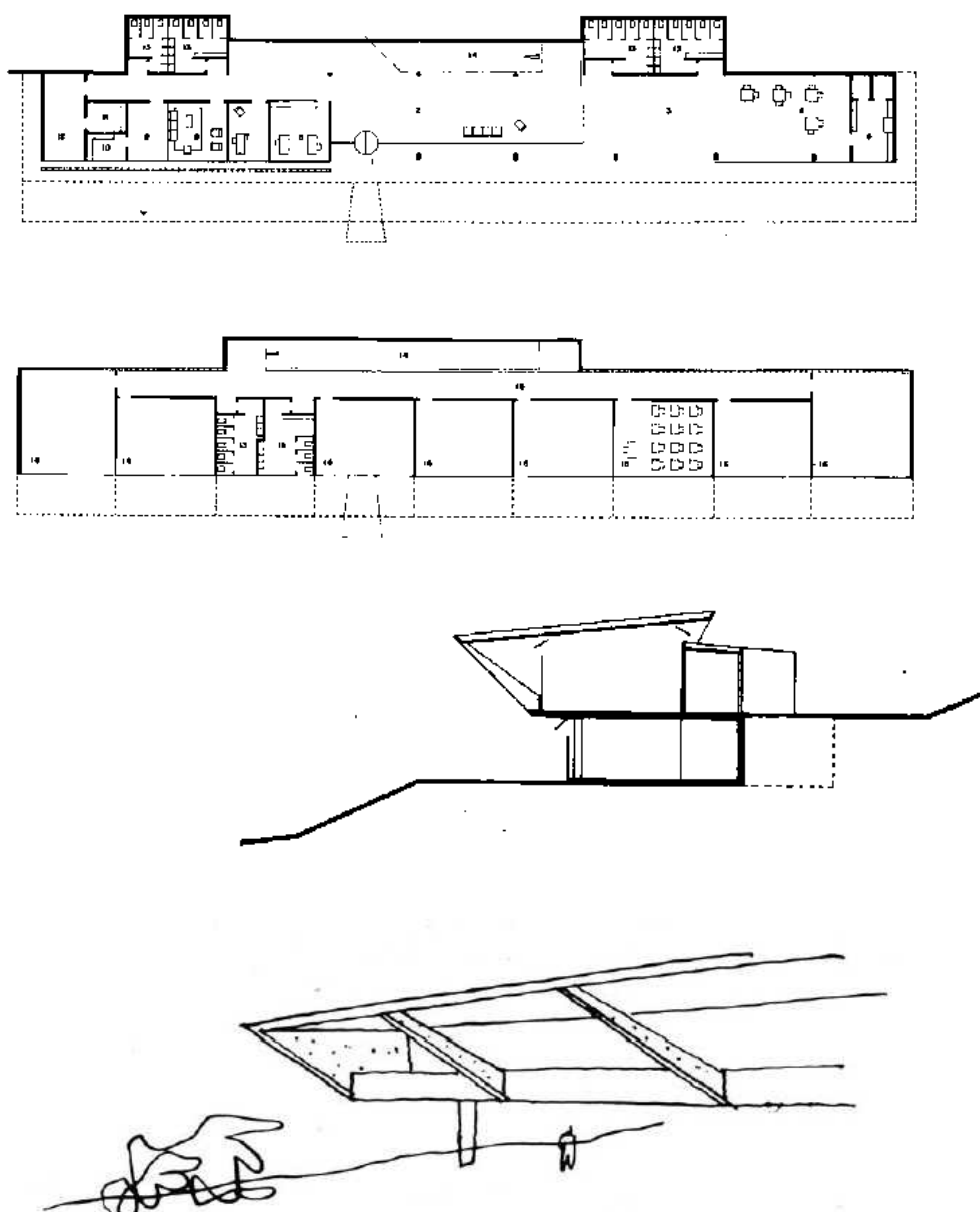
Também no projeto da escola, Oscar Niemeyer se utiliza da estrutura inclinada. É ela que desenha o volume do edifício, que lhe dá forma. Na lateral, panos lisos acentuam as inclinações da cobertura e da fachada frontal. A diferença é garantida pelos pilares que, se no hotel configuram um “v” no pavimento térreo, aqui foram transformados em mãos francesas que, partindo da laje de piso do pavimento superior, definem um volume elevado sobre pilotis – talvez revelando o intuito de conferir uma unidade aos dois edifícios projetados para a

cidade natal de Juscelino. A ideia dos pilotis também era proporcionar uma área para recreio coberto dos alunos, no térreo, integrado a um salão de entrada por meio de um pano de vidro. Conectadas ao salão, estariam localizadas as salas de diretoria e professores, onde se destaca a presença de um pequeno ambiente com painel de Cândido Portinari.



Figuras 130, 131 e 132: Fotos da obra concluída. Fonte: ACI/RJ-SI.  
Foto Marcel Gautherot.

Por uma rampa, no salão, se dá acesso ao pavimento superior, onde estão distribuídas as salas de aula – todas com ampla vista para a paisagem – ligadas por uma circulação ao fundo, iluminada pelos elementos vazados da fachada posterior.



Figuras 133 a 136: Plantas do térreo e superior, corte transversal e perspectiva.  
 Fonte: PAPADAKI, 1956.

*Dos materiais e das técnicas construtivas*

Mais uma vez, vale destacar que a expressividade do projeto é garantida pelo uso correto e inventivo da estrutura em concreto armado. Segundo MACEDO (2002), os pilares inclinados de Diamantina inserem-se nas pesquisas realizadas por Niemeyer, durante sua permanência de três meses nos Estados Unidos para elaboração do anteprojeto para ONU e após seu retorno ao Brasil, em 1947:

Os pilares em “V” das marquises da Pampulha e as abóbadas da Igreja de São Francisco de Assis haviam evoluído para novas soluções ao longo destes dez anos. Oscar usava agora o triângulo estrutural como meio de redirecionar para pontos concentrados no solo as cargas verticais distribuídas de edifícios de múltiplos pavimentos, e não apenas como leves formas estéticas contraventadas (MACEDO, 2002, p.410).



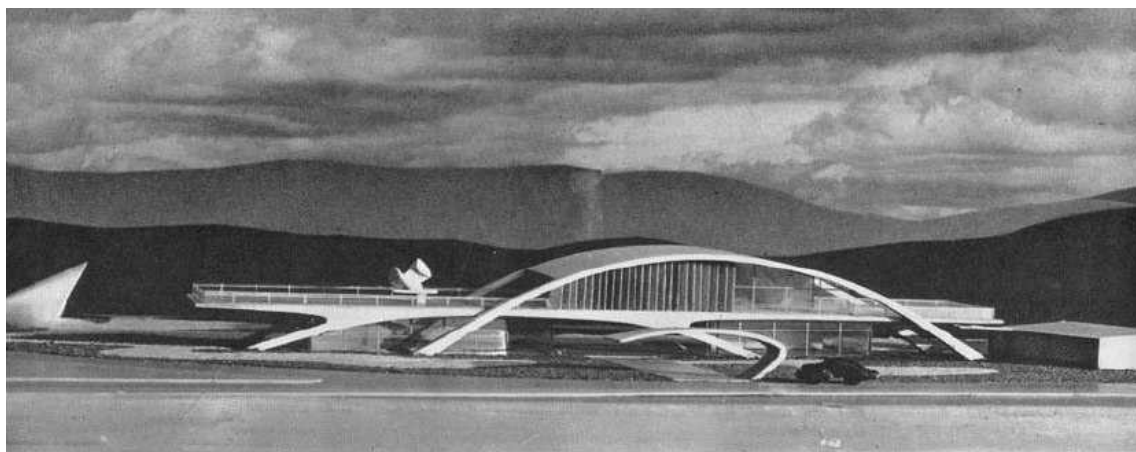
Figuras 137, 138 e 139: Vista da circulação com elemento vazado parcialmente obstruído, painel de Portinari e vista superior, com paisagem de Diamantina ao fundo. Observar, acima, a linha de janelas que proporcionam ventilação cruzada às salas de aula. Fonte: acervo da autora, 2009.

Além dos avanços nas pesquisas estruturais, é notável como Niemeyer faz uso dos materiais em consonância com a funcionalidade dos ambientes: panos de vidro nos recuos protegidos dos pilotis do térreo; dois planos soltos em elementos vazados em concreto e tijolos alternados, protegendo os ambientes da insolação leste. Internamente, os elementos vazados adquirem destaque na composição, gerando uma iluminação natural difusa e permanente na circulação e nas salas de aulas das extremidades do pavimento superior.

Os esquemas modulares estão fortemente presentes no pavimento superior, sendo as áreas sociais do pavimento térreo de tratamento mais livre.

#### 4.2.3. Sede social na Praça de Esportes (1950)

Projeto realizado em 1950, a pedido do Governo do Estado de Minas Gerais, localiza-se à Avenida Francisco Sá, e como já foi destacado, fora dos limites da área tombada. Apesar de inexistirem documentos que indiquem ou que expressem verbalmente a intenção do autor do projeto, arquiteto Oscar Niemeyer, a análise do conjunto arquitetônico, especialmente quando comparado aos outros dois projetos, revela uma grande liberdade plástica. Niemeyer, neste projeto, abandona o volume prismático, a rigidez da ortogonalidade e das repetições modulares em prol de uma expressividade formal mais livre, já verificada nos projetos da Pampulha.



Figuras 140 e 141: Vistas da maquete do projeto original. Fonte: PAPADAKI, 1956.

Implantado no alto de uma encosta, o edifício para sede social de um conjunto poliesportivo já existente em Diamantina, abre suas visuais para a cidade abaixo e tira partido da moldura expressiva de sua peculiar topografia. Desta forma, os terraços, os grandes panos de vidro do projeto original e o desenho da estrutura transcendem as expressões formais de um vocabulário baseado nas fórmulas *corbusianas*, e passam a representar um avanço em busca de um repertório próprio que combina uma apropriação do terreno de modo a valorizar a paisagem do entorno e uma relação ainda mais forte entre arquitetura e estrutura.



Com cálculo estrutural de Werner Muller, o projeto de Niemeyer pode ser decomposto em dois elementos básicos: uma laje horizontal suspensa do chão, apoiadas em arcos – conformando o desenho de uma suave elipse – e uma abóbada curva também apoiada em arcos, interpenetrando o plano elevado, revelando um desenho de extrema simplicidade estrutural e, ao mesmo tempo, grande expressividade formal.

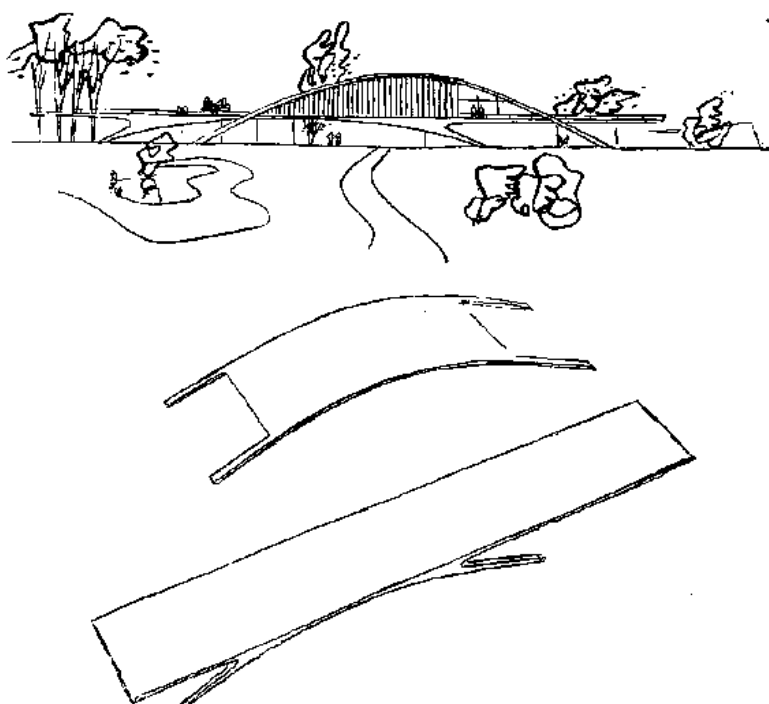
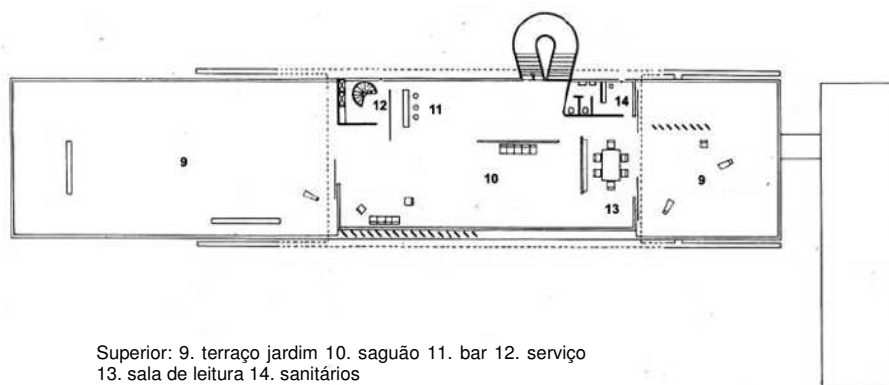
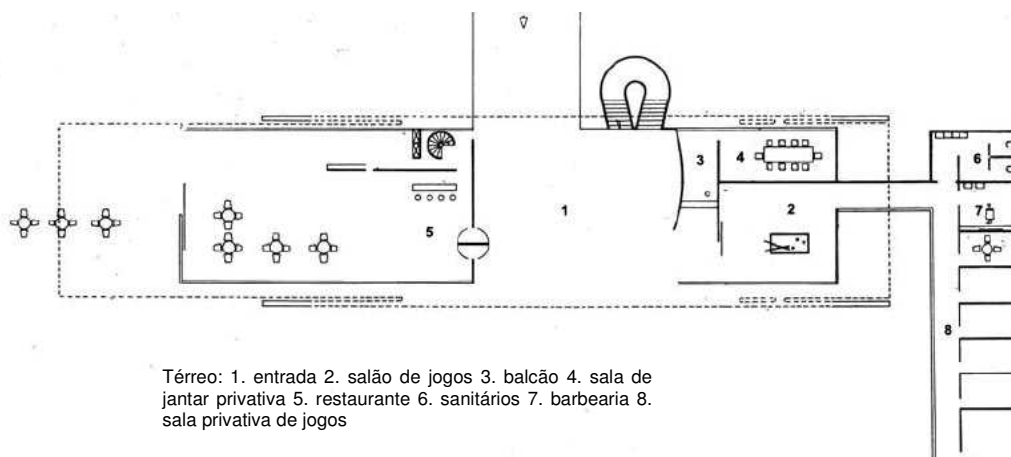


Figura 142: Croquis de Niemeyer decompondo o projeto em seus elementos estruturais básicos.  
Fonte: Macedo, 2002.

Vale lembrar, mais uma vez, que Niemeyer já havia dado provas de sua criatividade, dos avanços das soluções estruturais e de sua quase ilimitada expressividade formal, através das obras da Pampulha. Neste projeto, Oscar parece dar continuidade às pesquisas formais e estruturais que marcaram a capital mineira.

A partir do esquema apresentado no livro de Stamo Papadaki (1956), vemos que o projeto desenvolve-se em dois níveis: no térreo, em planta livre e sob a projeção da laje superior, estão distribuídas, à direita de quem acessa o edifício, a área do restaurante, e, à esquerda, um balcão e uma sala de jantar privativa, além de uma sala de jogos através da qual se acessa um bloco retangular, anexo, com as funções de sanitários, barbearia e salas privativas de jogos. As distribuições ortogonais e modulares presentes no anexo se

contrapõem à planta livre do volume principal, marcando a diferenciação no tratamento das áreas sociais e das de serviço e privadas.



Figuras 143 e 144: Planta do andar térreo e superior. Fonte: PAPADAKI, 1956.

Duas escadas – uma em caracol, associada ao restaurante; e, a outra, para acesso do público – permitem chegar ao pavimento superior, onde estão localizados dois terraços, em cada uma das extremidades, além de um amplo saguão, um bar, uma área de serviços, sala de leitura e sanitários. Também em planta livre, os espaços são delineados pelo mobiliário e pela presença de alguns planos. O fechamento é em esquadria de vidro, permitindo, também nas áreas internas, a fruição da paisagem diamantina.

Em 1952, Niemeyer publica um artigo, na revista *Arquitetura e Engenharia* a respeito do projeto para o Clube Libanês, em Belo Horizonte. É interessante resgatar seu depoimento, especialmente em função das similaridades quanto ao programa e ao partido estrutural e formal entre o projeto para a sede social do clube em Diamantina e o primeiro estudo desenvolvido para BH:

A nossa preocupação ao projetar o Clube Libanês, foi encontrar uma solução que, aproveitando todas as possibilidades do concreto armado, constituísse, plasticamente, obra interessante. A planta adotada, que é simples e construtiva, apresenta estruturalmente dois únicos elementos: uma

placa curva e outra plana, apoiadas ambas em arcos. A primeira corresponde à cobertura e a segunda ao piso das salas.

No jogo desses dois elementos baseou-se o nosso projeto, que evita os clássicos ‘pilotis’.

Plasticamente, a solução é pura, decorrendo sem artifícios de própria estrutura (NIEMEYER, Oscar apud MACEDO, 2002, p.409).

O testemunho deixa claro o amadurecimento do arquiteto Oscar Niemeyer, em busca da expressividade plástica que constituiria a sua marca.

*Dos materiais e das técnicas construtivas*

Em primeiro lugar, é indispensável notar que, nas obras de Diamantina, em comparação com o hotel de Ouro Preto, Oscar Niemeyer avançou em suas pesquisas estruturais e formais, explorando com maior intensidade as possibilidades do concreto armado. MACEDO (2002) lembra que na ocasião das obras não havia engenheiros qualificados para a execução do concreto armado na região, ficando, então, a construção a cargo dos técnicos do DER, responsáveis pelos serviços na estrada.

Talvez para ressaltar a pureza da solução estrutural, em toda a casca externa e nos elementos estruturais é adotado um único revestimento: pastilhas cerâmicas mescladas de branco e pérola; para os pisos do terraço, placas em concreto aparente.

Danilo Macedo explica ainda que os brises propostos no segundo pavimento nunca chegaram a ser instalados. Em lugar deles, Niemeyer recobre parte do pano de vidro com cobogó, executado com elementos pré-moldados de concreto “*de aproximadamente 50x50x10cm com dezesseis furos de diâmetro, assentados em retícula compondo uma verdadeira parede perfurada*” (MACEDO, 2002, p.487).

No tratamento das esquadrias, observamos os panos de vidro que fechavam os pavimentos sociais, com alvenarias apenas internamente, abrindo o edifício para a paisagem e para o verde do entorno.





Figuras 145 a 148: Cenas do abandono: sede social a partir da quadra interna, detalhes da estrutura e do fechamento em alvenaria, e vista a partir do acesso.  
Fonte: acervo da autora, 2009.

Por fim, vale lembrar que todas as obras analisadas fazem uso da expressividade plástica possibilitada pelo concreto armado. Trata-se da afirmação das possibilidades trazidas pelas novas tecnologias, aliadas a uma riqueza formal que tem como base, ou como uma das principais fontes de inspiração, a busca pela representação de uma “brasilidade”. Nas palavras de Lucio Costa:

Oscar Niemeyer, tendo assimilado os princípios fundamentais e a técnica de planejamento formulados por Le Corbusier, foi capaz de enriquecer de maneira imprevista essa experiência adquirida. Imprimindo às formas básicas um novo e surpreendente significado, ele criou variantes e novas soluções cuja graça e requinte eram inovadores; repentinamente os arquitetos de todo o mundo viram-se obrigados a tomar conhecimento da obra desse brasileiro anônimo que era capaz de transformar, sem nenhum esforço aparente – como que por um passe de mágica – qualquer programa estritamente utilitário numa expressão plástica de puro refinamento (COSTA, Lucio. “Oscar Niemeyer: Prefácio para o livro de Stamo Papadaki, 1950. In: *Registro de uma vivência*, 1995, p.196)

Os limites desta linguagem teriam seu ápice em Brasília – uma cidade inteira, projetada sob a influência da doutrina do CIAM (Congresso Internacional de Arquitetura Moderna) – a nova capital do país, cuja idealização e construção iriam entrelaçar, novamente,

estes personagens: Juscelino Kubitschek que, ao decidir construir a nova sede do governo no centro do Brasil, convida Oscar Niemeyer que, por sua vez, prefere encarregar-se somente da concepção arquitetônica, sugerindo um concurso para a escolha do plano urbanístico, cujo projeto vencedor seria de Lucio Costa, em 1957.<sup>12</sup>

A capital é inaugurada em 1960, mesmo ano em que Oscar Niemeyer, em um artigo para a *Revista Módulo*, procurava mostrar os motivos para os novos rumos que sua arquitetura havia tomado:

Revidando às críticas que “os puristas da arquitetura” fazem às soluções mais livres e criadoras que preferimos, demonstrei como essa corrente é formalística, pois, além dos compromissos plásticos que assume para manter a simplicidade e rigidez que tanto a limitam, cria o formalismo mais grave, absoluto, que é o desvirtuamento dos próprios programas construtivos – base de toda a arquitetura –, programas que muitas vezes sugerem partidos diferentes, enquadrando-os, indistintamente, nas formas regulares e geométricas dos seus conhecidos prismas de vidro.

[...]

[...] Neste mesmo espírito se apresentam os elementos construtivos daquela época, como o senti diante do Palácio dos Doges – obra-prima da arquitetura de todos os tempos – com suas esplêndidas arcadas, cheias de arabescos, destinadas a criar um contraste violento com as paredes plenas e pesadas dos andares superiores. E ocorreu-me, então, como seria curiosa uma conversa do autor dessa maravilha com os arquitetos puristas de hoje, e como ele se surpreenderia vendo a arquitetura fria e limitada que realizam, sem um toque de imaginação, num período em que a técnica, muito mais adiantada, lhes permite todos os devaneios (NIEMEYER, Oscar. “Contradição na arquitetura”. In: XAVIER, 2003, p.245-246).

Niemeyer termina o artigo lembrando as palavras de Le Corbusier, ditas a ele em um jantar, em Paris: “*Nosso trabalho é como um rio. Tem um objetivo certo, mas varia e dá voltas durante todo o curso*”. Ao observarmos a obra de ontem e de hoje, de Oscar Niemeyer – que, mesmo após completar um centenário de vida, continua em busca por novas expressividades formais – pode-se atestar o quanto ele aprendeu as lições do mestre francês, e o quanto ainda tem a nos ensinar.

#### 4.3. OUTROS PROJETOS MODERNOS NA CIDADE

Além dos três edifícios projetados por Oscar Niemeyer, a cidade de Diamantina foi território profícuo para a expressão da linguagem moderna em arquitetura. É realmente notável – e destacaria o núcleo dos demais conjuntos mineiros protegidos em 1938 – o

<sup>12</sup> Vale lembrar ainda a tentativa de participação de Le Corbusier que ao perceber, em Brasília, “*uma nova oportunidade de realizar um plano urbanístico em larga escala, sem ter de lidar com facções políticas guerreando, como em Chandigarh, ou enfrentar movimentos pela preservação da arquitetura pretérita, como ocorreu em Paris*”, teria escrito ao então presidente Juscelino Kubitschek oferecendo-se para a tarefa, invocando, como argumento, sua “*bem-sucedida parceria nos anos 30 com os arquitetos brasileiros no prédio do Ministério da Educação*” (CAVALCANTI, 2006, p.207).

número de projetos de partido marcadamente moderno, manifestos em programas não residenciais a serem inscritos nos limites da área tombada. Sua elaboração parece partir de uma premissa central: a da convivência saudável entre a arquitetura moderna – a “boa arquitetura contemporânea”, como entendia Lucio Costa e outros técnicos do SPHAN – e a “boa arquitetura” de outros períodos, em especial, a chamada arquitetura tradicional, correspondente, sobretudo, ao século 18 em Minas. Passado o momento inicial de afirmação do grupo modernista, no âmbito interno do SPHAN, o fato da coexistência entre as obras modernas e a arquitetura tradicional ter sido considerada harmoniosa – no sentido do já citado “*saudável confronto*” – pela equipe liderada por Lucio Costa, pode ter levado a uma redução ou até mesmo interrupção dos debates enfáticos, como então se havia verificado no caso do projeto para o Grande Hotel em Ouro Preto. Isto se reflete diretamente na dificuldade para o resgate e a análise integral dos referidos projetos, pois, em grande parte, suas informações documentais são parciais, insuficientes ou, até mesmo, inexistentes no que concerne ao acervo da instituição.

Se a ocorrência ou não de argumentações internas é de difícil constatação em virtude das lacunas na documentação, algumas pistas indicam que incipientes debates não significavam, necessariamente, unanimidade em torno das soluções apresentadas. Outras vezes o desenho final é resultado de transformações – fruto de um trabalho de prancheta a adequar o projeto às necessidades reais do usuário – e que teriam como diretrizes não as regulamentações normativas do decreto lei 25/37 ou as preceptivas de restauro então formuladas, mas o domínio técnico e a liberdade criadora do arquiteto, orientados pelo discurso racionalista prescrito pela cartilha do CIAM.

Um dos exemplos de escassa documentação é o projeto para a Escola de Odontologia, cuja construção tem início por volta do ano de 1953 conforme atesta a informação de José de Souza Reis, encaminhada ao diretor geral<sup>13</sup>. Nela o SPHAN, além de demonstrar preocupação com as dimensões que a construção final teria, deixa claro que a obra fazia parte de um rol de estratégias políticas do então governador Juscelino Kubitschek, que quer marcar sua administração também em Diamantina com obras impactantes.

---

<sup>13</sup> Informação n.245. v. página 168.



Figura 149: Prédio da antiga Faculdade de Odontologia, atual Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri. Fonte: acervo da autora, 2009.

Localizado na Rua da Glória, em plena área tombada, a preocupação com o volume não é inoportuna, porém não se tratava de uma edificação de maiores proporções que as previstas para o hotel e escola projetados por Niemeyer. Então, na verdade, quando o SPHAN indaga sobre a escala do edifício, preocupa-se, de fato, com a qualidade formal da solução arquitetônica final. No entanto, não encontramos documentos que elucidem acerca das proposições de Oscar Niemeyer demonstrando as alterações propostas pelo arquiteto, sobre o projeto original, nem tampouco qualquer indício de discussão interna desenvolvida posteriormente, no âmbito da diretoria do SPHAN. Como se percebe, o equacionamento da pendência legal – de obra transcorrendo sem aprovação nas instâncias do órgão federal de preservação – parece ter sido resolvido dentro das esferas políticas, o que traria reflexos diretos na rarefeita produção documental. Sem registros que esclareçam suficientemente quais modificações foram propostas sobre o plano original, torna-se arriscado tecer considerações sobre a construção enfim realizada – que sofreu, inclusive, inúmeras alterações posteriores, como o último anexo, edificado, segundo informações obtidas junto à administração da escola, há cerca de seis anos. Vale ressaltar, no entanto, que após o término da obra, não encontramos qualquer parecer ou crítica acerca de sua percepção no conjunto tombado ou com relação à sua opção formal, junto à documentação da época.

Não muito distante dali, na Rua da Caridade, outros dois projetos merecem atenção. O primeiro deles refere-se à construção de um Posto de Puericultura<sup>14</sup> na cidade. Uma carta encaminhada pelo médico do Lactário ao diretor, RMFA, no dia 30 de julho de 1949, inicia o

<sup>14</sup> Outras vezes denominada “Lactário”, na documentação resgatada.



diálogo com o SPHAN. No documento é solicitado apoio da instituição federal no sentido da elaboração de um projeto para o novo posto de atendimento com 47 metros de frente e 12 de fundo e ainda empréstimo de material para andaime, visto que a organização assistencial não contava com o apoio de recursos públicos. Em resposta, o arquiteto José de Souza Reis solicita esclarecimentos quanto ao programa do posto e à localização do terreno. Com presteza, em 24 de agosto de 1949 é encaminhado um anteprojeto com as seguintes considerações de seu autor:

[...] Não nos parece conveniente dar ao projeto maior desenvolvimento antes de submetel-o [sic] à apreciação dos interessados, afim de que receba a necessária critica.

Julgamos que a posição dos compartimentos, isolados da rua pelo pequeno jardim e iluminados e ventilados por cima, convenha [?] mais ao interesse do funcionamento do Posto. Solicitamos a devolução de uma das cópias com as observações que ocorrerem afim [sic] de prosseguirmos no trabalho.

Anexo: 4 cópias do ante-projeto [sic]

5-9-49

José Souza Reis (REIS, José de Souza. Informação s/n. 24/08/1949 a João Antunes. ACI/RJ-SO. Pasta n.525. Rua da Caridade).

O trecho acima revela a enorme disposição do arquiteto da Seção Técnica em atender o interessado, enquanto a imagem do estudo denota a atenção aos preceitos da arquitetura moderna: volumes prismáticos, preocupação com o sistema de ventilação e iluminação, e setorização interna clara, separando as funções básicas de atendimento, circulação e cantina. Na realização deste projeto de cunho social houve, enfim, uma interação com a população – representada pelo médico responsável – como em raras ocasiões se percebeu na história da instituição. No entanto, para surpresa de Renato Soeiro, diretor da D.C.R., enquanto a Seção de Estudos e Projetos organizava o projeto conforme as condições do terreno e programa, a obra fora iniciada obedecendo à outra planta, ficando perdido o estudo elaborado por JR, considerado *“construção econômica [que] permitiria melhor funcionamento e distribuição dos cômodos para o Posto de Puericultura, representando ainda, apreciável contribuição à cidade de Diamantina, como exemplar de boa arquitetura”* (SOEIRO, Renato. Informação n.178 ao diretor geral, em 17/11/1949. ACI/RJ-SO. Pasta n.525. Rua da Caridade).

Em junho de 1950, outro documento redigido por Sylvio de Vasconcellos dava notícia de planta de *“feição tradicional”* sobre a qual, atabalhoadamente, se havia iniciado a construção do Posto de Puericultura:

Procurou-me o interessado e responsável pelo Posto de Puericultura de Diamantina, que oferecendo um novo projeto para o mesmo, *singelo e pobre, na feição tradicional da cidade, esclareceu preferir, porém, construir edifício melhor, mais moderno e bonito* mesmo que disto, decorressem atrasos [sic] e maiores despesas. *Alega que a construção da parte baixa não impedirá que sobre ela se levante qualquer tipo de edificação*, considerando-se a parte feita como embazamento [sic] em corrigenda [sic] do terreno.

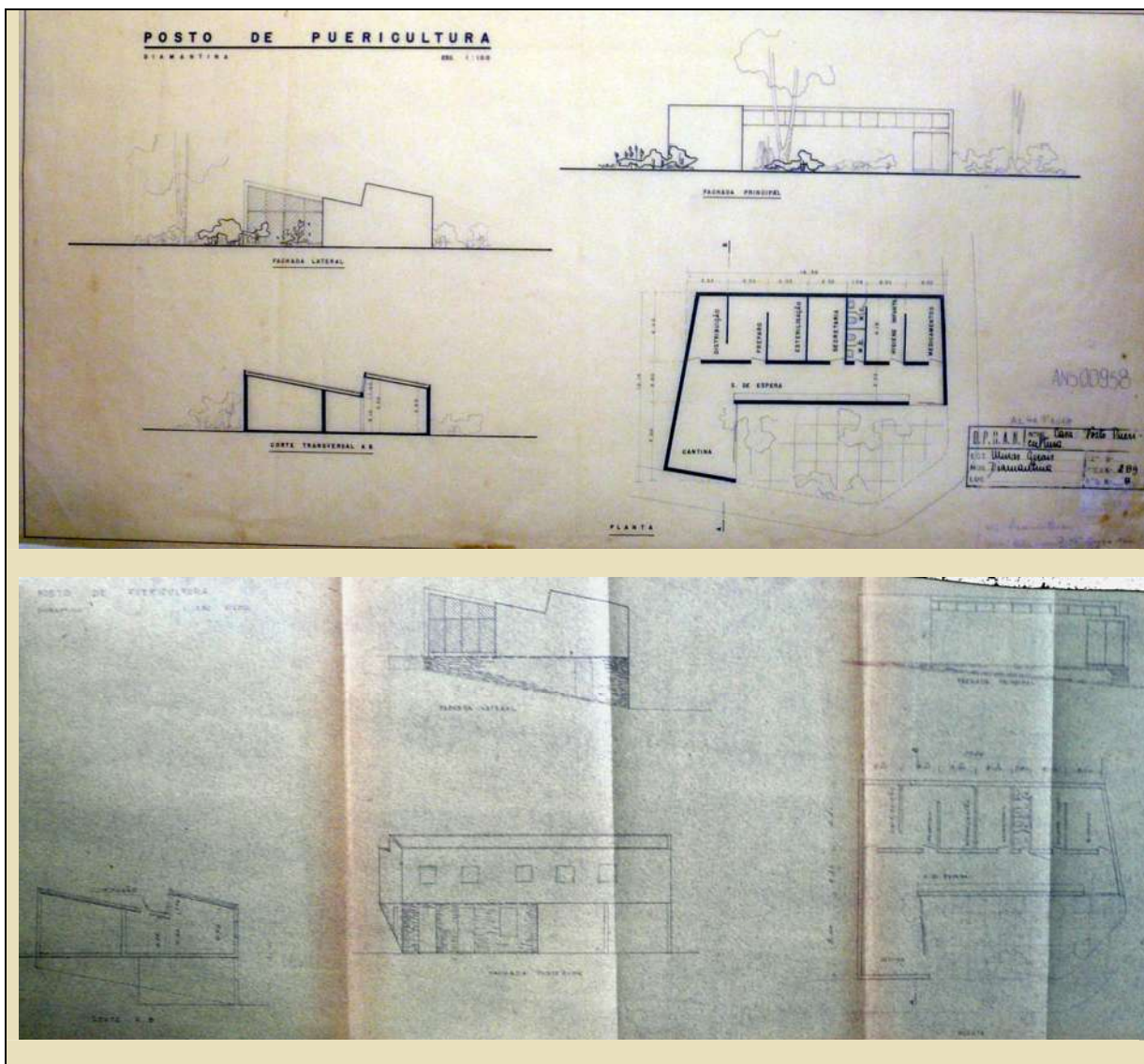
Envio junto as plantas respectivas e um croquis pelo qual se pode ver a situação, em preto, do porão construído, em vermelho, do antigo projeto desta repartição e em azul, uma possível adaptação deste último aproveitando-se a parte já construída completada por pilotis.

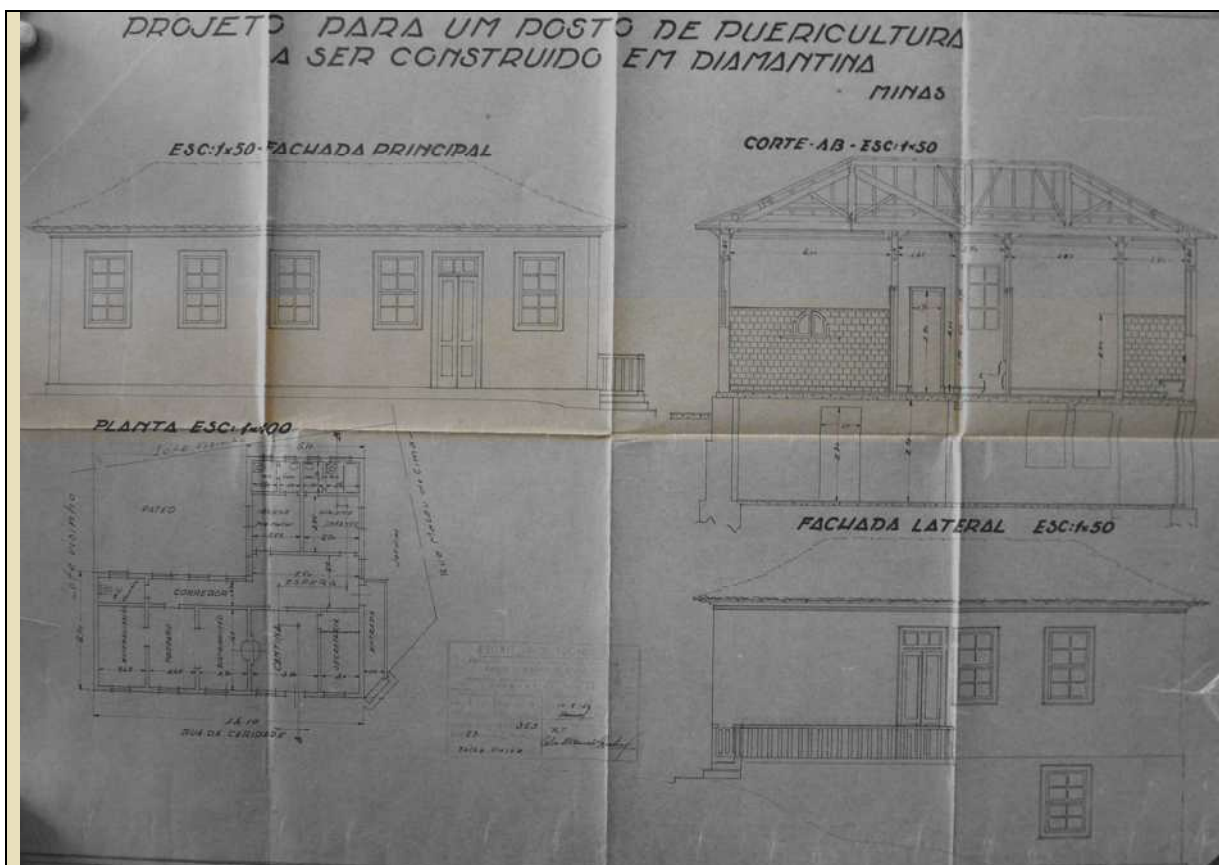
Dada a boa vontade do interessado, penso que valeria a pena tentar atende-lo adaptando-se a solução antiga ou oferecendo nova. Aproveito para chamar a atenção para o projeto antigo que não consig[...]ão iluminação no seu corredor.

Sem mais, apresento-lhe as minhas mais cordiais saudações

Sylvio de Vasconcellos

Chefe do Distrito (VASCONCELLOS, Sylvio de. Doc. 106-50. 7/06/1950. ACI/RJ-SO, Pasta n.525. Rua da Caridade. Grifos nossos).





Figuras 150, 151 e 152: Três variantes para o projeto do Posto de Puericultura: estudo de José Reis, adaptação de Reis sobre a base construída e projeto baseado na representação tradicional (*fig.acima*) encaminhado ao SPHAN. Fonte: ACI/RJ-SO. Pasta n.525. Rua da Caridade.

Chama a atenção os termos utilizados por Sylvio de Vasconcellos para caracterizar o projeto baseado na matriz tradicional como “*singelo e pobre*”, denotando preconceito contra a última solução que, coincidentemente, utilizava a mesma base formal sobre o qual se baseavam as diretrizes do SPHAN para as novas construções no contexto do conjunto urbano tombado, como vimos no terceiro capítulo. Em resposta à sua consulta, JR se manifestou, mais uma vez, com espírito colaborativo para que a solução de projeto encontrasse o caminho mais adequado possível. Entre as alternativas, listou as seguintes: na primeira, sugeria que na impossibilidade da Seção Técnica desenvolver um novo estudo, indicava que o mesmo fosse elaborado pelo Distrito; e, na segunda, que fosse confiado ao departamento de Puericultura do Ministério da Educação “*que com mais forte razão [estava] apto ao fornecimento de projetos para sua especialidade, contando com a colaboração do arquiteto Lucidio Albuquerque Guimarães*”<sup>15</sup>. Recomendava ainda que o projeto não se limitasse à solução antiga, ficando livre para o estudo de novas proposições. Dias mais tarde, José Reis apresentou nova solução [*fig. 151*], adaptando a fachada menor e substituindo os pilares por

<sup>15</sup> REIS, José de Souza. Informação n.67. 13/06/1950. ACI/RJ-SO. Pasta n.525. Rua da Caridade.

muro de pedra para fins de simplificar o desenho, e melhorou a iluminação da galeria com a colocação de *“uma ou duas chapas com janela (clarabóias) das que existem nos tipos de chapas tais como Brasilit”*(JR. Informação n.67. 13/06/1950. ACI/RJ-SO, Pasta n.525. Rua da Caridade). Provavelmente os responsáveis encontraram dificuldades para finalizar a obra, pois em 1951 ainda encontramos um documento informando sobre a abertura de vãos na fachada posterior.

Ainda poderíamos lembrar citar, entre os projetos modernos em Diamantina, o prédio da maternidade Santa Mônica – cuja aprovação teria sido encaminhada à Diretoria por Sylvio de Vasconcellos, em 13 de dezembro de 1955<sup>16</sup> –, o não construído conservatório de música, de autoria de Raimundo Veloso, e a residência estudantil – cuja localização fora escolhida pelo próprio JK, em frente ao hotel Tijuco. Contraditoriamente, para esta construção, situada em plena Macau do Meio, dentro dos limites da área tombada, seria necessário demolir *“três casas de 1 pavimento”* cujo aspecto foi julgado *“sem importância, individualmente”*. A argumentação em prol da demolição das casas mencionava a ausência de valor individual dos exemplares, revelando as contradições que permeavam a conduta pioneira do órgão federal de preservação<sup>17</sup>, e os paradoxos de um projeto que surgiu e que se constituía atrelado à própria experiência política então vigente.

---

<sup>16</sup> A obra, como se apreende a partir do croquis da situação, fica atrás da Escola de Odontologia e nas imediações da nova construção<sup>16</sup>, em situação que, pelas construções modernas já citadas não cremos determinem maiores inconvenientes ao local (VASCONCELLOS, Sylvio de. Of. 760. 13/12/1955. ACI/RJ-SO. Pasta n.524. Rua da Caridade).

<sup>17</sup> Basta lembrar o documento de RMFA a João Brandão Costa, onde explica que, nos casos de conjuntos urbanos *“o que constitui [sic] monumento, pelo seu excepcional valor histórico e artístico, [...], não é nenhum dos edifícios considerados em si próprios, isoladamente, sim, a sua coexistência, a sua conservação em conjunto, formando um todo [...]”*, sendo, por isso mesmo, o tombamento realizado diferente *“de uma série de tombamentos especiais, de bens individualizados, cada um isoladamente considerado”*. Para a conservação *“do aspecto tradicional do todo”*, continua o diretor, *“é mister que se respeite e conserve o aspecto de cada uma de suas partes”*. Cf. ANDRADE, Rodrigo M. F. de. Carta a João Brandão Costa, 17/09/1941. ACI/RJ, Pasta Processo 64-T-38, DPHAN-DET.

## Considerações Finais

Frente ao painel abrangente de ações apresentadas, relativas ao período que se inicia com o tombamento da cidade, em 1938, e se interrompe com o final da direção de Rodrigo Melo Franco de Andrade, em 1967, podemos traçar algumas reflexões face à experiência do SPHAN em Diamantina. Como roteiro, seguiremos os passos do próprio percurso do órgão federal de preservação, onde se observa um primeiro momento de definição de diretrizes, formuladas preliminarmente à sua atuação – ou seja, fala-se aqui do instante inaugural em que a necessidade de definições surge, sem que o SPHAN tivesse passado por uma experiência anterior que servisse de ponto balizador, de onde pudesse partir – e vislumbrado, sobretudo, a partir do discurso do diretor da instituição; um segundo tempo que corresponde ao lugar e à vez da ação concreta, onde a prática governaria a sua atuação e acabaria por revelar os pressupostos que guiariam os procedimentos de intervenção na cidade; e, por fim, o estágio final em que se verificam os resultados alcançados no conjunto tombado, então redesenhado como “patrimônio nacional”.

### I. O DISCURSO INAUGURAL

Não se pode dizer que o SPHAN tenha iniciado sua hercúlea tarefa de salvaguardar o patrimônio arquitetônico e urbanístico de Diamantina sem um plano. Sim, havia um plano – na verdade, uma concepção global do que significava a preservação não somente daquele sítio urbano, mas do conjunto de cidades mineiras tombadas em 1938 – e também havia uma legislação – o decreto-lei n.25/37 que, apesar de não ter sido criado com o objetivo de preservar conjuntos urbanos, se adequaria a este fim.

É bastante elucidativa a troca de correspondência entre o prefeito municipal de Diamantina e o diretor do SPHAN, Rodrigo M. F. de Andrade, em maio de 1938, onde ficam claras algumas noções da concepção do SPHAN relativamente ao tombamento da cidade, e onde já se antevê algumas transformações pelas quais ela passaria. A carta do prefeito Joubert Guerra toca nos pontos nodais da atuação do SPHAN quando questiona acerca do estilo das novas construções, da definição de um modelo-padrão a ser obedecido, dos materiais e dos sistemas construtivos a adotar nas construções ou reconstruções. A resposta de RMFA deixa, por sua vez, transparecer as ideias que, segundo ele, conduziriam a conduta do SPHAN.

A primeira pergunta do prefeito diz respeito à especificação dos bens, objeto da proteção federal e, em sua resposta, RMFA deixa claro que o tombamento realizado referia-se a todo o “conjunto arquitetônico e urbanístico de Diamantina, [...] toda a área urbana construída da cidade, inclusive os logradouros públicos”, esclarecendo ainda que havia a intenção de conservar não só as construções, como também o aspecto geral da cidade. Esta mesma noção – o propósito de proteção da totalidade da cidade, da somatória dos monumentos e não dos bens individualizados – também está presente no documento de 1941, encaminhado a João Brandão Costa, onde o diretor reitera que o valor dos edifícios reside em sua coexistência, em sua conservação “em conjunto, formando um todo”<sup>18</sup>.

Sob esse aspecto, o discurso do SPHAN mostra-se equiparado com seu tempo, demonstrando preocupação em preservar a cidade enquanto documento de um período, e em seu conjunto. Relativamente à noção de documento e ainda quando cita o plano de dividir a cidade em duas porções – uma parte nova, nitidamente separada, onde as construções poderiam ser feitas com maior liberdade, e a velha Diamantina – poderíamos vislumbrar uma influência dos conceitos de Gustavo Giovannoni, cujos princípios foram apresentados no primeiro encontro de especialistas na área de preservação e integrados ao documento resultante, a Carta de Atenas (1931)<sup>19</sup>. No entanto, no que tange ao SPHAN e à documentação consultada, em nenhum momento, foi encontrada qualquer referência explícita a este autor ou seus textos, apenas uma única nota em que RMFA cita a conferência realizada em Atenas<sup>20</sup>. Ao recordarmos as diretrizes da Carta de Atenas, de 1931, com relação aos cuidados a serem

<sup>18</sup> Ver páginas 107 e 122.

<sup>19</sup> Após retornar do encontro em Atenas, G. Giovannoni – então em Roma – prepararia a redação da Carta Italiana (*Norme per il restauro dei monumenti*), cujo texto seria aprovado em dezembro do mesmo ano, pela “Direção de Antiguidades e Belas Artes”, e publicado oficialmente em janeiro de 1932. Segundo F. Choay (2001, p. 195), Giovannoni teria sido o primeiro a nomear o termo “patrimônio urbano” cuja doutrina apresentaria, de forma pormenorizada, no livro *Vechie città ed edilizia nuova*, Turim, Unione tipográfico-editrice, 1931. Um de seus princípios – já expressos no título – residiria na forma de organização dual dos organismos urbanos: de um lado, a cidade antiga, e, de outro, a planejada. Tendo como matriz a teoria de Camillo Boito, Giovannoni proporia o respeito a todas as fases do monumento, a máxima conservação e, no caso de restaurações necessárias, que se adotasse o critério da distinguibilidade dos novos elementos (Cf. Jokilehto, 2002, p.354). Do ponto de vista urbanístico, alertava para a necessidade de realização de planos diretores para integração dos fragmentos antigos, bem como para os contextos ou entornos dos monumentos.

<sup>20</sup> Em uma entrevista ao *Diário da Noite*, publicado no Rio de Janeiro, em 19 de maio de 1936, Rodrigo ao mesmo tempo em que situa os modestos recursos para viabilizar os trabalhos do SPHAN, os situa em um patamar de nível internacional: “De início, apesar do vulto e da amplitude dos encargos, a nossa produção deverá ser modesta, pois o Serviço dispõe de pessoal reduzido – um diretor, um secretário e duas datilógrafas – e quase não há verba. [...] Recentemente se reuniu em Atenas uma conferência internacional para assentar, na órbita mundial, as mesmas e oportunas medidas que o nosso Serviço objetiva e sob o alto e inspirado sentido de que os patrimônios históricos e artísticos nacionais transcendem e são de interesse da comunidade universal” (ANDRADE, 1987, p.24-25).

tomados com o entorno dos monumentos e com a preservação de “*perspectivas pitorescas*”<sup>21</sup>, devemos reconhecer que a proposta do SPHAN pretendia ir um pouco mais longe ao tombar a totalidade de uma área urbana.

Porém, ao mesmo tempo em que o SPHAN mostrava-se pioneiro ao propor como objeto de proteção um conjunto urbano, por outro lado, na atribuição de valor envolvendo o bem sob ação de preservação, o órgão federal ainda se prendia às noções de “valor histórico” e “histórico-artístico”, restringindo seu olhar à arquitetura. Desse modo, acabava por se revelar limitado em relação às definições abrangentes do Anteprojeto de Mário de Andrade que incorporavam a proteção da paisagem e das manifestações culturais locais não eruditas – incluindo a arte ameríndia e o folclore –, entre os bens culturais a preservar<sup>22</sup>.

#### *Recusa aos modelos de referência*

Na segunda e terceira questão do documento dirigido à autoridade máxima da instituição federal de preservação, Joubert Guerra, sem rodeios, pergunta:

...são permitidas, nesta cidade, as construções em estilo moderno – *bungalows, chalets e semelhantes [sic]*?  
...qual o modelo-padrão a ser obedecido e aconselhado nas futuras construções?

Estas duas perguntas e a sequência de interrogativas que seguem<sup>23</sup> – todas revestidas de lato pragmatismo, inerente àquele que não está distante da cidade tombada; mas, ao contrário, vivencia a todo o momento as transformações pelas quais ela passa, sendo receptor das demandas da sociedade local – são evidências dos rumos futuros que a atuação do SPHAN tomaria. Seu questionamento é um primeiro passo do SPHAN em direção à ação concreta – ainda que a resposta do diretor tentasse desviar este curso.

Fato é que o SPHAN ainda se encontrava no plano do discurso, no momento da idealização, instantes que antecediam a ação concreta. Aos questionamentos foram dadas respostas oportunas, e que, no entanto, mais tarde, se mostrariam insuficientes frente à realidade do cotidiano diamantino, dos trâmites burocráticos necessários aos trabalhos e do

---

<sup>21</sup> “A conferência recomenda respeitar, na construção dos edifícios, o caráter e fisionomia das cidades, sobretudo na vizinhança dos monumentos antigos, cuja proximidade deve ser objeto de cuidados especiais. Em certos conjuntos, algumas perspectivas particularmente pitorescas devem ser preservadas”. Cf. IPHAN (2000, p. 14).

<sup>22</sup> Para o Anteprojeto do SPAN de Mário de Andrade, v. Chuva (1998, p.133-139); Sant’Anna (1995, p.85-88); Fonseca (2005, p.98-106).

<sup>23</sup> Se toda reconstrução dependeria de planta, e se esta deveria ser feita sem alteração de estilo; se seria permitido a colocação de telhas francesas nas construções antigas; que tipo de esquadria seria adotada nas construções e reconstruções; se as casas comerciais poderiam colocar portas de ferro.



volume de construções novas e de restaurações no existente. As duas perguntas foram respondidas com negativas: afinal, *“onde existe tão boa tradição de arquitetura, seria deplorável que principiassem a ser imitados os maus exemplos arquitetônicos, falseando-se os verdadeiros princípios da arte da construção, como sucede na maioria das casas chamadas de ‘estilo moderno’”*. Também não haverá *“modelo-padrão a ser obedecido”*, mas apenas *“sãos princípios de boa arquitetura a serem conservados e mantidos, pois neles reside o interesse artístico da cidade”*. Nas entrelinhas, o que se apreende, é um discurso evasivo; a resposta veio preencher um vazio: não haverá um modelo-padrão porque não existe ainda um modelo – este seria ainda construído no desenrolar da ação concreta.

No argumento de RMFA, juntamente com a recusa em fazer uso de qualquer modelo de referência, comparece, ainda, a crença no papel do arquiteto, no projeto de arquitetura, diferenciando-se a “boa arquitetura” das demais – cujos padrões se referenciam pela “vitrine mundial”. Caberá ao arquiteto – aponta Rodrigo M. F. de Andrade – recolher da arquitetura tradicional brasileira suas referências e retirar delas *“o máximo partido possível [...] para suas obras, sem preocupação, porém, de copiar estilo”*. E numa cidade *“de tão boa tradição”* – e escolhida para recontar a história da nação, através de sua arquitetura, de seu urbanismo, e de seus bens integrados – não seriam apreciadas as “modas importadas”, *“os maus exemplos arquitetônicos”*. É esse o tema de Lucio Costa, não só na carta em defesa ao Grande Hotel de Ouro Preto, como também em seus estudos de arquitetura brasileira, onde irá tecer a relação entre arquitetura moderna e arquitetura tradicional.

Era a hora de entrar em cena a arquitetura moderna. Apesar de não fazer referência explícita ao estilo moderno, a noção de invenção está presente, mas não qualquer invenção: a invenção a partir da tradição, como era o caso da vertente modernista brasileira. RMFA utiliza a carta ao prefeito municipal de Diamantina como instrumento de propagação das ideias que os arquitetos do SPHAN procuravam defender. Enquanto elaboração discursiva, a meta do SPHAN era clara, objetiva, concisa. Quando a ação concreta se inicia, seu projeto moderno encontraria outros atores, novas demandas, a cidade real.

#### *O dilema da volta no tempo*

Ainda que não se referisse de forma direta ao tema do retorno a um suposto momento “original”, esta noção foi notada nos documentos redigidos por Rodrigo M. F. de Andrade, em duas circunstâncias: na resposta a João Brandão, quando se refere à cidade como *“documentação viva da sua formação e desenvolvimento originários”*, e no instante em que

começa a explicitar os procedimentos para as novas construções que apesar de “*novas*” e “*convenientemente afastadas*”, deveriam ser executadas “*com o mesmo espírito com que foram erigidas as antigas edificações que hoje aí admiramos*”.

Na primeira situação fica claro que o SPHAN se remete ao século da formação e consolidação da cidade e dá maior importância a tudo o que é fruto deste período – arte, arquitetura e urbanismo, especialmente. Enuncia, assim, nas entrelinhas, o que não está dito de outro modo: que, por mais que divulgasse que o tombamento se referia a todo o conjunto urbano de Diamantina, o SPHAN valorizaria de modo diferenciado aquilo que dizia respeito à documentação de seu período primitivo de formação e desenvolvimento. Isso também se daria no âmbito dos procedimentos relativos às intervenções no conjunto tombado.

Com relação ao tema das novas construções, a matéria é ainda mais controversa. O paradoxo aparece na tentativa de definição preliminar de parâmetros para as novas construções. O diretor tenta estabelecer as diretrizes, passo a passo: primeiro, se são novas, precisarão ser detidamente examinadas; segundo, se fossem situadas “*em local afastado da cidade antiga, sem risco de lhe causar prejuízo ao aspecto característico*”, poderia haver maior liberdade – mesmo assim haveria necessidade de um estudo atento. Ainda que atendessem a estas condições – não alterando o aspecto do conjunto urbano e sendo suficientemente distantes da parte antiga – as *novas* construções deveriam ser feitas à semelhança das *antigas* edificações, inclusive com a utilização “*dos materiais característicos da região e segundo os sistemas construtivos correntes no lugar, cuja tradição felizmente se conserva bem viva em Diamantina*”. No entanto, ao traçar este esboço, RMFA faz questão de ignorar que outros estilos também são encontrados e executados na cidade, no final da década de 1930 – os *bungalows* e *chalets* citados pelo prefeito são prova disso. Há, como se percebe, um grande desejo de retornar ao momento de origem da cidade, mesmo que, para isso, o SPHAN tenha que combater, com empenho, toda referência arquitetônica que não diga respeito ao século 18, em especial, as referências do ecletismo – uma visão tipicamente modernista.

## II. O MOMENTO DA AÇÃO: A PRÁTICA REORIENTA O DISCURSO

Desta orientação geral, preliminar, partiu-se para a ação propriamente dita. Ou seja, traçado o roteiro enunciado pelas respostas às indagações do prefeito, e tendo como anteparo legal o Decreto-lei 25/37, os trabalhos do SPHAN em Diamantina teriam início, contando

com a indispensável colaboração de João Brandão Costa. A prática de atuação do SPHAN, no entanto, iria revelar novos pressupostos que guiariam, então, os procedimentos de intervenção no conjunto tombado de Diamantina, inscrevendo, entre acertos e méritos, também inadequações teórico-conceituais e incoerências – notadas tanto ao se cotejar o discurso com a práxis, como ao se arrolar os parâmetros adotados e suas justificativas, ao longo do tempo – que, em parte, se justificam por se tratar de uma experiência precursora, e que não contava ainda com um *corpus* referencial consolidado, inclusive no plano mundial.

*Definindo contornos: o núcleo tombado e seu entorno*

Se havia, no instante inaugural da experiência do SPHAN, a expectativa e o interesse em proteger a totalidade da cidade, o órgão federal de preservação seria logo confrontado com a implacável realidade: pressões políticas advindas de uma administração municipal pouco colaborativa demandariam a delimitação de uma área da cidade onde incidiriam os efeitos do tombamento, separada das demais que deveriam ficar isentas de suas “*exigências*” e para onde a “*urbs*” poderia expandir-se livremente. No processo de desenho dos contornos desta zona tombada, os técnicos do SPHAN revelariam o olhar seletivo em que enquadravam seu conceito de *histórico* e *histórico-artístico*, pois ao proporem uma primeira área, e depois revisarem a planta elaborada pela prefeitura, incluiriam o trecho correspondente ao antigo Arraial dos Fôrros, deixando, no entanto, excluído o significativo segmento relativo à estação ferroviária, de feições ecléticas – edificação construída já no século 20, porém integrante do eixo de expansão da área contígua ao seminário e igreja Sagrado Coração. Já deixariam claro, então, o modo como a questão formal teria ênfase em seus procedimentos de trabalho, ditando, inclusive as decisões no plano das intervenções no conjunto tombado. O tema, como já demonstrado, aportaria submetido aos conceitos do grupo que o elaborava. Se no início as opiniões divergentes e os debates, como o ocorrido no caso do projeto para o Grande Hotel em Ouro Preto, pareciam ser inerentes à natureza de um órgão composto por múltiplas vozes; a partir daquele instante, se deflagraria uma situação que dominaria o ambiente do SPHAN, durante as décadas seguintes: a da autoridade maior conferida a Lucio Costa e a consequente hegemonia do grupo modernista.

Mas também fora da repartição, os rumos pareciam sair da rota traçada por RMFA. É interessante observar como surge, no início da década de 1940<sup>24</sup> – ou seja, tão logo o SPHAN

---

<sup>24</sup> Um bom exemplo pode ser dado através da carta de RMFA a João Brandão Costa, encaminhada em 17/09/1941, em que o diretor se refere ao proprietário de um imóvel como “*interessado recalcitrante*”. Ver página 123.

principia sua atuação em Diamantina –, uma figura “nova”: a do morador da cidade. Não que o órgão federal de preservação imaginasse núcleos tombados esvaziados de população local. Não, isto não iria corresponder ao cenário imaginado pelo SPHAN ao instituir as seis cidades mineiras como “patrimônio nacional”, preservadas e legadas ao futuro para serem contempladas pelo olhar da nação. O que não era desejado é que esta população demandasse em contrário, ou interferisse nas posturas idealizadas pela instituição. Lembremos que no discurso inaugural do diretor ao prefeito a única figura que comparece é a do arquiteto local; a população não teria direito de atuar, de opinar, não teria voz e não teria gosto pessoal – caberia ao arquiteto projetar a “*boa arquitetura*” para suas moradias. Por isso, a expressão pouco afável utilizada pelo diretor ao se referir ao proprietário de um imóvel não notificado de seu tombamento e o recurso da notificação individual – contrariando o que havia sido previsto<sup>25</sup> –, expediente empregado para “*tirar-lhe a vontade de demandar*”.

É como se, ao SPHAN, coubesse, além do papel de fiscalizador das ações em prol da preservação do bem tombado, uma tarefa paralela a essa “missão”, porém tão fundamental: a de “conter” as vozes dissonantes, fundando, assim, de fato uma nação “moderna” – deixando transparecer de modo claro a face autoritária do governo getulista. Para isso, seria preciso recomendar não só que se abandonassem as “*demolições de casas antigas*”, a “*modernização das respectivas fachadas*”, as “*construções novas de estilo que contraste com o das edificações tradicionais*”, como também “*as improvisações*” e “*os processos obsoletos de construções sem planta*”. No entanto, com o passar do tempo, a prática cotidiana e a urgência das demandas crescentes fariam com que o SPHAN voltasse atrás, indicando que os casos simples poderiam “*dispensar a apresentação de levantamentos e projeto, sendo suficiente a indicação na fotografia*”<sup>26</sup>. Conduzidos pela contingência das ações, o SPHAN não temeria em reorientar o seu próprio discurso.

*Entre a reprodução do repertório tradicional e a arquitetura moderna: criando um cenário “nacional”*

Do mesmo modo em que havia inicialmente uma visão global de cidade a ser preservada, mas que teria, ainda nos primórdios da década de 1940, que ser recortada em duas fatias distintas – o núcleo “antigo”, sob a tutela do órgão de preservação, e as áreas situadas fora da zona de tombamento –; no âmbito da atuação sobre os imóveis existentes e a construir também se verificariam novos direcionamentos às questões preliminarmente colocadas como

<sup>25</sup> “*O tombamento de Diamantina, como os demais tombamentos em conjunto, foram, por isso, feitos na forma do art. 5º, e notificados às competentes Prefeituras Municipais*”. V. página 123.

<sup>26</sup> Documento intitulado “*Obras particulares em Diamantina*”, p. 133-134.

corolários. Ao serem confrontadas as respostas dadas ao prefeito municipal com as posturas adotadas a partir dos pedidos para novas construções e para o restauro das edificações existentes, verifica-se que, ao contrário do que havia sido verbalmente exposto, o estabelecimento de um modelo-padrão, aos poucos, constituiu regra no conjunto tombado de Diamantina.

O nível de detalhamento das respostas – como verificado nos exemplos que se recolhe da documentação consultada – decaía na medida em que crescia o número de pedidos. Na mesma proporção em que se ampliavam os tipos de casos e os diferentes níveis de reformas – variando das pequenas intervenções que pouco ou nenhum risco representavam à feição do imóvel para aquelas que causariam maior impacto na cena urbana –, aumentava a tendência à padronização dos despachos. Uma justificativa apresentada era a de “*acostumar as populações com as exigências*”, sujeitando a aprovação dos requerimentos a “*certas normas*” o que era quase sempre “*atendido, com raras exceções*”<sup>27</sup>. A esta burocratização crescente dos trabalhos – nota-se que a “rotina” dos despachos aumentava independente do nível hierárquico do SPHAN, tanto na diretoria geral, quanto na sede regional ou junto ao colaborador local – não correspondia, necessariamente, uma maior qualidade arquitetônica dos projetos apresentados, nem tampouco melhores soluções urbanísticas. Na verdade, quando o SPHAN estabelece um roteiro a ser seguido na elaboração dos projetos – inclusive para as novas construções – acaba se afastando do propósito inicial de conferir “*maior liberdade em tais iniciativas*” – ideia que tanto o ligava à figura do arquiteto, do projeto e da invenção. Tornava-se, então, proibido ser inventivo no que se referia ao casario tradicional.

No entanto, percebe-se que, além disso, algumas características intrínsecas a essa arquitetura vão, pouco a pouco, se alterando – apesar das normas aparentemente rígidas. Entre elas, poderíamos lembrar a substituição das portas de madeira por portas de ferro nas casas comerciais, a elevação paulatina dos telhados alterando a proporção das casas, as incontornáveis mudanças de cor – “recuperando” o tom branco da caiação mesmo em exemplares recentes –, o desaparecimento das janelas de duas folhas de abrir – solução típica, bastante encontrada no início da atuação do SPHAN na cidade –; todas estas alterações não somente permitidas, como algumas até mesmo incentivadas pelo próprio órgão de preservação. Necessário citar ainda a questão da técnica construtiva e de que como ela não é incorporada às “*exigências mínimas*” elaboradas pela DPHAN<sup>28</sup> – ao contrário daquilo que havia sido elaborado no plano do discurso inaugural do diretor da instituição. É no mínimo de

---

<sup>27</sup> Ver transcrição à página 121.

<sup>28</sup> Ver nota 27, p. 120.

se estranhar que estudiosos da arquitetura do calibre de Lucio Costa, Sylvio de Vasconcellos, José de Souza Reis, Paulo Thedim Barreto, entre outros, nunca tenham acrescentado aos comentários constantes dos despachos notas ou interrogativas a respeito dos sistemas construtivos a adotar nas restaurações cujas autorizações haviam sido solicitadas. O chamado “órgão de preservação” não cuidou em preservar as técnicas e os sistemas construtivos em claro processo de desaparecimento, tais como o pau-a-pique. Pouco a pouco, nas reconstruções do casario a alvenaria de tijolos substituiu integralmente as delgadas estruturas originais sob aprovação do SPHAN. Apenas nas intervenções realizadas pela equipe de obras do SPHAN, na cidade, técnicas tradicionais ainda resistiriam durante certo período. Isto se deu muito mais em função da capacidade técnica e do arbítrio dos mestres de obra locais experientes – como José Lopes e Dagmar da Silva, do que das diretrizes advindas da diretoria central.

Duas justificativas podem ser citadas como condutoras do processo de intervenções na cena urbana de Diamantina, tanto relativamente às novas construções quanto às restaurações do existente. A questão do *nacionalismo* é a primeira delas, e, apesar de sua origem ser anterior ao grupo que liderou a criação do SPHAN – como pudemos constatar através do pensamento de Alceu Amoroso Lima –, ele retorna à cena política e cultural com vigor enorme após a ascensão de Getúlio Vargas. Também não desvinculado à noção de “nacional”, porém com conceitos e consequências que vão além desta, está o *movimento moderno* cuja origem e experiência concreta está profundamente conectada à criação do SPHAN e às ações em prol do núcleo tombado de Diamantina. As relações que daí emergem deixaram marcas profundas, não só no plano tangível – arquitetônico e urbanístico, sobretudo – da cidade de Diamantina, mas propagaram-se, como veremos, além das fronteiras mineiras, chegando até as posturas contemporâneas de preservação de diversos órgãos e conselhos espalhados pelo país que ainda têm o IPHAN como referência de atuação.

Se em seu discurso inaugural, Rodrigo Melo Franco de Andrade se recusava a admitir a adoção de modelos-padrão, renegando, peremptoriamente, a cópia, o falso e a arquitetura do historicismo, então corrente tanto no Rio de Janeiro – cidade de onde partiam as concepções de intervenção – quanto em Minas Gerais – território onde tais conceitos eram postos em prática –, como em todo o Brasil; os fatos se sucederiam, demonstrando as incoerências da experiência propriamente dita. A supremacia do *aspecto formal* em relação à matéria original, aos conceitos teóricos e ao ato de projetar mostrar-se-ia absoluta. A questão do nacional e os pressupostos modernos atuavam sobre a diretriz de intervenção no conjunto urbano, conduzindo-a em direção à constituição de um modelo, concebido pelos arquitetos da direção

central do SPHAN e baseado na feição da arquitetura do século 18. Nesse percurso – cuja meta central seria a paulatina remodelação dos elementos arquitetônicos com o objetivo de melhor caracterizar o cenário da cidade tombada –, o repertório da arquitetura tradicional seria utilizado conforme a cartilha modernista. Paralelamente à valorização do século 18, sustentar-se-ia a negação do século 19 – o século das “*arquiteturas importadas*” –, expresso em vocábulos pouco elogiosos e em situações de intervenção resgatadas<sup>29</sup>.

Do século 18 se galgaria, diretamente, o 20 onde seriam, então, tecidas as relações entre a arquitetura vernacular e as expressões modernistas. Na arquitetura do concreto armado, a invenção novamente reassumiria seu lugar, utilizando um vocabulário comum aos projetos realizados nos conjuntos tombados e fora deles, pois se para a arquitetura moderna não haveria “modelo-padrão” preestabelecido a ser seguido nas áreas ditas “históricas”, havia uma proposta maior de conexão com a tradição construtiva brasileira através do uso dos elementos vazados, do purismo da cor branca, da linguagem dos materiais – como a pedra, a cerâmica e a madeira. A ponte ao futuro deveria construir-se solidamente. A figura do arquiteto, então, reapareceria e os projetos modernos ganhariam destaque na política desenvolvimentista, que contaria com a arquitetura e o urbanismo como parte integrante e fundamental de sua estratégia.

*Viollet-le-Duc aplicado ao urbano*

Assim que a ação concreta tem início, torna-se claro o contraponto entre o tom *ruskiniano*<sup>30</sup> do discurso do diretor RMFA ao evocar a proteção do “*espírito com que foram erigidas as edificações que hoje aí admiramos*”, a “*harmonia e o encanto antigo*”, a preservação do “*bem imaterial, que é toda a cidade*” e do “*aspecto tradicional*” – como se

<sup>29</sup> Ver capítulo 3, onde são citadas as expressões “*ornatos grotescos*”, “*vidraças impróprias*”, e comentadas as intervenções no Cine Trianon, entre outros exemplos.

<sup>30</sup> Em *A Lâmpada da Memória*, o escritor inglês aponta: “*É um daqueles deveres morais que não deve ser negligenciado mais impunemente – porque sua percepção depende de uma consciência sutilmente afinada e equilibrada –, o de construir nossas moradias com cuidado, paciência e amor, e perfeição diligente, com vistas à sua duração ao menos por um período tal que, no curso usual dos ciclos nacionais, possa-se supor que perdure até a completa alteração de direção dos interesses locais. Isso, no mínimo; mas seria melhor se, em todas as instâncias possíveis, os homens construíssem suas próprias casas numa escala mais compatível com sua situação inicial, do que com suas realizações ao final de sua carreira mundana; e construíssem-nas para durar tanto quanto se pode esperar que dure a mais robusta obra humana; [...]. E quando as casas forem assim construídas, poderemos ter aquela verdadeira arquitetura doméstica, que dá origem a todas as outras, que não desdenha tratar com respeito e consideração a pequena habitação, tanto quanto a grande, e que investe com a dignidade da humanidade satisfeita a estreiteza das circunstâncias mundanas*”. Ruskin (2008, p.58-59). Em John Ruskin, há claramente a ideia de conservação, em repúdio à de restauração: “*Não falemos, pois, de restauração. Trata-se de uma Mentira do começo ao fim. Você pode fazer um modelo de um edifício como também de um cadáver, [...]. Mas o antigo edifício estará destruído, de uma forma mais completa e impiedosa do que se tivesse desabado num amontoado de terra, [...]. [...] Cuide bem de seus monumentos, e não precisará restaurá-los* (Ibid., p. 81-82).



coubesse ao SPHAN a tarefa de “simplesmente” zelar pela conservação do sítio urbano existente tal como ele se apresentava –, e o caráter intervencionista – traço associado ao teórico Viollet-le-Duc<sup>31</sup> – que o cotidiano da repartição e dos agentes locais acabou assumindo. Pois, após a demarcação da zona tombada – mais densamente ocupada – houve um movimento no sentido da ocupação dos lotes vagos, bem como aumento no número de pedidos de remodelação de fachadas e de restauração nos edifícios remanescentes em estado precário de conservação. No mesmo ano do tombamento de Diamantina, o SPHAN já teria que se organizar para dar andamento aos procedimentos da intervenção na cidade. Era o início de longos anos de raro tempo para contemplação, fruição e reflexão sobre a própria atividade que giraria em torno, essencialmente, da análise dos pedidos encaminhados ao SPHAN e do gerenciamento das obras de restauração.

Guardadas as devidas proporções, podemos traçar uma aproximação entre as teorias *violletianas* e o procedimento projetual adotado nas intervenções arquitetônicas empreendidas pelo SPHAN pautada, como vimos, pela adoção de modelos abstratos cuja referência primordial seria a dos elementos compositivos da arquitetura tradicional. Nessa associação, a arquitetura do período medieval francês estaria para Viollet-le-Duc, assim como a arquitetura tradicional brasileira – mais especificamente, aquela produzida pelo ciclo do ouro em Minas Gerais – estaria para o SPHAN. Se para completar (ou restaurar) partes de seu edifício, Viollet recomendava o estudo atento das características de determinado “*estilo pertencente a cada escola*”<sup>32</sup>, criando, a partir daí, um “*modelo ideal*”<sup>33</sup> que serviria de base para as operações de reconstituição (ou de restauração); o SPHAN teria operado de modo semelhante ao propor, nos casos de redesenho de fachadas semiarruinadas ou em estado precário de conservação, e nos preenchimentos de lacunas com novas construções dentro da área tombada, a aplicação de um repertório, selecionado por eles, que melhor caracterizaria a

<sup>31</sup> Segundo Beatriz Mugayar Kühl: “A posição de Viollet-le-Duc era diametralmente oposta à de John Ruskin que, na Inglaterra, em 1849, publicara *The Seven Lamps of Architecture* em que faz pesadas críticas às restaurações. Ruskin era o expoente de um movimento que pregava absoluto respeito pela matéria original, que levava em consideração as transformações feitas em uma obra no decorrer do tempo, sendo a atitude a tomar a de simples trabalhos de conservação, para evitar degradações, ou, até mesmo, a de pura contemplação” (*Viollet-le-Duc e o Verbete Restauração*. In: Viollet-le-Duc (2000, p.19).

<sup>32</sup> “O arquiteto encarregado de uma restauração deve, pois, conhecer exatamente não somente os tipos referentes a cada período da arte, mas também os estilos pertencentes a cada escola” (VIOULET-LE-DUC, op. cit., p.48).

<sup>33</sup> Valemo-nos, mais uma vez, da explicação já registrada por Beatriz M. Kühl: “Viollet-le-Duc [...] passa do exercício teórico à prática em edifícios medievais. Procura entender a lógica da concepção do projeto que, quando compreendida como um todo, daria respostas unívocas. Não se contenta unicamente em fazer uma reconstituição hipotética do estado de origem, mas procura fazer uma reconstituição daquilo que teria sido feito se, quando da construção, detivessem todos os conhecimentos e experiências de sua própria época, ou seja, uma reformulação ideal de um dado projeto. O seu procedimento se caracterizava por, inicialmente, procurar entender profundamente um sistema, concebendo então um modelo ideal e impondo, a seguir, sobre a obra, o esquema idealizado” (*Viollet-le-Duc e o Verbete Restauração*. In: VIOULET-LE-DUC, op. cit., p.18).

arquitetura do período, compondo, assim, o “novo” cenário de Diamantina, então tornado “patrimônio nacional”.

Mas, se for o caso de refazer em estado novo porções do monumento das quais não resta traço algum, seja por necessidades de construção, seja para completar uma obra mutilada, então o arquiteto encarregado de uma restauração deve imbuir-se bem do estilo próprio ao monumento cuja restauração lhe é confiada (VIOLLET-LE-DUC, 2000, p.53).

O conceito registrado no verbete *Restauração*, pode ser, por analogia, vislumbrado no modelo abstrato criado pelo SPHAN, na reprodução de casas com telhados “coloniais”, beirais em madeira, marcos de portas e janelas de caixão inteiro, folhas externas de calha ou guilhotina, pintura a cal nas paredes e a óleo nas madeiras, e remoção dos barrados nas fachadas<sup>34</sup>.

No entanto, é claro que, ao ampliarmos o cotejamento entre as teorias de Viollet-le-Duc e a experiência do SPHAN, distinções logo se tornam visíveis. Por exemplo, podemos apontar a distância entre a rotina de Le-Duc – cujo conhecimento se baseava em um profundo conhecimento das especificidades de cada escola arquitetônica e uma vivência do canteiro de obras – e a estrutura do órgão brasileiro, composto pela direção central – onde eram gestadas as concepções e o direcionamento dos trabalhos –, escritório regional, e apoio local. Era em Diamantina, ou seja, ao nível da equipe local, que os serviços de campo – as intervenções propriamente ditas – aconteciam, longe do olhar do 3º Distrito, a certa altura ocupado com o levantamento cadastral e as obras em Ouro Preto, e ainda mais distante do gabinete de LC e RMFA, no Rio de Janeiro. Instaurada a distância da população, desde os primórdios de sua atuação, não é difícil concluir porque o SPHAN teria sido considerado um órgão extremamente autoritário. Pois, mesmo quando o olhamos de dentro para fora, percebe-se a centralização das decisões em torno do grupo carioca que, recôndito, no interior do expediente burocrático, não teria aberto espaço suficiente para acolher a experiência efetiva que acontecia nas montanhas diamantinas e para reconhecer as especificidades daquela arquitetura. De fato, o cerne da experimentação *violletiana* era vivenciada cotidianamente pelos mestres de obras e sua equipe, e minuciosamente registrada em boletins semanais, não por um arquiteto, mas por um advogado de trato afável.

Se o arquiteto encarregado da restauração de um edifício deve conhecer as formas, os estilos pertencentes a esse edifício e à escola da qual proveio, deve ainda mais, se for possível, conhecer sua estrutura, sua anatomia, seu temperamento, pois antes de tudo é necessário que ele o faça viver (VIOLLET-LE-DUC, 2000, p.56).

---

<sup>34</sup> Ver citação à página 120.

Em Viollet-le-Duc havia ainda a recomendação para que se fizesse uso do cálculo e do método, realizando os necessários “*estudos científicos*”, os “*relatórios irrefutáveis*” e os exatos “*levantamentos gráficos*”; enfim a restauração se firmava como ciência, e Le-Duc teve importante papel ao estabelecer recomendações sobre os registros pormenorizados que deveriam anteceder as etapas executivas (VIOLLET-LE-DUC, 2000, p.67-68). O SPHAN havia dado os primeiros passos na direção da qualificação do corpo técnico e do desenvolvimento de estudos na área, por meio das pesquisas e publicações especialmente focadas na temática da arte, arquitetura e do urbanismo produzidos no século 18. O próprio Lucio Costa defendeu, como vimos, em 1949, a “*colheita e compilação maciça de informação [sobre as quais se] deverão assentar todas as iniciativas da Repartição*”<sup>35</sup>.

No entanto, contrariando as preceptivas metodológicas dos estudiosos, pesquisadores e historiadores da arte do SPHAN, o levantamento de uma cidade inteira, realizado com o propósito de definir os limites da área tombada, contaria com equipe reduzida: os colaboradores do núcleo local – o advogado João Brandão Costa e o fotógrafo Assis Horta – e o professor da ENBA, Lucas Mayerhofer. Não há, na documentação arquivada, registros de pesquisas históricas, iconográficas ou arquivísticas empreendidas para embasar o “recorte” da cidade. E, apesar do empenho dos colaboradores locais, o levantamento fotográfico das unidades arquitetônicas também não se encontra recolhido no arquivo da instituição<sup>36</sup>, sendo encontrado, apenas, o produto final desta empreitada: a planta em escala 1:2000 com a marcação da área tombada. Torna-se difícil, portanto, avaliar se esta documentação fotográfica – segundo relatos<sup>37</sup>, realizada imóvel por imóvel e identificada em planta através de numeração – teria sido incorporada, posteriormente, ao conjunto de procedimentos técnicos adotados pelo SPHAN, sob a forma de base de dados. Parece, então, que apesar do discurso, o empirismo ainda faria parte do cotidiano das ações em solo diamantino.

### III. DIAMANTINA: PATRIMÔNIO NACIONAL

Enfim, resta-nos avaliar os resultados visíveis da atuação do SPHAN no núcleo urbano tombado de Diamantina. Em primeiro lugar, é preciso refletir sobre as dificuldades de se estabelecer uma resposta afirmativa ou negativa à questão que, quase espontaneamente, se

---

<sup>35</sup> Cf. p. 15.

<sup>36</sup> Segundo informações da historiadora da arte, Til Pestana, o fotógrafo Assis Horta teria, em seu arquivo pessoal, grande parte da documentação fotográfica produzida na época. Depoimento à autora em 16/09/2009.

<sup>37</sup> Relatado por Til Pestana e confirmado por Liliam Aparecida Oliveira, diretora do Museu do Diamante, em depoimento à pesquisadora em 04/11/2009.

coloca: afinal, ação do SPHAN teria sido bem sucedida? Como demonstramos, especialmente ao longo dos capítulos 3 e 4, a experiência do órgão federal de preservação foi repleta de incidentes contraditórios, mas também de consequências favoráveis, no sentido da preservação do bem tombado estudado.

No âmago das contradições intrínsecas à sua ação está o dilema do *autêntico* e seu reverso imediato, o *falso*. Ao mesmo tempo em que o SPHAN e seus técnicos demonstrariam arrojo ao propor o diálogo da arquitetura moderna com os sítios históricos, reunindo, em Diamantina, um conjunto de obras significativas; por outro, teriam perpetrado um projeto de intervenção no casario cuja concepção seria a da composição a partir de um modelo abstrato, criado a partir de elementos recolhidos dos exemplares tradicionais. Ou seja, se de um lado, deram impulso à criação de legítimas expressões de seu próprio tempo – ainda que, em termos formais, estas obras estabelecessem uma interação nem sempre de harmonia plena com a preexistência, na medida em que navegariam entre contrapontos e consonâncias –; na contramão, produziram, concomitantemente, uma arquitetura que não se encaixava naquilo que Lucio Costa havia defendido como “*beleza e verdade*”<sup>38</sup>, visto que simulavam o que, verdadeiramente não eram, representando “*um período anterior*” deslocado de seu tempo e executado com técnica diferente daquela que os antigos mestres – os construtores de Diamantina, Ouro Preto, e outros núcleos mineiros – teriam realizado. E se, para LC beleza e verdade deveriam andar juntas, onde não havia verdade, não poderia haver beleza.

A absoluta predominância do formal sobre o valor histórico ou sobre o utilitário, contradizia até a própria racionalidade modernista, e deixaria espessos indícios de sua passagem nos conjuntos urbanos tombados onde atuaram, como Diamantina – indicativos de sua percepção do mundo, do tempo e da história. A relativa coerência do discurso inaugural ficaria perdida, ao longo da instauração dos procedimentos de intervenção no casario, do mesmo modo que Lucio Costa pareceria alheio ao processo de atuação do SPHAN na cidade, pelo que se apreende da documentação resgatada. Isso chama a atenção – especialmente, ao lembrarmos o impacto da viagem do jovem Lucio Costa a Diamantina, em 1924<sup>39</sup> – e parece

---

<sup>38</sup> Na defesa do projeto de Niemeyer para o Grande Hotel de Ouro Preto, LC explicou porque encontrava, na solução contemporânea, “*beleza e verdade*” na mesma medida em que descobria na arquitetura tradicional: “*Composto de maneira clara, direta, sem compromissos, resolve com uma técnica atualíssima e da melhor forma possível, um problema atual, como os construtores de Ouro Preto resolveram da melhor maneira então possível, os seus próprios problemas. De excepcional pureza de linhas, e de muito equilíbrio plástico, é, na verdade, uma obra de arte e, como tal, não deverá estranhar a vizinhança de outras obras de arte, embora diferentes, porque a boa arquitetura de um determinado período vai sempre bem com a de qualquer período anterior – o que não combina com coisa nenhuma é a falta de arquitetura*” (COSTA apud MOTTA, 1987, p. 109).

<sup>39</sup> Enviado por José Marianno Filho para desenhar elementos da arquitetura tradicional que alimentaria a produção neocolonial, LC escreveria a respeito da experiência: “[...] Lá chegando caí em cheio no passado no

evidenciar que se tratava de um momento de transição, de amadurecimento, e porque não dizer, de experimentação, para os modernistas.

O saldo positivo da experiência do SPHAN pode ser percebido quando resgatamos, entre os propósitos iniciais, a ideia de *preservação da totalidade da cidade*, inclusive dos logradouros públicos. A carta de RMFA, em resposta a uma indagação de João B. Costa, revela que, se não houve, em momento algum, um projeto *graficamente* traçado, havia uma concepção de ação delineada no discurso inaugural do diretor. É esse plano, enfim, essa ideia que iria orientar os futuros trabalhos, pois, no entendimento do SPHAN o que constituía monumento não era “*nenhum dos edifícios considerados em si mesmo, isoladamente*”, mas “*a sua coexistência, a sua conservação em conjunto, formando um todo que, por isso mesmo, assume feição urbanística e arquitetônica de valor inestimável*”. Sendo este conjunto, então, o objeto da preservação, ou seja, o núcleo central da ação do SPHAN.

Ainda que a experiência do SPHAN possa ser avaliada positivamente, chama a atenção a inexistência de um projeto urbanístico de preservação para Diamantina, pois, se havia uma concepção central alinhavando as ações, no cotidiano das intervenções, a atuação do SPHAN acabou se voltando ao atendimento das necessidades dos moradores, em cada uma das unidades arquitetônicas, sem que, paralelamente, se estabelecessem diretrizes para um plano global de intervenção no sítio histórico, trecho a trecho, em segmentos urbanos identificados como áreas específicas, que deveriam ser objeto de atenção especial dentro do todo. No entanto, lembrar o conceito inicial de preservação da Diretoria do SPHAN nos permite compreender que sua fala remete muito mais aos resultados finais do que a um processo de trabalho. E mais uma vez voltamos à *questão formal*. Ao SPHAN preocupava muito mais *preservar a imagem do conjunto* e, nesse sentido, conservar as igrejas e os principais monumentos significaria a conservação do sítio urbano; ao mesmo tempo em que evitar a destruição de extensos segmentos urbanos, a descaracterização dos logradouros antigos, e conter a construção de novos edifícios de alto gabarito e grande impacto no interior da área tombada também estavam contidos nessa estratégia.

\*\*\*

---

*seu sentido mais despojado, mais puro; um passado de verdade, que eu ignorava, um passado que era novo em folha para mim. Foi uma revelação: casas, igrejas, pousadas dos tropeiros, era tudo de pau-a-pique, ou seja, fortes arcabouços de madeira – esteios, baldrames, frechais – enquadrando paredes de trama barreada, a chamada taipa de mão, ou de sebe, ao contrário de São Paulo onde a taipa de pilão imperava [...]” (COSTA, 1995, p.27).*

É pertinente, por fim, buscar avaliar, não somente os resultados formais, perceptíveis no conjunto tombado, mas também perpassar, de modo crítico, os termos da conduta procedida pelo SPHAN em torno da preservação do bem cultural, objeto de nosso estudo, no período em questão.

Em primeiro lugar, chamaríamos a atenção para o descompasso observado entre reflexão teórica e prática. Com o aumento da demanda por obras nos bens tombados, o órgão federal não somente teria cada vez menos tempo para uma avaliação crítica das próprias posturas, como também se mostrariam reduzidas, paulatinamente, as contribuições de vulto em torno das pesquisas, dos inventários e das publicações acerca de temas que ampliariam a fundamentação e o preparo profissional de seu corpo técnico. Aos poucos, questões de ordem pragmática dominariam o cotidiano da repartição e engessariam procedimentos que, ao contrário – pela natureza de bem cultural –, demandariam interpretação e reavaliação permanentes, além de uma abordagem histórico-crítica<sup>40</sup>.

Por outro lado, tratava-se de um momento inaugural no qual a incipiência dos debates se fazia notar mesmo no plano internacional<sup>41</sup>. Em diversos momentos – apesar das fragilidades conceituais apontadas –, nota-se um empenho e uma seriedade na realização das tarefas. A constância da estrutura do SPHAN – apesar da permanente escassez de recursos – tanto na diretoria, quanto nos quadros regional e local, fez com que as intervenções realizadas ponto a ponto, nas unidades arquitetônicas, acabassem, ao longo do tempo, preenchendo a dimensão urbanística. Mesmo não tendo sido realizado um levantamento cadastral dos imóveis à semelhança daquele concretizado em Ouro Preto, entre 1949 e 1950, e não tendo Sylvio de Vasconcellos estado tão presente, como esteve nos trabalhos realizados em prol da preservação da antiga Vila Rica; a atuação na área tombada de Diamantina foi, mesmo assim, tão profícua e intensa, que a vasta documentação – boletins de obra, registros fotográficos, relatórios, ofícios – pode ser explorada hoje, convertendo-se em fonte extraordinária de informações sobre a cidade.

Um outro aspecto a ser lembrado, nesta análise da experiência do SPHAN em Diamantina, é a quase inexistente interação entre a sociedade e o órgão federal de preservação, sob a forma de produção de conhecimento do bem cultural e dos objetivos de seu

---

<sup>40</sup> Cf. Kühn (2008, p. 278): “*O restauro é ato crítico do presente alicerçado no reconhecimento da obra e de sua transformação histórica, com vistas à sua apreensão pelo tempo atual e à sua transmissão para as próximas gerações; ou seja, o futuro está sempre no horizonte de suas preocupações. Não se trata de imobilismo, congelamento, muito menos de necrolatria, mas de um legítimo ato de respeito pelo passado, interpretado no presente e voltado ao futuro, em que se propõe, de maneira social e culturalmente responsável, uma renovada forma de se relacionar com os bens legados pelo passado*”.

<sup>41</sup> Referimo-nos às décadas de 1930 e 1940 e à redação da Carta de Atenas (1931).

tombamento. Talvez, de alguma maneira, tenha ocorrido um saldo positivo na convivência entre o SPHAN – representado, na cidade, pela figura de João Brandão Costa – e a população diamantina, pois houve situações bem mais graves de conflitos<sup>42</sup>. No entanto, esse intercâmbio ocorrido no âmago do ambiente local não encontra registros na documentação, de modo que se possa proceder a uma avaliação mais precisa. Há, porém, que se chamar a atenção para os muito tímidos esforços, por parte da Diretoria central, em estabelecer um diálogo profícuo com a sociedade local. O pouco espaço para interação ocorreria no âmbito das autoridades municipais ou sob a forma da burocracia instituída – nos despachos padronizados ou nas raras visitas dos técnicos ou colaboradores da regional ao conjunto urbano tombado.

Uma ressalva final se faz necessária. Seria injusto avaliar essas três primeiras décadas de prática do SPHAN – o momento de uma ação pioneira – à luz de uma visão crítica contemporânea, onde essa discussão acerca da atuação sobre sítios urbanos já se faz sob uma dimensão mais consistente e amadurecida. O SPHAN, por mais que tentasse pautar sua conduta por critérios rigorosos, não as guiaria por um referencial teórico claramente exposto. Houve, por certo, perdas e ganhos nessa trajetória, na qual as ações de caráter pragmático tiveram ênfase sobre os aspectos teórico-conceituais. Cabe a nós buscar minimizar a distância entre teoria e prática, entre Academia e campo profissional da preservação, entre o atual IPHAN e a sociedade como um todo. Esse também será um longo percurso cuja travessia apenas se inicia.

---

<sup>42</sup> Como ilustração pode ser citado o depoimento de Edgard Jacintho, Anexo 3.

## Referências Bibliográficas

ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. La conservación de lugares urbanos. In: UNESCO. *La conservación de los bienes culturales; com especial referencia a las condiciones tropicales*. Lausana, 1969. p. 165-180 (museos y monumentos, 11).

\_\_\_\_\_. *Rodrigo e seus tempos*. Rio de Janeiro: MEC-FNPM, 1986.

\_\_\_\_\_. *Rodrigo e o SPHAN*. Rio de Janeiro: MinC-SPHAN-FNPM, 1987.

ARGAN, Giulio Carlo. *História da arte como história da cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

ÁVILA, Affonso. “Circuito do Diamante – IV. Atlas do monumento histórico e artístico de Minas Gerais. Diamantina: Patrimônio Cultural”. *Revista Fundação JP*, v.9. n.7, julho 1979. Belo Horizonte: Minas Gráfica editora, 1979. p.464-538.

ÁVILA, Affonso; GONTJO, João Marcos Machado; MACHADO, Reinaldo Guedes. *Barroco Mineiro: glossário de arquitetura e ornamentação*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro. Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1996.

BENEVOLO, Leonardo. *História da Cidade*. São Paulo: Perspectiva, 2007.

CAIRO, Cristina; PESSÔA, José. “Diamantina, MG”. In: PÊSSOA, José; PICCINATO, Giorgio (orgs.). *Atlas de centros históricos do Brasil*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2007. p. 82-89.

CASTRO, Sonia Rabello de. *O Estado na Preservação de Bens Culturais*. Rio de Janeiro: Renovar, 1991. 161 p.

CAVALCANTI, Lauro. *Moderno e brasileiro: a história de uma nova linguagem na arquitetura*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

\_\_\_\_\_. O Cidadão moderno. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Rio de Janeiro: 1996, n. 24, p. 106-115.

CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: Estação Liberdade: Editora Unesp, 2001.

CHUVA, Márcia Regina Romeiro. *Os arquitetos da memória: a construção do patrimônio histórico e artístico nacional no Brasil (anos 30 e 40)*. Tese de Doutorado apresentada ao Curso de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, 1998.

D’ASSUMPÇÃO, Livia Romanelli. *Preservação Urbana em Diamantina: Aspectos teóricos e a prática institucional, 1938-1970*. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Arquitetura da UFBA, 1995.

GOODWIN, Philip L. *Brazil builds: architecture new and old, 1652-1942*. New York: The Museum Modern Art, 1943.



GONÇALVES, Cristiane Souza. *Restauração Arquitetônica: a experiência do SPHAN em São Paulo, 1937-1975*. São Paulo: AnnaBlume/FAPESP, 2007.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996. FONSECA, Maria Cecília Londres Fonseca. *O Patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ/IPHAN, 1997.

GRIECO, Bettina Zellner; SORGINE, Juliana. O Estudo da cidade de Ouro Preto e o inventário cadastral. In: SORGINE, Juliana. “*Salvemos Ouro Preto*”. *A campanha em benefício de Ouro Preto – 1949-1950*. Rio de Janeiro: IPHAN, COPEDOC, 2008. p. 33-65.

FONSECA, Maria Cecília Londres. *O Patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/IPHAN, 1997. [2ª ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; MinC – IPHAN, 2005]

FURTADO, Júnia Ferreira. *Chica da Silva e o contratador dos diamantes: o outro lado do mito*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. [3ª reimpressão 2009]

\_\_\_\_\_. *O livro da capa verde: O regimento diamantino de 1771 e a vida no distrito diamantino no período da Real Extração*. São Paulo: AnnaBlume; Belo Horizonte: PPGH, UFMG, 2008. (Coleção Olhares).

IPHAN (Brasil). *Cartas Patrimoniais*. 2ª ed. rev. aum. Rio de Janeiro: IPHAN, 2000. 384p.

KÜHL, Beatriz. *Arquitetura do Ferro e Arquitetura Ferroviária em São Paulo: reflexões sobre a sua preservação*. São Paulo: Ateliê/Fapesp/SEC, 1998.

LAGO, Bia Corrêa do. *Os Fotógrafos do Império: a fotografia brasileira no Século XIX*. Rio de Janeiro: Capivara, 2005.

LIMA, Alceu Amoroso. “Pelo Passado Nacional”. In: *Revista do Brasil*. Nº 9, set. 1916, p. 1-5.

MACEDO, Danilo Matoso. *A matéria da invenção: criação e construção das obras de Oscar Niemeyer em Minas Gerais – 1938-1954*. Dissertação de Mestrado apresentada à Escola de Arquitetura da UFMG, 2002.

MACHADO FILHO, Aires da Mata. *Arraial do Tijuco, cidade Diamantina*. 3.ed. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1980.

MARX, Murillo. *Cidade no Brasil terra de quem?* São Paulo: EDUSP-Nobel, 1991.

MAWE, John. *Viagem ao interior do Brasil, principalmente aos Distritos do Ouro e do Diamante*. Rio de Janeiro: Ed. Zélio Valverde, 1944. p. 211-227.

MAYUMI, Lia. *Monumento e Autenticidade: a preservação do patrimônio arquitetônico no Brasil e no Japão*. Dissertação de Mestrado apresentada a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP, 1999.

MEC/SPHAN/PRÓ-MEMÓRIA. *Proteção e revitalização do patrimônio histórico e artístico no Brasil – uma trajetória*. Brasília: MEC, 1980.

MIRANDA, Wander Melo (org.). *Anos JK: margens da modernidade*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado; Rio de Janeiro: Casa de Lucio Costa, 2002.

MOTTA, Lia. A SPHAN em Ouro Preto: uma história de conceitos e critérios. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Rio de Janeiro, 1987, n. 22, p 108-122.

\_\_\_\_\_. Ouro Preto: de Monumento Nacional a Patrimônio Mundial. In: SORGINE, Juliana. “*Salvemos Ouro Preto*”. *A campanha em benefício de Ouro Preto – 1949-1950*. Rio de Janeiro: IPHAN, COPEDOC, 2008. p. 12-17.

NOBRE, Ana Luiza. Fontes e colunas: em vista do patrimônio de Lucio Costa. In: NOBRE, Ana Luiza...[et al.] (orgs). *Um modo de ser moderno: Lucio Costa e a crítica contemporânea*. São Paulo: Cosac&Naif, 2004, p. 121-131.

PAPADAKI, Stamo. *Oscar Niemeyer: Works in progress*. New York: Reinhold, 1956.

\_\_\_\_\_. *The Work of Oscar Niemeyer*. New York: Reinhold, 1950.

PESTANA, Til. *Diamantina*. In: Actas do Colóquio Internacional Universo Urbanístico Português – 1415-1822. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001, p. 579-592.

\_\_\_\_\_. *Diamantina*. In: Patrimônio Cultural e Natural. Barcelona: Editora Laia, 2002, p. 154-179.

PINHEIRO, Maria Lucia Bressan. *Neocolonial, modernismo e preservação do patrimônio no debate cultural dos anos 1920 no Brasil*. Textos para a realização do Concurso de Livre-Docência. FAU-USP, 2005.

REIS, Nestor Goulart. *Contribuição ao estudo da evolução urbana do Brasil (1500/1720)*. São Paulo: Pioneira, 1968.

\_\_\_\_\_. *Imagens de Vilas e Cidades do Brasil Colonial*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Imprensa Oficial do Estado: FAPESP, 2000.

RODRIGUES, José Wash. A casa de moradia no Brasil antigo. *Arquitetura civil I*. São Paulo: FAUUSP, MEC/IPHAN, 1975, p. 283-318.

\_\_\_\_\_. *Documentário Arquitetônico relativo à antiga construção civil no Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade, 1979.

RODRIGUES, Marly. De quem é o patrimônio? Um olhar sobre a prática preservacionista em São Paulo. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro: IPHAN, 1996 – n.24, p. 95-203.

\_\_\_\_\_. *Imagens do passado: a instituição do patrimônio em São Paulo: 1969-1987*. São Paulo: Editora Unesp, Imprensa Oficial do Estado, Condephaat, Fapesp, 2000.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem pelo Distrito dos diamantes e litoral do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 1974.

SANT'ANNA, Marcia. *Da cidade-monumento à cidade-documento. A trajetória da norma de preservação de áreas urbanas no Brasil (1937-1990)*. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Arquitetura da UFBA, 1995.

SANTOS, Joaquim Felício dos. *Memórias do Distrito Diamantino*. 4.ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1976.

SANTOS, Luiz Gonzaga dos. *Memórias de um carpinteiro*. Belo Horizonte: Editora Bernardo Álvares, 1963.

SANTOS, Mariza Veloso Motta. Nasce a Academia SPHAN. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Rio de Janeiro: 1996, n.24, p. 77-95.

SORGINE, Juliana. "Salvemos Ouro Preto". *A campanha em benefício de Ouro Preto – 1949-1950*. Rio de Janeiro: IPHAN, COPEDOC, 2008.

VASCONCELLOS, Sylvio de. *Arquitetura no Brasil: Sistemas Construtivos*. Universidade Federal de Minas Gerais. 5ª ed. Revista. Belo Horizonte: 1979, 186 p.

\_\_\_\_\_. *Vila Rica*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1977.

\_\_\_\_\_. "Formação urbana do Arraial do Tejuco". *Arquitetura Civil II*. São Paulo: FAUUSP, MEC-IPHAN, 1975, pp.99-114.

XAVIER, Alberto (org.). *Depoimento de uma geração: arquitetura moderna brasileira*. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.

**ARQUIVOS CONSULTADOS**

ARQUIVO CENTRAL DO IPHAN/SEÇÃO RIO DE JANEIRO (ACI/RJ)  
 IPHAN/CDI-13\*SR/BELO HORIZONTE-MG (IPHAN/CDI-13\*SR)  
 IPHAN/ESCRITÓRIO TÉCNICO I-DIAMANTINA-MG

**FONTES CONSULTADAS****Documentação consultada no Arquivo Central do IPHAN/Seção Rio de Janeiro****1. Documentação textual:****1.1 *Série Personalidades***

VASCONCELLOS, Sylvio  
 REIS, José de Souza

**1.2. IPHAN/Arquivo Técnico Administrativo/*Série Representante***

VASCONCELOS, Sylvio Carvalho de

Localização Topográfica: AA01/P04/ Cx.0058/380/ P.276 a 278/Período: 1946 - 1951

Localização Topográfica: AA01/P05/ Cx.0059/381/ P.279 a 281/Período: 1951 - 1954

Localização Topográfica: AA01/P05/ Cx.0060/382/ P.282 a 284/Período: 1954 - 1956

Localização Topográfica: AA01/P05/ Cx.0061/383/ P.285 a 287/Período: 1956 - 1958

**1. 3. IPHAN/*Série Obras* (ver Observação 1)**

Rua do Bonfim (6 pastas)

Largo Dom Bosco (2 pastas)

Travessa Brants

Rua Burgalhau (2 pastas)

Beco da Cadeia

Rua Campos Carvalho (2 pastas)

Rua da Caridade (5 pastas)

Praça Carlos Otoni

Rua Cruzeiro

Rua do Carmo (4 pastas)

Largo da Cavahada (2 pastas)

Beco das Caveiras (2 pastas)

Rua do Contrato (4 pastas)

Beco dos Coqueiros (2 pastas)

Praça Correa Rabelo

Beco do Corte

Praça Couto Magalhães

Rua Cruzeiro

Rua Direita (10 pastas)

Beco Espídio Procópio

Rua Espírito Santo (3 pastas)

Beco Ezequias

Rua Fitadouro

Rua do Fogo

Rua São Francisco (2 pastas)

Arraial dos Forros

Rua Francisco Sá (3 pastas)

Rua das Mercês (6 pastas)

Praça Conselheiro Mata (2 pastas)

Obs. 1: Apesar de ser arquivada como documentação textual, a *Série Obras* é rica em informação visual, pois os

despachos – material abundante nos documentos consultados – apresentam espaço para inserção de fotografia, quase sempre preenchido.

1.4. SPHAN. *Memória Oral* [s/ catalogação]

Depoimento de Judith Martins n.1

Depoimento de João José Rescala n.3

Depoimento de Edgard Jacintho n.4

1.5. Pasta Processo 64-T-38 DPHAN/DET (Processo de Tombamento)

1.6. IPHAN/*Série Obras*

Pasta 478 Cx. 105

Pasta 480 Cx. 105

Pasta 481 Cx. 106

Pasta 482 Cx. 106

Pasta 0581 Cx. 0199

2. Acervo Fotográfico:

2.1. IPHAN/ *Série Inventário*

Foi autorizada a consulta a todo o acervo de imagens da Série Inventário relativo à Diamantina, apesar da mesma encontrar-se em processo de conservação, recebendo nova catalogação na base de dados. Foram reproduzidas aproximadamente 500 imagens consideradas relevantes no âmbito desta pesquisa.

3. Pranchas de projeto e cartografia:

3.1. IPHAN/Arquitetura

ANS00961/Casa a Rua Romana-Diamantina-Minas-79/Dia-14. Fachada lateral direita. Casa: Romana (R.). (Diamantina/MG). 12/1948

ANS00960/Casa a Rua Romana-Diamantina/79/Dia-14. Fachada e planta baixa. Casa: Romana (R.). (Diamantina/MG). 12/1948

ANS00946/ANS00947/Projeto do Conservatório de Música de Diamantina. Grama do telhado/prancha 7. Casa: Conservatório de Música.

ANS00945/Edifício Dr. de Diamantina. Esquadrias metálicas e esquadrias de madeira proj.112/Des.nº 8. Casa: Correios e Telégrafos. (Diamantina/MG). 10/02/1940

ANS00930/Casa na Rua do Bonfim s/n-Diamantina. Planta baixa:pav. térreo. Casa: Bonfim (R.). Propriedade do Sr. Jair M. da Silva. Diamantina/MG).

ANS00944/Estudo para variante do projeto da construção do Cel. P. da Costa Miranda/Diamantina. Fachada e planta baixa. Casa: Costa Miranda (Cel.). (Diamantina/MG).

ANS00933/Casa de D. Julinha-Diamantina. Plantas baixas: pav. térreo e superior. Casa: Lalau Pires (R.), 266. Casa de Chica da Silva. (Diamantina/MG).

ANS00928/Casa a Rua Francisco de Sá/Diamantina/Hidráulica. Cortes AB e CD (hidráulica). Casa: Francisco Sá (R.), 50.

ANS00958/Posto de Puericultura, Diamantina. Fachadas principal e lateral, corte transversal AB/planta baixa. Casa: Posto de Puericultura. (Diamantina/MG).

ANS00925/Casa a Rua Francisco de Sá n. 50-Diamantina. Plantas baixas: pav. térreo e 1º pav. Casa: Francisco Sá (R.), 50.

ANS00934/Casa de D. Julinha (Diamantina). Elevação da fachada. Casa: Lalau Pires (R.), 266. Casa de Chica da Silva.

ANS00927/Planta do andar térreo da casa de Da(Irene Aqui..?)-Rua Francisco Sá, 50/Diamantina. Planta baixa do andar térreo. Casa: Francisco Sá (R.), 50. (Diamantina/MG).

3.2. IPHAN/Urbanismo

- ANS06429/Planta da Cidade de Diamantina. Lev. 1ª parte da planta da cidade de Diamantina. Conjunto. (Diamantina/MG). 19/05/1939
- ANS06429.1/Planta da Cidade de Diamantina. 2º parte da planta da cidade de Diamantina. Conjunto. (Diamantina/MG). 1939
- ANS00981/Secção da Planta Urbana/Diamantina. Planta urbanística. Conjunto. (Diamantina/MG).
- ANS00982/Diamantina, MG-Marcação da Área Tombada. Lev.. Conjunto. (Diamantina/MG). 25/10/1966
- ANS00976/Trecho do Mapa da Cidade de Diamantina. Lev. cadastral. Conjunto. (Diamantina/MG). 1941
- ANS00980/Terreno com curvas de nível na Cidade de Diamantina. Planta c/ marcação, curvas de nível de um terreno e planta de locação do terreno na cidade. Conjunto. (Diamantina/MG). 12/04/1951
- ANS00977/Diamantina-Área Tombada. Planta da cidade-identificação de construção por data. Conjunto. (Diamantina/MG). 03/1956
- ANS00975/Planta urbanística da cidade de Diamantina. Conjunto: Arquitetônico e Urbanístico. (Diamantina/MG).
- ANS06430/Planta da Cidade de Diamantina. Planta urbanística c/ marcação de casas, igrejas, área pedida p/ prefeitura, área provável patrimônio. Conjunto: Arquitetônico e Urbanístico da Cidade Diamantina. (Diamantina/MG).

### **Documentação consultada no IPHAN/CDI-13ªSR/Belo Horizonte-MG**

#### 1. Documentação textual:

- 1.1. Arquivo Permanente: Série 1  
Cidade: Diamantina; Monumento: Conjunto Tombado 1
- 1.2. Arquivo Permanente: Série 1  
Cidade: Diamantina; Monumento: Conjunto Tombado 2
- 1.3. Arquivo Permanente: Série 1  
Cidade: Diamantina; Monumento: Conjunto Arquitetônico
- 1.4. Arquivo Permanente: Série 1  
Cidade: Diamantina; Monumento: Praça de Esportes
- 1.5. Arquivo Permanente: Série 1  
Cidade: Diamantina; Informações Históricas

#### 2. Acervo Fotográfico: [s/catalogação]

Foi autorizada a verificação do acervo de imagens encontrado junto à documentação escrita consultada. Muito possivelmente não se trata de todo o acervo iconográfico arquivado no CDI/13ªSR. Foram reproduzidas aproximadamente 47 imagens relativas à iconografia correspondente ao período estudado.

### **Documentação consultada no IPHAN/Escritório Técnico I-Diamantina-MG**

#### 1. Documentação textual:

- 1.1. 1940 a 1965: Correspondência recebida e expedida
- 1.2. 1940 a 1965: Correspondência recebida e expedida - I
- 1.3. 1949 a 1971: Correspondência recebida e expedida
- 1.4. 1946 a 1970: Despachos

#### 2. Acervo Fotográfico:

- 2.1. "Fotos Antigas" [Caixa de arquivo]

Foi autorizada a consulta e reprodução de todo o acervo de imagens existente no arquivo. Foram reproduzidas aproximadamente 670 imagens relativas à iconografia consideradas relevantes dentro do âmbito desta pesquisa.

3. Pranchas de projeto: [s/catalogação]

...

**Fonte das imagens das capas e dedicatória**

Iconografia da capa: ACI/RJ-SI. Fot. n.46.244. Oper.: S. Marinho. 1956.

Iconografia da dedicatória: Acervo Chichico Alkmim. Centro de Memória Fevale/MG.

Iconografia capa capítulo 1: ACI/RJ-SI. Fot. n.12.006. Neg.29.044

Iconografia capa capítulo 2: CDI/13ªSR-IPHAN/MG. Município: Diamantina. Designação: Casa do Pe. Rolim e Sé. N. 22

Iconografia capa capítulo 3: ACI/RJ-SO, Pasta n.546. Rua Direita

Iconografia capa capítulo 4: AET-I/Diamantina/MG. Gentilmente cedida por Arq. Junno Da Mata.

## ANEXO 1 – Decreto-lei n.25, de 30 de novembro de 1937

*Decreto-lei n. 25, de 30 de novembro de 1937*

Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional

O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

### CAPÍTULO I

#### *DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL*

Art. 1º Constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.

§ 1º Os bens a que se refere o presente artigo só serão considerados parte integrante do patrimônio histórico e artístico nacional, depois de inscritos separada ou agrupadamente num dos quatro Livros do Tombo, de que trata o art. 4º desta lei.

§ 2º Equiparam-se aos bens a que se refere o presente artigo e são também sujeitos a tombamento os monumentos naturais, bem como os sítios e paisagens que importe conservar e proteger pela feição notável com que tenham sido dotados pela natureza ou agenciados pela indústria humana.

Art. 2º A presente lei se aplica às coisas pertencentes às pessoas naturais, bem como às pessoas jurídicas de direito privado e de direito público interno.

Art. 3º Excluem-se do patrimônio histórico e artístico nacional as obras de origem estrangeira:

- 1) que pertençam às representações diplomáticas ou consulares acreditadas no país;
- 2) que adornem quaisquer veículos pertencentes a empresas estrangeiras, que façam carreira no país;
- 3) que se incluam entre os bens referidos no art. 10 da Introdução do Código Civil, e que continuem sujeitas à lei pessoal do proprietário;
- 4) que pertençam a casas de comércio de objetos históricos ou artísticos;
- 5) que sejam trazidas para exposições comemorativas, educativas ou comerciais;
- 6) que sejam importadas por empresas estrangeiras expressamente para adorno dos respectivos estabelecimentos.

Parágrafo único. As obras mencionadas nas alíneas 4 e 5 terão guia de licença para livre trânsito, fornecida pelo Serviço ao Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

### CAPÍTULO II

#### *DO TOMBAMENTO*

Art. 4º O Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional possuirá quatro Livros do Tombo, nos quais serão inscritas as obras a que se refere o art. 1º desta lei, a saber:



1) no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, as coisas pertencentes às categorias de arte arqueológica, etnográfica, ameríndia e popular, e bem assim as mencionadas no § 2º do citado art. 1º.

2) no Livro do Tombo Histórico, as coisas de interesse histórico e as obras de arte histórica;

3) no Livro do Tombo das Belas Artes, as coisas de arte erudita, nacional ou estrangeira;

4) no Livro do Tombo das Artes Aplicadas, as obras que se incluírem na categoria das artes aplicadas, nacionais ou estrangeiras.

§ 1º Cada um dos Livros do Tombo poderá ter vários volumes.

§ 2º Os bens, que se incluem nas categorias enumeradas nas alíneas 1, 2, 3 e 4 do presente artigo serão definidos e especificados no regulamento que for expedido para execução da presente lei.

Art. 5º O tombamento dos bens pertencentes à União, aos Estados e aos Municípios se fará de ofício, por ordem do diretor do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, mas deverá ser notificado à entidade a quem pertencer, ou sob cuja guarda estiver a coisa tombada, a fim de produzir os necessários efeitos.

Art. 6º O tombamento de coisa pertencente à pessoa natural ou à pessoa jurídica de direito privado se fará voluntária ou compulsoriamente.

Art. 7º Proceder-se-á ao tombamento voluntário sempre que o proprietário o pedir e a coisa se revestir dos requisitos necessários para constituir parte integrante do patrimônio histórico e artístico nacional, a juízo do Conselho Consultivo do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, ou sempre que o mesmo proprietário anuir, por escrito, à notificação, que se lhe fizer, para a inscrição da coisa em qualquer dos Livros do Tombo.

Art. 8º Proceder-se-á ao tombamento compulsório quando o proprietário se recusar a anuir à inscrição da coisa.

Art. 9º O tombamento compulsório se fará de acordo com o seguinte processo:

1) o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, por seu órgão competente, notificará o proprietário para anuir ao tombamento, dentro do prazo de quinze dias, a contar do recebimento da notificação, ou para, se o quiser impugnar, oferecer dentro do mesmo prazo as razões de sua impugnação.

2) no caso de não haver impugnação dentro do prazo assinado, que é fatal, o diretor do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional mandará por simples despacho que se proceda à inscrição da coisa no competente Livro do Tombo.

3) se a impugnação for oferecida dentro do prazo assinado, far-se-á vista da mesma, dentro de outros quinze dias fatais, ao órgão de que houver emanado a iniciativa do tombamento, a fim de sustentá-la. Em seguida, independentemente de custas, será o processo remetido ao Conselho Consultivo do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, que proferirá decisão a respeito, dentro do prazo de sessenta dias, a contar do seu recebimento. Dessa decisão não caberá recurso.

Art. 10. O tombamento dos bens, a que se refere o art. 6º desta lei, será considerado provisório ou definitivo, conforme esteja o respectivo processo iniciado pela notificação ou concluído pela inscrição dos referidos bens no competente Livro do Tombo.

Parágrafo único. Para todos os efeitos, salvo a disposição do art. 13 desta lei, o tombamento provisório se equipará ao definitivo.

### CAPÍTULO III

#### *DOS EFEITOS DO TOMBAMENTO*

Art. 11. As coisas tombadas, que pertençam à União, aos Estados ou aos Municípios, inalienáveis por natureza, só poderão ser transferidas de uma a outra das referidas entidades.

Parágrafo único. Feita a transferência, dela deve o adquirente dar imediato conhecimento ao Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Art. 12. A alienabilidade das obras históricas ou artísticas tombadas, de propriedade de pessoas naturais ou jurídicas de direito privado, sofrerá as restrições constantes da presente lei.

Art. 13. O tombamento definitivo dos bens de propriedade particular será, por iniciativa do órgão competente do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, transcrito para os devidos efeitos em livro a cargo dos oficiais do registro de imóveis e averbado ao lado da transcrição do domínio.

§ 1º No caso de transferência de propriedade dos bens de que trata este artigo, deverá o adquirente, dentro do prazo de trinta dias, sob pena de multa de dez por cento sobre o respectivo valor, fazê-la constar do registro, ainda que se trate de transmissão judicial ou *causa mortis*.

§ 2º Na hipótese de deslocação de tais bens, deverá o proprietário, dentro do mesmo prazo e sob pena da mesma multa, inscrevê-los no registro do lugar para que tiverem sido deslocados.

§ 3º A transferência deve ser comunicada pelo adquirente, e a deslocação pelo proprietário, ao Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, dentro do mesmo prazo e sob a mesma pena.

Art. 14. A coisa tombada não poderá sair do país, senão por curto prazo, sem transferência de domínio e para fim de intercâmbio cultural, a juízo do Conselho Consultivo do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Art. 15. Tentada, a não ser no caso previsto no artigo anterior, a exportação, para fora do país, da coisa tombada, será esta sequestrada pela União ou pelo Estado em que se encontrar.

§ 1º Apurada a responsabilidade do proprietário, ser-lhe-á imposta a multa de cinquenta por cento do valor da coisa, que permanecerá sequestrada em garantia do pagamento, e até que este se faça.

§ 2º No caso de reincidência, a multa será elevada ao dobro.

§ 3º A pessoa que tentar a exportação de coisa tombada, além de incidir na multa a que se referem os parágrafos anteriores, incorrerá, nas penas cominadas no Código Penal para o crime de contrabando.

Art. 16. No caso de extravio ou furto de qualquer objeto tombado, o respectivo proprietário deverá dar conhecimento do fato ao Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, dentro do prazo de cinco dias, sob pena de multa de dez por cento sobre o valor da coisa.

Art. 17. As coisas tombadas não poderão, em caso nenhum, ser destruídas, demolidas ou mutiladas, nem, sem prévia autorização especial do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, ser reparadas, pintadas ou restauradas, sob pena de multa de cinquenta por cento do dano causado.

Parágrafo único. Tratando-se de bens pertencentes à União, aos Estados ou aos municípios, a autoridade responsável pela infração do presente artigo incorrerá pessoalmente na multa.

Art. 18. Sem prévia autorização do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, não se poderá, na vizinhança da coisa tombada, fazer construção que lhe impeça ou reduza a visibilidade, nem nela colocar anúncios ou cartazes, sob pena de ser mandada destruir a obra ou retirar o objeto, impondo-se neste caso a multa de cinquenta por cento do valor do mesmo objeto.

Art. 19. O proprietário de coisa tombada, que não dispuser de recursos para proceder às obras de conservação e reparação que a mesma requerer, levará ao conhecimento do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional a necessidade das mencionadas obras, sob pena de multa correspondente ao dobro da importância em que for avaliado o dano sofrido pela mesma coisa.

§ 1º Recebida a comunicação, e consideradas necessárias as obras, o diretor do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional mandará executá-las, a expensas da União, devendo as mesmas serem iniciadas dentro do prazo de seis meses, ou providenciará para que seja feita a desapropriação da coisa.

§ 2º À falta de qualquer das providências previstas no parágrafo anterior, poderá o proprietário requerer que seja cancelado o tombamento da coisa.

§ 3º Uma vez que verifique haver urgência na realização de obras e conservação ou reparação em qualquer coisa tombada, poderá o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional tomar a iniciativa de projetá-las e executá-las, a expensas da União, independentemente da comunicação a que alude este artigo, por parte do proprietário.

Art. 20. As coisas tombadas ficam sujeitas à vigilância permanente do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, que poderá inspecioná-los sempre que for julgado conveniente, não podendo os respectivos proprietários ou responsáveis criar obstáculos à inspeção, sob pena de multa de cem mil réis, elevada ao dobro em caso de reincidência.

Art. 21. Os atentados cometidos contra os bens de que trata o art. 1º desta lei são equiparados aos cometidos contra o patrimônio nacional.

## CAPÍTULO IV

### *DO DIREITO DE PREFERÊNCIA*

Art. 22. Em face da alienação onerosa de bens tombados, pertencentes a pessoas naturais ou a pessoas jurídicas de direito privado, a União, os Estados e os municípios terão, nesta ordem, o direito de preferência.

§ 1º Tal alienação não será permitida, sem que previamente sejam os bens oferecidos, pelo mesmo preço, à União, bem como ao Estado e ao município em que se encontrarem. O proprietário deverá notificar os titulares do direito de preferência a usá-lo, dentro de trinta dias, sob pena de perdê-lo.

§ 2º É nula alienação realizada com violação do disposto no parágrafo anterior, ficando qualquer dos titulares do direito de preferência habilitado a sequestrar a coisa e a impor a multa de vinte por cento do seu valor ao transmitente e ao adquirente, que serão por ela solidariamente responsáveis. A nulidade será pronunciada, na forma da lei, pelo juiz que conceder o sequestro, o qual só será levantado depois de paga a multa e se qualquer dos titulares do direito de preferência não tiver adquirido a coisa no prazo de trinta dias.

§ 3º O direito de preferência não inibe o proprietário de gravar livremente a coisa tombada, de penhor, anticrese ou hipoteca.

§ 4º Nenhuma venda judicial de bens tombados se poderá realizar sem que, previamente, os titulares do direito de preferência sejam disso notificados judicialmente, não podendo os editais de praça ser expedidos, sob pena de nulidade, antes de feita a notificação.

§ 5º Aos titulares do direito de preferência assistirá o direito de remissão, se dela não lançarem mão, até a assinatura do auto de arrematação ou até a sentença de adjudicação, as pessoas que, na forma da lei, tiverem a faculdade de remir.

§ 6º O direito de remissão por parte da União, bem como do Estado e do município em que os bens se encontrarem, poderá ser exercido, dentro de cinco dias a partir da assinatura do auto de arrematação ou da sentença de adjudicação, não se podendo extrair a carta, enquanto não se esgotar este prazo, salvo se o arrematante ou o adjudicante for qualquer dos titulares do direito de preferência.

## CAPÍTULO V

*DISPOSIÇÕES GERAIS*

Art. 23. O Poder Executivo providenciará a realização de acordos entre a União e os Estados, para melhor coordenação e desenvolvimento das atividades relativas à proteção do patrimônio histórico e artístico nacional e para a uniformização da legislação estadual complementar sobre o mesmo assunto.

Art. 24. A União manterá, para a conservação e a exposição de obras históricas e artísticas de sua propriedade, além do Museu Histórico Nacional e do Museu Nacional de Belas Artes, tantos outros museus nacionais quantos se tornarem necessários, devendo outrossim providenciar no sentido de favorecer a instituição de museus estaduais e municipais, com finalidades similares.

Art. 25. O Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional procurará entendimentos com as autoridades eclesiásticas, instituições científicas, históricas ou artísticas e pessoas naturais e jurídicas, com o objetivo de obter a cooperação das mesmas em benefício do patrimônio histórico e artístico nacional.

Art. 26. Os negociantes de antiguidades, de obras de arte de qualquer natureza, de manuscritos e livros antigos ou raros são obrigados a um registro especial no Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, cumprindo-lhes outrossim apresentar semestralmente ao mesmo relações completas das coisas históricas e artísticas que possuem.

Art. 27. Sempre que os agentes de leilões tiverem de vender objetos de natureza idêntica à dos mencionados no artigo anterior, deverão apresentar a respectiva relação ao órgão competente do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, sob pena de incidirem na multa de cinquenta por cento sobre o valor dos objetos vendidos.

Art. 28. Nenhum objeto de natureza idêntica à dos referidos no art. 26 desta lei poderá ser posto à venda pelos comerciantes ou agentes de leilões, sem que tenha sido previamente autenticado pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, ou por perito em que o mesmo se louvar, sob pena de multa de cinquenta por cento sobre o valor atribuído ao objeto.

Parágrafo único. A autenticação do mencionado objeto será feita mediante o pagamento de uma taxa de peritagem de cinco por cento sobre o valor da coisa, se este for inferior ou equivalente a um conto de réis, e de mais cinco mil réis por conto de réis ou fração, que exceder.

Art. 29. O titular do direito de preferência goza de privilégio especial sobre o valor produzido em praça por bens tombados, quanto ao pagamento de multas impostas em virtude de infrações da presente lei.

Parágrafo único. Só terão prioridade sobre o privilégio a que se refere este artigo os créditos inscritos no registro competente, antes do tombamento da coisa pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Art. 30. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 30 de novembro de 1937, 116º da Independência e 49º da República.

Getúlio Vargas

Gustavo Capanema

**ANEXO 2 - Carta do arquiteto Sylvio de Vasconcellos a Rodrigo Melo Franco de Andrade, listando obras em monumentos em Minas Gerais [ca.1951].**

Fonte: ACI/RJ-SR/SV, Pasta n.279 059 / 1951 a 1952.

Sr. Diretor do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

Sylvio de Vasconcellos, arquiteto, requer a V.Exc. que, para fins de direito, e uma vez comprovada a veracidade que alega, lhe seja atestada, ao pé do presente, a realização das obras que projetou e executou, sob sua responsabilidade técnica profissional, como preposto desta Diretoria, para restauração dos bens de valor artístico ou histórico, sediados em Minas Gerais, e que a seguir enumera, com as respectivas datas de execução dos serviços:

- 1 e 2. Igreja Matriz de N. Sa. de Bom Sucesso, de Caeté. Obras de 12-11-1944 a 19-10-1945, e de agosto de 1959 a junho de 1951.
3. Igreja de N. Sa. do Rosário, de Caeté. Obras de junho de 1945 a fevereiro de 1946.
4. Igreja de S. Francisco, de Caeté. Obras de maio a setembro de 1945.
5. Sobrado da rua Israel Pinheiro nº 32, em Caeté. Obras de março de 1946 a maio de 1949.
6. Igreja Matriz de Conceição do Matro Dentro. Obras de novembro de 1948 a maio de 1949.
7. Santuário do Sr. Bom Jesus de Matozinhos, de Congonhas do Campo. Obras de julho a agosto de 1947.
8. Igreja de N. Sa. do Rosário de Diamantina. Obra iniciada em abril de 1949 e terminada em janeiro de 1951.
9. Igreja de N. Sa. do Carmo, de Diamantina. Obras de fevereiro de 1948 a dezembro de 1949.
10. Igreja de N. Sa. das Mercês, de Diamantina. Obras de janeiro a junho de 1951.
11. Igreja de S. Francisco, de Diamantina. Obras de outubro de 1946 a janeiro de 1948.
12. Casa que pertenceu a Chica da Silva em Diamantina. Obra iniciada em dezembro de 1949 e terminada em abril de 1951.
13. Igreja Matriz de Lavras. Obras de fevereiro a agosto de 1949.
14. Igreja de Sant'Ana, de Mariana. Obras de fevereiro de 1946 a junho de 1947.
15. Capela do Santíssimo, da Sé de Mariana. Obras iniciadas em julho de 1950.
16. Igreja de N. Sa. do Rosário, de Mariana. Obras iniciadas em novembro de 1945 e terminadas em agosto de 1947.
17. Seminário Menor de Mariana. Obras de setembro de 1947 a agosto de 1948.
18. Passo da Ponte de Areia, em Mariana. Obras de outubro a novembro de 1947 [?].
19. Passo da Ladeira do Rosário, em Mariana. Obras em janeiro de 1948.
20. Igreja de N. Sa. do Rosário, em Santa Rita Durão. Obras de abril a setembro de 1945.
21. Casa colonial em Santa Rita Durão (Saturnino). Obras de novembro de 1945 a novembro de 1946.
22. Igreja de S. Francisco de Assis, de Ouro Preto. Obras de fevereiro de 1946 a junho de 1947.
23. Igreja de S. Francisco de Paula, de Ouro Preto. Obras de janeiro a dezembro de 1948.
24. Igreja de Santa Efigênia, em Ouro Preto. Obras de junho de 1947 a fevereiro de 1948.
25. Igreja Matriz de Antonio Dias, em Ouro Preto. Obras iniciadas em janeiro de 1949.
26. Capela de N. Sa. da Piedade, de Ouro Preto. Obras de junho a dezembro de 1949.
27. Casa à rua do Pilar nº 8, em Ouro Preto. Obras de agosto de 1946 a janeiro de 1947.
28. Casa à rua do Rosário nº 5, em Ouro Preto. Obras de setembro a novembro de 1947.
29. Casa dos Contos, em Ouro Preto. Obras de setembro de 1947 a fevereiro de 1949.
30. Casa da fazenda do Manso, em Ouro Preto. Obras de agosto a dezembro de 1948.
31. Casa do inconfidente José de Resende Costa, em Resende Costa. Obras de dezembro de 1947 a abril de 1945.
32. Passo da rua Sapucaí, em Sabará. Obras de março a abril de 1945.
33. Igreja Matriz de N. Sa. da Conceição, de Sabará. Obras de agosto de 1945 a abril de 1946.
34. Igreja de Sant'Ana, em Sabará. Obras de novembro de 1944 a abril de 1946.
35. Igreja de N. Sa. do Rosário, em Sabará. Obras de julho de 1944 a outubro de 1945.
36. Igreja de N. Sa. do Carmo, em Sabará. Obras de fevereiro de 1945 a setembro de 1946.
- 37-38. Igreja Matriz de Santo Antonio, em Santa Bárbara. Obras de junho de 1944 a julho de 1945, e de maio a junho de 1951.

39. Igreja Matriz de Catas Altas. Obras de agosto a outubro de 1945.
40. Casa dos Revoltosos de 1842, em Santa Luzia. Obras de fevereiro a setembro de 1945.
41. Passo da rua Duque de Caxias, em São João del Rei. Obras de julho de 1948 a maio de 1949.
42. Sobrado da praça Severiano de Resende, em São João del Rei. Obras iniciadas em julho de 1947.
43. Igreja Matriz de N. Sa. do Pilar, em São João del Rei. Obras de novembro de 1946 a outubro de 1947.
44. Casa do Sr. José Coelho do Amaral, no Sêro. Obras de julho a outubro de 1946.
45. Casa onde funcionou o jornal "Sentinela do Sêro", no Sêro. Obras de agosto de 1949 a janeiro de 1950.
46. Igreja do Sr. Bom Jesus do Matozinhos, no Sêro. Obras de outubro de 1947 a outubro de 1948.
47. Passos em Tiradentes. (Praça Benedito Valadares, rua Getúlio Vargas e rua Padre Toledo). Obras realizadas de dezembro de 1949 a março de 1950.
48. Matriz de N. Sa. da Conceição, de Camargos. Obras de agosto de 1950 a abril de 1951.
49. Igreja Matriz de Brumal. Obras de agosto a dezembro de 1950.
50. Casa a rua Getúlio Vargas, nº 10, em Tiradentes. Obras de janeiro a abril de 1951.

Nestes termos,  
P.D.

### ANEXO 3 – Trecho de depoimento de Edgard Jacintho da Silva.

Fonte. SILVA, E. J. da. *SPHAN: Memória Oral*. n. 4. Rio de Janeiro, Minc/SPHAN/FNPM, 1988, p.4-6

[...] Nesse momento, e desde antes, o problema dos atentados contra monumentos arquitetônicos de São João já vinha sendo alimentado pela opinião pública local, quando aconteceu que um dos sobrados mais importantes da cidade, situado na praça General Osório, e que era tombado, foi adquirido por um industrial de São João. Ele pretendia demolir o prédio para que no local se levantasse um edifício de vários andares. Naquela época um grupo de homens de negócios e chefes políticos estavam empenhados no sentido de promover o progresso em São João del Rei, considerada por eles e pela população como uma cidade antiga e parada no tempo, devido às restrições impostas pelo tombamento. Segundo o conceito deles, era preciso que aos poucos fossem se livrando das casas velhas, e no seu lugar se construíssem edifícios de apartamentos, como aliás aconteceu, após o meu afastamento de lá. [...]

[...] Retomando o problema do embargo da demolição, lembro que em consequência da intervenção do Patrimônio paralisando-a, houve em revide, uma insuflação na opinião pública por ação das pessoas interessadas e responsáveis pelo atentado, o mesmo grupo que se opunha à nossa atuação na cidade. Essa campanha era sustentada sistematicamente pela imprensa local constituída de um jornal – um tablóide diário que publicava artigos, seguidamente, indispondo o povo contra o Patrimônio e mais contra a minha pessoa como representante do SPHAN na cidade – além de outras formas de provocações acontecidas na rua e noutras oportunidades. [...]

Nas vezes que eu vinha ao Rio a trabalho e ao voltar, em duas oportunidades tive que desembarcar em Tiradentes. [...] Ainda na estação de Tiradentes, vinha um operário nosso avisando para eu descer ali mesmo, evitando o desembarque em São João porque havia notícia de um movimento de protesto de pessoas que se dirigiam à estação para me esperar com vaias, ovos, tomates ou coisas dessa ordem. [...] Além do mais houve outras manifestações na própria cidade. Durante uma dessas vindas ao Rio, quando estava restaurando uma casa [...], aconteceu que a placa de obras que se achava ali colocada foi, em mais um ato de agressividade, perfurada a tiros, arrancada e espetada na Ponte da Cadeia no centro da cidade, lugar que, como ponto de reunião popular, era ali onde se comentavam os acontecimentos locais.

De outra investida, de que felizmente só soube no dia seguinte, depois do perigo passado, convocaram essa malta de desocupados que manipulavam agora com o objetivo de apedrejar durante a noite a casa onde nos hospedávamos [...]. O apedrejamento não aconteceu graças ao proprietário da casa que se opôs e conseguiu contê-los. [...] Como último lance de hostilidade, recorreram eles a mais um expediente provocativo, totalmente imprevisto e desumano: passando por São João del Rei uma leva de doentes de lepra, [...] num requinte de maldade, atraíram essa leva de doentes e a abrigaram no sobrado com o propósito, obviamente, de infectar a quem se dispusesse a entrar lá. [...] Lembro que fui aconselhado por um médico que, como medida preventiva, se procedesse a uma espécie de pulverização de cal virgem; e logo após a retirada desses infelizes o sobrado foi todo pulverizado, permanecendo fechado uns dias [...].

Enfim, só sei que permaneci por lá enquanto essas ações e reações se sucediam. Quando senti que não era mais necessário, que não havia mais ameaça alguma à integridade do sobrado, quando os trabalhos da matriz de Tiradentes já se concluía, voltei em definitivo para o Rio. Assim se encerra a primeira fase que chamo de “batismo de fogo” do Patrimônio (SILVA, Edgard Jacintho da. *SPHAN: Memória Oral*. n. 4. Rio de Janeiro, Minc/SPHAN/FNPM, 1988, p.4-6).

## ANEXO 4 – Exemplos recolhidos da documentação consultada de pedidos de auxílio financeiro ao órgão federal de preservação para obras de restauração em imóveis particulares

Fonte. AET-I/Diamantina/MG. 1949 a 1972: Correspondência recebida e expedida.

### 1950. Correspondências

[...] Confiada nos bondosos sentimentos que adornam vosso magnânimo coração, venho vos pedir um grande favor, [...]. [...] Conhecendo os trabalhos que o Patrimônio Histórico tem feito nesta cidade, estando meu prédio necessitado de conserto e não tendo recursos para o fazer, venho implorar vossa generosidade, pesarosa de ver derruir um predio antigo na principal praça Mons. Neves.

Cheia de confiança na vossa valiosa proteção, [...] (Carta de [G. A. N.] ao diretor, RMFA, em 09/02/1950).

Transcrevendo-lhe abaixo uma carta recebida do Sr. [J. B.], desejaria consultar-lhe sobre a possibilidade de atendermos ao pedido, [...]:

‘O abaixo assinado, pai de 11 filhos menores, iniciando o conserto de uma pequena casa obedecendo as regras do Patrimônio, e os meus recursos esgotaram, estando sem poder terminar, venho mui respeitosamente pedir-vos ao Snr. Confiado em vosso espírito de caridade, venho pedir-vos qualquer auxilio em material afim de terminar o conserto e abrigar com meus filhinhos. Deus vos dará a recompensa do que fizeres neste sentido. A casinha está dentro da área do patrimônio nesta cidade, tem o nº 89 rua da Samambaia.’

[...] cordiais saudações. Sylvio de Vasconcellos (VASCONCELLOS, Sylvio de. Doc. 18-50 a João B. Costa, em 20/03/1950).

Tendo recebido de D. [M. da F. D.], a carta que ora lhe remeto inclusa, comunico-lhe para seu governo que, após entendimento com o dr. Silvio Vasconcelos, este ficou de providenciar no sentido de por à disposição da interessada algum material usado disponível em nossas obras nessa cidade, para o fim da referida senhora utilizá-lo por sua conta. [...] (MARTINS, Judith. C. 106 a João Brandão Costa, em 20/03/1950).

Transcrevendo-lhe abaixo carta recebida da Sra. [A. F. de C.], peço a fineza de, verificado o assunto informar o que lhe parecer mais conveniente.

‘Estando eu com a minha pobre casa na área tombada e alguns pés de esteio estragados e caibros também, rogo-vos um auxilio por esmola, por seu uma viúva pobre, sem recurso, sem filhos, enfim sem parente que me possa socorrer.

Portanto espero da vossa pessoa esta proteção, este abrigo, para que a minha casa não venha a cair por falta de auxilio, sendo que foi com tantas pejeas que o meu falecido e saudoso marido adquiriu para eu estar dentro dela com tantos sofrimentos.

Esperando ser atendida pelo socorro e auxilio que vós tendes feito a alguns’

Sem mais, apresento-lhe as minhas mais cordiais saudações

Sylvio de Vasconcellos. Chefe de Distrito (VASCONCELLOS, Sylvio de. Doc. 19-50 a João Brandão Costa, em 28/03/1950).

Em resposta à sua prezada carta [...], cumpre-me comunicar-lhe que o delegado desta repartição em Diamantina, desde muitos dias, transmitiu informação favorável ao que pleiteia V. Sa. Entretanto esta repartição não dispõe no momento de recursos que a habilitem a atender à despesa em que importariam os serviços desejados, cumprindo observar que, mesmo depois de estar financeiramente habilitada só poderá executá-los se o respectivo custo for reduzido e se a obra se relacionar com a estabilidade e a aparência externa da casa de sua propriedade, uma vez que as obras internas não interessando a segurança do prédio não são de sua alçada.

[...] Rodrigo M. F. de Andrade. Diretor (ANDRADE, Rodrigo M. F. de. C. 139, em 03/04/1950).



Transcrevendo-lhe abaixo carta que D. [G. N.] dirigiu ao Dr. Rodrigo, peço-lhe o obsequio de informar o que lhe ocorrer a respeito.

‘Pela terceira vez dirijo-me a V. Sa., pedindo ao mesmo tempo, desculpar-me.

Desta vez a minha solicitação é mais razoável. A parede lateral externa de meu prédio, acha-se completamente arruinada; e, na ocasião da Semana Santa, uma folha de zinco, despregando-se do prédio, em grande altura, ameaçava terrível desastre.

Procurei um operário que pudesse concertar e não encontrei. Alegavam não possuir escada. Recorri ao Delegado do Patrimônio, e, fui servida imediatamente, ficando muito reconhecida.

O meu pedido agora a V. Sa., só consiste na mão de obra, somente para o concerto dessa parede e sacada, isto é, a parte externa, entrando eu com o material necessário.

Sendo as paredes do prédio cobertas de zinco, pretendo dispor do mesmo para me ajudar nas despesas.’

[...] cordiais saudações, [...] (VASCONCELLOS, Sylvio de. Doc. 27-50 a João Brandão Costa, em 04/05/1950).

### 1952. Correspondências

Recebi carta do Sr. [J. R. da C.] solicitando reparos em uma casa de sua propriedade à rua das Mercês n. 203.

Peço verificar o assunto para habilitar-me a responder ao interessado.

*Ocorre ainda ponderar que ultimamente têm sido dirigidos vários pedidos semelhantes a este Distrito, pelos quais se observa que os solicitadores estão mal interpretando as finalidades da repartição, entendendo-a destinada a amparar necessitados quando de fato nosso interesse é outro; só em casos extremos e correlatos com o valor do imóvel integrando-o com nossas atribuições.*

Talvez fosse conveniente difundir a parte da lei nº 25 que se refere ao assunto e que nos habilita a interferir em casas particulares só quando os proprietários absolutamente não dispõem de recursos e o imóvel tem valor real.

Sem mais, [...]

Sylvio de Vasconcellos. Chefe do distrito (VASCONCELLOS, Sylvio de. Doc 35-52 a João Brandão Costa, em 21/07/1952, grifo nosso).

### 1954. Correspondências

[...] Dr. Silvio, tenho em mãos seu atencioso telegrama de 9 de setembro de 1954.

Até a data de hoje ninguém apareceu para ver as obras, conforme o Snr. Disse em seu telegrama que já tinha solicitado dr. João Costa. Eu me achei de falar com ele porque esta sempre encontrando comigo, e não toca no assunto, sem dúvida perdi a esperança e resolvi apelar novamente para o Senhor.

Eu pedi primeiro a ele expondo tudo, e os perigos que estávamos e a pobreza, ele não deu nenhuma importância, só dizia que não tinha verba, um dia fechou a cara para mim e me tratou mal, então resolvi apelar para o snr. E logo tive sua atenciosa resposta.

Estamos mal acomodados porque temos medo dos esteios que estão todos podres em baixo, e o telhado esta fazendo pezo e abatendo a casa toda e dando ideia que vai desabar.

O telhado estava em grande ruína foi preciso comtrahirmos dividas mandando concertar afim de pagarmos a prestação, estamos fazendo os maiores sacrificios para pagar esta divida.

Dr. Silvio, eu suplico o Snr., este pedido em vista do telhado esta concertado, eu peço o Snr., a caridade concertar o chão que é de pedra e os quartos, tem um cômodo de assoalho que esta com as taboas todas quebradas e uns remendos nas paredes e depois um calsinho nas paredes e um pouco de óleo nas portas.

Dr. Silvio, sei que o Snr. Possui um coração magnânimo dotado de virtudes caridosas capaz de suavizar os sofrimentos dos pobres orfans.

[...]

[M. P. R.]

Rua da Caridade n. 199 (Carta de [M. P. R.] a Sylvio de Vasconcellos, em 11/02/1954).

# Livros Grátis

( <http://www.livrosgratis.com.br> )

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)  
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)  
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)  
[Baixar livros de Matemática](#)  
[Baixar livros de Medicina](#)  
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)  
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)  
[Baixar livros de Meteorologia](#)  
[Baixar Monografias e TCC](#)  
[Baixar livros Multidisciplinar](#)  
[Baixar livros de Música](#)  
[Baixar livros de Psicologia](#)  
[Baixar livros de Química](#)  
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)  
[Baixar livros de Serviço Social](#)  
[Baixar livros de Sociologia](#)  
[Baixar livros de Teologia](#)  
[Baixar livros de Trabalho](#)  
[Baixar livros de Turismo](#)